

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

A CAMPANHA MILITAR TERRESTRE NO
TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU
(1963-1974)
ESTUDO DA APLICAÇÃO DA FORÇA
POR FUNÇÕES DE COMBATE

Coordenadores

BGEN Jorge Manuel Barreiro Saramago
TCOR ADMIL Domingos Manuel Lameira Lopes

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Dezembro de 2018

Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CIDIUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- *Papers*, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, *workshops*, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.ºs Publicados:

- 1 – Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAFS” para a configuração do constructo
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 2 – Entre a República e a Grande Guerra: Breves abordagens às instituições militares portuguesas
Coordenador: Major de Infantaria Carlos Afonso
- 3 – A Abertura da Rota do Ártico (*Northern Passage*). Implicações políticas, diplomáticas e comerciais
Coronel Tirocinado Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão
- 4 – O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança (Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós-Graduação em Globalização Diplomacia e Segurança)
Coordenadores: Tenente-coronel de Engenharia Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues
- 5 – Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África
Coronel Tirocinado Francisco Xavier Ferreira de Sousa

- 6 – Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico
Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues
- 7 – Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia
Coordenadores: Tenente-coronel de Engenharia Leonel Mendes Martins
Tenente-coronel Navegador António Luís Beja Eugénio
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Tenente-coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 9 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola. Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Coronel Tirocinado José Luís de Sousa Dias Gonçalves
Tenente-coronel de Infantaria José Manuel Figueiredo Moreira
- 10 – O Fenómeno dos “*Green-on-Blue Attacks*”. “*Insider Threats*” – Das Causas à Contenção
Major de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 11 – Os Pensadores Militares
Coordenadores: Tenente-coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Carlos Filipe Lobão Dias Afonso
- 12 – *English for Specific Purposes no Instituto Universitário Militar*
Capitão-tenente ST Eling Estela do Carmo Fortunato Magalhães Parreira
- 13 – I Guerra Mundial: das trincheiras ao regresso
Coordenadores: Tenente-coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Fernando César de Oliveira Ribeiro
- 14 – Identificação e caracterização de infraestruturas críticas – uma metodologia
Major de Infantaria Hugo José Duarte Ferreira
- 15 – O DAESH. Dimensão globalização, diplomacia e segurança. Atas do seminário 24 de maio de 2016
Coordenadores: Tenente-coronel de Engenharia Adalberto José Centenico
Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues
- 16 – Cultura, Comportamento Organizacional e *Sensemaking*
Coordenadores: Coronel Piloto Aviador João Paulo Nunes Vicente
Tenente-coronel Engenheira Aeronáutica Ana Rita Duarte Gomes S. Baltazar
- 17 – Gestão de Infraestruturas Aeronáuticas
Major Engenheira de Aeródromos Adelaide Catarina Gonçalves

- 18 – A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas
Major de Cavalaria Marco António Frontoura Cordeiro
- 19 – Classificação e Análise de Fatores Humanos em Acidentes e Incidentes na Força Aérea
Alferes Piloto Aviador Ricardo Augusto Baptista Martins
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão Engenheiro Aeronáutico Bruno António Serrasqueiro Serrano
- 20 – A Aviação Militar Portuguesa nos Céus da Grande Guerra: Realidade e Consequências
Coordenador: Coronel Técnico de Pessoal e Apoio Administrativo
Rui Alberto Gomes Bento Roque
- 21 – Saúde em Contexto Militar (Aeronáutico)
Coordenadoras: Tenente-coronel Médica Sofia de Jesus de Vidigal e Almada
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
- 22 – *Storm Watching. A New Look at World War One*
Coronel de Infantaria Nuno Correia Neves
- 23 – Justiça Militar: A Rutura de 2004. Atas do Seminário de 03 de março de 2017
Coordenador: Tenente-coronel de Infantaria Pedro António Marques da Costa
- 24 – Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate - Moçambique 1964-1975
Coordenadores: Coronel Tirocinado de Infantaria Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-coronel de Infantaria Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges
- 25 – A República Popular da China no Mundo Global do Século XXI. Atas do Seminário de 09 de maio de 2017
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel de Infantaria Paraquedista Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 26 – O Processo de Planeamento de Operações na NATO: Dilemas e Desafio
Coordenador: Tenente-coronel de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 27 – Órgãos de Apoio Logístico de Marinhas da OTAN
Coordenador: Capitão-tenente de Administração Naval Duarte M. Henriques da Costa
- 28 – Gestão do Conhecimento em Contexto Militar: O Caso das Forças Armadas Portuguesas
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 29 – A Esquadra de Superfície da Marinha em 2038. Combate de alta Intensidade ou Operações de Segurança Marítima?
Capitão-de-mar-e-guerra Nuno José de Melo Canelas Sobral Domingues

30 – Centro de Treino Conjunto e de Simulação das Forças Armadas

Coronel Tirocinado de Transmissões Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro

31 – Avaliação da Eficácia da Formação em Contexto Militar: Modelos, Processos e Procedimentos

Coordenadores: Tenente-coronel Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

Como citar esta publicação:

Saramago, J. e Lopes, D. (Coords.), 2018. *A campanha militar terrestre no teatro de operações da Guiné-Bissau (1963-1974). Estudo da aplicação da força por funções de combate*. Cadernos do IUM, 32. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Presidente

Vice-almirante Edgar Marcos de Bastos Ribeiro

Editor Chefe

Major-general Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade (Doutor)

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos (Mestre)

Chefe do Núcleo Editorial

Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada (Doutora)

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Tenente RC Pedro Miguel Januário Botelho

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: (+351) 213 002 100
Fax: (+351) 213 002 162
E-mail: cidium@ium.pt
www.ium.pt/cisdi/index.php/pt/publicacoes/cadernos-do-iesm

Pré-Impressão e Distribuição

What Colour Is This?
Rua do Coudel 14, Lj. A
2725-274 Mem Martins
Tel.: (+351) 219 267 950
www.wcit.pt

ISBN: 978-989-54293-6-3
ISSN: 2183-2129
Depósito Legal: 453536/19
Tiragem: 150 exemplares

© Instituto Universitário Militar, dezembro, 2018.

Nota do Editor:

Os textos/conteúdos do presente volume são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	1
TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU	5
1. CARACTERIZAÇÃO ÉTNICA, TERRITORIAL E SOCIOECONÓMICA DO TO	9
2. ALTERAÇÕES NO CONCEITO DE EMPREGO DAS FORÇAS TERRESTRES	15
O ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO-MILITAR E OPERACIONAL	31
1. CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS E APOIOS	34
2. A POPULAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU E A SUA GÉNESE	40
3. ORIGEM DOS MOVIMENTOS INSURGENTES	44
4. ORGANIZAÇÃO MILITAR DO PAIGC E A SUA EVOLUÇÃO	48
O COMANDO MISSÃO	57
1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	60
2. DIREÇÃO DO PROCESSO OPERACIONAL	70
3. CONDUÇÃO DO PROCESSO OPERACIONAL	73
4. SISTEMA DE COMANDO-MISSÃO	76
O MOVIMENTO E MANOBRA	89
1. ENQUADRAMENTO E CONCRETIZAÇÃO GERAL	91
2. CARACTERIZAÇÃO DAS FORÇAS DE MANOBRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES	99
3. ANÁLISE DO DISPOSITIVO	103
4. ANÁLISE DO MOVIMENTO E MANOBRA	113
5. OPERAÇÃO MAR VERDE	115
AS INFORMAÇÕES	123
1. REVISÃO DA LITERATURA E ENQUADRAMENTO DOUTRINÁRIO	125
2. APOIO À COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO	131
3. O APOIO À GERAÇÃO DE FORÇAS	134
4. O APOIO AO PROCESSO DE TARGETING E ÀS ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E INFLUÊNCIA	138

5. OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES, VIGILÂNCIA E RECONHECIMENTO (IVR)	140
OS FOGOS	151
1. EVOLUÇÃO ESTRUTURAL E DOCTRINÁRIA DO PERÍODO EM ANÁLISE	153
2. DISPOSITIVO OPERACIONAL ENVOLVIDO AO LONGO DA CAMPANHA	159
3. O EMPREGO DOS FOGOS NAS OPERAÇÕES NA GUINÉ-BISSAU	167
A PROTEÇÃO	175
1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL	178
2. SOBREVIVÊNCIA	181
3. PROTEÇÃO SANITÁRIA	187
4. INATIVAÇÃO DE ENGENHOS EXPLOSIVOS	193
O APOIO DE SERVIÇOS	209
1. REVISÃO DA LITERATURA	212
2. O APOIO DE PESSOAL	215
3. A LOGÍSTICA DURANTE A CAMPANHA	220
A AÇÃO PSICOLÓGICA E OS ASSUNTOS CIVIS	241
1. ENQUADRAMENTO DOCTRINÁRIO	243
2. A AÇÃO PSICOLÓGICA	247
3. OS ASSUNTOS CIVIS	253
4. A AÇÃO PSICOLÓGICA E OS ASSUNTOS CIVIS À LUZ DO COMANDO-MISSÃO	259
A ATUAÇÃO DO MARECHAL SPÍNOLA NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU, ENTRE 1968 E 1973	267
1. O MARECHAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA	269
2. SITUAÇÃO MILITAR E POLÍTICA NA GUINÉ EM 1968	273
3. MEDIDAS IMPLEMENTADAS NA GUINÉ APÓS 1968	275

NOTA INTRODUTÓRIA

Jorge Manuel Barreiro Saramago

Brigadeiro-general
Licenciado (pré-Bolonha) em Ciências Militares pela Academia Militar
Diretor de Serviços de Pessoal
Direção de Serviços de Pessoal
saramago.jmb@mail.exercito.pt

Domingos Manuel Lameira Lopes

Tenente-coronel de Administração Militar
Licenciado (pré-Bolonha) em Ciências Militares pela Academia Militar
Docente da Área de Ensino Científico Específico do Exército
Instituto Universitário Militar
lopes.dml@ium.pt

Com a presente publicação, encerra-se um ciclo de três edições onde os discentes do Curso de Promoção a Oficial Superior do Exército – Armas e Serviços (CPOS-E A/S) tiveram a oportunidade de desenvolver Trabalhos de Investigação de Grupo no âmbito da Unidade Curricular (UC) – Áreas Funcionais.

Na 1.^a edição, realizada no ano letivo de 2014/2015, foi desenvolvido um tema geral sobre a análise da Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola sob o ponto de vista das Forças Terrestres. Seguiu-se a 2.^a edição, realizada pelo CPOS-E A/S no ano letivo de 2015/2016 que desenvolveu o tema geral sobre a análise da Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique. A presente edição, foi desenvolvida pelo CPOS-E A/S no ano letivo 2016/2017, e foi subordinada ao tema geral da análise da Campanha Militar no Teatro de Operações da Guiné-Bissau.

Tal como aconteceu nas 1.^a e 2.^a edições, a caracterização e o modelo de análise adotado na realização da investigação, teve como base o estudo da aplicação da força por funções de combate. Procurou-se desta forma tornar este estudo diferenciado dos demais, já realizados no antecedente por outros autores, e, inclusivamente pela Comissão de Estudo das Campanhas de África (CECA). Pretendeu-se que a análise à campanha militar que Portugal desenvolveu na Guiné-Bissau entre 1963 e 1974, fosse efetuada com base naqueles que são os atuais conceitos Doutrinários,

de acordo com as ferramentas que estão disponíveis na atualidade e que são utilizadas nos mais variados Teatros de Operações.

De acordo com a Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3.00 – Operações, “As funções de combate são um grupo de tarefas e sistemas (pessoas, organizações, informação e processos) unidos por uma finalidade comum, que os comandantes aplicam para cumprir missões operacionais e de treino”. Ou seja, as funções de combate são combinadas pelos comandantes de forma a gerar potencial de combate no decurso das operações (Exército, 2012, p.2_24).

A “arte” do comandante trabalhar as funções de combate: movimento e manobra, comando-missão, informações, fogos, proteção e apoio de serviços potenciadas pela liderança e pela informação que funcionam como fatores multiplicadores, visa conferir a uma força, um potencial de combate que não deriva apenas da soma do potencial conferido pelos sistemas de armas e pelos homens.

Foi com este enquadramento que os trabalhos foram conduzidos e elaborados pelos discentes, estando a presente obra, “A campanha militar terrestre no teatro de operações da Guiné-Bissau (1963-1974) – estudo da aplicação da força por funções de combate”, organizada em dez secções:

A Secção I, “Caracterização do teatro de operações da Guiné-Bissau”, representa uma visão genérica do Teatro de Operações (TO) da Guiné-Bissau, que funciona como enquadramento de todo o restante estudo.

A Secção II, “Caracterização dos movimentos insurgentes que atuaram no TO da Guiné-Bissau”, aborda o TO do ponto de vista da atuação dos grupos insurgentes durante o desenvolvimento do conflito entre 1963 e 1974.

Da Secção III à Secção VIII, é feita uma análise ao conflito de acordo com a organização e a Doutrina atual de aplicação da força por funções de combate em comparação com o que foi feito à época. Torna-se evidente que a tipologia do conflito ocorrido na Guiné-Bissau, em nada se pode comparar com aquilo que ocorreu em Angola e Moçambique, devido à singularidade deste território em relação aos demais TO estudados nas edições anteriores.

Na Secção IX é feita uma análise sob o ponto de vista de duas ferramentas (a Acção Psicológica e os Assuntos Cívicos) que nos conflitos atuais, onde prevalece a incerteza e dificuldade em caracterizar o adversário, se revestem de grande importância para os Comandantes e respetivos Estados-Maiores. O TO da Guiné-Bissau foi aquele em que o Exército manifestou mais dificuldade em se adaptar ao ambiente subversivo e muito agressivo em termos meteorológicos.

Por fim, a Secção X, apresenta um estudo de caso sobre a atuação do Marechal Spínola enquanto Comandante-Chefe das Forças Armadas e Governador da

Província, no período compreendido entre 1968-1973. A escolha para o estudo de caso recaiu sobre a figura do Marechal Spínola porque, à luz dos factos históricos, se tornou uma figura incontornável no desenvolvimento do conflito na Guiné-Bissau, e posteriormente na influência que teve nos acontecimentos que viriam a culminar na revolução de abril de 1974.

Esta obra, que não apresenta por si só factos novos sobre o tema em estudo, traz-nos uma visão do conflito, realizada tendo por base conceitos e doutrina atual, o que traduz uma nova abordagem aos factos, ocorridos à época, que são históricos não podendo por isso ser alterados.

Tal como já foi referido anteriormente, encerra-se aqui uma série de três obras, realizadas pelos discentes do CPOS-E A/S ao longo de três anos letivos, que também visa dar a conhecer às gerações mais jovens, como é que um país de poucos recursos, através de um esforço que é de difícil medição, conseguiu manter ativos durante mais de uma década, três TO que distavam milhares de quilómetros da metrópole. Neste caso em particular também se percebe as enormes dificuldades sentidas na adaptação ao TO em estudo como consequência das características peculiares do território da Guiné-Bissau.

SECÇÃO I

TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU

CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL DA GUINÉ-BISSAU 1963 -1974

Autores

MAJ INF Pedro Gonçalo Martins Fernandes Luís
MAJ INF Marco José Neves Sequeira
MAJ ART Telma Cecília Feitais da Silva
MAJ CAV Ricardo Filipe Ferreira Oliveira
MAJ ENG Nuno Fernando Ramos Hinga Fernandes

Orientador

MAJ TM Luís Alves Batista

A Guiné-Bissau¹ foi uma província portuguesa até 1927. Nesse mesmo ano, passou a ser intitulada de colónia², retomando o estatuto de província ultramarina em 1951 e passando a designar-se por Guiné Portuguesa (Mendy, 1996).

Em 1956, Amílcar Cabral fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Originalmente, este partido tentou negociar a retirada das tropas portuguesas, mas perante a intransigência portuguesa, começou a adotar medidas mais violentas para conseguir a independência (Afonso e Gomes, 2009).

Portugal veio assim a travar, por mais de uma década, uma luta armada na Guiné Portuguesa, enquanto mantinha ativas mais duas frentes de combate de características semelhantes, em Angola e Moçambique³. Apesar dos esforços de Portugal para manter o controlo do território e da população, a operação militar não conseguiu lograr um controlo efetivo de todo o território e, em abril de 1973, foi convocada a primeira Assembleia Nacional Popular onde foi declarada a independência e criação do estado soberano da República da Guiné-Bissau (Mendy, 1996).

O trabalho de investigação aqui projetado pretende analisar e caracterizar o Teatro de Operações na Campanha Militar da Guiné-Bissau, durante o período de

¹ Oficialmente República da Guiné-Bissau.

² O ato colonial foi promulgado em 1930 por Salazar (Decreto N.º 18 570, de 8 de julho).

³ O período de confrontos entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas províncias ultramarinas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique designa-se por Guerra do Ultramar ou Guerra de Libertação (termo utilizado pelos africanos independentistas) (Cann, 1998).

1963 a 1974, com vista a identificar as alterações que o conflito armado induziu nas forças terrestres portuguesas.

Com esta abordagem, pretende-se dar um contributo útil para as Forças Armadas em geral e para o Exército em particular, através da compreensão e do conhecimento da forma como este último se adaptou aos desafios com que se deparou na Campanha de África.

Tendo sido definido como tema desta investigação a “Caracterização do Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974)”, foi eleito como objeto de estudo o Teatro de Operações (TO) da Guiné-Bissau. A investigação cinge-se ao período da Campanha Militar da Guiné-Bissau, que decorreu entre 1963 e 1974 e, espacialmente, é focada no território guineense embora, para efeitos exclusivos de enquadramento contextual, sejam abordados espaços físicos e temporais mais amplos. Dentro do período de análise, a investigação é conduzida por forma a obter uma caracterização étnica, territorial e socioeconómica do território da Guiné-Bissau e, posteriormente, é dirigida para a identificação das alterações que esses vetores induziram no conceito de emprego das forças da componente terrestre, especificamente no que concerne a doutrina, a instrução, o treino e a evolução da organização do sistema de forças.

Na condução da investigação, foram utilizados como elementos de consulta as fontes contidas no Arquivo Histórico Militar do Exército, Biblioteca do Exército, Biblioteca da Academia Militar e Biblioteca do Museu Militar do Porto, bem como várias publicações afetas ao objeto de estudo e à história da Guerra do Ultramar. Os estudos desenvolvidos pela Comissão para o Estudo das Campanhas de África (CECA) foram aqueles onde se centrou a investigação, uma vez que possuem inúmeros dados pertinentes para o tema em análise. Para além dos estudos desenvolvidos pela CECA, nas restantes publicações consultadas verificou-se que são imensas as facetas da Guerra do Ultramar que foram alvo de estudos e investigações. No entanto, nenhuma dessas obras aborda ou identifica o conceito de emprego das Forças Armadas Portuguesas que vigorava nos diferentes períodos da guerra e muito menos o fazem em respeito ao conceito de emprego das forças terrestres em específico.

Os temas incidem sobretudo na vertente da história do conflito do Ultramar, das características dos TO, do inimigo, da forma como foram conduzidas determinadas operações militares ou simplesmente relatam experiências pessoais, não havendo registo de uma abordagem concentrada do processo de transformação a que o Exército foi sujeito no período do conflito armado.

Nas publicações inteiramente dedicadas ao conflito na Guiné-Bissau, embora se trate com mais pormenor as características do TO, que reconhecivelmente

eram diferentes e mais severas do que nos outros TO, e sejam apresentadas algumas implicações que esse facto acarretou para a sustentação das forças e para a condução das operações, não são enquadrados de forma objetiva as transformações na doutrina, no treino, na instrução ou na organização do sistema de forças, que daí resultaram.

Posto isto, concluímos que o estudo do conceito de emprego das forças terrestres no TO da Guiné-Bissau não está suficientemente desenvolvido, fruto das razões apresentadas anteriormente, pelo que se justifica estudar esta componente associada à Guerra do Ultramar.

No que respeita a organização do trabalho aqui redigido, este está estruturado em dois capítulos aos quais se seguem as conclusões. No primeiro capítulo são apresentadas as características do TO e os fatores que potencialmente induziram a mudança no conceito de emprego das forças terrestres. No segundo capítulo são analisadas as alterações no conceito de emprego das forças terrestres durante o conflito, provocadas pelas características do TO. Por fim, nas conclusões, concluímos que foram introduzidas algumas alterações ao nível da instrução, do treino e da organização do sistema de forças, fruto dos atributos da população e das propriedades físicas do país.

No próximo capítulo, é feita uma caracterização étnica, territorial e socioeconómica do TO da Guiné-Bissau.

1. CARACTERIZAÇÃO ÉTNICA, TERRITORIAL E SOCIOECONÓMICA DO TO

Neste capítulo é feita uma caracterização étnica, territorial e socioeconómica do TO da Guiné-Bissau para posteriormente se fazer a correlação dessas características com as alterações induzidas no conceito de emprego das forças terrestres. Essa caracterização é dividida em cinco áreas: geografia, política, economia, educação e infraestruturas.

1.1. GEOGRAFIA

A Guiné-Bissau está localizada na costa Ocidental de África onde é banhada pelo Oceano Atlântico entre o Cabo Roxo e a Ponta do Cagete, a Norte faz fronteira com o Senegal e a Sul e a Este com a República da Guiné. Desde 1941 que a sua capital é Bissau. O seu território é composto pelo arquipélago de Bijagós, as ilhas de Jeta, Pecine, Bolama, Bissau, Como e Melo, e pela plataforma continental que junto aos cursos fluviais fica alagada durante a praia-mar. Tem uma superfície de 35 800

km², dos quais cerca de 8 000 km² ficam temporariamente submersos pelas marés. Essas áreas são essencialmente revestidas por mangais e tarrafo. Esta submersão de terras é mais evidente no litoral, junto aos rios, braços de mar e particularmente no arquipélago dos Bijagós. A fronteira terrestre tem 680 km, dos quais 380 km são com a República da Guiné (Círculo de Leitores, 1986).

No que diz respeito a cursos de água, existem duas zonas separadas pela linha limite das marés. Na primeira, a ocidente, o mar sobe e forma vales fluviais no entorno da foz dos rios, surgindo inúmeros canais. A outra área, no interior, é caracterizada por diversos cursos de água com grandes amplitudes de caudal, fruto das irregulares condições climáticas da região, que contemplam períodos do ano com chuvas abundantes e que fazem transbordar os leitos (Bacelar, 2000).

Os principais rios, tendo em conta a sua localização de Norte para Sul, são o rio Cacheu, navegável até Farim, a 145 km da costa, o rio Mansoa, que desagua junto à ilha de Bissau, o rio Geba, o rio Corubal, o rio Buba, que é rio mais profundo da Guiné-Bissau, o rio Tombali, o rio Cubijã, que inunda as zonas de arrozais, e o rio Cacine, a Sul da ilha de Melo (Bacelar, 2000).

O clima da Guiné-Bissau é o resultado de vários fatores, como a sua localização entre o equador e o trópico de Câncer, junto ao mar, mas próximo do bloco continental Sudão-Sahara, combinando a extrema humidade das monções tropicais, com os ventos quentes e muito secos vindos do deserto (CECA, 1989). Dado estes fatores, a região tem duas estações distintas, a seca, de novembro a maio, e a das chuvas, entre junho e outubro, combinando o calor e a humidade e criando um ambiente pesado e depauperante para os seus habitantes, embora por períodos temporários (Bacelar, 2000).

A zona litoral é composta por grandes zonas de palmeirais e de tarrafo, existindo uma área de transição coberta por floresta, com uma largura média de 50 km. No interior, as temperaturas são mais elevadas, os níveis de humidade mais baixos e predomina a savana repleta de pequenos arbustos (Círculo de Leitores, 1986).

1.2. POPULAÇÃO

Segundo o censo de 1960, a Guiné-Bissau contava com cerca de 525 500 habitantes. O seu território, em comparação a Portugal no que diz respeito a área, corresponde a um terço, mas no que diz respeito à população, verificava-se uma etnografia muito mais ampla, com dois grupos predominantes: os Paleo-Sudaneses e os Neo-Sudaneses (Garcia, 2000).

Os Paleo-Sudaneses ocupavam o litoral, e incluíam as etnias Balanta, Felupe, Cassanga, Baiote, Brama, Manjaco, Papel, Bijagó, Beafada, Nalu, Baga e Landume. No interior, faziam parte dos Paleo-Sudaneses as etnias Pajadincas e Tandas. Enquanto isso, os Neo-Sudaneses abarcavam os Mandigas, Saracolés, Bambarãs, Jacancas, Sossos e Jalancas, além dos Fulas, com as subdivisões em Forros, Pretos, Fulas, Boencos e Tucorores, também espalhados pelas regiões mais interiores (Afonso e Gomes, 2009).

No que concerne aos idiomas, a língua portuguesa não tinha grande expressão, sendo apenas utilizada nas grandes cidades onde era frequente haver portugueses. A restante população falava crioulo, francês e uma variedade de línguas africanas nativas das suas etnias (Mendy, 1996).

Quanto à religião, a maior parte da população de origem europeia era católica e a população autóctone era composta por 63,5% de animistas e 35,6% islamizados. Segundo uma divisão tribal, os Mandingas e Fulas eram islamizados, enquanto as restantes seguiam religiões animistas (CECA, 1989).

Finalmente, a distribuição demográfica no território não era uniforme, residindo a maior parte da população no litoral, onde a densidade atingia os 100 habitantes por km², enquanto no Boé apenas se verificava o rácio de um habitante por igual área (Bacelar, 2000).

1.3. POLÍTICA

Não obstante ter sido governada a partir de Cabo-Verde durante alguns anos, a Guiné-Bissau era uma província ultramarina portuguesa com autonomia administrativa e financeira que compreendia os territórios indicados na Convenção Luso-Francesa de 12 de maio de 1886, sendo a sua capital a cidade de Bissau. Os órgãos de poder eram constituídos pelo Governador representante do Governo Português, pelo Conselho Legislativo e pelo Conselho de Governo. O Governador tinha competência executiva e alguma legislativa. Era nomeado pelo Conselho de Ministros sob proposta do Ministro do Ultramar (Gouveia, 2017).

O país estava dividido em nove concelhos (Bafatá, Bissau, Bissorã, Bolama, Cachau, Catió, Farim, Gabú, Mansoa) e três circunscrições (Bijagós, Fulacunda e São Domingos). Onde não era possível a criação de freguesias, existiam postos administrativos. No que concerne o concelho de Bissau em concreto, este era dividido em vários bairros (CECA, 1989).

As relações com a República do Senegal eram muito residuais e com a República da Guiné eram quase inexistentes. Todavia, as populações cruzavam dia-

riamente as fronteiras sem quaisquer problemas para o comércio ou para visitar familiares (CECA, 1989).

1.4. ECONOMIA

O desenvolvimento do país era muito ténue derivado sobretudo ao clima, natureza do terreno e dimensão. A população dependia essencialmente da agricultura de subsistência e apenas uma pequena parte dos produtos eram comercializados.

O comércio era controlado pela casa Gouveia e pela Companhia União Fabril (CUF)⁴, as quais eram também responsáveis pelas importações dos produtos manufaturados. O défice era muito elevado enquanto os lucros da casa Gouveia e CUF eram muito avultados (Afonso e Gomes, 2009).

Um dos maiores problemas da Guiné-Bissau estava relacionado com a alimentação, mais especificamente com a escassez no abastecimento de arroz que constituía a base da alimentação da população. A carência na produção de cereais nos mercados mundiais e o aumento dos preços dos transportes levou a que, em 1973, houvesse a necessidade de racionar a distribuição do arroz e subir o seu preço de cinco para sete escudos por quilo, dos quais o estado suportava 2,5 escudos. Nos países fronteiriços, o preço do arroz era substancialmente superior (Cunha et al., 1977).

A pesca também tinha um papel de extrema importância para a alimentação das populações embora os valores de pescado não atingissem uma tonelagem anual significativa (CECA, 1989).

Eram importados vários produtos para satisfação das necessidades das populações de onde se destacavam os têxteis, automóveis, maquinaria e matérias-primas diversas. Em 1960 foram importados cerca de 322 mil contos em produtos e em 1970 o valor mais que duplicou para cerca de 786 mil contos. Quanto às exportações, em 1960 foram exportados produtos no valor de cerca de 126 mil contos e em 1970 aproximadamente 90 mil contos (CECA, 1989).

Em 1973, foram despendidos cerca de 160 mil contos, sobretudo na promoção social, desenvolvimento económico e de assistência. Em 1974, um elevado número de militares desempenhavam funções civis relacionados com a ad-

⁴ CUF- Companhia União Fabril, chefiada por Alfredo Silva e António da Silva Gouveia da Casa Gouveia, dominava o comércio local e o mercado das oleaginosas e uma boa parte da economia da Guiné (Rollo, 2008).

ministração pública na ocupação dos quadros dos serviços provinciais (Cunha et al., 1977).

1.5. EDUCAÇÃO

No início da década de 60, a população escolar era de apenas 61.000 alunos, com a seguinte distribuição:

- Ensino primário com 56 000 alunos;
- Ensino preparatório com 3 800 alunos;
- Ensino secundário com 1 700 alunos (Cunha et al., 1977).

O número de professores fixava-se em 1 050, dos quais 830 eram civis e 220 militares (Afonso e Gomes, 2009). O ensino era dividido em dois níveis: o ensino primário e o ensino profissional. O primeiro era mais vocacionado para as práticas agrícolas, pecuárias e oficinais, e destinado à classe baixa. O segundo contemplava principalmente cursos de enfermagem, artes gráficas e corte, e era destinado às classes mais ricas. Paralelamente ao ensino corrente, existiam algumas escolas corânicas, que funcionavam como bastiões do extremismo muçulmano desempenhando “um papel essencial na propagação e proteção do islamismo, na preservação da identidade islâmica e na criação de uma contra-cultura” (Garcia, 2000, p. 149).

1.6. INFRAESTRUTURAS

Os principais portos marítimos eram o de Bissau, Bolama e Bubaque, enquanto os portos fluviais dignos de relevo eram o de Chaceu, Farim, Binta, São Domingos, Bambadinca, Xitole, Buba, Catió e Cachine (CECA, 1989, p. 35).

A fraca rede estradal, pontes e caminho-de-ferro, fazia da navegação fluvial a forma de transporte mais utilizada, existindo para o efeito numerosas embarcações quer estatais quer particulares. O transporte aéreo também era uma hipótese, embora as aeronaves fossem mais escassas. Ainda assim, com estes dois meios de transporte, não se conseguia suprir as necessidades para que o comando e controlo, o apoio logístico e o deslocamento de forças fossem feitos de forma eficaz (CECA, 1989).

A Guiné dispunha de 3 150 km de rede estradal, mas apenas 370 km eram asfaltadas, com a particularidade de algumas serem intransitáveis em determinados períodos do ano. Os transportes coletivos supriam as necessidades com carreiras locais e de longo curso (CECA, 1989, p. 35).

Existiam ainda vários aeródromos, sobretudo em pistas de terra batida, sendo os mais importantes o de Bafatá, Nova Lamego, Farim, Tete, Cufar e Bolama, com voos regulares internos, e carreiras internacionais com Cabo-Verde e Lisboa (CECA, 1989, p. 35).

1.7. SÍNTESE CONCLUSIVA

Situada na costa ocidental africana, a Guiné faz fronteira a Norte com o Senegal e a Sul com a Guiné-Conacri. O seu território tem uma superfície de 35 800 km², que abrange a plataforma continental, inúmeras ilhas litorais e vários arquipélagos, que sofrem grande influência das marés. Existem inúmeros rios que compartimentam a região como um todo e que, fruto do fluxo das marés, formam complexas rias na costa de submersão.

O clima é tipicamente tropical, com duas estações bem distintas, a estação das chuvas de novembro a maio, e a estação seca de junho a outubro. A vegetação é composta por espaços de palmeirais, sobretudo junto ao litoral, e por savana no interior.

A população estava distribuída de forma irregular no terreno e com uma composição heterogénea, verificando-se maior densidade populacional junto ao litoral. Existia uma diversidade grande de etnias sendo os Balantas, os Fulas, os Manjacos e Mandingas, aquelas com maior expressão.

Embora fosse uma província portuguesa, a cultura ocidental europeia não se refletia na população. O islamismo propagava-se de forma expressiva, devendo-se em muito às escolas corânicas, fundamentais para a proteção e preservação da identidade islâmica e na criação de uma contracultura.

A fraca rede estradal, pontes e caminho-de-ferro, fez da navegação fluvial a forma mais utilizada de transporte. A compartimentação do terreno por obstáculos naturais assente em três rios de grande envergadura, com navegabilidade fortemente condicionada pelo regime de marés e inexistência de pontes, limitava significativamente o comando, o apoio logístico e o deslocamento de forças que ficavam condicionados aos meios navais e aéreos.

A Guiné-Bissau foi durante muitos anos governada a partir de Cabo-Verde. Não bastasse isso, à exceção da CUF e da casa Gouveia, nunca houve investimentos significativos ao nível socioeconómico ou ao nível de infraestruturas.

No capítulo seguinte são abordadas as principais alterações ao conceito de emprego das forças terrestres no que diz respeito à doutrina, à instrução, ao treino e à organização do sistema de forças no período entre 1963 e 1974.

2. ALTERAÇÕES NO CONCEITO DE EMPREGO DAS FORÇAS TERRESTRES

No presente capítulo serão abordadas as principais alterações ao conceito de emprego das forças terrestres no que diz respeito à doutrina, à instrução, ao treino e à organização do sistema de forças no período entre 1963 e 1974.

2.1. ALTERAÇÕES NA DOCTRINA

A partir do verão de 1958 – data geralmente considerada como o momento em que se dá a viragem estratégica de Portugal da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para África – e face ao ponto de situação, que primava pela ausência de medidas a tomar para fazer face às ameaças de guerra subversiva (Rodrigues, 2004, p. 43), inicia-se a preparação doutrinária para aquilo que já se antecipava para a década seguinte.

Entendeu-se que a melhor forma de obter conhecimento sobre subversão seria, numa fase inicial, efetuar missões específicas de estudo ao estrangeiro⁵, para posteriormente produzir doutrina própria. Assim, e logo a partir de outubro de 1958 são iniciadas estas missões, sendo os relatórios das mesmas utilizados pelo Tenente-Coronel Artur Henrique Nunes da Silva para dar origem aos *“Apontamentos para o Emprego das Forças Militares em Guerra Subversiva”*.

Este projeto foi entregue no Estado-Maior do Exército (EME), o qual, por fases (uma vez que cada secção do manual era experimentalmente aplicada no Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), em Angola e nas Escolas Práticas para validação) havia de dar origem ao *“Exército na Guerra Subversiva”* em 1963, o qual sofreria apenas uma revisão em 1966 (Cann, 1998, pp. 70-71).

Assim, na Guiné, e em tempo útil para o início das hostilidades, estava disponível uma doutrina de contrainsurreição apropriada quer aos meios de Portugal, quer às circunstâncias enfrentadas em África (Cann, 1998, p. 89).

2.2. ALTERAÇÕES NA INSTRUÇÃO

Na sequência da viragem estratégica de Portugal para África inicia-se a reorganização do Exército, por via de publicação de legislação adequada. A direção superior da instrução sofre alterações por via da publicação do Decreto-Lei N.º

⁵ Nomeadamente a países que pudessem facultar conhecimento sobre a subversão e que se debatiam com este tipo de guerra tal como a França na Argélia (1954-1962) e a Grã-Bretanha na Malásia (1948-60), no Quênia (1952-60) e em Chipre (1955-60) (Ribeiro, 2015, p. 220).

42564, de 07 de outubro 1959, que determina que cabe à 5.^a Repartição, na dependência do Vice-Chefe de Estado-Maior do Exército (VCEME), a responsabilidade direta pela direção da instrução e elaboração do Plano Geral de instrução do Exército (CECA, 1988, pp. 305-10).

Considerando a “necessidade imperiosa de intensificar e, até certo ponto, centralizar a instrução dos quadros e forças do Exército nas várias modalidades de operações especiais”, através do Decreto-Lei N.º 42926 de 16 de abril de 1960, é criado o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) em Lamego, com a missão de “instruir os quadros do Exército nas várias modalidades de «operações especiais» e realizar estágios de subunidades, tendo em vista aperfeiçoar a sua atuação numa ou mais modalidades destas operações” (Ribeiro, 2015, p. 225).

Tomada a decisão de intervir em Angola em abril de 1961, desde logo se fizeram sentir os efeitos dessa decisão na instrução. Neste aspeto, decidiu-se constituir, à custa dos quadros do CIOE, equipas itinerantes de instrutores e monitores, que se deslocaram a outros centros de instrução para ministrarem estágios acelerados aos quadros mobilizáveis (CECA, 1988, p. 312). Em março de 1961 é substituído o Plano Geral da Instrução (documento anual estruturante da instrução do Exército) (CECA, 1988, p. 304) pela circular N.º 1020 do VCEME, com alterações na instrução de Praças, que “se manteve sem alterações até 1974” (CECA, 1988, p. 324). Assim, no que à execução da instrução diz respeito, a mesma articula-se conforme Figura 1, procurando refletir as alterações ao longo do período da guerra.

Instrução	Categoria	Destinário	Local de Instrução	Duração	Finalidade	
Preparação de Quadros	Oficiais	Oficiais do QP	Academia Militar		Formar Oficiais do QP das A/S (com exceção do Serviço Geral)	
			Escola Central de Sargentos		Ministrar conhecimentos gerais e especiais para as funções de Oficial dos quadros técnicos	
		Capitães do Quadro de Complemento ⁶	EPI		Formar Capitães do QComp	
		Oficiais Milicianos	EPI – Instrução Básica	11 Semanas	Preparar OF Mil requeridos pelas necessidades de mobilização	
	Escolas Práticas - Especialidades		11 Semanas			
	Sargentos	Fur do QP	A recrutar entre os Fur Mil e 1Cb do QP já com CSM e mediante concurso de provas públicas			
Sargentos Milicianos		Instrução Básica	11 Semanas	Preparar Fur e Sargentos Mil requeridos pelas necessidades de mobilização		
	Escolas Práticas - Especialidades	11 Semanas				
Preparação de Praças	Praças	Escola de Recrutadas	Instrução Básica	Centros de Instrução Básica (CIB) ⁷	09 Semanas	Iniciação militar e educação do recruta em geral
			Instrução Especial	Centros de Instrução Especial (CIE) ⁸	07 Semanas	Formação técnica e tática da função específica
Instruções Especiais	COE ⁹	Oficiais	01 Subalterno p/ Companhia mobilizada	CIOE		Garantir atualização da doutrina CIOE nas Companhas
	EOE ¹⁰	Graduados				
	Comandos ¹¹	Unidades Comandos		CIOE e CIC		Preparar militares exclusivamente para a intervenção operacional

Figura 1 – Resumo da organização da instrução do Exército em 1961

Fonte: Adaptado de CECA (1988, pp. 305-335).

A guerra obrigou a um conjunto de alterações que a seguir se procuram resumir:

– Oficiais QP:

Publicação de legislação com vista ao oferecimento de facilidades aos possíveis candidatos por dificuldade de preenchimento de vagas na Academia Militar (CECA, 1988, p. 315);

⁶ Desde 1970, por Despacho do Ministro do Exército de 20 de julho.

⁷ Na dependência da Direção da Arma de Infantaria (circular N.º 1020/VCEME/61).

⁸ Na dependência da respetiva Direção da Arma (circular N.º 1020/VCEME/61).

⁹ Curso de Operações Especiais (Cancelado em 1968) (CECA, 1988, p. 328).

¹⁰ Estágio de Operações Especiais (Ativado em 1968 para substituir o COE) (CECA, 1988, p. 329).

¹¹ Primeiras experiências em 1962 em Angola; em 1964 na Guiné; em 1967 reorganização do CIOE e CIC para formação de Companhas Comandos (CECA, 1988, p. 330).

A situação acima obrigou a Escola Central de Sargentos a habilitar para a promoção a Oficial do Quadro de Serviço Geral e Técnicos um número muito mais elevado de Sargentos¹² (CECA, 1988, p. 317);

- Oficiais Milicianos:
Aumento em 1966 de um Curso de Oficiais Milicianos (COM) anual para quatro por ano;
- Sargentos QP:
Manteve-se o sistema de recrutamento de entre os Fur Mil e 1Cb do QP já com Curso de Sargentos Milicianos (CSM);
- Sargentos Milicianos
Aumento em 1967 de um CSM anual para quatro por ano;
- Praças
Sem alteração ao longo da guerra desde a circular N.º 1020 do VCEME (ver figura 1);
- Criação de Cursos Especiais
A criação do Curso e Estágio de Operações Especiais e Curso de Comandos, surgiram exclusivamente das necessidades da contrassubversão.

A instrução não decorria unicamente na metrópole, mas também nas Províncias Ultramarinas, que, regendo-se por diretivas semelhantes e objetivos iguais, obedecia a esquemas e planos diferentes. Por exemplo a necessidade de ensinar os mancebos a falar português era uma realidade pelo que constava nos planos de instrução (CECA, 1988). Na Guiné a execução da instrução (de recrutamento local)¹³ era conforme Figura 2.

¹² Em 1966, o número total de alunos foi de 42. Em 1971, ascendeu a 287 (CECA, 1988, p. 317).

¹³ Os dados apresentados somente relatam a situação após 1969, por ter sido nesse ano instituída a obrigatoriedade de inscrever nos Relatórios Anuais de Instrução a atividade de instrução nas Províncias Ultramarinas.

Instrução	Categoria	Destinário		Local de Instrução	Duração	Finalidade
Preparação de Quadros	Oficiais	Oficiais Milicianos		Metrópole EPI – Instrução Básica	11 Semanas	Os mancebos destinados ao COM frequentam os cursos nos CI na metrópole
				Metrópole Escolas Práticas - Especialidades	11 Semanas	
	Sargentos	Sargentos Milicianos		Centro de Instrução Militar/Guiné		40 Mancebos por ano
Preparação de Praças	Praças	Escola de Recrutados	Instrução Básica	Centro de Instrução Militar/Guiné		1000 mancebos por ano (2/3 turnos por ano)
			Instrução Especial			
Instruções Especiais	Comandos		Unidades Comandos	CICmds/Guiné		<ul style="list-style-type: none"> • 01 Companhia em 1970 • 03 Companhas em 1974
Milícias			Milícias	Guiné		<ul style="list-style-type: none"> • 1.542 em 1971 • 1.848 em 1972

Figura 2 – Resumo da instrução ministrada na Guiné

Fonte: Adaptado de CECA (1988, p. 336; 2002, pp. 17-21).

As milícias eram exclusivamente usadas na Guiné a partir de 1964. De recrutamento local, eram uma força paramilitar que se designavam Milícias Normais, quando empregues na defesa e proteção da população contra-ataques, pelo que nesse desiderato se encontravam na dependência do comandante militar local, ou Milícias Especiais destinada a cumprir tarefas de contraguerrilha ofensivas longe das defesas locais (Cann, 1998, p. 137).

2.3. ALTERAÇÕES NO TREINO

Aquando do início do conflito na Guiné, praticamente havia-se congelado a preparação do Exército para a guerra clássica e todo o treino das unidades orientou-se para a luta anti subversiva (CECA, 1990, p. 126), podendo-se agrupar o treino conduzido em Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO) – uma novidade e decorrente das necessidades da guerra – e Instrução de Aperfeiçoamento dos Quadros e das Tropas (IAQT) - que já vinha sendo realizada do antecedente. Apesar de a IAO e a IAQT fazerem parte da “instrução operacional” (CECA, 1988, p. 331), e fazer parecer que se trata de instrução, os seus participantes eram quadros e forças constituídas e por isso aproximavam-se mais do quadro concetual de “treino” que vigora hoje em dia.

Na metrópole, a IAO tinha normalmente a duração de três semanas, com o objetivo de preparar as forças mobilizadas para o Ultramar. No entanto, era com frequência encurtada, seja por motivos de capacidade de infraestruturas seja por necessidade de projeção, e nestes casos com consequências no grau de proficiên-

cia (CECA, 1988, p. 332). A IAQT, tinha a finalidade de preparar forças das unidades territoriais para a segurança interna e para colaborar em exercícios¹⁴ com países estrangeiros.

Instrução	Categoria	Destinário	Local de Instrução	Duração	Finalidade
Instrução Operacional	IAO	Unidades constituídas	CIE mobilizadores ou Guiné	03 Semanas	Preparar forças mobilizadas para Ultramar (a partir de 1972, também, no TO da Guiné)
	IAQT	Unidades constituídas das unidades territoriais	Nas regiões militares e CMSM	Variável	Preparar forças das unidades territoriais para a segurança interna e para colaborar em exercícios com países estrangeiros

Figura 3 – Resumo da organização do treino do Exército em 1961

Fonte: Adaptado de CECA (1988, pp. 305-335).

Pode-se dizer que o treino no TO servia três propósitos: treinar tropas recrutadas localmente; adaptar as tropas chegadas da metrópole às peculiaridades da contrainsurreição em África (Cann, 1998, p. 112); e treino prévio às operações. O treino das tropas locais era feito no seguimento da sua instrução (Figura 3). A adaptação das tropas chegadas da metrópole surge em consequência de os comandos militares acusarem deficiências na preparação das forças, bem como pelo efeito da viagem marítima (que chegava a demorar um mês), e também do facto das condições climatéricas adversas recomendarem que pelo menos uma parte da IAO fosse realizada na província de destino (CECA, 1988, pp. 333-4). Na Guiné, tal viria a acontecer já pela mão do General Spínola, com o objetivo de sensibilizar as tropas recém-chegadas da metrópole para o combate de contra guerrilha, tal como decorria naquele TO (Cann, 1998, p. 114). A IAO era conduzida no Centro de Instrução Militar (Bolama) e no Campo Militar de Instrução (Cumeré). Por último, o treino também decorria já no TO, na preparação para operações específicas, como foi o caso da operação Mar Verde. Com efeito, para essa operação e a partir do final do ano de 1969, a força¹⁵ concentrou-se na lha de Soga, no arquipélago dos Bijagós, para iniciar o seu treino. Este havia de decorrer ao longo de um ano, uma vez que a operação se desencadeou no dia 22 de novembro de 1970 (CECA, 2015, p. 512).

2.4. EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE FORÇAS

Em 1959, na iminência de ocorrência de movimentos armados com o objetivo da independência dos territórios ultramarinos africanos, foram tomadas medidas de reestruturação do dispositivo militar de Portugal.

¹⁴ O último exercício combinado foi o luso-espanhol SALADO em 1966 (CECA, 1988, p. 335).

¹⁵ Militares dos comandos e fuzileiros africanos enquadrados por graduados, oficiais e sargentos europeus dos comandos, fuzileiros e para-quedistas, perfazendo um total de 250 operacionais.

Foram criadas cinco regiões militares, que incluíam Moçambique e Angola, e sete Comandos Territoriais Independentes, nos quais se incluía o Comando Territorial Independente da Guiné (CTIG). Em 1961, na fase inicial das hostilidades pontuais, o Exército dispunha as suas unidades no terreno “segundo a hierarquia habitual: comando-chefe; comando militar; zonas militares, à responsabilidade de comandos de agrupamentos; sectores entregues a comandos de batalhão; subsectores a comandos de companhia; e destacamentos de pelotão e por vezes até de secção” (CECA, 1989, p. 58).

Assim, em 1962 com o CTIG localizado em Bissau, existiam no TO da Guiné quatro Zonas de Ação (ZA): Bula a Oeste segurando metade da fronteira com o Senegal, Bafatá a Este com a restante fronteira com o Senegal e parte da fronteira com a Guiné-Conacri, Tite a Sul com o remanescente da fronteira, e Bissau ao centro, cada uma destas ZA com um Comando de Batalhão (CmdBat).

Na ZA de Bula, uma Unidade de Escalão Companhia (UEC) guarnecia esta localidade, sendo que outras duas UEC guarneciam Teixeira Pinto e Mansoa. Todas estas unidades tinham destacamentos de pelotão. Em Bafatá existiam apenas duas UEC, uma nesta localidade e outra em Nova Lamego, mas dada a extensa ZA e baixa densidade populacional, todas as Unidade Escalão Pelotão (UEP) ocupavam destacamentos distantes. A Sul, em Tite, as três UEC ocupavam bases em outras tantas localidades e ainda montavam destacamentos isolados de UEP. Na ZA de Bissau a maioria das forças estavam estacionadas na cidade sendo compostas por três UEC. Como reserva, o CTIG dispunha de um Batalhão de Caçadores (BatCac) e outros meios de apoio, que incluíam unidades de reconhecimento, polícia militar, morteiros, canhão sem recuo, artilharia de campanha e artilharia antiaérea, para além das unidades de apoio de serviços que estavam concentradas em Bissau.

2.4.1. Organização no final de 1963

Com o reforço do dispositivo militar foram criadas mais três ZA. Bula foi dividida em duas: Bula (quatro UEC) a Oeste e Mansoa (seis UEC) ocupando a parte Norte-Central do TO. A ZA de Tite foi dividida por sua vez em três ZA: Catió (três UEC) a Sul, Buba (três UEC) a Este e uma ZA em Tite (três UEC), mais pequena, com a área de fronteira com a Guiné-Conacri.

Mantendo Bissau (três UEC mais uma de reserva) e Bafatá (cinco UEC) a mesma área, “verifica-se, assim, que as atenções se fixaram especialmente no Sudoeste do território e também na fronteira Norte” (CECA, 1989, p. 65). As localidades que antes eram ocupadas por UEP passaram na sua quase totalidade a ser ocupadas por UEC.

2.4.2. Organização no final de 1964

No início de 1964 foi lançada a Operação Tridente com o objetivo de recuperar o controlo da região do Como, mas que não teve os resultados operacionais desejados, pois os insurgentes recuperaram a liberdade de ação na área passadas poucas semanas, por não haver uma ocupação territorial eficiente das nossas forças. O terreno acidentado, sujeito às oscilações das marés que o tornavam bastante alagado, bem como a população, que apoiava os insurgentes, dificultaram “uma operação de larga escala, não havendo qualquer garantia de uma vitória efetiva sobre a guerrilha” (Gomes, 2014).

Após o fracasso da Operação Tridente poucas vezes se intentou, nos primeiros anos, realizar outras operações de grande envergadura. Ao invés, apostou-se na colocação das unidades militares junto das populações e o “plano de distribuição dos batalhões e companhias pelo Teatro de Operações da Guiné revelava essa preocupação pois os seus aquartelamentos-base ficavam sempre junto de aglomerados populacionais” (Policarpo, 2010, p. 61). Inclusive eram destacadas forças, num conceito de proteção das populações, para junto dos povoados mais distantes produzindo alguns benefícios. Por um lado, protegiam-se as populações que eram favoráveis à presença portuguesa e, por outro, evitava-se que estas colaborassem com o inimigo, fosse de uma forma voluntária ou por coação. Acreditava-se até que esta dispersão iria permitir ter força mais perto da ação armada do inimigo de modo a responder-lhe em tempo. Havia também um fator psicológico adicional dentro das forças portuguesas e das populações de um certo apoio mútuo, criado por uma malha densa de forças que se podiam socorrer umas às outras, muito característico do posicionamento de “forças em quadrícula”. No entanto, este sistema de maior descentralização e perda de capacidade de comando e controlo acarretava vicissitudes que não favoreciam o esforço de guerra. Ocorria assim que havia unidades que estavam localizadas junto às fronteiras “à mercê de ações contrárias, partindo diretamente dos países vizinhos” (CECA, 1989, p. 57).

Em Bissau, o CTIG contava com três Unidades de Escalão Batalhão (UEB) de reserva, num total de 12 UEB para todo o TO da Guiné. Este reforço de presença militar foi mais notório junto à fronteira com a Guiné-Conacri na região de Cacine. Foram também referenciados os primeiros grupos de comandos em reserva do Comando Militar e também as primeiras unidades constituídas por milícias locais.

2.4.3. Organização no final de 1966

Neste biénio, o efetivo aumentou ligeiramente e houve uma reestruturação de forças. Foi constituído o Comando de Agrupamento (CmdAgr) 24 para controlar a Zona Militar (ZM) Este e as reservas que estavam concentradas em Bissau foram

atribuídas às ZM ou foram preposicionadas noutras localizações. É de notar um aumento de 15 UEC de milícias, sinal que “aumentou notavelmente o empenho da população local na luta ativa” (CECA, 1989, p. 76).

Em 1968, os ganhos da guerrilha começavam a tornar-se por demais evidentes e a Comunidade Internacional reconhecia essa sua presença, pelo que, em março de 1968, “o Governo decidiu promover o reajuste da estratégia da defesa para esta província, começando por substituir o comandante-chefe” pelo Brigadeiro António de Spínola (Policarpo, 2010, p. 64). Este começou por reconhecer a existência de áreas controladas pela guerrilha e ordenou a retirada de forças destas áreas. Concentrou esforços na frente Norte e criou forças de intervenção prontas a operar em qualquer ponto do TO na sua dependência direta. “Decidiu abandonar algumas guarnições de fronteira, flageladas duramente a partir de bases existentes nos países limítrofes, e outras, cujo interesse estratégico e tático era muito discutível” (Policarpo, 2010, p. 67). O foco passou a ser as bases de sustentação da guerrilha no território da Guiné e foram desenhadas operações ofensivas com recurso a forças especiais da metrópole e nativas. “Segundo o novo conceito substituiu-se, nalguns casos, a presença efetiva na área pelo dinamismo da intervenção” (CECA, 1989, p. 58). Essas operações eram lançadas inclusive para lá da fronteira, assumindo o risco político que tais ações em território estrangeiro poderiam trazer.

A Oeste, na localidade de Bigene, foi criado o Comando Operacional 3 (COP 3) no qual as UEB respondiam diretamente ao novo Comandante-Chefe sem escalão coordenador. Este passou também a contar com uma Companhia de Comandos em reserva para todo o TO.

Entre 1969 e 1970 surgiram uma série de diretivas que apontavam a população como o objeto essencial da luta anti subversiva e que instituiu um conceito de concentração de população e proximidade entre a autoridade e as pessoas. “Em lugar da ocupação efetiva de todo o território, dava-se ênfase à denominada manobra socioeconómica, fazendo convergir as forças para as zonas de ocupação populacional” (CECA, 1989, p. 58). A intenção era reordenar as populações mais afetadas à administração portuguesa garantindo estas a sua autodefesa, exercendo pressão para que as populações não controladas se movimentassem e organizassem junto das autoridades portuguesas e exercessem ação psicológica sobre as populações controladas pelos guerrilheiros procurando que estas os deixassem de apoiar ou no mínimo que aceitassem parcialmente o controlo português. Para o reordenamento e a movimentação de famílias foi necessário que as aldeias albergassem no seu seio os aquartelamentos das forças portuguesas. “As instalações militares distribuíam-se pelo aldeamento, fundindo-se com ele, de forma a confundir o inimigo

e a inibi-lo de o flagelar, com receio de atacar a sua própria população” (Policarpo, 2010, p. 90). Esta estratégia de proximidade permitiu adicionalmente a criação de corpos de autodefesa locais, a criação de forças auxiliares e de milícias que mais tarde vieram a integrar o próprio Exército Português. A preocupação com a manobra socioeconómica levou mesmo a que se desocupassem áreas desabitadas ou pouco habitadas, passando estas “a ser designadas por Zonas de Intervenção do Comando-Chefe (ZICC)” (CECA, 1989, p. 99).

Até 1973 não ocorrem alterações significativas, mas a partir de setembro com a morte do líder do PAIGC, Amílcar Cabral, a pressão do conflito foi aumentando degradando progressivamente a situação militar, sendo “previsível o colapso do Exército Português num período relativamente curto, que poderia oscilar entre seis meses a um ano” (Policarpo, 2010, p. 118). Nesse período, os Comandos dos Agrupamentos Operacionais (CAOP) mantinham UEC de milícias agora reforçados com Grupos Especiais e o Comandante-Chefe do TO mantinha em Bissau um Batalhão de Comandos, a quatro UEC, como reserva.

2.5. SÍNTESE CONCLUSIVA

As alterações na doutrina, instrução e treino referidas, foram abrangentes para todo o Exército, preparando-se algumas delas ainda no final da década de 50. No início do conflito na Guiné, em 1963, as alterações referenciadas na doutrina estavam já concluídas, estando já distribuído “*O Exército na Guerra Subversiva*”. Assim, não se pode deduzir que resultaram das características do TO da Guiné, alterações no conceito de emprego das forças terrestres no que à doutrina diz respeito.

No que concerne a instrução de forças, esta não decorria unicamente na metrópole, mas também no TO, onde havia recrutamento para a formação de milícias. Embora seguissem diretivas e objetivos semelhantes, os planos de instrução foram adaptados às realidades locais. As diferenças culturais e o nível de escolaridade dos elementos alistados foram certamente elementos preponderantes nas adaptações que foram feitas na instrução. Uma dessas adaptações prendeu-se com a necessidade de ensinar os mancebos a falar português. Por força da cultura ocidental europeia não se refletir na população e da língua portuguesa não estar devidamente difundida, os idiomas utilizados pela população eram próprios das diversas etnias, o que dificultava o papel dos comandantes e dos instrutores, que enfrentavam grandes constrangimentos na comunicação.

A criação do CIOE prendeu-se com a necessidade de conduzir instrução nas várias modalidades de operações especiais e aperfeiçoar a atuação de quadros e subunidades neste tipo de operações. No entanto, o emprego deste tipo de unida-

des deveu-se mais à tipologia do inimigo a enfrentar e à sua forma de atuação, do que propriamente às características do TO.

Quanto ao treino, a preparação das forças decorria em parte na metrópole e era orientada para a tipologia de conflito que iam enfrentar. Outra parte do treino era ministrada nos TO para permitir que as tropas chegadas da metrópole se adaptassem às condições climáticas adversas que, no caso da Guiné-Bissau, combinavam a extrema humidade das monções tropicais com os ventos quentes e muito secos vindos do deserto, gerando um ambiente extremamente pesado e depauperante para os militares.

No treino que decorria no TO para a preparação de operações específicas, era frequente o emprego conjunto de elementos das forças terrestres com unidades de fuzileiros. Deduz-se que tal acontecia porque o terreno dificultava imenso a progressão terrestre, fazendo da navegação fluvial a forma mais fácil de aproximação aos objetivos. Como esta última era fortemente condicionada pelas marés, havia a necessidade de reforçar o treino dos militares em operações anfíbias.

Cedo se percebeu que parte da população apoiava os insurgentes, o que dificultaria a vitória portuguesa. Com efeito, poucas vezes se realizaram operações de grande envergadura, apostando-se mais na dispersão das unidades militares para junto das populações, num conceito de proteção dos povoados. Por um lado, protegia-se as populações que eram favoráveis à presença portuguesa e, por outro, evitava-se que estas colaborassem com o inimigo. Essa disposição permitia também, em teoria, que as forças se pudessem socorrer umas às outras, gerando o fator psicológico de apoio mútuo dentro das forças portuguesas e das populações. No entanto, este sistema, mais descentralizado e com perda de capacidade de comando e controlo, acarretava vicissitudes que não favoreciam o esforço de guerra, já que a população estava distribuída de forma irregular no terreno, com uma composição heterogénea e muito pouco densa. Havia por isso um grande número de pequenas unidades a ocupar destacamentos distantes, onde os acessos eram muito limitados, deitando por terra qualquer conceito de apoio mútuo entre unidades e produzindo fracos resultados, face ao que era esperado. Ocorria ainda que algumas dessas unidades destacadas tinham de ficar localizadas junto à fronteira, altamente permeável, e por isso facilmente à mercê de ações inimigas lançadas a partir dos países limítrofes.

A partir de 1968, percebendo-se que essa configuração do sistema de forças era vulnerável e que os efeitos sobre a população, embora positivos, eram insuficientes, decidiu-se fazer um reajuste, abandonando algumas guarnições de fronteira e substituindo a ocupação efetiva de todo o território pelo dinamismo das

forças de intervenção e pela denominada manobra socioeconómica. Manobra que consistia num conceito de convergência das populações dispersas para junto das autoridades portuguesas, permitindo dessa forma concentrar mais as unidades militares e aumentar a relação de proximidade entre a autoridade e as pessoas.

De seguida, iremos apresentar as conclusões que derivaram do nosso trabalho de investigação sobre o tema em análise.

CONCLUSÕES

Neste trabalho de investigação foi estudada a correlação entre as características do TO da Guiné-Bissau e as alterações que se verificaram no conceito de emprego das forças terrestres. Concluímos que foram introduzidas algumas alterações ao nível da instrução, do treino e da organização do sistema de forças, fruto dos atributos da população e das propriedades físicas do país.

Pudemos constatar no capítulo um que, aquando do conflito, a população estava distribuída de forma irregular no terreno, com uma composição heterogénea e muito pouco densa. Existia uma diversidade grande de etnias, sendo os Balantas, os Fulas, os Manjacos e Mandingas as etnias com maior expressão. A língua portuguesa estava pouco difundida, falando-se sobretudo crioulo, francês e uma variedade de línguas africanas nativas das suas etnias. O território era amplo, abrangendo a plataforma continental, inúmeras ilhas litorais e vários arquipélagos, que sofriam grande influência das marés, condicionando fortemente a navegabilidade. Associada a isto, a inexistência de pontes limitava significativamente o comando, o apoio logístico e o deslocamento de forças que ficavam condicionados aos meios navais e aéreos. A fronteira com os países limítrofes era extensa e altamente permeável e o clima era tipicamente tropical, combinando a extrema humidade das monções tropicais com os ventos quentes e muito secos vindos do deserto. Não havia investimentos significativos ao nível socioeconómico ou ao nível de infraestruturas, pelo que, embora fosse uma província portuguesa, os níveis de escolaridade eram baixos e a cultura ocidental europeia não se refletia na população.

Verificámos também, no capítulo dois, que não se pode deduzir que resultaram alterações no conceito de emprego das forças terrestres, no que à doutrina diz respeito, devido às características do TO da Guiné. A necessidade de instruir unidades de Operações Especiais também não se deveu propriamente às características do TO, mas antes à tipologia do inimigo e à sua forma de atuação. Por outro lado, as diferenças culturais, o nível de escolaridade dos elementos locais que se alistavam nas milícias foram elementos preponderantes para as adaptações

que foram feitas nos planos de instrução no TO. Uma dessas adaptações prendeu-se precisamente com a necessidade de ensinar os mancebos a falar português. Quanto ao treino, a preparação das forças enviadas para África decorria em parte na metrópole e outra parte nos respetivos TO, para permitir que as tropas recém-chegadas se adaptassem às condições climatéricas adversas, que no caso da Guiné-Bissau, geravam um ambiente extremamente pesado e depauperante para os militares. No TO, nas ações de treino para operações específicas, era frequente o emprego conjunto de elementos das forças terrestres com unidades de fuzileiros. Tal acontecia porque a progressão por via terrestre era extremamente difícil fazendo da navegação fluvial a forma mais fácil de aproximação aos objetivos. Mesmo sendo a forma mais fácil de aproximação, esta era fortemente condicionada pelas marés, e por isso havia a necessidade de reforçar o treino dos militares em operações anfíbias.

Parte da população local apoiava os insurgentes, pelo que no início do conflito, apostou-se na dispersão das unidades militares para junto das populações, protegendo dessa forma aquelas que eram favoráveis à presença portuguesa e evitando que as adversas colaborassem com o inimigo. Isso permitia também, em teoria, que houvesse apoio mútuo entre as várias unidades militares. No entanto, a população estava distribuída de forma irregular no terreno, com uma composição heterogénea e muito pouco densa, o que obrigava muitas unidades a ocuparem destacamentos distantes, onde os acessos eram muito limitados, para produzirem efeitos muito pouco significativos. Algumas dessas unidades destacadas ficavam também localizadas junto à fronteira, altamente permeável, e por isso facilmente à mercê de ações inimigas lançadas a partir dos países limítrofes. Percebendo-se que, com essa configuração, o sistema de forças era vulnerável e que os efeitos sobre a população não atingiam o pretendido, decidiu-se fazer um reajuste, abandonando algumas guarnições de fronteira e substituindo a ocupação efetiva de todo o território pelo dinamismo das forças de intervenção e pela denominada manobra socioeconómica que fazia convergir as populações dispersas para junto das autoridades portuguesas, permitindo dessa forma concentrar mais as unidades militares e aumentar a relação de proximidade entre a autoridade e as pessoas.

Este conjunto de observações permitem identificar as alterações no conceito de emprego das forças terrestres induzidas pelas características do TO da Guiné-Bissau. Uma das alterações prendeu-se com a necessidade de adaptar os planos de instrução no TO para fazer face às diferenças culturais e ao nível de escolaridade dos elementos locais que se alistavam. Outra alteração adveio da necessidade dos militares portugueses se adaptarem às condições climatéricas adversas e por isso

parte do treino das forças portuguesas era conduzido no TO. Ainda no âmbito do treino, para a preparação de operações específicas havia a necessidade de reforçar o treino dos militares em operações anfíbias, uma vez que, fruto das características do terreno, a navegação fluvial, embora fosse fortemente condicionada pelas marés, era a forma mais fácil de aproximação aos objetivos. Por fim, verificou-se que a dispersão populacional e os acessos muito condicionados às povoações, levou à conversão do dispositivo de forças inicial, que dispunha as forças por todo o território, para um dispositivo de forças mais concentrado, fazendo antes convergir as populações dispersas para junto das autoridades portuguesas. A permeabilidade da fronteira permitia ao inimigo circular livremente e lançar ataques a partir dos países limítrofes, o que fez com que algumas guarnições de fronteira tivessem de ser abandonadas. A ocupação efetiva de todo o território foi substituída pelo dinamismo das forças de intervenção e pela denominada manobra socioeconómica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. e Gomes, C. M., 2009. *Os Anos da Guerra Colonial:1961.1975*. Lisboa: QuidNovi.
- Bacelar, S., 2000. *A Guerra em África 1961-1974: Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*. Porto: s.n.
- Cann, J., 1998. *Contra-Insurreição em África, 1961-1974 - O modo português de fazer a guerra*. Estoril: Edições Atena Lda..
- Centro de Geografia do Ultramar, 1961. *Carta da Província da Guiné*. s.l.:s.n.
- Círculo de Leitores, 1986. *Moderna Enciclopédia Universal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Comando Territorial da Guiné, Quartel General, s.d. *Pistas de aterragem na Guiné*. s.l.:s.n.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): I Enquadramento Geral*. 2.ª ed. Lisboa: Beira Douro, Lda.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1962-1974): III Dispositivo das Nossas Forças Guiné*. Lisboa: Pentaedro.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 2002. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1962-1974): VII Fichas das Unidades (Tomo II - Guiné)*. Lisboa: Europress.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 2015. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): VI Aspectos da Atividade Operacional - Tomo II - Guiné (Livro2)*. 1.ª ed. Lisboa: CAVE.
- Cunha, J., Arriaga, K., Rodrigues, B. e Marques, S., 1977. *África A Vitória Traída*. Lisboa: Editorial Intervenção.
- Exército Português, 2012. *PDE 03-00 Operações*. s.l.:s.n.
- Garcia, F., 2000. *Guiné 1963-1974 : Os movimentos independentistas, o Islão e o poder português*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

- Gomes, D., 2014. 50 anos da Operação Tridente. *Revista Militar*, Junho/Julho.
- Gouveia, J., 2017. *Guiné-Bissau de Colónia a Independente*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.cart1525.com>> [Consult. em 28 de março de 2017].
- Mendy, P., 1996. *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*. 3rd edition ed. s.l.:Scarecrow Press.
- Mota, T., s.d. *Guiné Portuguesa*. s.l.:s.n.
- Policarpo, F., 2010. *A Guerra da Guiné 1963-1974*. Matosinhos: Quidnovi.
- Ribeiro, J., 2015. O Corpo de Estado Maior e a doutrina de contra subversão portuguesa, 1958-1963. Em: *O Corpo de Estado Maior do Exército Português: Apogeu e Queda*. Lisboa: Fronteira do Caos Editores.
- Rodrigues, L., 2004. *Costa Gomes, no epicentro do furacão*. Lisboa: Prefácio.
- Rollo, M., 2008. *No Centenário da CUF – O "Grande Industrial" Alfredo da Silva (1871-1942)-II*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/no-centenario-da-cuf-o-grande-industrial-alfredo-da-silva-1871-1942-ii/>> [Consult. em 24 março de 2017].
- Rosa, A., 2014. *A Evolução da Formação em Contexto de Trabalho no Exército Português: Contributos para a Melhoria*. Évora: Universidade de Évora
- Santos, L. e Lima, J. (edits.), 2016. *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa: IUM.
- Teixeira, A., 1961. *Guiné Portuguesa*. s.l.:s.n.

SECÇÃO II

ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO-MILITAR E OPERACIONAL

O ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO -MILITAR E OPERACIONAL DO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)

Autores

MAJ INF Nelson Dias Pereira
MAJ CAV Flávio de Jesus da Graça Lima
MAJ ART Carlos Filipe Montezo Casquinha
MAJ MAT Isabel Maria Abreu Madeira De Faria
MAJ INF Daniel Filipe Vasconcelos Pereira de Oliveira

Orientador

TCOR ADMIL Domingos Manuel Lameira Lopes

Para compreender totalmente a situação vivida na época em estudo, será necessário recordar que se vivia o período da Guerra Fria que opunha dois grandes blocos, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Sociais Socialistas (URSS) em disputas estratégicas e conflitos indiretos, mas em que o continente europeu também esteve no centro das atenções.

A Europa tinha saído muito fragilizada da II Guerra Mundial (II GM), o que, aliado ao facto de muitos Países Europeus serem administradores de territórios ultramarinos, sem grande capacidade para se oporem ao fenómeno da luta dos movimentos de libertação pela independência, emancipação e da descolonização na África subsariana. O historiador Elikia M'Bokolo referiu que

[...] a emancipação política de África, que se concentrou num curto período de tempo, foi tão espectacular como fora a sua conquista pelos colonizadores em finais do século XIX. Por isso, o acontecimento cuidadosamente orquestrado pelos intervenientes (políticos, militares, testemunhas) concentrou a atenção dos que estudavam a quente as sociedades e o movimento social.

M'Bokolo (2007)

Em Portugal persistia uma ideia, descrita por (Dr.) Oliveira Salazar, que África “[...] arde porque lhe deitam o fogo de fora [...]”, (Nogueira, 2006 cit. por Garcia, 2000, p. 111), o que permitia constatar que a luta no Continente africano resultava na confluência dos interesses das superpotências estrangeiras.

Após a I Guerra Mundial (I GM), a URSS tinha começado a surgir a nível internacional com ideologias contra o colonialismo, mostrando desde essa altura a

sua preocupação com os territórios de África, tentando explorar em seu benefício o nacionalismo crescente e as ambições ativas de algumas elites dos territórios africanos. Para a URSS, uma vez que a ameaça à Europa era inoportuna, África representava uma plataforma indireta para atacar o Ocidente. Os EUA, que surgiram como defensores da autodeterminação dos povos, iam exercendo a sua influência no apoio aos movimentos de emancipação, inicialmente através da Sociedade das Nações e, mais tarde, através da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta postura tornou-se mais evidente quando, em 1961, os americanos, relativamente à situação da Libéria, se colocaram ao lado da URSS, República Árabe Unida e do Ceilão no Conselho de Segurança (EME, 1988, pp. 39, 56-57).

No período pós II GM, assistiu-se a um ritmo acelerado na libertação dos povos de África e da Ásia por um grande número de Países da Europa, como foi o caso da Inglaterra, França e Bélgica. Estes territórios, assim que obtinham a independência, aderiam à ONU, criando um grande número de Estados contra as políticas de Portugal e dos países colonizadores presentes no continente africano no seio da ONU. Como tal, para além das superpotências, estes movimentos independentistas contavam ainda com o apoio conjunto dos povos africanos e dos países socialistas que integravam a ONU, recebendo igualmente o auxílio de diversos governos ocidentais e Organizações Não-Governamentais (ONG). O primeiro propósito dessas organizações (Organizações Internacionais (OI) e ONG) foi “apoiar os movimentos independentistas do Ultramar Português, na sua luta contra a soberania portuguesa, fornecendo-lhes auxílio político e material, promovendo reuniões, conferências, encontros, patrocinando a impressão de artigos, publicações periódicas, etc.” (Garcia, 2000, p. 113).

Ao longo deste capítulo procura-se explorar a importância dos congressos e conferências para a internacionalização da luta e reivindicações no antigo Ultramar Português, analisar os apoios a nível de outros Estados, OI e ONG, no sentido de entender a sua relevância para o desfecho desta situação.

1. CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS E APOIOS

1.1. AS CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS

As Conferências e Congressos desempenharam um papel importante para a autodeterminação dos povos de África, nomeadamente na chamada de atenção da comunidade internacional sobre a situação vivida neste continente, tentando buscar nas OI, como a ONU, a legitimidade na luta pela independência e o respetivo apoio. Estas reuniões, por outro lado, procuravam obter apoios de outros Estados,

entidades e organizações, nomeadamente do continente asiático e URSS, para auxiliar os povos dominados por países europeus.

1.2. APOIO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A entrada de Portugal na ONU não foi fácil, inicialmente devido ao impasse causado pela Guerra Fria e o veto por parte da URSS (Silva, 1995, p. 5). Após isso, a situação não melhorou, devido aos condicionalismos impostos e à adesão a esta organização de vários países do continente africano.

A ONU também desempenhou um papel fundamental para a autonomia dos povos africanos, questionando os seus membros detentores de responsabilidades de administração de territórios africanos sobre as condições desses territórios, conforme vem descrito no art.º 73.º da Carta das Nações Unidas (CNU). A Portugal, aquando da entrada para esta organização em 14 de dezembro 1955, o Secretário-Geral da ONU conforme era prática, questionou se o nosso país “administrava algum território dependente ou não autónomo.” (EME, 1988, p. 53), ao que o governo respondeu negativamente, dado que todos estes territórios possuíam independência face à nação portuguesa.

É a partir deste momento que se inicia a discórdia entre Portugal e vários Estados membros da ONU relativamente à aplicação do art.º 73.º da CNU. Esta interação é amplamente comprovada através das resoluções: A/1514 (XV); A/2105 (XX); A/2107 (XX); A/2395 (XXIII) e A/3061 (XXVIII).

Em 25 de maio 1963 é assinada a Carta da Organização da Unidade Africana (OUA), em Addis-Abeba, por parte de trinta e dois Estados Africanos, “que segue o enfiamento lógico e doutrinal da Carta das Nações Unidas” (Garcia, 2000, p. 114). Com este acontecimento nascia a OUA, cujo intuito assentava na necessidade de desenvolvimento de uma organização capaz de acolher os Estados que fossem alcançando a sua independência ou os que recentemente a tivessem adquirido. Desta forma procuravam promover a unidade e solidariedade entre os Estados Africanos e combater para a libertação dos povos sob domínio de uma outra potência. Relativamente a este último ponto, a OUA decidiu, no início da sua criação, dedicar a sua atenção à coordenação das atividades dos movimentos independentistas africanos, criando para o efeito o Comité de Libertação Africana (também conhecido pelo comité dos nove¹).

¹ O Comité de Libertação Africana era formado por delegados da Argélia, Congo-Léo (Congo Belga), Etiópia, Guiné, Nigéria, Senegal, Tanzânia, Uganda e República Árabe Unida.

A missão deste Comité, “era conseguir o apoio diplomático, material e moral, coordenando e canalizando esse apoio aos movimentos independentistas” (Felgas, 1966, p. 75). Para reforçar esta ideia de apoio aos movimentos independentistas o N.º 6 do art.º 3.º da Carta prescreve a “[...] dedicação sem reserva à causa da emancipação total dos territórios africanos ainda não independentes [...]” (Garcia, 2000, p. 116).

Na Carta está patente a preocupação relativamente ao conceito de Paz, mas também perante os de Defesa e Segurança. A Carta da OUA refere a intenção de “[...] salvaguardar e consolidar a independência e a soberania duramente conquistadas, bem como a integridade territorial [...]”, mostrando uma grande preocupação sobre a consolidação dos esforços conquistados e a integridade territorial. No art.º 2.º reforça a ideia da Defesa e Segurança, alertando para que “[...] os Estados Membros coordenarão e harmonizarão as suas políticas gerais [...]” (Garcia, 2000, p. 115). Esta preocupação advém da consciencialização (por parte dos Estados Membros da OUA) de que o apoio aos movimentos independentistas, de uma forma direta ou indireta, poderá ter consequências, resultando daí a preocupação com a Defesa e Segurança.

A ONU e a OUA desempenharam um papel importante ao concederem aos movimentos uma projeção internacional e de expressão política. Condições essas que Garcia (2000, p. 117) considera essenciais para a sobrevivência. No entanto, foi o apoio em termos práticos, nomeadamente o fornecimento de equipamento e armas, medicamentos e treino militar por parte de alguns países, que permitiu a subsistência dos movimentos.

1.3. APOIO DOS ESTADOS

Para os movimentos independentistas toda a ajuda era importante. Todavia, o apoio prestado pelos países vizinhos como a República do Senegal e a República da Guiné, tinha uma importância vital, uma vez que era daí que os movimentos dispunham de bases de onde iniciavam as operações militares.

A República da Guiné, durante a governação de Ahmed Sékou Touré, acolheu os membros do então recém-fundado PAIGC, permitindo que a sede deste movimento fosse em Conakry. O apoio, segundo o Embaixador da República da Guiné no Cairo (Felgas, 1966, p. 55), não terá sido apenas acolhimento, mas também a colocação de bases militares à disposição e o envio de armas para o PAIGC para tornar este território independente. Para além deste apoio, o movimento beneficiava de facilidades de trânsito, educação dos futuros quadros do movimento, propaganda, assistência sanitária e a instrução militar das Forças Armadas Revo-

lucionárias do Povo. De acordo com o PAIGC, este movimento definiu as bases da sua política externa, em que considerava que o mesmo deveria “fazer todos os esforços, e mesmo algumas concessões quando necessário, [...] para manter e reforçar as melhores relações” com a República do Senegal e República da Guiné (PAIGC, 1974, p. 142), ficando patente a importância dos países vizinhos para este movimento.

Por outro lado, a República do Senegal, com Léopold Sédar Senghor, já tinha acolhido outros grupos políticos guineenses, tais como o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), a União Popular para a Libertação da Guiné (UPLG), a União das Populações da Guiné (UPG), o *Rassemblement Démocratique Africain de la Guinée* (RDAG) e a União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP), veio mais tarde acolher e prestar auxílio à Frente de Luta para a Independência da Guiné (FLING). O Governo do Senegal, inicialmente talvez por receio que a presença do PAIGC no seu país desse alento ao partido da oposição (Partido Africano da Independência (PAI)) e fosse até causa de perturbações internas (Felgas, 1967, pp. 54-55), também já via a sua importância e influência, tendo decidido apoiar e celebrando um protocolo de modalidades de cooperação (Garcia, 2000, pp. 122-123), facilitando a passagem de armamento e o trânsito e fixação de grupos armados, controlando através de escoltas (Guarda Republicana e Exército) para evitar desvios para as populações de Casamansa.

Apesar de inicialmente estes dois países (República do Senegal e República da Guiné) apoiarem movimentos diferentes, em 24 de outubro de 1963 os respetivos Presidentes reuniram-se na República do Senegal e concordaram no apoio ao povo da Guiné, através do PAIGC e FLING, na luta pela independência do domínio português (Felgas, 1967, p. 48). Devido ao apoio prestado pelas nações limítrofes e ao facto dos movimentos terem as suas sedes nos territórios destas nações, acarretou que fossem alvo de intervenções militares e levaram a uma série de queixas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), por parte da República do Senegal² e República da Guiné³, conduzindo à condenação de Portugal através das Resoluções do Conselho de Segurança.

A formação política dos quadros do PAIGC era feita na URSS e China e estes elementos, quando regressavam exerciam funções de maior responsabilidade (Garcia, 2000, p. 117). A formação destes elementos era aperfeiçoada através dos “Seminários de Quadros”. Apesar da formação política ter um papel determinan-

² Resolução N.º 178 de 24abr63, N.º 204 de 19mai65, N.º 273 de 09dec69, N.º 294 de 15jul71, N.º 302 de 24nov71 e N.º 321 de 23out72.

³ Resolução N.º 275 de 22dec69 e N.º 290 de 08dec70.

te para o PAIGC, a formação em outras áreas civis também permitiu desenvolver competências importantes para o futuro pretendido por este partido. Neste campo, foram muitos os países que prestaram auxílio, como por exemplo Cuba na área de transmissões e enfermagem; Hungria na área de economia e engenharia de minas; Bulgária na área de medicina, medicina veterinária, enfermagem, agronomia, pesca e indústria conserveira; China na área de espionagem e sindicalismo; Alemanha Democrática na área de eletricidade e máquinas; Checoslováquia na área de engenharia de minas e civil, máquinas, medicina, sindicalismo, espionagem, higiene e profilaxia social; e Rússia na área de medicina, enfermagem, agronomia, geologia, pedagogia, sindicalismo, comerciais e mecânicos (Garcia, 2000, p. 118). Na área de formação militar, este apoio era prestado pela República da Guiné, Argélia, Cuba, China (especializações de política e guerra subversiva), URSS (cursos, especializações de aeronáutica, marinha e fuzileiro, especializações políticas, bem como a preparação militar dos futuros quadros do Exército Popular) e Marrocos (Garcia, 2000, p. 118). Na área do armamento, o fundador do PAIGC, Amílcar Cabral, fazia pressão sobre a OUA e ONU no sentido de apelar à NATO para que deixassem de fornecer armamento a Portugal, alegando que esse armamento estava a ser utilizado na Guiné-Bissau (Felgas, 1967, p. 92). Por outro lado, procurava ter mais e melhor armamento para ser utilizado na luta pela independência. Este armamento era obtido, essencialmente, em países do bloco socialista como a Argélia, Cuba (material pesado), URSS, Jugoslávia (Garcia, 2000, pp. 121-122) e Checoslováquia (Felgas, 1967, p. 90).

Na área de equipamentos e ajuda humanitária, estes apoios eram prestados sobretudo pelos países nórdicos (Dinamarca, Noruega, Finlândia e Suécia). A Suécia desempenhou um papel importante no apoio aos movimentos independentistas, tendo sido um impulsionador para que outros países, nomeadamente a Finlândia e Noruega, tivessem aderido à causa dos movimentos. O facto de não haver ligações históricas ou económicas, fez com que os contactos surgissem apenas no final da década de sessenta e que o posterior apoio tenha surgido a partir de 1969, altura em que o PAIGC já estava estabelecido como uma força decisiva (Sellström, 2008, pp. 144-145). Ainda segundo o mesmo autor, todo este apoio foi possível devido à capacidade diplomática de Amílcar Cabral. No caso da Dinamarca, o apoio anunciado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros seria em material destinado aos campos da saúde e educação. Já a Noruega tencionava dar apoio humanitário e assistência económica, tendo proposto ao PAIGC a concessão de verba⁴ na forma de bens e equipamentos (Garcia, 2000, p. 120). O apoio por parte do Governo Fin-

⁴ Um milhão de coroas norueguesas.

landês à causa Africana só se fez sentir em 1973, após a visita de Amílcar Cabral a Helsínquia (Sellström, 2008, p. 163).

Torna-se visível o programa arquitetado pelo PAIGC, através do seu líder Amílcar Cabral, em que, por um lado, tinha o apoio na formação, armamento e equipamento para continuar a luta pela independência através da URSS e seus aliados; e, por outro lado, tinha o apoio dos países ocidentais na cooperação civil e na reconstrução da Guiné Portuguesa (Sellström, 2008, p. 163).

1.4. APOIO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Para além do apoio formal dos Estados, analisado no capítulo anterior, na Guiné-Bissau foi significativo o apoio prestado pelas ONG. Estas organizações pretendiam apoiar os movimentos independentistas no conflito contra a soberania portuguesa. Este apoio era materializado na prestação de “auxílio político e material, promovendo reuniões, encontros, peditórios, patrocinando publicações, folhetos” (Garcia, 2003, p. 160). As principais ONG's que atuaram na Guiné-Bissau terão sido as que se apresentam na Figura 1.

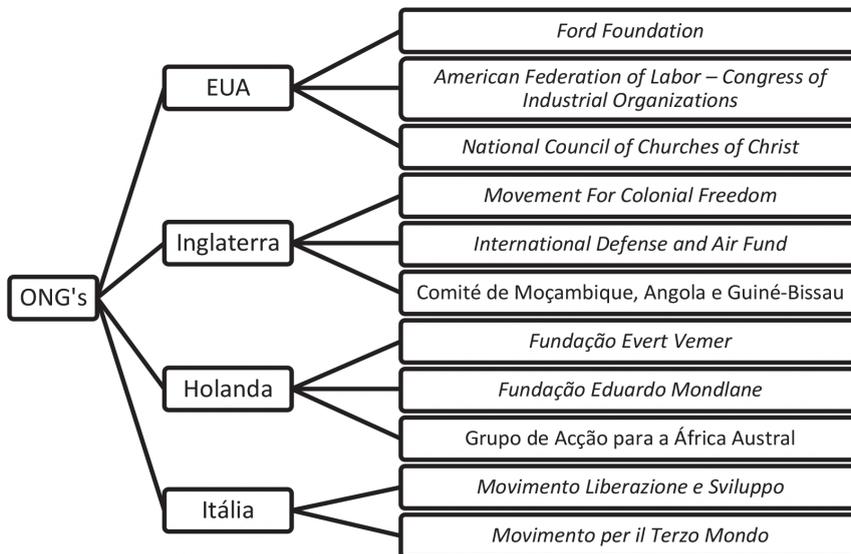


Figura 1 – Listagem de ONG's que atuaram na Guiné-Bissau

Fonte: Garcia (2000).

Estas organizações tinham intenção de apoiar financeiramente os movimentos independentistas, para fins humanitários e políticos, através de recolha de fundos. O PAIGC como movimento de maior expressão, obteve uma grande parte

dessa receita (Garcia, 2000, pp. 123-124). A dispersão geográfica destas organizações permite ver o alcance que os movimentos independentistas africanos tinham já na altura, mesmo junto de organizações de países aliados de Portugal na NATO.

2. A POPULAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU E A SUA GÉNESE

A Guiné-Bissau tem uma história recente. Inicialmente, o Império do Gana ocupava essa região, mas perante a primeira grande Força Islâmica, os Almorávidas, colapsa. Estes novos conquistadores introduziram o Islão de forma convincente aos líderes da denominada “África Negra”, tendo sido muito aceite pela maior parte dos líderes das tribos locais. Os Almorávidas conquistaram todo o Norte de África e inclusive a Península Ibérica (Mota, 1954).

Contudo, a não aceitação desta nova religião (Islão) originou vários deslocamentos de povos para oeste, formando o Império de Mali (Mandingas) que, inicialmente, travou a propagação do Islão (mas que depois também se converte). Também surgem vários estados Animistas. Mais tarde, contrariando essa tendência surgem os Fulas, no Século XVIII, que são islâmicos e expandem-se para a região este (Mota, 1954).

As incursões no interior do território bem como a não-aceitação de presença europeia no território conduz, ao longo dos anos, a vários confrontos com etnias locais (nomeadamente Mandingas, Papeis, Brameis, Balantas e Grumetes, entre outros) e a luta pelo controlo e poder territorial leva à ocupação de ilhas, compras de territórios e acordos com etnias dominantes na região (Campos, 2012).

2.1. AS ETNIAS GUINEENSES E AS SUAS IDEOLOGIAS

Ao longo destas sucessivas conquistas, ocupações e movimentos migratórios, a Guiné-Bissau encontrava-se habitada por etnias com raízes culturais e religiosas diferentes. Como na maioria das nações Africanas, as fronteiras determinadas pelas “potências colonizadoras” dividiram povos amigos e aglomeraram povos rivais, criando fraturas que perduraram ao longo do tempo (Cissoko, 2016).

Num censo realizado em 1960 na então designada Província da Guiné, constatava que tinha uma população total de 525 437 habitantes, que se disseminavam por todo o território numa densidade populacional a rondar os 15 habitantes por km². Cerca de 70% da população vivia nos grandes centros urbanos, na sua maioria localizados no litoral (1 000 hab/ km²). A população multiétnica (Figura 2) deste território era representada por: os Balantas (25%); os Fulas (21,5%); os Manjacos

(15%); os Mandingas (13%); os Papeis (8%); os Bijagós (2,5%); e um grupo de pequenas tribos (Felupes, Beafadas, Nalus, Cassangas, Banhuns, Baiotes, Cobianas, Pajadincas/Bajarancas e Tiapis/Cocolis, entre outros) (15%) (Policarpo, 2006).



Figura 2 – Mapa de etnias da Guiné-Bissau

Fonte: guinee-bissau.net.

Reunir estas etnias numa causa comum, decerto que se constituiu numa tarefa muito complexa, tendo em conta as lutas, ascendências e divergências ao longo de séculos. A história pouco reporta às guerras e batalhas existentes entre estes povos. Visto que os relatos da época provêm dos povos colonizadores e não dos colonizados, é difícil de pormenorizar e refletir sobre as ligações, relações sociais e políticas entre os mesmos (Cunha, 1961).

2.2. A CULTURA E A RELIGIÃO

Nos censos de 1950, 63,5% da população era Animista, 35,6% Islâmica e os Católicos não atingiam 1%.⁵ Os Animistas eram provenientes dos povos mais litorais que tiveram menos influência Fula, os Islâmicos ocupavam as regiões mais rurais e mais interiores, os Católicos ocupavam os aglomerados mais desenvolvi-

⁵ Dados da *World-Factbook da CIA* de 2008 apontam para o crescimento das religiões Islâmica (45,1%) e Cristã (22,1%) e decréscimo nos Animistas (14,9%), 2% sem religião e 15,9% de outras religiões.

dos (Cacheu, Bissau e Bafatá) e eram constituídos pela população branca e pelos “civilizados de raça negra” que se intitulam de “Grumetes” (Mota, 1954).

Os Animistas, de *Anima* (alma), que veem o corpo como recipiente da alma, que é eterna. (Taylor, 1871). Estes povos são sempre os mais céticos à alteração do costume e da cultura, e foram sempre os mais difíceis de serem “civilizados” (Mota, 1954).

Os Islâmicos, com influência proveniente do Nordeste de África, muito propagado na região pelos Fulas. Religião em que o profeta Maomé, através de mensagens recebidas do divino (Alá), expressas no Corão, com as ações do profeta descritas na Suna (Alves, 2013). A expressão de “mandingado” demonstra a islamização dos Mandigas bem como todos os indivíduos locais convertidos ao Islão (Mota, 1954).

Os Cristãos, através dos ensinamentos do profeta Jesus Cristo, crêem num Único Deus e na Santíssima Trindade. Religião dos colonizadores europeus (Mota, 1954).

A religião acarreta costumes, modos de vida e hábitos que desenvolvem e constroem a cultura do povo. A religião sempre foi uma forma de conquistar, que poupa as armas e o sangue. Os menos céticos aceitam a mudança e convertem-se, os mais céticos lutam pelo seus valores, cultura e tradição. Na Guiné-Bissau assistimos à não colonização religiosa, devido à grande resistência por parte dos povos Animistas. Ao longo de toda a ocupação Portuguesa são estes que se constituem como o maior entrave à colonização e efetuam mais ataques às pretensões Portuguesas. Por outro lado, vêem-se encurralados entre Fulas, colonizadores continentais Islâmicos e Portugueses, colonizadores europeus Cristãos. O islamismo nas regiões do interior com menos recursos e mais rural, o Animismo e Cristianismo nas regiões mais ricas e mais disputadas (Mota, 1954).

Nesta panóplia de etnias e religiões surgem os Grumetes. São os nativos “civilizados”, católicos de religião, oriundos maioritariamente de Cabo-Verde, conhecedores do poder político português e das suas fragilidades. Vão ser os principais impulsionadores dos movimentos liberais e separatistas (Mota, 1954).

A religião não assume assim a razão fulcral dos conflitos, a sua influência na cultura motiva os apoios ou as fraturas perante os Colonizadores.

2.3. AS ETNIAS NOS MOVIMENTOS INDEPENDENTISTAS

A população estava concentrada nos grandes aglomerados urbanos situados, na sua maioria (com exceção de Nova Lamego), na costa Atlântica na região

oeste do país, rondando 70% do total da população. Três religiões predominantes, uma população heterogênea, onde se falavam cerca de vinte (20) línguas e dialetos diferentes, com ancestrais diferentes e com crescimentos e desenvolvimentos muito díspares. População que encara o crescimento dos movimentos de libertação como novo colonialismo visto que, para eles, se tratava de um novo poder colonizador disfarçado de libertação do povo. Esta visão é defendida pelas etnias de menor representação, que ao longo da história testemunharam e sentiram a presença de vários conquistadores que difundiram a sua religião e cultura e conduziram à perda de identidade de território (Policarpo, 2006).

Muitos são os movimentos liberais suportados em etnias diferentes, com o ideal comum de uma Guiné livre e independente. Como tal, quanto mais significativa for a influência, o número de pessoas e o poder da etnia, maior será a força do movimento.

Antes de falar dos apoios da população aos dois principais movimentos, convém salientar algumas particularidades deste conflito. A etnia Fula apresentava o maior crescimento e expansionismo no território antes da presença Portuguesa, nunca se associou a nenhum movimento de independência, sentia que conseguia maior liberdade de ação se Portugal continuasse no território. Os Mandingas, nesta altura, associavam-se muito à ideologia Fula e partilhavam, de certa forma, a mesma intenção. Estas duas etnias têm a particularidade de representarem cerca de 34,5% da população e ocuparem a região este, numa dimensão perto dos 60% de todo o território, na região onde apresentaram menos ações hostis e onde os movimentos independentistas gozavam de menor apoio da população (Policarpo, 2006). A norte, os Manjacos, os Felupes os Papeis e os Brumes apoiavam o Movimento de Libertação da Guiné (MLG). Mais tarde este movimento fracionou-se, tendo uma ala formado outro movimento - FLING (com forte apoio do Senegal e atuava nas regiões noroeste) e outra ala reforçado o PAIGC (Mota, 1954).

Os Balantas formavam a força combatente do PAIGC e residiam nas regiões de maior conflito. Os dirigentes deste movimento eram na sua maioria Cabo-Verdianos ou oriundos de Cabo-Verde (os Grumetes), que até então ocupavam os cargos de relevância na estrutura política colonial do território. Esta disparidade, juntamente com a ideia de Amílcar Cabral fundir a Guiné com Cabo-Verde, conduz a várias disputas dentro do PAIGC. Por um lado, várias vezes os Balantas alegavam serem eles próprios que “andam no mato” e os Grumetes estudam no exterior e “ocupam as secretárias” na Guiné-Conacri, por outro, acusavam de existir um novo colonizador da Guiné visto que os “Grumetes não são Guineenses são Cabo-Verdianos” (Mota, 1954).

3. ORIGEM DOS MOVIMENTOS INSURGENTES

Para compreender a origem dos movimentos insurgentes na Guiné-Bissau torna-se necessário recuar ao primeiro momento que irá originar o acentuar da presença portuguesa naquele território, a conferência de Berlim em 1884. Revela-se como um marco histórico importante, pois é nesta conferência que os países colonialistas vão dividir entre si o território do continente Africano.

Até à conferência de Berlim, Portugal apenas mantinha a sua presença na Guiné-Bissau através dos seus entrepostos comerciais. Embora tentasse a expansão para o interior do território, estas tentativas revelaram-se sempre tímidas e pouco definidas. A conferência de Berlim teve o efeito de levar Portugal a aumentar a sua presença na Guiné-Bissau ocupando todo o seu território de forma a garantir definitivamente a administração do mesmo e reclamando-o como parte do território nacional.

Tendo Portugal a administração do território guineense, sempre se manteve, embora em pequena escala e sem capacidade política ou militar, uma ligeira oposição por parte de alguns “pequenos burgueses” guineenses. Estes continuaram a efetuar algumas “tentativas de resistência política ao colonialismo português” através de “grupos, sindicatos, clubes de amigos, etc” que tinham “tendências nacionalistas” (Cabral, 1974). O verdadeiro sentimento de nação guineense ganha força com o “conjunto de novas relações e dos novos fenómenos implantados” que originam trocas comerciais internas mais intensas levando ao “movimento das populações” (Cabral, 1974) e ajudando a fomentar o sentimento de nação.

No final da I Guerra Mundial e aproveitando uma Europa em recuperação, mas não se forçando no panorama internacional, os Estados Unidos aproveitam para se estabelecer como Potência Mundial impondo o seu ritmo nas Relações Internacionais. Em 1918, o Presidente dos EUA, Woodrow Wilson, nas “bases enunciadas para a conclusão da paz [...] fez questão de nelas incluir um parágrafo obrigatório sobre o reconhecimento dos interesses das populações colonizadas, obrigando a que o assunto fosse tratado na Conferência de Versalhes” (Policarpo, 2006). A Rússia, por seu lado, em “clara oposição ao espírito europeu” apoia os “movimentos nacionalistas e emancipalistas emergentes colaborando no terreno com as elites étnicas das colónias”, apoiando política e militarmente os mesmos (Policarpo, 2006). Estas elites, a já referida pequena-burguesia, via-se assim apoiada tanto pelas bases lançadas para a conclusão da paz do lado dos EUA, como da parte da URSS com o seu apoio deliberado e a sua postura assumida de “inimiga do Colonialismo” (Policarpo, 2006).

Em 1920, decorre em Baku no Azerbaijão o Congresso dos Povos Oprimidos que acentua ainda mais o sentimento anticolonialista pós-grande guerra. A Sociedade das Nações afirma-se no seio internacional como uma defensora dos “movimentos emancipalistas, na esteira do novo posicionamento da diplomacia americana” (Policarpo, 2006).

Outro fator que surge na origem dos movimentos insurgentes na Guiné-Bissau foi a postura dos grandes países europeus colonialistas que “mobilizaram os recursos humanos e económicos” provenientes das suas colónias no decorrer da Grande Guerra com a promessa de “autonomia e horizontes de independência” (Policarpo, 2006). Esta postura leva a que os povos guineenses renovem a esperança de Portugal seguir a mesma linha orientadora.

O aparecimento no contexto internacional de pan-africanistas como Du Bois, Garvey e Price-Mars despoleta uma série de conferências com o objetivo de demonstrar a importância de África para o futuro mundial. Em todos estes congressos, a linha orientadora e mais veementemente defendida era a necessidade dos povos colonizados se tornarem independentes. No Congresso de Paris, em 1919, onde Portugal esteve presente, o representante português fez questão de reforçar que Portugal não via as suas colónias como território conquistado com gentes e povos de outras raças e nacionalidades, mas sim como parte integrante de Portugal, onde viviam portugueses nascidos na metrópole ou nas colónias e que no território metropolitano também essa premissa era verdadeira.

Se a lei não faz distinção entre as províncias metropolitanas e do ultramar e entre os portugueses nascidos de um e do outro lado dos mares, o povo a acompanha de bom coração. É assim que vedes em Portugal os africanos desempenhar todos os lugares de Administração e os vedes ministros, professores, juizes, oficiais ou soldados, todos com os mesmos direitos.

Policarpo (2006)

Posteriormente, no Congresso de Londres em 1921, Portugal foi acusado de “permitir a prática de escravatura nas suas colónias” embora o representante português tenha “recusado veemente” essas acusações. Todos estes movimentos a favor da independência das autonomias das colónias, da defesa dos direitos dos “negros” para que, no paradigma internacional, fossem tratados como Homens perante a comunidade internacional, veio a desempenhar um papel fundamental no despoletar dos movimentos insurgentes na Guiné-Bissau.

O final da II GM traz uma “corrente de esperança no mundo” e no seguimento da mesma instala-se o período da Guerra Fria, com os Estados Unidos e a Rússia a emergirem como as duas grandes potências antagonistas. Entra-se então num

período de corrida ao domínio global por parte dos dois blocos em que se dividiu o globo (Policarpo, 2006). No decorrer deste período, no V Congresso Pan-Africano realizado em 1945 em Manchester, foi aprovada uma declaração que aponta a independência como única e possível opção para a resolução dos problemas nas colônias africanas. Em 18 de abril de 1955 dá-se a Conferência de Bandung na Indonésia, cujo principal objetivo foi o de apresentar aos povos africanos as soluções que levaram à independência dos povos asiáticos. Os povos presentes nesta conferência, terminam proclamando “ser dever de todos os povos libertados ajudarem os povos ainda subjugados a conquistarem a sua soberania, por via pacífica, ou violenta”. No seguimento desta conferência, Moscovo aproveita para “desencadear ofensivas diplomáticas e não diplomáticas, tanto no sudoeste Asiático como em África” (Policarpo, 2006).

A 20 de setembro de 1960, a ONU declara “Portugal possuía territórios coloniais e lhes negava o direito à autodeterminação, constituindo essa recusa uma ameaça ao bem-estar da humanidade e à paz internacional” (Policarpo, 2006). Esta posição da ONU foi vista por Amílcar Cabral com uma primeira vitória contra o Governo de Portugal dando mais força e motivação para a crescente contestação à administração portuguesa.

Jovens alunos oriundos das colônias a estudar em Portugal desenvolvem “consciência de se unirem contra o colonialismo português”. O regresso destes jovens aos seus territórios de origem, depois de terminarem os estudos, contribuíram para um acentuar do sentimento de necessidade de libertação do domínio português e constitui-se como um fator que vem aumentar a vontade de tornar a Guiné-Bissau num país livre da administração portuguesa. Estes movimentos levam a que sejam criadas várias organizações na Guiné-Bissau. Inicialmente, estas não passavam de “organizações recreativas” pois não possuíam conhecimento nem experiência para se iniciarem como organizações com cariz político. A administração portuguesa proíbe a existência de tais organizações levando ao sentimento de que os “Africanos não tinham nenhum direito sob o domínio Português”. Este sentimento de revolta começa a cimentar a ideia de que a única maneira de resolver esta situação e melhorar as condições dos nativos guineenses é “avançar para a luta” (Cabral, 1974).

Em 1952 é criado clandestinamente por Amílcar Cabral, o Movimento para a Independência da Guiné (MING) que, a 19 de setembro de 1956 se torna no PAIGC. A partir de 1958, formam-se diversos partidos políticos, assentes em pequenas etinas, que pretendiam a libertação da Guiné-Bissau, nomeadamente o Movimento para a Libertação da Guiné (MLG), a União das Populações da Guiné (UPG), a

União Popular para a Libertação da Guiné (UPLG), o *Rassemblement Démocratique Africain de la Guinée* (RDAG), e que se restringiam à Guiné-Bissau, ao contrário do PAIGC que pretendia a união com Cabo-Verde. Posteriormente, alguns desses partidos fundiram-se na FLING (Ferreira, 2009, p.161).

Em 1959, após o “massacre de Pidjiguiti”⁶, gera-se um sentimento de “grande indignação entre toda a população da Guiné e Cabo-Verde”. Este momento é, talvez, aquele em que o Governo Português perde definitivamente o apoio da facção da população que até aí o apoiava. Um ano antes foram aparecendo “pequenos grupos” e, em 1959, o PAIGC conseguiu uni-los sob a sua égide formando uma “organização única” (Cabral, 1974). Em setembro de 1959 aproveitando a memória bem viva do “massacre de Pidjiguiti” foi realizada uma “conferência clandestina” em Bissau onde foi decidido que o PAIGC iria preparar-se para a “luta armada”. A partir desta conferência iniciou-se a “mobilização das pessoas” (Cabral, 1974). Este momento e a retaliação que as Forças Armadas portuguesas levaram a cabo sobre o povo guineense pela sua participação e apoio através de missões de sabotagem à “luta dos Angolanos”, foi o que os “impeliu irremediavelmente para a luta armada” (Cabral, 1974).

No seguimento da conferência de Bandung na Indonésia, vários foram os movimentos que apareceram na Guiné-Bissau. Em 1959, a maioria acabou por se fundir no PAIGC. A partir de 1962, apenas dois movimentos estavam presentes na Guiné: O PAIGC e a FLING. Embora a FLING também tenha desempenhado um papel importante na condução da mensagem independentista, apenas o PAIGC desenvolveu a luta armada contra as Forças Portuguesas.

Quando chegou a hora de desencadear a luta armada, coube ao PAIGC o papel primordial, porventura exclusivo, da sua condução e empenho. Animados pela crescente adesão da comunidade internacional à causa da libertação dos povos colonizados, estes movimentos partiram para o terreno e esforçaram-se para criar condições que lhes permitissem desencadear todo o tipo de ações necessárias à expulsão da Administração Portuguesa do território.

Policarpo (2006)

Com a força que o PAIGC assumiu, quer no interior do território, quer na Política Internacional, muitos dos povos costeiros e insulares associaram-se à causa do PAIGC. A FLING não conseguiu opor-se ao crescendo do PAIGC, mas também nunca juntou forças com este. O grande apoio do PAIGC provém do exterior, quer em armamento quer em formação, equipamento e financiamento, já referido

⁶ Os trabalhadores, estivadores e marinheiros do porto de Bissau, reivindicavam um aumento salarial, levando a uma greve que foi violentamente reprimida pelas autoridades coloniais, registando-se cerca de 50 mortos e uma centena de feridos.

no capítulo anterior. Com esses meios conseguiu efetuar uma grande campanha de propaganda sobre a população guineense (EME, 1969).

O PAIGC esforçou-se para se tornar numa força com capacidade político-militar providenciando condições à população e conduzindo uma eficaz ação de propaganda que tinha como objetivo não só o recrutamento, mas a validação dos seus ideais e o apoio à causa independentista do partido. “Conseguiu implantar no terreno (o PAIGC) uma organização administrativa revolucionária de enquadramento das populações, investindo estrategicamente na mentalização ideológica, nos cuidados primários de saúde, na educação e no recrutamento de voluntários para pegar em armas, se necessário fosse.” (Policarpo, 2006).

Resumindo, os movimentos insurgentes surgem pela primeira vez após a Conferência de Berlim como resposta ao acentuar da presença portuguesa na Guiné-Bissau. Após a Conferência de Bandung e aproveitando a crescente contestação ao Governo Português, nomeadamente após o Massacre de Pidjiguiti, o PAIGC conclui que apenas com a luta armada contra o “colonialismo português” será possível a libertação da Guiné-Bissau da administração portuguesa. Após a Segunda Guerra Mundial, o paradigma internacional altera-se com a emergência dos Estados Unidos como superpotência no panorama das Relações Internacionais. A ideia da liberdade dos povos leva a um movimento internacional a favor da libertação dos povos colonizados, sendo o seu manifesto traduzido em várias conferências mundiais (Policarpo, 2006). A Rússia, ainda que com outros objetivos, declara-se inimiga do Colonialismo, apoiando política e militarmente, no terreno, os movimentos emancipalistas e nacionalistas das colónias africanas e asiáticas. A Europa viu-se pressionada pela comunidade internacional com os EUA na liderança e pela Rússia, com oposição declarada e pronta a armar, treinar e financiar os movimentos insurgentes, a apoiar a independência dos povos africanos e inclusivamente retirar o apoio aos governos colonialistas. A ONU desempenhou um papel fundamental a favor da descolonização portuguesa, declarando que Portugal mantinha uma política que permitia o indigenato em África (Policarpo, 2006).

4. ORGANIZAÇÃO MILITAR DO PAIGC E A SUA EVOLUÇÃO

No início de 1962 os grupos guerrilheiros apresentavam uma clara articulação das suas ações, divididas essencialmente entre ações políticas e ações militares, procurando com a combinação de ambas a independência para a Guiné-Bissau. Esta articulação assentava em dois grupos armados de guerrilha denominados de “área”,

com caráter territorial ou “móveis”, com caráter de intervenção. Em 1963/1964 o PAIGC cria a “Milícia Popular” com a finalidade de reestruturar a guerrilha.

De forma a facilitar as operações, o PAIGC, tendo especial atenção às religiões e etnias existentes no país, dividiu o território em três zonas distintas, Zona Norte, Zona Sul e Zona Leste, agrupando nestas regiões, as quais seriam divididas depois em zonas e sectores (Afonso, 2000, p.98).

Em 1969 a evolução era de tal forma que as suas unidades já se encontravam divididas em três grupos distintos, nomeadamente a Infantaria, a Artilharia e grupos especiais equipados com armamento e equipamentos diferentes. Nesta época, a organização preferencialmente escolhida pelo PAIGC para combate era o Bigrupo. Este, não tinha uma constituição fixa, mas normalmente rondaria os trinta e oito a quarenta e quatro homens, com elevada flexibilidade, capacidade de fogo, essencialmente, conhecendo a forma de combater dos Portugueses (Afonso, 2000, p.159).

Em 1971 fruto, novamente do sucesso alcançado até ali e também do apoio externo recebido, o PAIGC sofre uma nova reestruturação, passando a denominar-se Forças Armadas Nacionalistas (FAN), que tinha como missão a luta armada em todo o território. Também fruto desta reestruturação, nasce a Marinha Nacional Popular, o Exército Nacional Popular, bem como as Forças Armadas Locais (FAL), tendo estas últimas como unidade base, o Grupo com um efetivo de dezanove homens (Afonso, 2000, p.160). Variando entre autores, no entanto segundo Afonso (2000, p.105), entre 1972 e 1974, os militares portugueses estimavam que existissem a combater, pelo PAIGC, sete mil combatentes, sendo que destes, quatro mil e cem pertenciam ao Exército Popular e os restantes faziam parte das FAL.

4.1. TÉCNICAS E TÁTICAS

Entre 1969 e 1972, o PAIGC executava mais de cinquenta ações mensais, causando nestas uma média de dez mortos e setenta feridos, números estes que viriam a aumentar, sendo exemplo disso os mais de sessenta mortos e duzentos e sessenta feridos em maio de 1973, fruto de mais de cento e sessenta (160) ataques a forças portuguesas, onde se salientam as emboscadas, o uso de minas e ataques contra aeronaves. Esta ultima modalidade continuaria a ser ainda mais explorada, tendo como exemplo, as ações antiaéreas no final de março e início de abril de 1973 tais como o abate, o flagelo das mais diferentes aeronaves, como o Fiat G-9, aviões T-6, helicópteros AL III, e DO-27 (Afonso, 2000, p.161).

A partir de janeiro de 1973 os guerrilheiros possuem várias embarcações (capturadas aos portugueses) mas que nunca chegam a utilizar em operações mili-

tares, sendo este equipamento usado para a logística até ao final da guerra (Ministério do Exército, 1966).

Em março de 1973 as guerrilhas começam a utilizar mísseis terra-ar *Strella*, retirando às tropas portuguesas, no espaço de duas semanas, a liberdade de manobra no espaço aéreo (Ministério do Exército, 1966), tendo sido este facto um ponto de viragem no conflito.

Uma das características das táticas empregues pelos guerrilheiros assentava na condução de operações em profundidade em qualquer parte do território, sendo que depois, para se furtarem à reação das tropas portuguesas, refugiavam-se para além das fronteiras, em território de países vizinhos cooperantes (República da Guiné e Senegal). Isto era-lhes permitido devido à natureza do terreno, especialmente à pequena extensão do território (ao contrário de Angola e Moçambique), bem como pelo facto do território fazer fronteira com países com interesses que se coadunavam com os da guerrilha, mais do que com os do Governo Português. Existia, portanto, muito pouco tempo para as tropas portuguesas reagirem e conseguirem impedir as guerrilhas de atingirem os seus santuários (Ministério do Exército, 1966).

4.2. RECURSOS TÁTICOS

Face às dificuldades de recrutamento, os guerrilheiros possuíam nas suas “fileiras” elementos de ambos os sexos e de todas as idades, ao contrário das forças portuguesas que apenas podiam fazer uso de jovens e adultos do sexo masculino santuários (Ministério do Exército, 1966).

Apesar de variar de região para região e conforme a etnia, o apoio da população aos guerrilheiros na Guiné foi muito superior ao recebido pelas guerrilhas em Angola e Moçambique, sobretudo devido a um muito maior empreendimento nos campos da propaganda e subversão dos civis, antes de começar o conflito.

Outros dos aspetos positivos dos recursos humanos utilizados, era a elevada motivação dos combatentes, pois todos os guerrilheiros eram voluntários, ao contrário das tropas portuguesas. Associado ainda aos combatentes, era a robustez que estes possuíam, pois conseguiam marchar sessenta a setenta km/dia devido especialmente ao seu sistema imunológico mais forte e ao facto de estarem adaptados ao clima e agentes biológicos autóctones, sendo capazes de recuperar de feridas que matariam ou incapacitariam um soldado regular continental.

Durante o período de guerra foram também usadas drogas (Ministério do Exército, 1966). Os guerrilheiros, com o uso das mesmas, procuravam uma obediência imediata dos seus combatentes, bem como a ausência de contestação por parte dos mesmos. O uso de drogas permitia ainda ao guerrilheiro continuar o

combate mesmo depois de seriamente ferido. Para manter a obediência dos guerrilheiros eram ainda usados guias religiosos/espirituais.

Um dos recursos, também muito precioso, dos guerrilheiros era o tempo de que dispunham, pois estes não tinham quaisquer prazos rígidos a cumprir para a obtenção dos seus objetivos.

O conhecimento do terreno, da fauna, da flora e, mesmo da meteorologia no planeamento das suas ações, permitia que obtivessem também vantagens significativas no uso e exploração das mesmas.

A cooperação com forças estrangeiras era outro recurso explorado pelos guerrilheiros, procurando nestas informações importantes para o planeamento das suas ações, o treino dos seus guerrilheiros, bem como a coordenação com países vizinhos para utilização do seu espaço durante as fugas ao combate. Por último, salienta-se os recursos, embora que de alguma forma limitados, associados ao equipamento e armamento diversificados, de que dispunham para levar a cabo as suas ações.

4.3. EQUIPAMENTO E ARMAMENTO

Como já foi referido anteriormente, o conflito foi-se alterando e ajustando ao longo dos anos, especialmente no que diz respeito ao equipamento, começando as guerrilhas, de forma generalizada, com poucas capacidades, terminando com mais e melhor equipamento. Relativamente ao equipamento utilizado, salientam-se as Viaturas anfíbias PT-76 e BTR 40-P, os carros de combate BTR 152 e T-34, o Canhão 85mm D-44, as armas antiaéreas (russas) da família ZPU, o Míssil terra-ar SAM-7 (*Strella*) (Figura 3), entre algum armamento individual, como era a Carabina *Simonov* ou até mesmo a espingarda AK-47 (Afonso, 2000, p.105).



Figura 3 – Míssil Terra-ar SAM-7 (Strella)

Fonte: militaryfactory.com (2017).

4.4. MÉTODOS / TÁTICAS / PROCEDIMENTOS

As ações de sabotagem eram um método utilizado pelos guerrilheiros para reduzir as capacidades das Forças Portuguesas, procurando destruir essencialmente as suas infraestruturas de apoio, tendo como exemplo a destruição de pontes. Também o recurso a golpes de mão, com o roubo ou destruição de material e instalações, marcaram as operações levadas a cabo pelos guerrilheiros. Para a destruição de forças militares, estes grupos recorriam essencialmente a emboscadas.

Procurando infligir baixas, mas especialmente para promover o medo, ansiedade, pressão psicológica, negar descanso ou mesmo instaurar um clima de insegurança constante da população e das forças Portuguesas, os guerrilheiros recorriam frequentemente a ações de flagelação.

A emboscada foi a forma de atuar que causou mais baixas de todas as táticas utilizadas pelos guerrilheiros da Guiné, refletindo-se este aspeto especialmente quando eram utilizadas minas, pois o uso destas causava mais baixas que o próprio fogo inimigo. Por norma, a unidade utilizada para as emboscadas era o Bigrupo e eram feitas, na maior parte dos casos, às colunas de viaturas, colocando-se os guerrilheiros o mais próximo possível das colunas (ao contrário de outras guerrilhas noutros TO), preferindo o tiro a curta distância ao tiro a longas distâncias.

A obstrução das vias de comunicação era um dos métodos a que recorriam durante as ações para provocar o atraso de movimentos das tropas, ou mesmo para provocar o desgaste e bloqueio das mesmas. Nos golpes de mão, normalmente os guerrilheiros dividiam-se em duas equipas, uma que se infiltrava para atacar e depois fugir/dispersar e a outra para proteger a retirada da primeira. Caso não houvesse uma resposta firme por parte das Forças Portuguesas, os guerrilheiros da equipa de proteção/cobertura normalmente juntavam-se à equipa de assalto para tentar explorar o sucesso, eliminando toda a oposição, apoderando-se de seguida do seu equipamento.

Contribuíam também para aumentar a capacidade de “sobrevivência” dos guerrilheiros as táticas utilizadas por si nas operações defensivas. Os guerrilheiros procuravam instalar as suas bases em zonas de difícil acesso, sendo por isso o acesso das Forças Portuguesas mais difícil e, por sua vez, o controlo do acesso mais fácil. Procuravam explorar ao máximo as características defensivas do terreno, aproveitando os obstáculos naturais existentes e, se necessário reforçavam as características defensivas do terreno e os obstáculos naturais com a construção de obstáculos artificiais, dificultando assim a progressão da população e das Forças Portuguesas, quando estes os procuravam ou seguiam, procurando desta forma não serem surpreendidos.

Proteger, poupar e economizar os escassos meios e recursos disponíveis, era então uma das prioridades dos guerrilheiros, procurando conseguir este feito, com recurso às técnicas e táticas por si utilizadas e que assentavam essencialmente na guerra de guerrilha. Na maioria das operações efetuadas pelo PAIGC, procurava-se causar o maior número de baixas possível no lado do adversário, sem procurar o confronto direto com o mesmo, pois sabiam que se o fizessem estariam em desvantagem. Outro aspeto importante a favor do PAIGC era o tempo de que estes dispunham para influenciar a população, que evitou que os mesmos tivessem que se empenhar decisivamente em confrontos diretos para destruir as forças Portuguesas, mas sim procurando manter as suas capacidades e os seus recursos e ao mesmo tempo causar o desgaste das mesmas.

Com o evoluir da guerra, os guerrilheiros foram evoluindo o seu conceito de manobra para operações do tipo “clássico”, desenvolvendo e levando a cabo ações sobre objetivos que procuravam selecionar, nos quais procuravam conjugar o seu potencial de combate, coordenando os seus fogos e manobra.

Após a declaração unilateral de independência por parte do PAIGC em setembro de 1973, os ataques por parte destes contra as Forças Armadas Portuguesas acabariam por se multiplicar, e era de alguma forma confirmada a incapacidade das mesmas manterem a posse do território.

CONCLUSÕES

O presente trabalho de investigação, pretende analisar os movimentos insurgentes no TO da Guiné-Bissau entre 1963 e 1974, sob um ponto de vista da doutrina atual no Exército Português. Ao longo dos quatro capítulos, procurou-se abordar as variáveis política, militar e social, no que concerne aos movimentos insurgentes, procurando responder às questões derivadas que se propuseram. Relativamente à questão central inicialmente proposta, responde-se conclusivamente neste capítulo.

Os movimentos insurgentes na Guiné-Bissau surgem pela primeira vez após a Conferência de Berlim (1884) como resposta ao acentuar da presença portuguesa. Após a Segunda Guerra Mundial, o paradigma internacional altera-se com a emergência dos Estados Unidos como superpotência no panorama das Relações Internacionais. A Europa viu-se pressionada pela comunidade internacional com os EUA na liderança e pela Rússia, com oposição declarada e pronta a armar, treinar e financiar os movimentos insurgentes, a apoiar a independência dos povos africanos e inclusivamente retirar o apoio aos governos colonialistas. Em 1952 é criado o Movimento para a Independência da Guiné que em 1956 se torna no Partido Afri-

cano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). A partir de 1958, formam-se diversos partidos políticos⁷, assentes em pequenas etinas, que pretendiam a libertação da Guiné-Bissau e que se restringiam à Guiné-Bissau, ao contrário do PAIGC que pretendia a união com Cabo-Verde. Posteriormente, alguns desses partidos fundiram-se na Frente de Luta para a Independência da Guiné (FLING). Após a Conferência de Bandung na Indonésia (1965) vários foram os movimentos que apareceram na Guiné-Bissau acabando por se fundir no PAIGC ou na FLING.

Olhando para as etnias que influenciaram os movimentos insurgentes, os Mandingas e os Fulas partilhavam a mesma religião representando cerca de 34,5% da população e ocupando a região Este em cerca de 60% de todo o território, na região onde apresentaram menos ações hostis e onde os movimentos gozavam de menor apoio da população. A Norte, os Manjacos, os Felupes os Papeis e os Brumes apoiavam o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) que mais tarde fracionou-se, tendo uma ala formado a FLING e outra ala reforçado o PAIGC. Os Balantas formavam a força combatente do PAIGC e residiam nas regiões de maior conflito.

O PAIGC, foi o movimento que maior relevância teve no desenrolar do conflito, sendo mesmo reconhecido a nível internacional como legítimo representante do povo guineense a 16 de outubro de 1972 na 27.^a sessão da Assembleia Geral da ONU. Tanto a ONU como a OUA desempenharam um papel importante ao concederem aos movimentos uma projeção internacional e de expressão política. No entanto foi o apoio no fornecimento de equipamento, armas, medicamentos e treino militar por parte de alguns países, que permitiu a subsistência dos movimentos.

O PAIGC foi o único movimento a utilizar a luta armada. A nível tático, as primeiras ações que levaram a cabo eram de natureza pacífica, mas em 1961 dão-se os primeiros atos de guerrilha, como ações de sabotagem e cortes de vias de comunicação. A partir de 1963 a subversão armada instala-se na Guiné-Bissau e a população, supostamente liberta do controlo das autoridades portuguesas, é obrigada a abrigar-se na floresta ou a fugir para os países vizinhos que serviram de “santuários”. As suas capacidades evoluíram de tal maneira que, em 1973 aumentam o seu potencial de combate, equipando-se com mísseis terra-ar, tendo sido a utilização destas armas antiaéreas um marco importante no decorrer e resolução do conflito.

O PAIGC, FLING ou outros movimentos insurgentes eram organizados, motivados por uma ideologia comum de libertação nacional, que procuravam mudan-

⁷ Os mais relevantes foram o Movimento para a Libertação da Guiné (MLG), a União das Populações da Guiné (UPG), a União Popular para a Libertação da Guiné (UPLG) e o *Rassemblement Démocratique Africain de la Guinée* (RDAG).

ça na autoridade governante (administração portuguesa) e usavam a persuasão e a coação no caso do PAIGC.

A guerra subversiva levada a cabo por este último, foi apenas uma face das manifestações anticoloniais desenvolvidas, sendo outras faces do mesmo movimento a sua ação política, tanto interna como externa. De acordo com a investigação levada a cabo, poderá concluir-se que, de todos os movimentos que atuaram no TO da Guiné-Bissau ente 1963 e 1974, o PAIGC foi sem dúvida o que mais se destacou, sendo o único que utilizou a luta armada e o único reconhecido internacionalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. e Gomes, C., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias
- Alves, A., 2013. *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Instituto Camões
- Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, 1967. *Os povos da Guiné vol. XXII, n.º 85-86*, Bissau
- Campos, A., 2016. *Histórias da Guiné Bissau em Datas*. [Em linha] Disponível em: <<https://www.slideshare.net/NovasdaGuineBissau/histria-da-guin-bissau-em-datas-13166952>> [Consult. em 13 de abril de 2017].
- Cann, J., 2005. *Contra-Subversão em África, 1961-1974*. Lisboa: Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda
- Chaliand, G. 1967. *Armed Struggle in Africa – with the guerrillas in Portuguese Guinea*
- Couto, A., 1989. *Elementos de estratégia*, Vol II, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares
- Cunha, J., 1961. *Questões Ultramarinas e Internacionais (Sociologia Política: ensaio de análise das situações coloniais africanas)*, Lisboa, Edições Ática
- Duarte, R., 2010. *Os Militares Portugueses na Guiné-Bissau: Da Contestação à Descolonização*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea. ISCTE
- Estado-Maior do Exército, 1969. *Cadernos Militares 5, O Caso da Guiné*. Lisboa: Exército Português
- Estado-Maior do Exército, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 1º Vol., Enquadramento Geral*. Lisboa: Beira Douro, Lda.
- Estado-Maior do Exército, 2012. *PDE - 3.00 - Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Estado-Maior do Exército, 2015. *PDE - 3.49 - Contrainsurgência*. Lisboa: Exército Português.
- Felgas, H., 1966. *Os Movimentos Terroristas de Angola Guiné Moçambique*. Lisboa: Tipografia da L.C.G.G.
- Felgas, H., 1967. *Guerra na Guiné*. Lisboa: SPEME.
- Ferreira, J., 2009. *Em Nome da Pátria – Portugal, o Ultramar e a Guerra Justa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote
- Garcia, F., 2000. *GUINÉ 1963-1974 - Os Movimentos Independentistas, o Islão e o Poder Português*. Lisboa: Lemos & Moutinho - Artes Gráficas, Lda.

- Garcia, F., 2003. *Análise global de uma guerra: Moçambique 1964-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Guinee-Bissau.net, 2006. *Répartition géographique des communautés*. [Em linha] Disponível em: <http://www.guinee-bissau.net/ethnies_repartition_guinee_bissau.php> [Consult. em 24 de maio de 2017].
- M'Bokolo, E., 2007. *África Negra - História e Civilizações – Do século XIX aos nossos dias (Tomo II)*, Lisboa: Colibri
- Medina, J., 1993. *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias – Volume XIII*, Lisboa: Ediclube
- Mendy, P. e Lobban Jr., R., 2013. *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, 4ª edição ed. [S.l.]: Scarecrow Press, Inc.
- Militaryfactory.com, 2017. *SA-7 (Grail) / 9K32 Strela-2 Surface to Air Anti-Aircraft Missile Defense System*. [Em linha] Disponível em: <http://www.militaryfactory.com/smallarms/detail.asp?smallarms_id=162> [Consult. em 25 de maio de 2017].
- Ministério do Exército, 1966. *Operações contra Bandos Armados e Guerrilhas - O Exército na guerra subversiva*. Lisboa: Estado Maior do Exército
- Mota, T., 1946. *A descoberta da Guiné*, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, vol. I, n.º 1 e n.º 2.
- Mota, T., 1954. *A Guiné Portuguesa, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, vol I*
- PAIGC, 1974. *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*. Porto: Oficinas Gráficos Reunidos.
- Policarpo, F., 2006. *Batalhas da História de Portugal, Guerra de África, Guiné, 1963-1974*, Matosinhos: QuidNovi.
- Priberam, 2013. *Dicionário Priberam*. [Em linha] Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/caraterizacao>> [Consult. em 26 de abril de 2017].
- Sellström, T., 2008. *A Suécia e as lutas de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau*. Uppsala: Bulls Graphic.
- Silva, A., 1995. *O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974) - Análise Social*. s.l.:s.n

SECÇÃO III

O COMANDO MISSÃO

O COMANDO MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)

Autores

MAJ INF Ricardo Vieira Azevedo Estrela
MAJ INF Tiago Fonseca Albuquerque
MAJ ART Bruno Miguel Lucas Machado
MAJ ADMIL Marco Paulo Castro Leite

Orientador

TCOR INF Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges

O final da Segunda Guerra Mundial veio precipitar a pressão sobre o processo de descolonização, pressão essa que foi aumentando pelos vários atores internacionais, à medida que Portugal mantinha alguma dificuldade em negociar as suas posições.

No contexto do processo de descolonização e do conflito na Guiné, podem ser destacadas duas personalidades de relevo, que particularmente o marcaram: Amílcar Cabral e António de Spínola. A influência destes no Teatro de Operações da Guiné, nomeadamente no PAIGC e nas Forças Portuguesas, foi relevante, podendo afirmar-se que determinou a forma e o ritmo da Guerra naquele Teatro, possível de dividir em duas épocas distintas – antes de Spínola (1963 a 1968) e durante o mandato de Spínola (de 1968 a 1973).

Durante o período 1963-1968, foi conduzida uma guerra defensiva, mais orientada para a manutenção das posições no terreno do que para a conquista das populações, centrada, essencialmente, na reação às ações desencadeadas pelo PAIGC. Entre 1968 e 1972, foi vencida a convicção estratégica do General Spínola, com a introdução de uma forte componente política na sua forma de atuação, quer junto das populações, quer no que respeitou à negociação de uma resolução no conflito que se caracterizava por uma crescente africanização, com a criação de unidades de recrutamento local e um espírito de cariz mais ofensivo, assim como um novo conceito operacional. Neste período, as Forças portuguesas, comandadas pelo General Spínola, conseguiram manter o controlo e tomar a iniciativa no desenvolvimento de ações que o próprio terá, inclusivamente, classificado como “reagir para permanecer”.

Neste contexto, esta secção centra-se essencialmente na análise global do conflito neste Teatro, para depois derivar a análise para outros níveis do emprego tático, onde se insere a função de combate de Comando Missão, para se poder determinar se, nas ações desenvolvidas na Campanha Militar no Teatro de Operações da Guiné os Comandantes aplicaram a função Comando Missão, que resulta da evolução do termo de comando e controlo e personifica o desenvolvimento de uma ação individual do Comandante – o comando – e o envolvimento de toda a força no desenrolar das operações, nomeadamente o Comandante e o seu EM – o controlo (Department of the Army, 2012, p. iii).

Este estudo baseou-se sobretudo nos volumes publicados pela Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1973) através dos livros da resenha histórico-militar das campanhas de África 1961-1974. A relevância desta publicação encontra-se nos seus autores, todos eles ex-militares que viveram de perto o período das campanhas de África, e por isso com relatos pessoais e realistas.

Nesta senda, no primeiro capítulo do trabalho, encontra-se exposta a literatura relativamente ao objeto de análise, com explanação dos conceitos doutrinários e da situação global dos conflitos em África e do contexto concreto do Teatro de Operações da Guiné, bem como a indicação da metodologia seguida na investigação e do modelo de análise utilizado. No segundo, terceiro e quarto capítulo, foi abordada a Direção do Processo Operacional, a Condução do Processo Operacional e o sistema de Comando Missão, à luz do conceito doutrinário de Comando-Missão na sua aplicação prática no TO da Guiné, bem como a metodologia utilizada na investigação e o modelo de análise adotado. No final foi possível tirar conclusões sobre a temática estudada.

1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1. CONCEITO DE COMANDO-MISSÃO

O conceito de Comando-Missão resulta da evolução do termo de comando e controlo, que personifica o desenvolvimento de uma ação individual do Comandante – o comando – e o envolvimento de toda a força no desenrolar das operações, nomeadamente o Comandante e o seu EM – o controlo (Department of the Army, 2012, p. iii). Este termo não enfatizava a necessidade crescente de uma compreensão do ambiente caracterizado pela complexidade, bem como não relevava o papel do Comandante na composição, configuração e articulação de equipas conjuntas, interações, intergovernamentais, seja num ambiente exclusivamente nacional ou combinado (EME, 2012, pp. 2-25).

A introdução do conceito alemão *Auftragstaktik*¹, acrescentou à figura do Comandante, uma liderança descentralizada que estimulava a iniciativa dos diversos escalões de comando que poderiam influenciar diretamente os eventos no campo de batalha (Shamir, 2011, pp. 3, 4). Esta ideologia proveniente da cultura militar Prussiana, pressupõe uma relação de confiança dos Comandantes para com os seus subordinados, por forma a que estes agissem de forma criativa, tendo liberdade de decisão na escolha de modalidades de ação relativas a situações imprevisíveis (Shamir, 2011, pp. 3, 4).

Atualmente, o Comando-Missão surge como uma função de combate, que, segundo a Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-00, é um grupo de tarefas e sistemas (pessoas, organizações, informação e processos) unidos por uma finalidade comum que os comandantes aplicam para cumprir missões operacionais e de treino (EME, 2012, pp. 2-25). O Comando-Missão como função de combate desenvolve e integra todas as atividades que proporcionam ao comandante o equilíbrio entre a arte do comando e a ciência do controlo, atribuindo um objetivo às restantes funções de combate (Movimento e Manobra, Fogos, Informações, Proteção e Apoio de Serviços), integrando-as (Department of the Army, 2012, pp. 3-1).

O Comando-Missão expressa, assim, a arte do comando e a ciência do controlo. “A arte do comando é o exercício criativo e competente da autoridade exercida através do processo de decisão e da liderança” (EME, 2012, pp. 2-26). Sendo uma arte, depende do julgamento do Comandante em ações de delegação, tomada de decisão, determinação de graus de comando e controle e afetação de recursos. A proficiência da tomada de decisão vai aumentando ao longo dos anos, fruto da formação adquirida, desenvolvimento pessoal e experiências de treino e operacionais (Department of the Army, 2012, pp. 2-5).

O controlo apresenta a vertente científica do Comando-Missão, dependente da objetividade, dos factos, da análise e de métodos empíricos. O controlo, como ciência, inclui os sistemas de execução, bem como os procedimentos que auxiliam o Comandante na compreensão e tomada de decisão. O Comandante e o seu EM, utilizam a ciência do controlo para mitigar as limitações físicas e de procedimentos, que as unidades enfrentam aquando do seu emprego. A ciência do controlo apoia assim, a arte do Comando (EME, 2012, pp. 4-1).

¹ A tradução mais aproximada consiste em “ordens tipo-missão”, pressupõe a conduta das operações através da execução descentralizada. Através das “ordens tipo-missão” os Comandantes nos mais baixos escalões, tinham liberdade para, ao seu nível, tomar as decisões que achassem mais convenientes ou necessárias, tirando proveito sempre que oportunidades favoráveis surgissem (Department of the Army, 2012, p. v)

As tarefas da função de combate Comando-Missão, ilustradas na Figura 1, comprovam o papel a desempenhar pelo Comandante e o seu EM na condução e integração das restantes funções de combate. O Comandante assume o papel central de liderar o EM na execução das suas tarefas. O EM por sua vez, apoia o Comandante no cumprimento das suas tarefas primárias (EME, 2012, pp. 2-26).



Figura 1 – Tarefas da função de combate Comando-Missão

Fonte: Department of the Army (2012, pp. 3-2).

1.2. DIREÇÃO DO PROCESSO OPERACIONAL

O Comandante, através da arte do Comando, executa quatro tarefas no Comando-Missão.

1.2.1. Dirigir o processo operacional

Dirigir, coloca o Comandante no centro do processo operacional, combinando a arte do comando e a ciência do controlo, orientados pela sua experiência, conhecimento, educação, aptidões e intuição, utilizando a liderança para traduzir as suas decisões em ação (EME, 2012, pp. 3-3).

1.2.2. Compreender, visualizar, descrever, dirigir, liderar e avaliar

Os Comandantes compreendem o problema e visualizam o estado final desejado, a natureza e a conceção operacional da operação (Figura 2). Descrevem o tempo, espaço, recursos, finalidade e ação, dirigem as funções de combate, lideram e avaliando continuamente as operações (EME, 2012, pp. 3-3).



Figura 2 - Processo Operacional
 Fonte: Adaptado de EME (2012, pp. 3-4).

1.2.3. Desenvolver equipas dentro de formações modulares

No início da condução do Processo Operacional, com a integração das várias organizações presentes na operação. Estas organizações podem ser forças conjuntas, interagências, organizações intergovernamentais, bem como organizações não-governamentais (EME, 2012, pp. 3-11).

1.2.4. Conduzir atividades de informação e de influência

Esta condução é efetuada através do estabelecimento e sincronização das ações com temas e mensagens de informação para alcançar o estado final desejado. A posse e uso adequado da informação permite moldar o ambiente operacional e potenciar os efeitos do sucesso na luta contra os esforços de informação do inimigo (In) (EME, 2012, pp. 3-12).

1.3. CONDUÇÃO DO PROCESSO OPERACIONAL

O Comandante lidera as tarefas do EM apoiado no controlo, já descrito anteriormente. As três tarefas do EM são (EME, 2012, pp. 4-1 a 4-16):

1.3.1. Conduzir o processo operacional, através da execução das seguintes atividades

Planear, envolve a compreensão e delimitação do problema e o estabelecimento do estado final desejado;

Preparar, consiste na execução de atividades com a finalidade de melhorar a capacidade para executar uma operação;

Executar, é colocar um plano em ação através da aplicação do potencial de combate para cumprir a missão, avaliar e introduzir os ajustamentos necessários no decurso das operações;

Avaliar, é a ação de monitorização contínua da situação corrente, especialmente do In ou adversário e da evolução da operação.

1.3.2. Conduzir a gestão do conhecimento e da informação

A gestão do conhecimento, consiste na arte de criar, organizar, aplicar e transferir conhecimento, a fim de facilitar a compreensão situacional e a consequente tomada de decisão (EME, 2012, pp. 4-10).

Por sua vez, a gestão da informação assume-se como uma ciência, por fazer uso de procedimentos e sistemas de informação para receber, processar, analisar, armazenar e proteger todos os produtos do conhecimento, sejam eles dados ou informações e disseminação de informações protegidas, importantes para o Comandante e EM (EME, 2012, pp. 4-12).

1.3.3. Conduzir atividades de informação, de influência e ciber/eletromagnéticas

Esta tarefa não se foca apenas no adversário, mas abrange todas as audiências do ambiente da informação: amiga, neutral e adversária (EME, 2012, pp. 4-13).

Relativamente às atividades de informação e influência, desenvolvem-se sob duas linhas de esforço: a linha de esforço da informação (com a finalidade de fornecer informações às audiências nacionais e estrangeiras para descrever precisamente as operações, através das relações públicas) e a linha de esforço da influência (que visa alterar efetivamente as atitudes, opiniões e comportamentos de audiências estrangeiras amigas, adversárias e inimigas para apoiarem as operações, através da decepção militar) (EME, 2012, pp. 4-13. 4-14).

As atividades ciber/eletromagnéticas compreendem as armas combinadas para as operações num domínio do ciberespaço e num espectro eletromagnético, sendo a responsabilidade da sua sincronização, do Oficial de Guerra Eletrónica, que as integra nas funções de combate fogos, proteção e informações (EME, 2012, pp. 4-15).

1.4. O SISTEMA DO COMANDO-MISSÃO

Para uma condução eficaz na direção do Processo Operacional, o Comandante necessita da aplicação coordenada de pessoas, redes, procedimentos, in-

fraestruturas e equipamentos, gestão de conhecimento e gestão de sistemas de informação (Department of the Army, 2012, pp. 3-8).

Para isso, os Comandantes organizam o sistema de Comando-Missão (Figura 3) para apoiar o processo de tomada de decisão; recolher, criar e preservar informação para apoiar a os Comandantes na compreensão e visualização do ambiente operacional; preparar e difundir diretivas e criar meios facilitadores na comunicação, colaboração e funcionamento de equipa (Department of the Army, 2012, pp. 3-8).

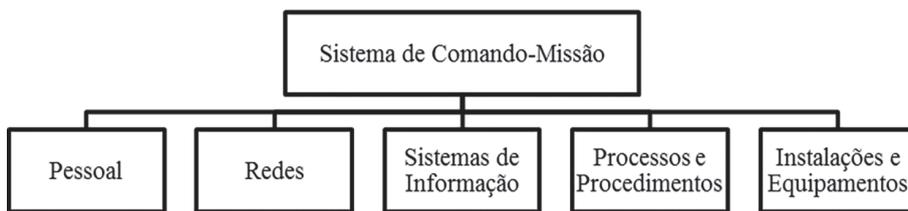


Figura 3 – Componentes do Sistema de Comando-Missão

Fonte: Department of the Army (2012, pp. 3-8).

O Sistema de Comando-Missão tem na componente do Pessoal, a base de um sistema eficaz. A eficácia desta componente depende da capacidade de todos os intervenientes do sistema, executarem as missões atribuídas de acordo com a intenção do Comandante e não com a tecnologia. A base da eficácia da componente do Pessoal assenta na instrução, treino, 2.º Comandantes, Estados-Maiores e Sargentos Adjuntos do Comandante (Department of the Army, 2012, pp. 3-8).

As Redes genericamente consistem num grupo de objetos interligados entre si com um objetivo definido. Com as Redes, o Comandante dissemina ordens e controla Forças (Department of the Army, 2012, pp. 3-10).

Os Sistemas de Informação consistem em equipamentos que recolhem, processam, armazenam e disseminam informação de acordo com as necessidades de informação, do Comandante, permitindo que o seu EM conduza um planeamento colaborativo (Department of the Army, 2012, pp. 3-10).

Os processos e procedimentos utilizados pelo Comandante e EM, consistem em ferramentas padronizados e sequenciais, que enunciam tarefas específicas a executar para alcançar um estado final desejado. Damos como exemplo o processo de decisão militar (Department of the Army, 2012, pp. 3-10, 3-11).

As instalações e equipamentos resumem-se aos meios físicos (fixos ou móveis) que servem de base para operar um Posto de Comando (Department of the Army, 2012, pp. 3-11).

1.5. GUERRA DE ÁFRICA

No final da Segunda Guerra Mundial, destacam-se na cena internacional dois atores, os EUA e a URSS. Ambos os países agem estrategicamente no sentido de disporem de áreas de influência mundial. Ambos procuram alargar e consolidar a sua área de interesse e influência em todos os continentes. Neste sentido, o domínio da África configurava-se como essencial para alcançar uma hegemonia mundial (Policarpo, 2006, p. 12).

Em 1945, decorre em Manchester o V Congresso Pan-Africano, onde o seu fundador, Kwame Nkrumah, afirma que a única solução para o problema colonial passa pela independência total dos seus povos. Porém, o acontecimento de maior relevo foi a realização da Conferência de Bandung, na Indonésia em abril de 1955. O seu propósito era auxiliar e mobilizar as colónias africanas no sentido de tomarem em mãos os seus próprios destinos. No final, os países signatários declaram a aceitação plena da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos do Homem (Policarpo, 2006, p. 13). Em dezembro de 1957, a URSS faz-se representar na Conferência do Cairo, iniciando a “penetração” russa no continente africano, auxiliando as condições necessárias ao aparecimento de novos movimentos, prestando-lhes o apoio necessário em termos político-ideológico, financeiros e militar (Policarpo, 2006, p. 14).

A Conferência de Bandung originou a criação de diversos movimentos de libertação nos territórios sob a administração portuguesa. Desta forma, o Senegal apoiou a criação da União Popular da Guiné (UPG) em 1958, da União Democrática Cabo Verdiana (UDC), em 1959, do Movimento de Libertação da Guiné (MLG), em 1961, e da União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP), em 1962. Por outro lado, a República da Guiné-Conakri apoiou a fundação do Movimento de Libertação da Guiné e Ilhas de Cabo Verde (MLGCV), em 1959. Muitos destes movimentos posteriormente reagruparam-se. Em 1962, existiam apenas dois movimentos, o PAIGC e a Frente de Libertação para a Independência da Guiné (FLING). Ambos procuraram criar condições político-militares, que lhes permitissem desencadear um conjunto de ações necessárias com vista à expulsão da administração portuguesa da colónia. Contudo, foi o PAIGC aquele que melhor conseguiu implementar no território uma organização administrativa revolucionária, investindo estrategicamente na mentalização ideológica da população local. O seu fundador, Amílcar Cabral, acreditava que se a guerra viesse a acontecer, seria centrada no confronto de culturas mais do que na inimizade dos povos (Policarpo, 2006, p. 45).

Os primeiros sinais de instabilidade ocorrem em agosto de 1959, em Pidjiguiti, com o apoio à distância do PAIGC, ocorre uma greve dos trabalhadores da

Companhia União Fabril (CUF), tendo a mesma terminado com a morte de cinquenta trabalhadores. Após estes acontecimentos, o PAIGC recebe vários apoios financeiros e militares de diferentes países. A 23 de janeiro de 1963, o PAIGC inicia a luta armada (Figura 4), levando a cabo um ataque armado contra a guarnição portuguesa localizada em Tite, a sul do rio Geba. Este cenário era considerado inevitável pelas forças portuguesas, a única surpresa residia no facto de o grupo armado do PAIGC evidenciar um padrão de organização e treino militar superior ao do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (Policarpo, 2006, p. 61). Este acontecimento em Tite marca o arranque da guerra na Guiné Bissau, que irá decorrer até 1974.



Figura 4 – Mapa da Guiné com as principais linhas de infiltração da guerrilha, em 1961/63
Fonte: Matos (2015, p. 943).

1.6. CARATERIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné está situada na costa ocidental de África, em plena zona tropical. A sua capital é Bissau, que fica a cerca de três mil e trezentos quilómetros da capital do império Lisboa. O país tem uma configuração triangular, ficando encravado entre o Senegal, a norte, e a República da Guiné (Conakri), a este e a sul. A Oeste é banhado pelo Oceano Atlântico (CECA, 1989, p. 17).

As suas fronteiras compreendem uma pequena componente fluvial, apoiando-se em pequenos troços do rio Corubal. A maioria da sua fronteira é terrestre, com uma extensão de cerca de 680 km, sendo que destes 300 km separam o território da Guiné com o Senegal e 380 km com a República da Guiné. O seu território compreende ainda uma parte continental e uma insular. No primeiro caso, inclui as ilhas de Jeta, Pecixe, Bissau, Bolama, Como e Melo, sendo que todas elas ficam separadas da plataforma continental. A parte insular é separada pelos canais do Geba, de Pedro Álvares e de Canhambaque. Engloba, ainda, as várias dezenas de ilhas do arquipélago dos Bijagós, sendo que se encontram ligadas entre si por uma plataforma subaquática com menos de 20 metros de profundidade, o que dificulta a navegação de navios de médio e longo calado (Figura 5). A sua superfície tem uma extensão de cerca de 301 800 quilómetros, sendo que destes apenas 90% permanecem emersos, os restantes encontram-se inundados na maior parte do ano, em consequência do regime das marés (Policarpo, 2006, p. 35).

No que concerne à população, em 1960, o número de habitantes era de 525 437, sendo que a densidade populacional era de 15 habitantes por km². Esta densidade populacional era largamente superior a todos os outros territórios ultramarinos. Destes habitantes a maioria vivia nos aglomerados urbanos de Bissau, Bolama, Bafatá Farim, Bisissorã, Teixeira Pinto, Mansoa e Nova Lamego. Existia um elevado número de etnias, sendo que os Balantas e os Fulas eram os povos mais numerosos. Existiam, ainda, outras etnias menos numerosos, tais como os Manjacos, os Mandingas, os Papéis e os Bijagós (Policarpo, 2006, p. 38).



Figura 5 – Guiné-Bissau, divisão administrativa

Fonte: CECA (1989, p. 58).

1.7. COMANDANTES-CHEFES

Como vimos anteriormente, os primeiros sinais do conflito ocorrem em 1961. Perante os acontecimentos ocorridos nesta altura, Lisboa mantém como Governador e Comandante Chefe da Guiné Peixoto Correia, que se encontrava nestas funções desde finais de 1958. Após a sua saída em finais de 1962, o governo de Lisboa opta por separar os dois cargos, nomeando para Governador da Guiné o Comandante Vasco Rodrigues e para Comandante Chefe o Brigadeiro Louro de Sousa. Esta separação resultou numa confrontação entre os dois militares, que não se entendiam quanto à sua esfera de competências. Segundo Matos no seu artigo publicado na Revista Militar, “Esta incompatibilidade, e ao mesmo tempo, um certo vazio estratégico, uma falta de capacidade de reação, foram os principais fatores para o avanço militar do PAIGC, em 1963, especialmente no sul do território, usando o país vizinho, a República da Guiné, como base de apoio” (2015, p. 944).

A 8 de maio de 1964, é nomeado Governador Geral e Comandante Chefe da Guiné o Brigadeiro Arnaldo Schulz, tendo a sua ação sido caracterizada por uma manobra muito convencional de ocupação do território com unidades de qua-

drícula, tendo por base o Batalhão, tendo sido conduzida uma guerra defensiva, cujo pilar estava assente na manutenção das posições no terreno (Afonso e Gomes, 2000, p. 484).

Em 1968, Arnaldo Schulz foi substituído em ambas as funções pelo Brigadeiro António de Spínola. Após a sua nomeação, Spínola reuniu-se com o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, onde apresentou as suas ideias para a Guiné. Neste encontro, o Brigadeiro propôs iniciar na Guiné o processo de desenvolvimento económico da província, em sintonia com a promoção social e cultural dos guinezes, a fim de os preparar para assumirem as suas responsabilidades na administração local, num quadro de igualdade com os portugueses metropolitanos. Esta política desenvolvida por Spínola, provocou a adesão por parte dos africanos, anulando desta forma as motivações de subversão e furtando ao PAIGC o elemento essencial a população (Abreu et al., 1994, p. 70).

Após a cessação de funções do Brigadeiro Spínola, é nomeado, a 25 de agosto de 1973, o General Bettencourt Rodrigues, que seria o novo Governador e Comandante Chefe da Guiné até ao dia 26 de abril de 1974, tendo sido forçado, pela representação do Movimento das Forças Armadas (MFA), a abandonar a Guiné. A conduta desenvolvida pelo General Rodrigues foi idêntica à de Spínola. Procurou realizar uma política de progresso para a Província e de promoção da sua população, através do fortalecimento dos órgãos do poder local, exigir respeito pelas instituições tradicionais e a dignificação e o prestígio dos chefes naturais (Abreu et al., 1994, p. 83).

2. DIREÇÃO DO PROCESSO OPERACIONAL

2.1. COMPREENDER (PMESII-PT)

No que diz respeito à função do Comandante de um TO e no desenrolar de todo o tipo de operações, a direção do processo operacional, nomeadamente na sua fase compreensão, à luz da doutrina atual é apoiada nas variáveis operacionais, Política, Militar, Económica, Social, Informações, Infraestruturas, Ambiente Físico e Tempo Disponível.

Para validação do presente trabalho, é necessário aferir acerca da compreensão que o Comandante detinha do TO e, caso existisse, qual a sua implicação nas atividades de planeamento e posteriormente nas operações militares.

A compreensão do ambiente operacional, tendo em consideração o Regulamento de Campanha Informações do EME (1966), era um esforço nesse período e conseqüentemente de qualquer Comandante, pois a análise e interpretação dos

fatores de natureza política, económica, sociológica e psicológica tinham especial atenção e importância.

A afirmação do General António Spínola em altura da sua tomada de posse é esclarecedora do conhecimento e da intenção que o mesmo detinha acerca das diferentes variáveis e situação atual da Guiné-Bissau, expressando a vontade para que a sua missão fosse “integralmente cumprida a bem do progresso económico da província da Guiné, em justo equilíbrio com a promoção social e cultural da sua população” (Rezola, 2004, p. 80).

No que diz respeito à variável política, as intenções e expectativas do Governador da Guiné eram claras, tendo em consideração as reuniões diplomáticas que realizou com o PAIGC, mesmo contra a vontade política da metrópole (Lisboa). Alguns fracassos diplomáticos nas conversações com o PAIGC não o impediram de engendrar novas formas de diálogo, pensando na possibilidade de utilização do presidente Senegalês, Leopold Senghor, como mediador e plataforma de entendimento para um possível cessar-fogo e início de novas conversações (Rezola, 2004).

A compreensão estratégica e a visão da grande problemática deste TO por parte do seu Comandante-Chefe eram evidentes, tendo em consideração os dois vetores fundamentais que foram estabelecidos, uma reestruturação da intervenção militar e o início de uma política de aproximação às populações. O vetor social foi implementado através da criação dos congressos do povo, onde o General Spínola convocava os principais líderes tribais no sentido de perceber as principais preocupações dos mesmos e problemas a resolver, dando voz e audiência aos chefes tribais, sendo este facto afirmado por alguns autores como a estratégia mais revolucionária por parte de Spínola na Guiné (Rezola, 2004).

2.2. VISUALIZAR (MITM-TC)

A visualização é uma das fases da Direção do Processo Operacional, normalmente utilizada pelo Comandante alicerçada no estudo e compreensão das variáveis de missão (Missão, In, Terreno e Condições Meteorológicas, Meios, Tempo Disponível e Considerações de Âmbito Civil).

Através da análise do Regulamento Campanha Informações (EME, 1966, p. 11) foi possível deduzir que o estudo do ambiente operacional era efetuado, “[...] se bem que nem todos os fatores que caracterizam o ambiente operacional influenciam, necessariamente e de igual forma, todas as operações, estas são sempre afetadas pela missão, natureza do conflito, forças inimigas, características da área de operações e natureza e estrutura das forças amigas”.

No seio do Processo Operacional, a visualização do Comandante do ambiente operacional e a percepção do estado final desejado é uma fase preponderante do planeamento. Desta forma, a Operação Tridente foi uma das mais importantes realizadas nos TO da Guerra de África. A percepção pelo Comandante militar Português da importância da região de Como, Ilha de Caiar, Ilha de Como e Ilha de Catunco, como relevante base logística e um ponto de apoio para as linhas de reabastecimento dos guerrilheiros do PAIGC, são fatores reveladores dos estudos efetuados e da visualização do estado final desejado por parte dos Comandantes (Afonso e Gomes, 2000).

2.3. DESCREVER (INTENÇÃO DO CMDT, DIRETIVA INICIAL DE PLANEAMENTO)

A fase de descrição desenvolvida pelos Comandantes, pode ser definida como uma das etapas fundamentais do processo operacional e que mais contribuiu para a eficácia da ação de comando e para o cumprimento das missões, sendo nesta etapa que o comandante emana qual a sua intenção e diretiva que limita o planeamento subsequente do seu Estado-Maior.

Importa mencionar que da vasta bibliografia consultada, todas as diretivas emanadas pelos Comandantes, nomeadamente as diretivas do Comandante-Chefe, eram constituídas de um capítulo específico onde o Comandante descrevia qual a sua intenção primordial no desenrolar das operações. Como exemplo, a Diretiva N.º 1 do Comandante-Chefe de 16 de abril, revela a intenção de forma clara, passando pela atuação da força nos pontos prováveis de localização do In, recolha de informações, realização de ações de limpeza de zonas e na ocupação do dispositivo de proteção a fim de facilitar a execução de uma segunda fase de operações (CECA, 2014, p. 94).

No âmbito das operações, numa componente mais tática, esta situação também era observada, demonstrando desta forma a importância que os Comandantes depreendiam da necessidade de transmitir a sua intenção para o cumprimento das missões e do balizar do campo de estudo ao seu EM no planeamento das mesmas. Exemplo constata-se na Ordem de Operações N.º 1/63 do Comandante-Chefe de 01 de agosto, na qual a intenção do Comandante é clara e precisa no parágrafo 3. EXECUÇÃO (CECA, 2014, p. 113).

É possível perceber que a difusão da intenção dos Comandantes-Chefes, nesta fase da Direção do Processo Operacional, foi contínua e desenvolvida pelos quatro Comandantes que desempenharam esta função no TO da Guiné.

2.4. DIRIGIR (FUNÇÕES DE COMBATE, PLANOS E ORDENS)

A função de direção das operações era exercida pelos Comandantes, através da difusão de diversos planos e ordens. Como exemplo claro dessa situação encontra-se o planeamento detalhado da Operação Tridente (Afonso e Gomes, 2000).

Esta fase, como última da Direção do Processo Operacional, era exercida sobretudo por meio dos planos e ordens, especificando e detalhando as missões por funções de combate.

O enquadramento legislativo neste período, já refletia a necessidade de ser o Comandante a entidade primeiramente responsável pela preparação e difusão de planos e ordens para a realizações de operações militares, ou seja, a função de direção primária das operações militares. Esta situação é perceptível através da leitura e compreensão do art.º 11.º do Decreto-Lei N.º 43351 de 24 de novembro de 1960, onde está legalmente constituído o Comando Territorial Independente da Guiné (CTIG) e são atribuídas as principais funções aos Comandantes da Regiões Militares (CECA, 2014, p. 55).

Ressalvar ainda a importância da Diretiva N.º 13 de 26 de maio de 1961, apesar de ainda estar longe o início das operações militares propriamente ditas, já nesta altura se percebia que poderiam acontecer incursões sobre a fronteira e sublevações no interior da Guiné, o que se verificou efetivamente (CECA, 2014, p. 62). Esta informação é importante, no sentido de perceber a mais-valia de um planeamento adequado e uma direção clara e precisa.

Ao longo de todo o período histórico das campanhas de África, a prática da difusão de planos e ordens de operações foi recorrente e cada vez mais importante e um excelente apoio na função de direção dos Comandantes que foram passando pelo TO da Guiné. Um exemplo desta continuidade é a número de Diretivas determinadas pelos Comandantes-Chefes no ano de 1973 (Gen Spínola e o Gen Bethencourt Rodrigues), sendo que o primeiro mandou publicar 26 e o segundo três (CECA, 2015, p. 257).

3. CONDUÇÃO DO PROCESSO OPERACIONAL

3.1. PLANEAR E PREPARAR

Ao longo do conflito a organização e implementação das forças no território foram sofrendo alterações. Em 1962, o TO encontrava-se dividido em quatro Zonas (CECA, 1989, p. 61).

- O Comando da Zona de Ação (ZA) de Bissau, tinha um Pelotão destacado em Quinhamel;

- Na ZA de Tite, estavam companhias sediadas em Fulacunda, Bedanda e Buba, que destacavam pelotões para outras povoações;
- Na ZA de Bafatá, a de menor densidade populacional, as companhias estavam sediadas em Nova Lamego e Bafatá, destacando pelotões para outras povoações;
- Na ZA de Bula, com pelotões sediados em Teixeira Pinto e Mansoa, que destacavam pelotões para toda a ZA.

Durante o período em que o Brigadeiro Schulz foi Comandante Chefe, a sua conduta materializou-se de uma forma convencional de ocupação do território com unidades de quadrícula. O CTIG foi dividido em três setores de Comando de Agrupamento (Oeste – Leste – Sul) e um setor de Comando de Batalhão, ficando este responsável pela capital e zonas limítrofes. Os setores dos Agrupamentos foram divididos em três setores de Comando de Batalhão, contudo, o esforço desenvolvido no setor a oeste originou a implementação de mais três setores de Comando de Batalhão, tendo os mesmos sido criados a título temporário.

As forças de companhia 48, encontravam-se distribuídas em quadrícula, tendo cada uma delas responsabilidade por um setor territorial. O planeamento era focado tendo por base as variáveis de missão: terreno, inimigo, meios e a missão que deveria ter sempre presente a necessidade de destruir os bandos armados inimigo ou na pior das hipóteses os seus meios de ação. A cada Comando era exigido que orientassem e dessem aos Comandos subordinados alguma liberdade de ação no planeamento e na execução de operações.

Deveriam impulsionar os menos ativos orientando-os para que atuassem sobre as áreas dos objetivos do inimigo. A melhor solução, seria a obtenção dos Comandos das Companhias um planeamento semanal da atividade operacional prevista, inserindo depois a atividade ao nível do Batalhão. Para a execução de operações no TO, era sempre difundida, por parte do CTIG, uma ordem de operações atribuindo a um determinado Batalhão o comando da operação, qual a situação particular (In, população, ZA e nossas tropas (NT)), qual a sua missão (não cumprindo com a doutrina em vigor nos dias de hoje: quem, o quê, quando, onde e para quê) e qual a constituição da força para o cumprimento da missão (CECA, 2015, pp. 124-142).

Em 1968, com o novo Comandante-Chefe General Spínola, surgiram profundas alterações no dispositivo e nos procedimentos, adotando um conceito de centralização (CECA, 1989). O Comandante-Chefe passa a dirigir diretamente as operações, ficando o CTIG responsável pelo planeamento e execução do apoio logístico (Transmissões, 2008). São criados os Comandos de Agrupamento Opera-

cional (CAOP) e os Comandos Operacionais (COP). Os primeiros correspondiam aos setores e tinham como finalidade dinamizar ações locais, ao invés de alterar limites ou forças, tal intenção é expressa na Diretiva N.º 70/69 do Comandante-Chefe de 18 de agosto, e os segundos às zonas de ação dos Batalhões, estes disponham de uma estrutura de comando mais leve e flexível, nomeadamente na área da logística.

Foram ainda criadas zonas de intervenção do Comando Chefe da Guiné (CCG), nomeadamente em locais de forte presença do PAIGC. Para concretizar a sua manobra psicológica, criou no seu EM duas repartições: A Repartição de Assuntos Cívicos e Ação Psicológica (RepACAP) e outra destinada para Assuntos de Populações (RepPop), tendo nomeado para estas duas repartições oficiais da sua confiança (Afonso e Gomes, 2000, p. 482). Durante a sua permanência na Guiné, foram por si difundidas diversas diretivas operacionais com indicações sobre remodelação do dispositivo militar e determinando as missões dos Batalhões, dos COP e dos CAOP, permitiam aos diversos militares que integravam o EM das suas unidades efetuarem o respetivo planeamento por forma a cumprir com as indicações emanadas pelo Comandante Chefe (CECA, 2015, pp. 143-273).

A partir de agosto de 1973, a situação não era muito diferente da altura de Spínola. Neste ano, quem desempenhava estas funções era o General Rodrigues. Manteve as chamadas zonas de intervenção do CCG, o TO continua dividido em zonas, Oeste, Leste, Sul, Bijagós e Bissau, por fim, existem mais dois órgãos de comando operacional de escalão agrupamento. Através da difusão de diretivas, o General Rodrigues transmitia as suas ordens ao EM das suas unidades (CECA, 2015, pp. 245-250 e 421-424).

3.2. EXECUTAR

Até 1968 e derivado da organização das forças opositoras, a execução da atividade operacional das forças portuguesas deveria ser cuidada. Aos mais baixos escalões, a preocupação estava focada no treino das tarefas críticas, nomeadamente: Progressões, execução e disciplina de tiro, conhecimento dos sinais de combate e preocupações contra minas e armadilhas. Além disso, havia ainda a preocupação para cada formação a existência de um sistema rápido que permitisse controlar todo o efetivo, a fim de detetar a falta de algum elemento e caso necessário proceder à sua busca. Cada força deveria estar articulada em grupos de assalto, apoio, busca e proteção (CECA, 2015, pp. 124-142).

No período em que Spínola esteve na Guiné e após o seu regresso a Portugal, as zonas de intervenção do comandante chefe só as forças de operações es-

peciais realizavam operações de curta duração, de grande violência, com o apoio da artilharia e da aviação. O aspeto mais relevante do conceito de organização e emprego de forças que Spínola idealizou, residia na importância decisiva que atribuiu às unidades africanas dentro do seu conceito de desenvolvimento político dos territórios ultramarinos, tendo sido utilizadas na ação dinâmica de contraguerrilha. Às unidades metropolitanas ficavam destinadas tarefas estáticas e de apoio. Spínola articulou a sua manobra em três vetores: cortar os eixos de reabastecimento e apoio aos guerrilheiros; subtrair ao controlo do PAIGC as populações e atacar a guerrilha nas suas zonas libertadas (Afonso e Gomes, 2000, pp. 482-501).

3.3. AVALIAR

Após a realização das missões, era elaborado pela 3.^a Repartição do Quartel General (QG) do CTIG um relatório, cuja designação era de ensinamentos colhidos, onde era apresentado ao Comandante chefe qual a missão executada, em que período foi realizada e em que local. Este documento apresentava um conjunto de lições identificadas para os mais baixos escalões, tais como, possíveis locais para instalação das bases de patrulhas, como deveriam estar organizadas as Companhias e principalmente que não existiam pontos inacessíveis às nossas forças. Noutros ensinamentos colhidos, é possível encontrar outro tipo de informação referente ao In (CECA, 2015, pp. 124-142). No que concerne à avaliação dos EM dos Batalhões, não foi encontrado nenhum relatório ou documento que nos permitisse analisar as respetivas repartições.

Por outro lado, e durante a sua permanência na Guiné, Spínola dedicou maior parte do tempo a levantar o moral dos combatentes, através de visitas a todos os destacamentos, preocupando-se acima de tudo com o bem-estar dos soldados, principalmente daqueles que combatiam. Tornou-se conhecido por aparecer nos locais mais expostos e onde se travavam as batalhas mais renhidas. Foi considerado um dos operacionais mais corajosos do TO da Guiné (Vaz, 2003, p. 49).

4. SISTEMA DE COMANDO-MISSÃO

4.1. PESSOAS

4.1.1. Efetivos

No início da campanha, havia apenas um Destacamento do Serviço de Transmissões (STM), “formado por um Capitão, seis Sargentos e 63 praças” (CECA, 2015, p. 487), que tecnicamente, dependia do Serviço de Telecomunicações Militares em Lisboa (Golias, 2016). Com a missão de reabastecer e executar a manu-

tenção de todo o material de transmissões, a nível de 3.º escalão e 4.º escalão de forma limitada, existia um Pelotão de Reabastecimento e Manutenção de Material de Transmissões (CECA, 2014, p. 488).

Com o aumento da intensidade do conflito e das unidades presentes no TO, é criada em agosto de 1968 uma Companhia de Transmissões, sob a dependência do Comando das Transmissões da Guiné (CECA, 2002, p. 671). Esta apoiou os diferentes escalões de comando, quando o Destacamento do STM esgotava a sua capacidade (CECA, 2002, p. 671).

Em 1971, sob o Comando das Transmissões, passou a existir um Agrupamento de Transmissões, que integrou a Companhia de Transmissões e o Destacamento do STM existentes, para além de incluir uma Companhia de Reabastecimento e Manutenção de Material de Transmissões, aumentando a capacidade de apoio, anteriormente garantido por um pelotão (CECA, 1988, p. 486).

4.1.2. 2.º Comandantes, EM e Sargentos Adjuntos dos Comandantes

Aquando a nomeação do Brigadeiro Louro de Sousa, para o Cargo de Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, é definido na Carta de Comando do Ministro da Defesa Nacional que o Comandante-Chefe pode delegar as suas funções de Governo Militar em comandos subordinados, em situações de crise circunscritas em parcela ou parcelas do território (CECA, 2014, p. 73). O mesmo documento define ainda que, em caso de ausência do Comandante-Chefe, o cargo é assumido interinamente pelo Comandante do Ramo mais graduado (CECA, 2015, p. 73).

O Comandante-Chefe Spínola, através da Diretiva N.º 32 de 22 novembro de 1970, define as funções do seu Comandante-Ajuto para a coordenação Operacional, delegando-lhe algumas das suas competências, nomeadamente a apreciação de relatórios de ações e operações e de outros documentos relacionados com a atividade sem necessidade de decisão urgente (CECA, 2015, p. 470).

Relativamente ao Comandante-Chefe Bethencourt Conceição Rodrigues, na Carta de Comandando que materializou a sua nomeação, vem expresso que este é coadjuvado em diversas competências pelo Comandante-Adjunto e nos casos de impedimento ou ausência, o cargo é assumido pelo Comandante do Ramo mais graduado ou antigo (CECA, 2015, p. 403-405).

Nos Comandos (Quadro 1), unidades cuja essência é o planeamento, verificamos a existência de Estados-Maiores, a fim de fazer face à complexidade das operações conduzidas pelos escalões subordinados (um ou mais Batalhões) (CECA, 2002, pp. 13-14). Os Comandos de Agrupamento e os Comandos de Agrupamento

Operacionais tinham um caráter permanente e a sua constituição era definida por nomeação individual (CECA, 2002, p. 591). Os Comandos Operacionais, Comandos de Agrupamento e Operacionais Temporários tinham a particularidade dos seus Estados-Maiores serem constituídos à custa do pessoal das subunidades à sua responsabilidade (CECA, 2002, p. 596). Nos Comandos, da bibliografia consultada, não foi encontrada qualquer referência a 2.º Comandantes.

Relativamente às Unidades de Escalão Batalhão (UEB) (Quadro 1) verificamos a existência generalizada de 2.º Comandantes e de EM, sendo o Batalhão de Comandos da Guiné a única UEB de manobra em que não se encontrou qualquer referência à existência de EM, talvez pela natureza das operações que foram efetuadas: independentes de qualquer Comando, em áreas de intervenção do Comando-Chefe ou em coordenação com os Batalhões dos diferentes sectores onde as suas Companhias foram empenhadas ou atribuídas de reforço (CECA, 2002, p. 646).

O Batalhão de Engenharia (BEng) e o Agrupamento de Transmissões integravam todas as unidades de engenharia e transmissões, respetivamente, sendo consideradas unidades de guarnição normal, operando com o emprego das suas respetivas subunidades em apoio de forças ou da população² (CECA, 2002, p. 667 a 672). Relativamente a estas duas UEB, não se encontrou qualquer referência à existência de EM.

Quadro 1 – Existência de EM e 2º Cmdt nas diversas unidades (Comandos e UEB)

Unidades	Estado-Maior	2º Comandante
Comandos de Agrupamento	X	
Comandos de Agrupamento Operacionais (CAOP)	X	
Comando de Agrupamento Temporário	*	
Comandos Operacionais (COP)	*	
Comandos Operacionais Temporários (COT)	*	
Batalhões de Caçadores, Artilharia e Cavalaria	X	X
Batalhão de Comandos da Guiné		X
Batalhão de Engenharia		X
Agrupamento de Transmissões		X

Observações: *Constituídos geralmente, à custa do pessoal das subunidades da sua área de responsabilidade, apenas para o planeamento de determinadas Operações, ou até que os objetivos que levaram à sua criação fossem alcançados.

Fonte: CECA (2002).

² O BEng colaborou na construção de estradas, edifícios e instrução à população local, em algumas especialidades como pedreiro e carpinteiro (CECA, 2002, p. 667 a 672).

Da bibliografia consultada, não foi encontrada qualquer referência à existência de Sargentos Adjuntos dos Comandantes.

4.1.3. Instrução e Treino

No que diz respeito às unidades operacionais, a fase final da Instrução Operacional culminava com a Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO) (CECA, 1988, p. 331). As mesmas efetuavam um treino com uma duração de três semanas, estando a cargo dos Centros de Instrução Mobilizadores (CIM) (CECA, 1988, p. 332). Face a diversas lacunas detetadas (deficiências na preparação, carência de uma reciclagem após o período da projeção e adaptação ao clima do TO), entendeu-se que parte do IAO fosse ministrado no TO (CECA, 1988, p. 333-334). Para tal, o Centro de Instrução Militar e o Campo Militar de Instrução, tinham a missão de ministrar a IAO às unidades de reforço com vista a sua adaptação ao TO da Guiné (CECA, 2002, p. 683-685). Nas IAO, a nível de transmissões, eram dadas indicações sobre métodos do uso dos equipamentos que operavam no TO, nomeadamente os E/R AVP-1 que não eram operados por especialistas de transmissões, bem como soluções expeditas para melhorar a qualidade das comunicações (Transmissões, 2008, p. 166).

4.2. REDES

Durante a guerra de África, o Exército estava dotado de um eficiente sistema de comunicações telegráficas e telefónicas que garantia a ligação de Lisboa a cada uma das colónias. Este sistema encontrava-se interligado com as redes operacionais permanentes, de cada TO, permitindo a partir da Metrópole, o controlo do dispositivo militar (Transmissões, 2017).

A ligação do QG à Metrópole era garantida por um centro-emissor, distanciado a cerca de 5 km do QG, através de um emissor Marconi de 10kw (Transmissões, 2017). Este, através de feixes hertzianos, efetuava a ligação com os emissores/recetores Kaar, com antena dipolo instalados nos diversos Postos de Comando dos Batalhões (Figura 6) (Transmissões, 2017).

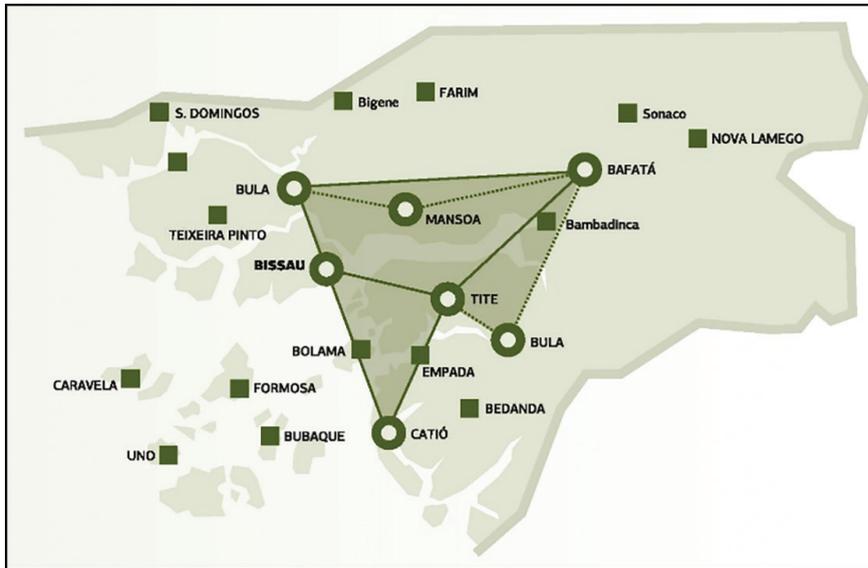


Figura 6 – Ligações rádio na Guiné

Fonte: Transmissões (2008, p. 158).

As diversas unidades operavam em redes táticas e redes de tráfego geral, nas frequências HF e VHF (Figura 7) (Transmissões, 2008, p. 162).

		Bissau	Batalhão	Companhia	Destacamento		
Tráfego Geral	HF	RF-301 ou Marconi	RF - 301 ou Marconi	GRC-9	GRC-9 ou C HP -1	GRC-9 ou C HP -1	Nas Tm da Unidade
	VHF	Central Serviço de TM		Stomo CQF-612	Stomo CQF-612	Stomo CQF-612	
Tráfego Tático	VHF	Stomo CQF-612	VHC-10/IRET	VHC-10/IRET	VHC-10/IRET	VHC-10/IRET	Salas de Operações
	VF	COM CHEFE OPER BA 12 COAT	TR-28 DHS-1	TR-28 CHP-1			

Figura 7 – Esquema básico das ligações rádio

Fonte: Transmissões (2008, p. 162).

4.3. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O aparecimento da informática no Exército ocorre em 07 de outubro de 1959, aquando da criação do Serviço Mecanográfico do Exército (SME) (Lopes, 1997, p. 2). Este tinha como missão geral cooperar com os diferentes órgãos do Ministério do Exército na elaboração de cálculos, previsões e estatísticas que lhe fossem determinadas, em especial nas operações de registo, classificação, distribuição e mobilização do pessoal e animais do Exército, bem como no registo e movimento das existências de todo o tipo de material e peças de reserva em depósito ou distribuídas às unidades do Exército (Marmelo, 1985, p. 4).

Em 1964, é instalado o primeiro computador do Exército, em Luanda, destinado a processar os vencimentos do pessoal a prestar serviço naquele TO, estendendo-se mais tarde a sua ação à Guiné e Moçambique (Marmelo, 1985, p. 4).

Em 1967, pelo esgotamento da capacidade do equipamento de Luanda, foi instalado no SME o IBM 360/20, com 12 KB de memória. Com este sistema, eram processados os vencimentos dos militares da metrópole, os editais de incorporação e o processamento dos dados dos militares e civis. No ano de 1969, o sistema foi substituído pelo IBM 360/30, com 64 KB, mantendo-se a sua utilização até 1978, com a mesma tipologia de tarefas (Lopes, 1997, p. 2).

Em 1972, é criada a Comissão de Informática do Ministério do Exército, com a tarefa atribuída de estudar a transformação do SME em Serviço de Informática do Exército, não ocorrendo até ao final do conflito, alterações nas estruturas dos Serviços, missão e equipamentos (Marmelo, 1985, p. 5).

4.4. PROCESSOS E PROCEDIMENTOS

O Comandante-Chefe definia sob a forma de Diretivas³, as ações a serem executadas pelo seu EM e diversas estruturas de comando subordinadas, enunciando tarefas específicas a executar para alcançar um estado final desejado.

Durante o ano de 1966, no comando do Brigadeiro Arnaldo Schulz, foi emitida a Diretiva relativa às “Normas para Orientação, Identificação e Conduta das NT em Operações” (CECA, 2014, p. 378 a 385). Nesta diretiva, a nível do planeamento, o Comandante-Chefe identificava considerações que deveriam ser tidas em conta nos diversos escalões, nomeadamente: a determinação objetiva e real da duração do deslocamento das forças; a definição exata da hora de ação no objetivo, particularmente aquando o emprego de fogos aéreos ou de artilharia; a definição antes da

³ As diversas diretivas dos Comandantes-Chefes podem ser consultadas na Resenha Histórico-militar das Campanhas de África – 6.º Volume, da CECA, EME.

saída para a operação da localização da base de partida para o assalto ao objetivo, locais de recolha, locais de evacuação; estudo prévio das modalidades de ação do In e sua comparação com a das NT e a previsão dos movimentos auto apenas nos itinerários onde as probabilidades de contacto com o IN sejam reduzidas (CECA, 2014, p. 382).

Em 1968, aquando da chegada General Spínola, através da Diretiva N.º 44/68 de 01 de outubro, definiu claramente as atribuições a cada escalão de comando no processamento da ação operacional, em matéria de planeamento, execução, controlo e fiscalização (Antunes, 1995, p. 360). Assim, define que ao Comandante-Chefe compete a definição do conceito de manobra à escala do TO da Guiné (com uma periodicidade mensal, reuniões de comandos e Diretivas), a elaboração de diretivas executórias respeitantes à concretização da manobra num adequado dispositivo terrestre, a coordenação dos três Ramos das FA, exercer fiscalização da atividade operacional (Antunes, 1995, p. 360).

Ao CTIG competia concretizar a manobra definida pelo Comandante-Chefe, através da articulação do dispositivo quando necessário, fixação de zonas de ação, fiscalização da atividade operacional da sua dependência, garantir o aviso das forças terrestres sobre ações de fogo conduzidas pela Força Aérea, prestar assistência técnica aos escalões de comando subordinados e responder às suas solicitações e quando ultrapassar a sua competência, providenciar junto do Comando-Chefe (Antunes, 1995, p. 360).

Ao Comando do Agrupamento, propor alterações ao dispositivo, fixar missões de caráter permanente aos batalhões e companhias com aprovação prévia do CTIG, planear e coordenar operações ao nível do Agrupamento, fiscalizar a atividade operacional das unidades na sua dependência, prestar assistência técnica aos escalões de comando subordinados, responder às suas solicitações e quando ultrapassar a sua competência, providenciar junto do CTIG (Antunes, 1995, p. 360).

Ao Comando de Batalhão, propor alterações ao dispositivo, fixar missões às companhias com aprovação prévia do Comando do Agrupamento, fiscalizar a atividade operacional das Companhias, prestar assistência técnica às companhias, planear e coordenar ações operações de batalhão (Antunes, 1995, p. 361).

Ao Comando de Companhia, garantir a continuidade da atividade operacional na ZA atribuída e solicitar ao comando superior meios de reforço indispensáveis para o cumprimento da missão. Sempre que o Comandante-Chefe verificasse que o rendimento operacional não era alcançado (com os meios e missão atribuídos tidos como adequados), responsabilizava o Comandante de Companhia

e os seus escalões superiores de comando, responsáveis pela supervisão (Antunes, 1995, p. 361).

No período referente ao Comandante-Chefe Bethencourt Conceição Rodrigues, este determina na sua Diretiva de 21 de outubro, que todos os níveis de comando devem estudar e adotar medidas adequadas para diminuir os efeitos causados pela ação do In sobre as tropas, sendo imprescindíveis a revisão de planos, elaboração de planos de fogos adequados e condução de treinos em tarefas críticas (reações a emboscadas, por exemplo) (CECA, 2015, p. 286-288).

4.5. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

No início do conflito, todas as dependências da Delegação do STM, ficaram instaladas junto do QG do CTIG, nomeadamente a chefia da Delegação, um posto de rádio, um centro de mensagens, uma central telefónica e as oficinas (Transmissões, 2017).

Em 1971, com a criação do Agrupamento de Transmissões (Figura 8), foram-lhe atribuídas instalações próprias, com grandes pavilhões ao estilo colonial (Transmissões, 2008, p. 161). A Companhia de Reabastecimento e Manutenção de Material de Transmissões tinha duas oficinas avançadas de material de transmissões onde era efetuada a manutenção de 3.º escalão, localizadas em Bissau e Bafatá (CECA, 1988, p. 486).



Figura 8 – Agrupamento de Transmissões na Guiné (Bissau)

Fonte: Transmissões (2017).

Em 1966, começam a ser distribuídos os rádios CHP-1, em substituição do HF-156, destinados às ligações HF entre as forças em operações (CECA, 2014, p.

488). Em 1973, também nas frequências HF, recolhiam-se os últimos rádios AN/GRC-9 americanos (Figura 9) e substituíam-se pelos RACAL TR-28, sul-africanos (Transmissões, 2008, p. 165).

Em instalações fixas eram usados os NA/PRC-10, já antigos e os IRET PRC-239, italianos, com antenas RC-292 (com plano terra) em mastros CTH de cerca de nove metros (Transmissões, 2008, p. 165).

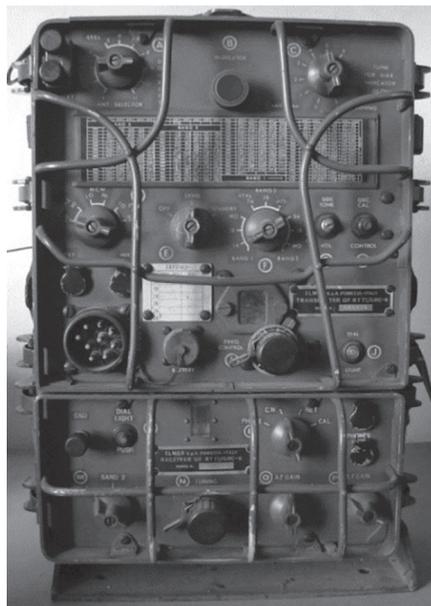


Figura 9 – Rádio AN/GRC-9
Fonte: Transmissões (2017).

A estes meios, ligavam-se os rádios portáteis AVP-1 e IRET PRC-236. As comunicações de VHF, apenas eram perturbadas pelas árvores de grande porte ou mata, mas como o território é praticamente plano (máxima elevação de 300 metros na região sul), os meios VHF eram geralmente eficazes (Transmissões, 2008, p. 166).

A partir de 1973, foram utilizados com sucesso nas comunicações táticas os rádios Suecos da família STORNO (Figura 10) (Transmissões, 2017). Estes equipamentos trouxeram uma maior liberdade de movimentos (pela sua portabilidade e pela antena ser curta em helicóide encapsulada), para além de permitirem a transmissão de mensagens codificadas (Transmissões, 2008, pp. 167-168). Pela sua fiabilidade, capacidade de codificação e por permitir chamadas bitonais melhorando a segurança das comunicações, o seu emprego alargou-se às comunicações fixas (Transmissões, 2008, p. 167).

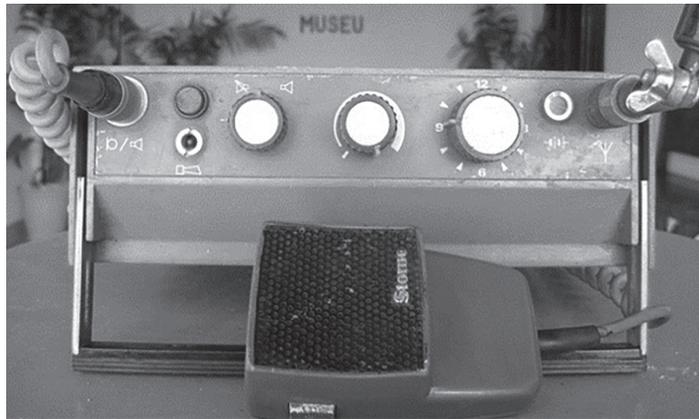


Figura 10 – Rádio STORNO

Fonte: Transmissões (2017).

CONCLUSÕES

Nesta secção verificou-se a existência de semelhanças entre a atual do conceito da função de Comando-Missão e a forma como era aplicado por parte dos Comandantes Chefes em função no To da Guiné, principalmente do Brigadeiro António de Spínola.

Na direção do processo operacional, podemos concluir que os vários Comandantes, principalmente o Brigadeiro António de Spínola, que possuía uma perfeita perceção da variável social, através da implementação dos congressos do povo, permitiu-lhe identificar diversos problemas. No âmbito da visualização e através da análise efetuada ao planeamento detalhado da operação Tridente, permitiu identificar o conhecimento que as NF possuíam das várias variáveis de missão, sendo fatores reveladores dos estudos levados a cabo no TO. No passo seguinte, descrever o processo operacional, foram identificadas as diretivas emanadas pelos comandantes-chefes onde em todas é possível identificar qual o estado final pretendido. Ao nível tático, também existia a preocupação de no planeamento e difusão de ordens ser transmitido a todos qual era a intenção clara e inequívoca. Por fim na direção do processo operacional, era exercida através dos planos e ordens difundidos, especificando a missão. Foi possível identificar a necessidade de ser o comandante a entidade primeiramente responsável pela preparação e difusão do plano ou ordem.

No capítulo três, foi abordada a condução do processo operacional. Pretendeu-se identificar como o EM planeava, preparava, executava e avaliava as operações. Com base nos quatro comandantes chefes que estiveram no TO durante o

período do conflito, e analisando diversa documentação foi possível deduzir de que forma as NF executam o seu planeamento, nomeadamente na forma como estavam articuladas no TO e, além disso, como eram planeadas as atividades operacionais durante os quatro períodos temporais. Foi possível constatar as alterações que foram introduzidas principalmente por Spínola, e verificado que os oficiais que integravam o seu EM eram elementos da sua inteira confiança. Na parte da execução, a preocupação estava mais centrada nos mais baixos escalões. Mais uma vez, Spínola introduziu algumas alterações durante o seu mandato, criando zonas de intervenção do comandante chefe, em que apenas as unidades de operações especiais realizavam operações. Por fim, a avaliação encontra-se materializada com a elaboração de relatórios, designadamente por ensinamentos colhidos, elaborado pela 3.^a Repartição do QG do CTIG. Por outro lado, e novamente durante a permanência de Spínola no TO, o aumento do moral dos soldados era a sua maior preocupação, desta forma, conduziu diversas visitas, mesmo nos locais mais improváveis para poder estar com a sua tropa.

Relativamente ao sistema de Comando-Missão, na sua componente pessoas, identificou-se os efetivos presentes no teatro que a materializavam. Assim, foi possível concluir que no início do conflito os elementos estacionados na Guiné pertenciam a um destacamento de transmissões, evoluindo para um Agrupamento no final do conflito. Além disso, foi possível identificar quais as unidades que possuíam um EM e 2.º Comandante, permitindo desta forma planear e conduzir as operações. Outro aspeto identificado foi a instrução e o treino que era ministrado no TO por forma a realizar uma adaptação ao clima. Quanto aos meios de comunicação, o Exército estava dotado de um eficiente sistema de comunicações que permitia as comunicações com Lisboa e com os Postos de Comando dos Batalhões espalhados no TO. Os sistemas de informação, sobre a tutela do SME, embora existindo, não serviam a direção e condução do processo operacional no TO da Guiné. Os processos e procedimentos adotados pelos vários Comandantes Chefe, assumiam a forma de diretivas, que definiam as ações a serem executadas pelo seu EM bem como as diversas estruturas de comando subordinado. As instalações e equipamentos também foram identificados, com os aquartelamentos das unidades de transmissões e equipamentos rádio que operavam no TO.

Em forma de conclusão, podemos inferir que apesar de o conceito não existir à altura, este era em quase toda a totalidade aplicado, relacionando-se com os aspetos centrais do comando e controlo da época, tendo como figura central o Comandante e o seu EM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, P., Oliveira, H., Nunes, R. e Monteiro, J., 1994. *Os Últimos Governadores do Império*. Lisboa: Edições Inapa.
- Afonso, A. e Gomes, C., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Noticias.
- Afonso, A. e Gomes, C., 2010. *Os anos da Guerra Colonial 1961-1975*. 1ª Edição ed. LISBOA: QuidNovi.
- Antunes, J., 1995. *A Guerra de África 1961 A 1974*. s.l.:Circulo de Leitores.
- Botelho, C., 1987. *A Informática no Exército - Curso Superior de Comando e Direção 1986-1987*. Lisboa: s.n.
- Carmo, H. e Ferreira, M., 1998. *Metodologia da Investigação: Guia para autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974, Enquadramento Geral, Volume 1*. 2.ª Edição ed. LISBOA: Estado-Maior do Exército.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974, Dispositivo das Nossas Forças Guiné, 3.º Volume*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 2002. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974, Fichas das Unidades, 7º Volume, Tomo II*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 2014. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974. Aspectos da atctividade operacional, 6.º Volume, Tomo II, Livro I*. 1.ª Edição ed. Lisboa: EME.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 2015. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, Aspectos da Actividade Operacional, 6.º Volume, Tomo II, Livro II*. 1.ª Edição ed. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Department of the Army, 2012. *ADRP 6-0*. Washington, DC: s.n.
- Estado-Maior do Exército, 1966. *Regulamento de Campanha Informações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Estado-Maior do Exército, 1990. *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas e África (1961-1974)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Estado-Maior do Exército, 2012. *PDE 03-00 Operações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Fortin, M., 1999. *O processo de investigação - da conceção à realização*. Loures: Editora Lusociência.
- Gil, A., 2002. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ª ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Golias, J., 2016. *A Descolonização da Guiné-Bissau e o Movimento dos Capitães*. Lisboa: Colibri.
- Lopes, R., 1997. *O Sistema Informático do Exército - Trabalho de Investigação de Longa Duração CEM 1996-1998*. Lisboa: IAEM.
- Marmelo, J. 1985. *Informática no Exército sua Implementação - Curso Superior de Comando e Direção 1984-1985*. Lisboa: s.n.

- Marques, J., Mendes, M. e Carvalho, M., 2005. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4.^a Edição ed. Lisboa: Gravida.
- Matos, J., 2015. *O Início da Guerra na Guiné (1961-1964)*. Revista Militar, Novembro.
- Militar, A., 2010. *A Academia Militar e a Guerra de África*. Lisboa: Academia Militar.
- Oliveira, H., 1994. *Os Últimos Governadores do Império*. s.l.:Edições Inapa.
- Pinto, A., 2001. *O Fim do Império Português*. s.l.:Livros Horizonte.
- Pires, N., 2014. *Wellington, Spínola e Petraeus. O Comando Holístico da Guerra*. Alcochete: Nexo Literário.
- Policarpo, F., 2006. *Guerra de África: Guiné 1963-1974*. Lisboa: QuidNovi.
- Rezola, M., 2002. *António de Spínola : Fotobiografias século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rezola, M., 2004. *Fotobiografias Século XX - António de Spínola*. Lisboa: Temas e Debates.
- Rodrigues, L., 2015. *O Corpo de Estado-Maior*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Shamir, E., 2011. *Transforming Command - The pursuit of Mission Command in the U.S., British, and Israeli Armies*. Standford, California: Standford University Press.
- Sousa, M. e Batista, C., 2011. *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios - Segundo Bolonha*. Lisboa: Edições Pactor.
- Transmissões, C., 2008. *As Transmissões Militares da Guerra Peninsular ao 25 de Abril*. Lisboa: Comissão da História das Transmissões.
- Transmissões, C., 2017. *História das Transmissões Militares*. [Em Linha] Disponível em: <<https://historiadastransmissoes.wordpress.com/>> [Consult. em 06 de junho de 2017].
- Vaz, N., 2003. *Guiné 1968-1973 - Soldados uma vez, sempre soldados!*. Lisboa: Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda.
- Yin, R., 2009. *Case study research design and methods*. 4.^a ed. Londres: Publicações Sage

SECÇÃO IV

O MOVIMENTO E MANOBRA

O MOVIMENTO E MANOBRA NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)

Autores

MAJ INF Rui Miguel Coelho Borges
MAJ TM Tiago Filipe Abreu Moura Guedes
MAJ ART Cristina Maria Costa Pereira
MAJ INF André Joaquim Teixeira Valente
MAJ INF Rui Miguel dos Santos Alves

Orientador

TCOR INF António José Macedo Estrela Bastos

1. ENQUADRAMENTO E CONCEPTUALIZAÇÃO GERAL

“Para alcançar a vitória devemos concentrar nossa força no centro de poder e movimento do inimigo. Seu centro de gravidade.”

Carl Von Clausewitz

Este capítulo pretende enquadrar o tema em estudo apresentando a evolução doutrinária da época em análise até ao conceito atual de Movimento e Manobra e assim definir os indicadores de análise utilizados para desenvolvimento do trabalho.

1.1. ESTADO DA ARTE

Os TO das campanhas de África, configuraram um conflito de natureza não convencional, a guerra de guerrilha. A doutrina existente aplicada à guerra convencional, nomeadamente doutrina de origem OTAN, não era adequada às particularidades deste novo tipo de conflito armado.

Antes da guerra, foi estudada doutrina de outros países que já tinham sofrido com conflitos semelhantes tendo essa doutrina sido aplicada no início da guerra (Borges et al., 2016).

Com o decorrer da guerra a doutrina foi sofrendo atualizações fruto da experiência adquirida sendo lançado a segunda edição do guia “O Exército na Guerra Subversiva”, de 1966, que, não contendo alterações significativas em relação à pri-

meira edição, assumia-se como uma consolidação da doutrina desenvolvida (Borges et al., 2016).

Sendo o conceito de Movimento e Manobra recente face ao período de estudo, em Borges et al. (2016), no estudo da função de combate Movimento e Manobra no TO de Angola, refere nas conclusões que as áreas dessa função de combate contribuíram para alterações no dispositivo, tipologia e tarefas das forças. Assim, é apontada a hipótese de que em analogia com o TO de Angola, o TO da Guiné-Bissau também contribuiu para a evolução do conceito Movimento e Manobra.

1.2. ANÁLISE DOCTRINÁRIA DA GUERRA DO ULTRAMAR

As campanhas no TO da Guiné, à semelhança de todas as campanhas da Guerra do Ultramar, inserem-se na denominada à altura Guerra Subversiva, sendo que as missões das forças militares seriam: “combater os bandos armados, as guerrilhas e as forças pseudo-regulares da subversão, executando operações militares defensivas e ofensivas” (EME, 1966).

Desta forma, no TO da Guiné, o planeamento das operações militares asentava sempre nas tarefas táticas que vinham explanadas no guia doutrinário – O Exército na Guerra Subversiva volumes I e II. No volume II – Operações de contra bandos armados e guerrilhas, são descritas as diferentes tarefas táticas que as forças terrestres poderiam empregar, de cariz defensivo e ofensivo.

Antes de caracterizar os tipos de operações da altura, é necessário distinguir as duas funções que eram atribuídas às forças na altura, e que contribuíam, para a decisão da articulação e dispositivo das forças – função quadricula ou função de intervenção:

Função quadricula: Defesa de pontos sensíveis, estabelecimento de postos militares; Proteção de itinerários; Pesquisa de notícias sobre o inimigo e de dados sobre o terreno e população; Contacto com a população, ação psicossocial, controle da população; Ação psicológica sobre o inimigo; Hostilizar o inimigo na medida em que os meios disponíveis o permitirem.

Função de intervenção: Socorrer unidades, povoações e instalações atacadas; Procurar o inimigo e hostiliza-lo o mais possível por toda a parte; Executar operações ofensivas contra elementos rebeldes referenciados e suas instalações.

EME (1966)

Com esta análise, arriscamos a distinguir as tarefas atribuídas às forças em quadricula maioritariamente de cariz defensivo, sendo que as missões da função de intervenção caracterizavam-se maioritariamente por tarefas ofensivas.

De seguida, iremos analisar unicamente, as missões que encaixam na função de combate movimento e manobra.

Segundo o princípio básico da Guerra de contraguerrilha – espírito ofensivo e ação ofensiva, “O estabelecimento de medidas exclusivamente defensivas não pode impedir o desenvolvimento de um movimento guerrilheiro nem o aumento da sua agressividade. Só uma pertinaz ação ofensiva permitirá o aniquilamento total das forças rebeldes.” (EME, 1966). As ações ofensivas caracterizavam-se por serem um somatório de pequenas operações, previamente planeadas e coordenadas, com objetivos bem definidos.

Sendo assim, em relação às tarefas defensivas, consideramos, a defesa de pontos sensíveis e o estabelecimento de postos militares (segurança próxima e imediata) e a proteção de itinerários (segurança em movimento).

A defesa de pontos sensíveis¹, podia englobar diferentes situações:

- Povoações;
- Instalações e maior interesse político, administrativo, económico e militar;
- Pontos vitais das vias de comunicação.

Por sua vez, os postos militares destinavam-se também à defesa de pontos sensíveis, mas que devido ao isolamento que os caracterizava assumiam a forma de fortim isolado. No caso da defesa de uma povoação, conforme a Figura 1, podemos constatar que existia uma combinação da manobra dos elementos fixos com elementos em movimento, de forma a criar uma segurança próxima e uma segurança afastada, obtendo desta forma a exploração do terreno, a recolha de informação e evitar a surpresa por parte da ameaça. Este tipo de tarefa tinha como finalidade garantir a defesa a todo o custo de uma povoação, ou simplesmente, alertar o comando superior e resistir temporariamente, aguardando a contrarreação da força de intervenção.

¹ “Designam-se por pontos sensíveis as povoações e instalações importantes, certos pontos vitais das vias de comunicação e mesmo determinados acidentes de terreno” (EME, 1966).

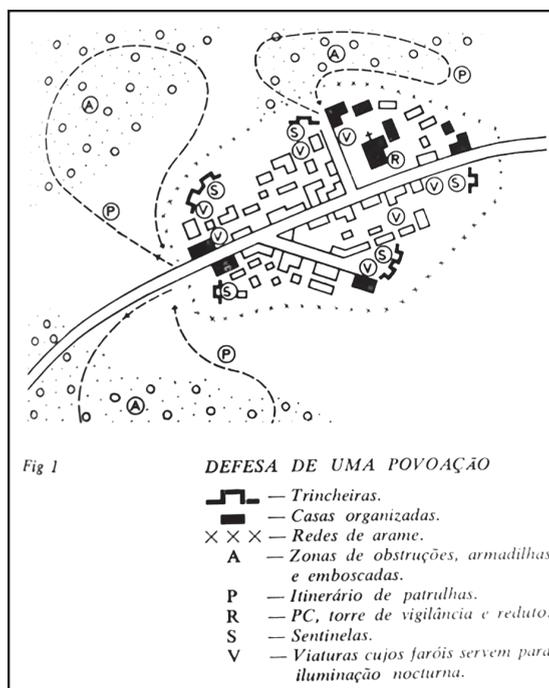


Figura 1 – Defesa de uma povoação

Fonte: EME (1966).

A missão de proteção de itinerários, destinava-se a proteger as forças de emboscadas do inimigo e garantir condições de segurança. Caracterizava-se por três tipos de ações: uma defesa fixa (temporária ou permanente) de pontos vitais nas vias de comunicações, uma vigilância móvel de troços entre pontos vitais e escoltas a colunas. De salientar, que as viaturas para escoltas eram preparadas para rapidamente reagir a qualquer ameaça. Nas operações de vigilância, conforme a Figura 2 podemos constatar que eram planeados diferentes movimentos táticos das colunas de forma a evitar rotinas nas vigilâncias. Na Figura 3, podemos verificar toda a manobra a realizar no caso de uma Emboscada.

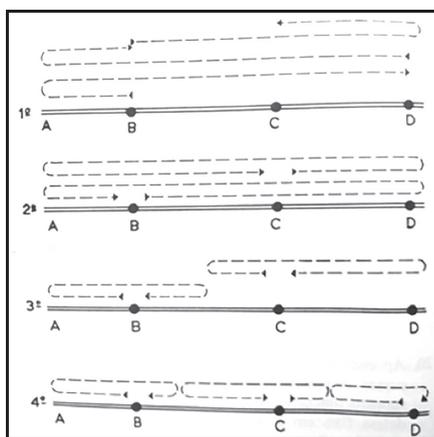


Figura 2 – Patrulha de Vigilância
Fonte: EME (1966).

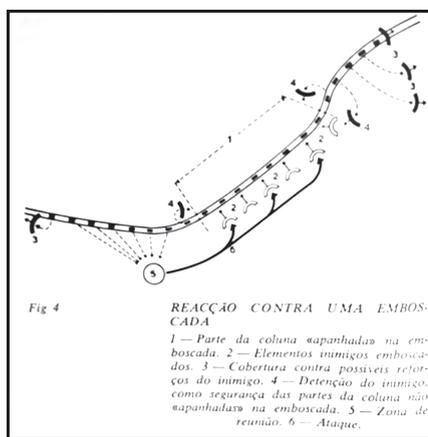


Figura 3 – Reação contra uma Emboscada
Fonte: EME (1966).

Por sua vez, as operações ofensivas destacavam-se principalmente, as ações de limpeza (de uma zona ou de uma povoação), os golpes de mão e as emboscadas.

A limpeza de uma zona, caracteriza-se por ser a única das ações ofensivas que realmente é decisiva, pois a sua finalidade “é expulsar, aprisionar ou aniquilar a totalidade dos elementos rebeldes e seus simpatizantes e destruir todas as suas instalações e meios de combate e vida, numa dada zona.” (EME, 1966). A limpeza de zona era executada de duas maneiras: por uma batida ou por uma operação de cerco, ou mesmo pela combinação das duas.

As operações de batida são operações de limpeza de uma zona previamente delimitada onde se sabe da existência de ameaça, com a finalidade de capturar pessoal e/ou material, de flagelar elementos da ameaça ou de intimidar/controlar elementos da população. Estas operações eram conduzidas nas modalidades de linha ou coluna. Nesta operação as forças progrediam e manobravam de forma, a que houvesse sempre sobreposição de setores de tiro. A parte da ameaça que retirasse era perseguida pelas forças preposicionadas. As operações de Cerco são ações de limpeza a uma zona previamente delimitada, onde são dispostas forças de forma a impedir que a ameaça possa escapar ou ser apoiada do exterior dessa zona. Nos dois tipos de ações, as forças no terreno manobravam de modo a conseguir uma posição de vantagem para destruir a ameaça. À semelhança das operações de batida (Figura 4), também aqui havia a possibilidade de se dar início a uma perseguição e de as forças dispostas no cerco serem apoiadas por unidades aeromóveis e/ou aerotransportadas.

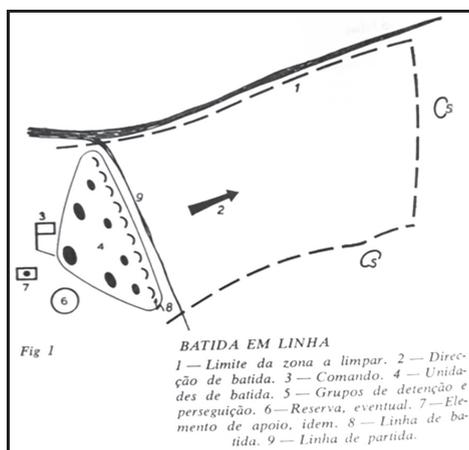


Figura 4 - Batida em Linha

Fonte: EME (1966).

A limpeza de uma povoação era executada em povoações relativamente pequenas, e onde se conhecia a existência de elementos rebeldes. Caracterizava-se pelo estabelecimento de um cerco e uma atuação no interior da povoação.

O golpe de mão tinha como principal princípio a surpresa e caracterizava-se por um deslocamento efetuado no maior segredo até às proximidades do objetivo e num ataque fulminante. Tinha como finalidades o aniquilamento ou captura de elementos chaves, destruição de instalações da ameaça e recolha de informação.

As emboscadas caracterizadas também pelo princípio da surpresa consistiam na instalação dissimulada de um dispositivo adequado, num determinado local escolhido, onde se detém e ataca a ameaça (Figura 5).

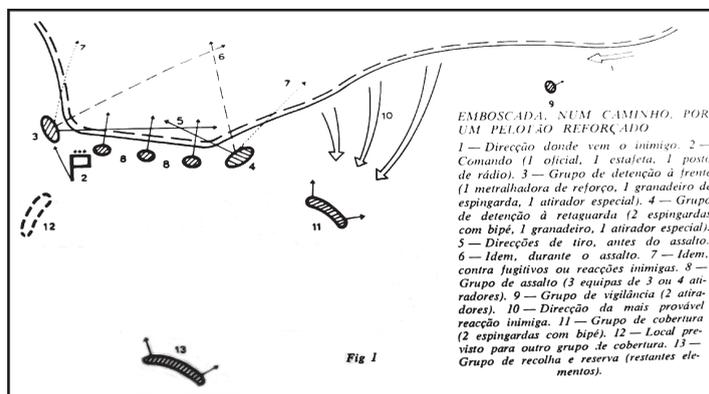


Figura 5 - Emboscada num caminho

Fonte: EME (1966).

Os patrulhamentos, não consideramos somente operação ofensiva, porque permitiam além da obtenção de informação, hostilizar o inimigo através de “pequenas ações de aniquilamento ou captura de elementos rebeldes encontrados pelas patrulhas” (EME, 1966).

A Engenharia tinha um papel fulcral no apoio à tarefa de mobilidade e contra mobilidade, no que concerne à desobstrução, reparação, melhoramento, construção e conservação de vias de comunicação.

1.3. A FUNÇÃO DE COMBATE MOVIMENTO E MANOBRA

O PDE 3-00 Operações define os conceitos de Função de Combate e o conceito de função de combate Movimento e Manobra. Uma função de combate é um conjunto de tarefas e sistemas que cumprem uma finalidade comum e ao dispor do comandante gera potencial de combate (Exército Português, 2012).

A função de combate Movimento e Manobra pretende alcançar uma posição de vantagem em relação ao inimigo através da movimentação de forças (Movimento) combinada com fogo para alcançar uma posição de vantagem (Manobra). Esta função de combate inclui as tarefas de Projeção de forças, Manobra, Movimentos táticos, Fogo direto, Ocupação de Zonas de Reunião, Mobilidade e Contramobilidade, e Obscurecimento do Campo de Batalha (Exército Português, 2012). Embora não especificamente definida na PDE 3-00, a tarefa Pesquisa de Informação também é uma tarefa do Movimento e Manobra visto que esta tarefa integra o parágrafo referente às instruções de Movimento e Manobra do modelo atual em vigor da Ordem de Operações². Esta tarefa também surge na doutrina de outros países sob o nome de Condução de Reconhecimento e Vigilância, enunciada no ADRP 3-0 Unified Land Operations (Exército dos EUA, 2016).

1.4. MODELO DE ANÁLISE

Para se atingir o objetivo geral, definiu-se a pergunta de partida e perguntas derivadas que permitam responder aos objetivos específicos formulados. Cada pergunta derivada é respondida ao longo dos capítulos seguintes. Esta correspondência é esquematizada na Figura 6.

² PDE 5-00 atualmente em revisão, revogando o PDE 5-00 de agosto de 2007.

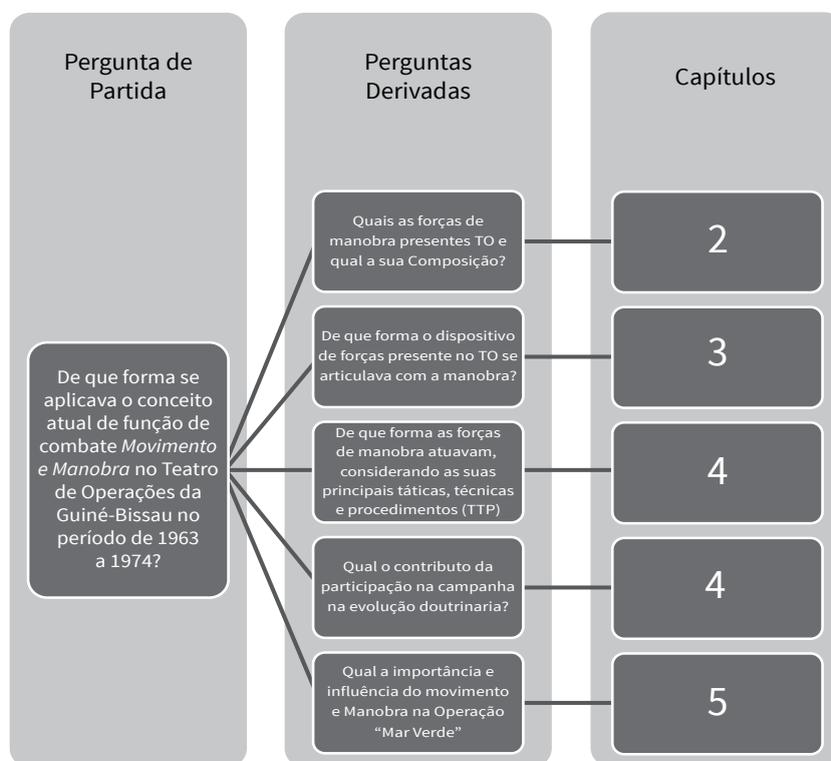


Figura 6 – Associação entre Pergunta de Partida, Perguntas Derivadas e Capítulos

Tendo por base a metodologia de Quivy e Campenhoudt (2008), o modelo de análise foi construído dividindo o objeto de estudo em dimensões. As dimensões e indicadores são referidos na Figura 7.

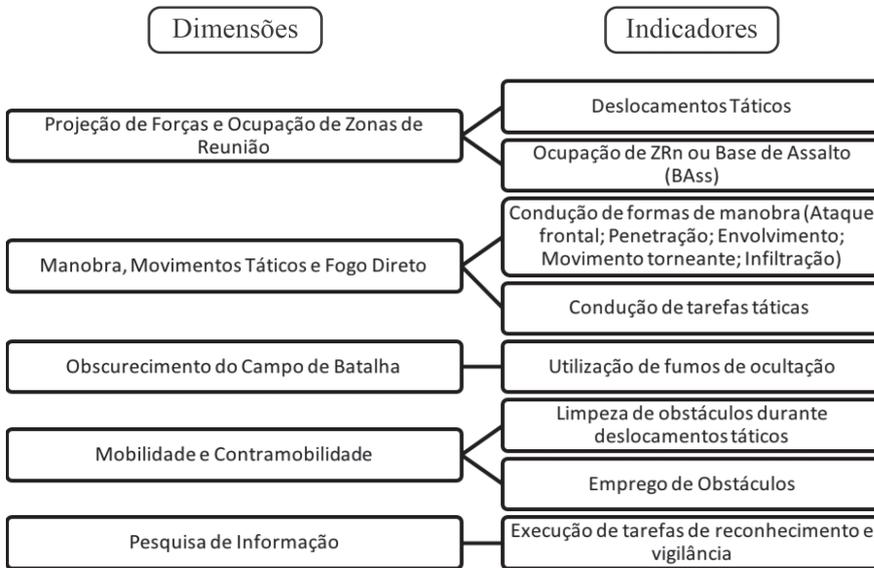


Figura 7 – Dimensões e Indicadores do Modelo de Análise

2. CARATERIZAÇÃO DAS FORÇAS DE MANOBRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES

“A guerra é de facto uma coisa má. Mas existe algo ainda pior do que a guerra: é perdê-la”

Brandão Ferreira

2.1. TIPOS DE FORÇA

A clandestinidade, a rusticidade, a mobilidade e fluidez foram as principais características que as forças portuguesas enfrentaram no TO da Guiné (Afonso e Gomes, 2000, p. 106). No entanto, ao contrário de Angola, dois anos antes, as FFAA portuguesas já não são apanhadas desprevenidas no novo TO, pois o início do conflito tornara-se, de há muitos meses uma realidade próxima. Porém, neste novo cenário, os rebeldes encontram-se num estágio de organização muito superior, com elevado vigor nas ofensivas levadas a efeito, o que acabou por surpreender as nossas forças e provocar a desorientação junto do Comando Português (Melo, 1988, p. 104).

Relativamente à análise genérica das nossas forças, transparece claramente uma malha de ocupação bastante densa em quase todo o território. A ação militar, assentava numa quadrícula de forças terrestres que ocupava a totalidade das re-

giões, destinadas a guarnecer-lo, a estabelecer e manter contacto com a população (Vaz, 2003, p. 17).

Para aplicação do novo conceito de organização e para se materializar a ocupação do maior espaço possível do território, procedeu-se à descentralização do dispositivo operacional com setores de Batalhão, subsetores de Companhia e Destacamentos de Pelotão, ou mesmo de Secção (Bacelar, 2000, p. 85).

A quantidade de batalhões que constituíam cada setor era variável conforme a situação, assim como as unidades de Apoio e de Serviços. Para dar resposta a determinadas situações particulares, foi necessário utilizar outro conjunto de unidades, de forma a levar a efeito ações ofensivas, libertas do ónus de garantir a segurança do setor e capazes de obter êxito. Esta função quase exclusivamente foi atribuída às Forças Especiais (Comandos, Paraquedistas e Fuzileiros), que inicialmente eram empregues em unidades escalão Companhia e posteriormente passaram a ser utilizadas em escalão Batalhão (Afonso e Gomes, 2000, p. 149).

De forma a enfrentar as sublevações do conflito, a doutrina portuguesa teve de abandonar os requisitos e padrões de desempenho da OTAN. Uma das medidas que impuseram desde o princípio, foi a decisão de confiar ao Batalhão de Infantaria, dotado de combate e de apoio de serviços, um papel preponderante nas atividades de Contrassubversão. O emprego de unidades blindadas, pelo contrário, foi eliminado à partida, dadas as dificuldades de progressão com que se iriam deparar, bem como o seu elevado custo e vulnerabilidades. De igual forma a Artilharia excepcionalmente foi utilizada nos moldes clássicos, de entre as missões típicas que lhe foram confiadas, devem destacar-se como mais frequentes as ações de assalto por forças terrestres e as ações de apoio de fogos a estacionamento das nossas tropas quando atacadas. Pode afirmar-se que uma parte substancial das unidades de Artilharia e de Cavalaria atuou em moldes idênticos aos das unidades de Infantaria, cumprindo o mesmo tipo de missões (Vaz, 2003, p. 17).

Por conseguinte, às unidades de Caçadores aplicavam-se as mesmas matrizes de atuação das unidades de Cavalaria e Artilharia, tendo atribuídas principalmente missões de quadricula, situação que implicava responsabilidade direta por uma zona de ação. Contudo, verificou-se que algumas destas unidades foram empregues como reserva de comandos superiores, com participação em ações de intervenção em zonas de ação de outras unidades (Afonso e Gomes, 2000, p. 97).

Contata-se desta forma, que as forças portuguesas conduziram uma guerra essencialmente defensiva, assente no vetor da ação militar, guerra menos virada para a conquista das populações e mais para a manutenção de posições no terreno, limitando-se de uma forma geral a reagir (Afonso e Gomes, 2000, p. 102).

Ao longo de 11 anos em que durou o conflito na Guiné, verificou-se um reforço aos efetivos operacionais no Comando Territorial Independente da Guiné (CTIG), bem como nítidas alterações no dispositivo, consequência não apenas do acréscimo de efetivos, mas também de um melhor conhecimento da situação do Inimigo.

2.2. POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES

O dispositivo do Exército na Guiné foi sofrendo profundas remodelações, o emprego dos batalhões em quadrícula permitia maior capacidade de manobra aos Comandantes nas missões atribuídas, o que possibilitava ter ocupação e cobertura de área com as unidades disseminadas ao longo de todo o TO.

Face à necessidade constante de um elevado número de efetivos e com a intenção de minimizar a insuficiência de tropas metropolitanas, foi efetuado um aproveitamento judicioso das mesmas, no apoio à instrução das forças de recrutamento local e, ao mesmo tempo, na melhoria da capacidade operacional (Afonso e Gomes, 2000, p. 185). O recrutamento local foi sempre crescente, destacando-se um aumento nos anos de 1971 a 1973 (Figura 8).

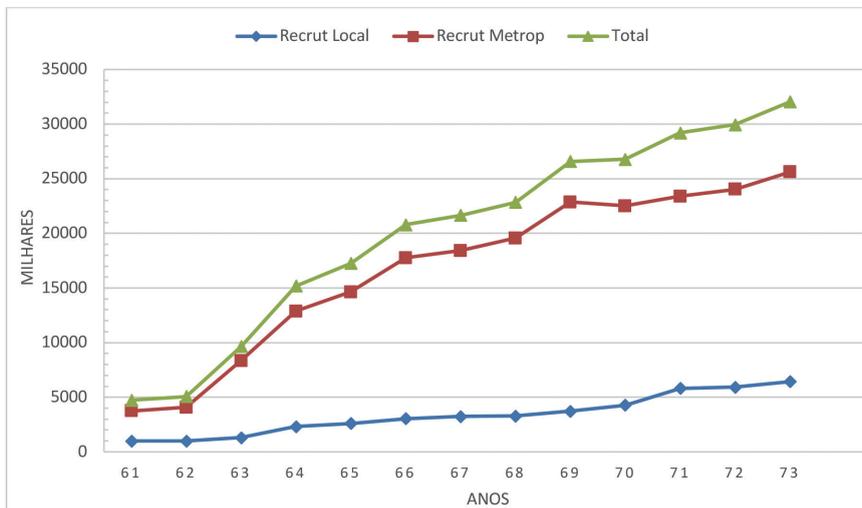


Figura 8 – Efetivos na Guiné, de 1961 a 1973

Fonte: Bacelar (2000).

De realçar a capacidade de adaptação das unidades de Cavalaria e Artilharia, que haviam sido organizadas e equipadas segundo a doutrina OTAN, para uma guerra convencional, de se tornarem semelhantes às unidades de Infantaria no que concerne à execução de missões, perdendo algumas características que as

distinguiam entre si e que teve como principal consequência a sua «Infantariação» (Afonso e Gomes, 2000, p. 392). Desta forma, as unidades de Artilharia e Cavalaria foram utilizadas como unidades de manobra, pois atuavam como a Infantaria.

Como vulnerabilidades no Movimento e Manobra destaca-se a influência que o meio físico (terreno e clima) impunha nas Operações, limitando as mesmas até ao máximo de quatro dias. Paralelamente, muito raramente conseguiram obter o fator surpresa nas aproximações terrestres sendo na maior parte das vezes surpreendidos, devido à inexistência de acidentes naturais, que por conseguinte, levava a que as forças portuguesas em operações, se encontrassem muitas vezes a descoberto e em lenta travessia (Afonso e Gomes, 2000, p. 99).

A extensão da fronteira terrestre, a característica alagadiça de grande parte dos terrenos e um inimigo bem armado e eficientemente enquadrado, obrigava a uma densidade de ocupação militar mais elevada nas zonas fronteiriças e no espaço mais interior. A ocupação maciça da fronteira, conduzia a que as nossas unidades ficassem mais vulneráveis aos ataques desencadeados pelo inimigo, mais concretamente a bombardeamentos efetuados a média ou longa distância, sem possibilidade de resposta adequada, em virtude da interdição de não se fazerem infiltrações em território estrangeiro (Bacelar, 2000, p. 112).

As ações de contra-guerrilha obrigavam a movimentos contantes por parte das nossas forças para a execução de ações táticas, apeadas ou em viaturas. A utilização de itinerários, estava condicionada à facilidade com que os guerrilheiros, neles podiam utilizar minas, quer de forma isolada ou conjugadas com emboscadas. Ao longo do conflito verificaram-se algumas melhorias, para efetuar os movimentos era necessário dispor de viaturas blindadas, situação pouco frequente devido à sua escassez, mas que acabou por ser minimizada através do improvisado de proteções contra o emprego de minas (Afonso e Gomes, 2000, p. 292).

A mobilidade tática da força consegue-se essencialmente à custa de aligeiramento do equipamento, meios de transporte adequados ao meio e à região em combate e ao poder de ser apoiada oportunamente. A situação do armamento e viaturas na Guiné era extremamente crítica, que acabou por ter consequências na perda de mobilidade e grande parte das possibilidades das tropas, bem como na vedação a determinados tipos de atuação (EME/CECA, 2015, p. 55).

A perda de supremacia aérea³, com o aparecimento dos mísseis antiaéreos, apanhou de surpresa os militares portugueses, obrigando-os a estudar a nova

³ No dia 25 de março de 1973, o PAIGC abate um avião Fiat G-91, com o míssil Strela, tendo representado desde então o fim da supremacia aérea das forças portuguesas na Guiné.

ameaça presente e a forma de a poder minimizar. Foi mais um fator limitador do movimento e manobra das forças terrestres no âmbito da escassez de apoio aéreo (Afonso e Gomes, 2000, p. 103).

3. ANÁLISE DO DISPOSITIVO

“Os que ignoram as condições geográficas - montanhas e florestas - desfiladeiros perigosos, pântanos e lamaçais - não podem conduzir a marcha de um exército.”

Sun Tzu

Neste capítulo foi efetuada uma análise ao dispositivo das forças Militares, assim como à organização das forças de manobra para o combate no TO da Guiné ao longo do conflito.

3.1. ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS DE MANOBRA PARA O COMBATE

No início do conflito na Guiné, não existiam batalhões de caçadores completos, sendo projetados para o TO os comandos de batalhão, comandados por majores, para enquadrar as companhias de várias Armas, os pelotões de caçadores independentes e restantes unidades no TO. Apenas em 1963 é que as unidades projetadas para a Guiné passaram a ter uma composição semelhante ao TO de Moçambique e de Angola (EME/CECA, 1989, p. 62).

Ao longo do conflito foi dado maior ênfase às unidades de Infantaria, por estas serem mais baratas e tecnicamente menos exigentes. Assim, as unidades de Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Transmissões tinham um emprego mais comedido, sendo empregues conforme as possibilidades e não com as necessidades (Afonso e Gomes, 2000, p. 85).

Assim, o Exército organizava as suas unidades com base em infantaria ligeira, caçadores, que se organizavam em companhias de caçadores, que por sua vez eram agrupadas em batalhões, unidade tipicamente de comando operacional e administrativo destas ao longo do conflito. (Afonso e Gomes, 2000, p. 85).

Uma companhia de caçadores era organizada em quatro grupos de combate, caracterizava-se pela sua elevada autonomia, quer em deslocamentos quer em combate e contava com cerca de 170 efetivos (Afonso e Gomes, 2000, p. 15).

Quando comparados as forças de Caçadores com as de Infantaria, os batalhões de Caçadores dispunham de menor efetivo e armamento, pois apenas dispunham de quatro companhias, uma de comando e serviços e três de caçadores, não

contando com a companhia de apoio de combate com morteiros, metralhadoras e armas anticarro (Figura 9).

Contudo, as companhias de caçadores contrabalançavam com as homólogas de infantaria, uma vez que dispunham de quatro grupos de combate todos com armas pesadas. Um grupo resultava da fusão de meios de um pelotão de caçadores com meios do pelotão de acompanhamento (armamento pesado) (Afonso e Gomes, 2000, p. 97).

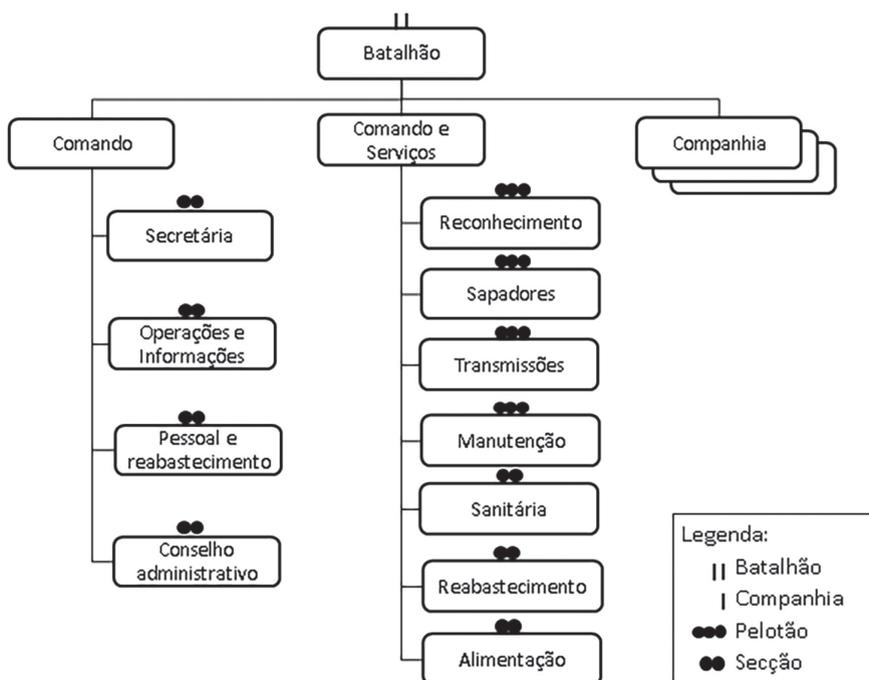


Figura 9 – Organograma de um Batalhão de Caçadores em 1961

Fonte: Adaptado de Afonso e Gomes (2000).

No que diz respeito aos Comandos, a organização típica de um grupo de Comandos assentava em cinco equipas, cada qual a cinco elementos, facto último que se manteve ao longo de todo o conflito. As equipas iam desde o comando, às equipas de manobra e de apoio. As companhias de Comandos podiam ser caracterizadas em dois tipos, as ligeiras e as pesadas. As companhias ligeiras eram constituídas por um total de cerca de 80 efetivos, organizados em quatro grupos de comandos. Estas, derivada à sua diminuta componente de apoio de serviços, tinham pouca autonomia sendo utilizadas maioritariamente para reforçar as unidades de quadricula, que lhe garantiam este tipo de apoio. Assim, constituíam-se

como forças de intervenção (Folques, 2017) dessas unidades de quadricula, dando ênfase à sua elevada flexibilidade e mobilidade. As companhias pesadas, por sua vez, tinham um efetivo superior, cerca de 125 homens na vertente de combate, organizados em cinco grupos, somando ainda um efetivo de 80 homens na vertente do apoio de serviços, como o apoio sanitário, transporte e comunicações (Afonso e Gomes, 2000, p. 201).

Fruto do processo de africanização do conflito surgiram as Forças Auxiliares (Cann, 2005, p. 115). Estas forças, segundo Afonso e Gomes (2000, p. 87), normalmente ficavam na dependência do Exército e eram caracterizadas pela sua elevada adequação e proveitoso conhecimento do meio. Assim, estas forças foram ganhando cada vez mais relevância ao longo do conflito, substituindo as forças metropolitanas em missões de reconhecimento e de combate.

Na Guiné e no Exército, segundo Cann (2005, p. 117 e 118), estas forças podiam ser tipificadas como Milícias Normais, Milícias Especiais e Comandos Africanos. As Milícias Normais tinham como missão principal tarefas de caráter defensivo, na proteção da população, ficando sob controlo operacional do comandante operacional local. As Milícias Especiais, por sua vez, eram utilizadas em operações ofensivas de contraguerrilha, longe das localidades. Os Comandos Africanos resultavam do recrutamento local, por parte dos Comandos, eram constituídas apenas por africanos (Folques, 2017), sendo que no final do conflito existiam, na Guiné, três companhias de Comandos Africanos com cerca de 125 militares cada.

3.2. DISPOSITIVO NO TERRENO

Na campanha da Guiné, a par dos outros TO, foi empregue o conceito de quadrícula na organização territorial das forças militares. Este conceito, empregue primariamente pelo Exército francês na Argélia no combate à insurreição, compreendia a cooperação total, aos mais variados níveis, entre forças militares, forças policiais e a administração civil (Cann, 2005, p. 84).

Contudo, e segundo o mesmo autor (2005, p. 87), o dispositivo de forças de quadrícula aportava vários inconvenientes. O primeiro prendia-se com a necessidade de um elevado efetivo para a ocupação efetiva da referida quadrícula, e o segundo, decorrente da afetação das forças à quadrícula, e conseqüentemente ao aquartelamento, era a diminuição do espírito ofensivo das tropas.

Na Guiné, o dispositivo das forças caracterizava-se por um adensamento da ocupação militar na maioria do território. Este facto devia-se sobretudo a dois fatores: a reduzida dimensão do território, que possuía extensas fronteiras terres-

tres de fácil deslocação, para dentro e fora do TO, por parte dos grupos inimigos e às características do terreno que era grandemente recortado por rios e canais, influenciados pelas marés, o que por vezes, aumentava significativamente as distâncias entre guarnições supostamente próximas (EME/CECA, 1989, p. 57).

No que diz respeito à integração entre a estrutura militar e a civil, segundo Cann (2005, p. 89-90), no TO da Guiné, Portugal adotou um sistema unipolar. Este sistema, caracterizado pela unidade de comando na responsabilidade das funções militares e civis, era tido como o ideal para a contrassubversão. Assim, e com o objetivo de melhorar sinergias e a própria coordenação das atividades entre estas duas estruturas, os comandos militares e as subdivisões políticas eram equiparados da seguinte forma:

- Província – Região Militar ou Comando Territorial Independente;
- Distrito – Comando Territorial ou Comando Militar;
- Concelho ou Circunscrição – Comando Militar ou unidade tipo batalhão;
- Postos, Freguesias ou Aldeias – Subunidades ou destacamentos.

Assim, a divisão do TO em zonas de operações teve em conta vários aspetos, sendo o terreno o mais preponderante, também aspetos étnicos e religiosos assim como a posição dos países vizinhos face ao conflito. Deste modo, foram estabelecidas três zonas de operações, Zona Oeste, que englobava Bissau, Zona Sul e Zona Leste (Afonso e Gomes, 2000, p. 98).

Referente à organização das forças, no início do conflito e até meados de 1968, ano de chegada do novo Comandante-Chefe, o General Spínola, ao TO da Guiné, a ocupação do território é feita por forças organizadas segundo uma hierarquia tradicional:

- Comando-chefe;
- Comando-militar;
- Zonas militares (Cmd Agrupamento);
- Setores (Cmd Batalhão);
- Subsetores (Cmd Companhia);
- Destacamentos (Cmd Pelotão/Secção) (EME/CECA, 1989, p. 58).

Deste modo, à data de 08ago62 existiam quatro zonas de ação de batalhão (Figura 10) (EME/CECA, 1989, p. 61).

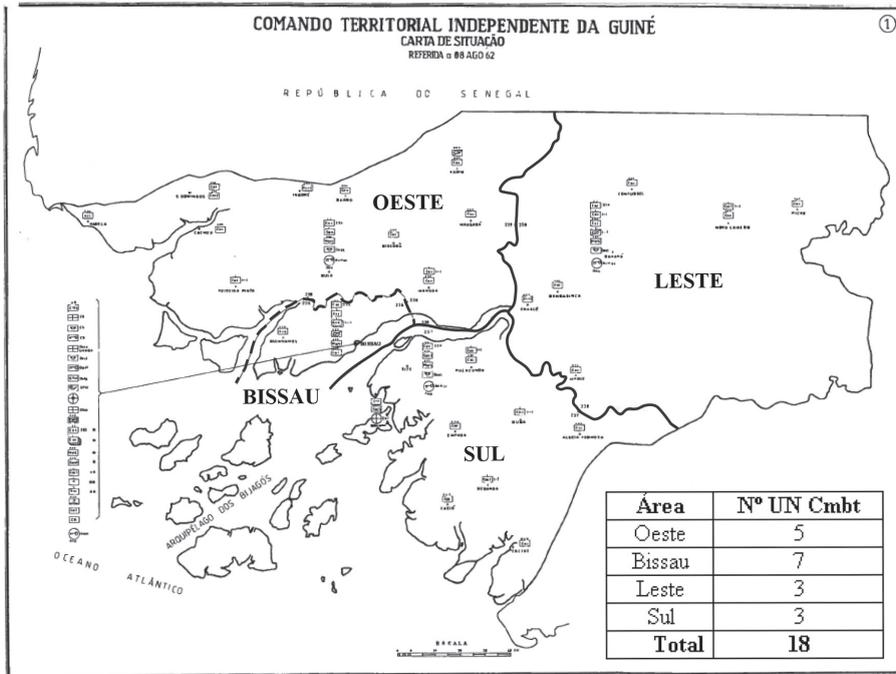


Figura 10 – Dispositivo Operacional em 08ago62

Fonte: Adaptado de EME/CECA (1989).

Em 19 de Março de 1963 foi criado o Comando-Chefe e reforçado o dispositivo militar para fazer face ao escalar das ações violentas ocorridas recentemente no TO, constatando-se um incremento da Zona de Ação com especial atenção ao Sudoeste e Norte do território. É de referir que neste período a maioria dos destacamentos de pelotão passam a ser de companhia e que foram também criados outros de pelotão (EME/CECA, 2015, p. 65).

O ano de 1964 é marcado por um forte incremento do efetivo e alterações ao dispositivo, sendo que foram criados dois comandos intermédios que assumiram responsabilidades pelas duas zonas mais sensíveis do TO o Oeste e o Sul.

Assim, a Oeste, o CmdAgr16 com três setores de batalhão e o setor do batalhão de Bissau; a Sul, o CmdAgr17 com três setores de batalhão; a Leste com dois setores de batalhão (Figura 11) (EME/CECA, 2015, p. 69).

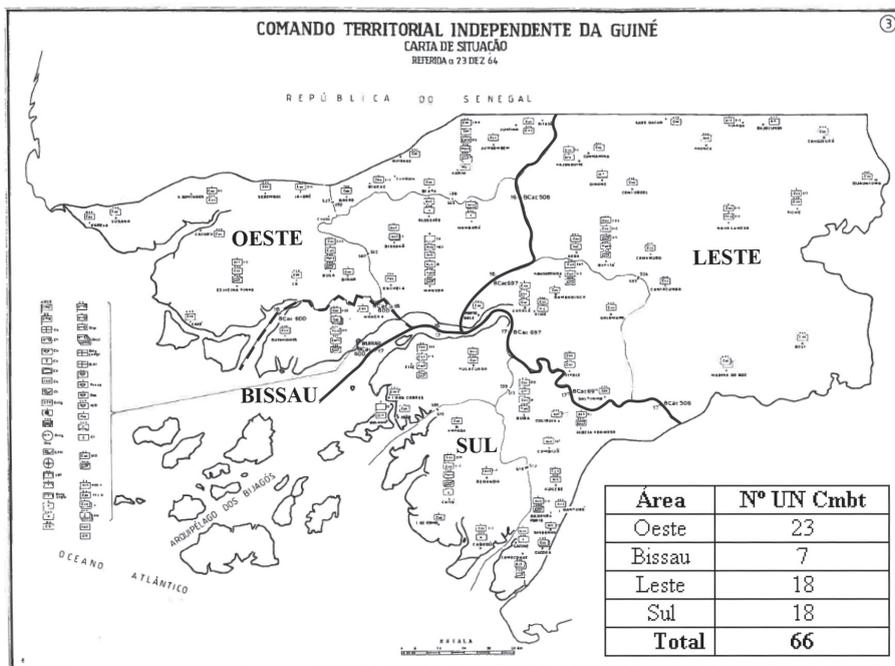


Figura 11 – Dispositivo Operacional em 23dec64

Fonte: Adaptado de EME/CECA (1989).

Em finais de 1968, com a nomeação do novo Comandante-Chefe do TO, surgem as grandes alterações quer ao dispositivo, quer aos modos como eram atribuídas as responsabilidades pelos vários escalões hierárquicos, adotando um conceito de centralização das decisões. Surgem assim os Comandos Operacionais (COP) que tinham uma finalidade somente operacional, e que sob dependência direta do Comando-Chefe, visavam dinamizar a ação operacional em determinadas áreas.

Os comandos de agrupamento de Oeste e Sul desaparecem com a integração dos respetivos COP e os batalhões passam a ser independentes e responder, também estes, diretamente ao Comandante-Chefe.

A divisão do TO em 04 de dezembro de 1968 era a seguinte (Figura 12):

- Oeste, com o COP3, e com seis setores de batalhão;
- Leste, um CmdAgr, com quatro setores de batalhão;
- Sul, com o COP1 e o COP2, e com três setores de batalhão;
- Bissau, CmdAgr com um setor de batalhão (EME/CECA, 2015, p. 87 e 88).

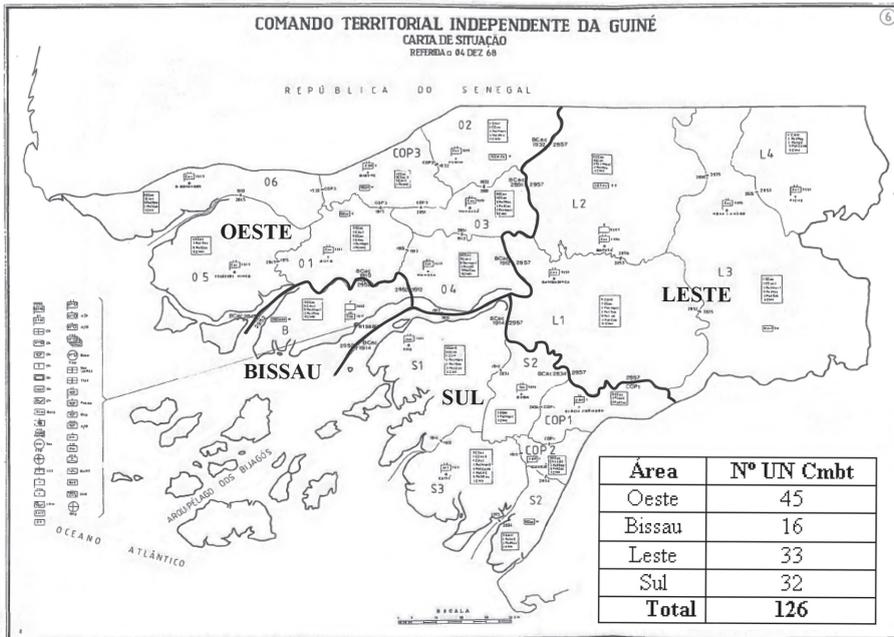


Figura 12 – Dispositivo Operacional em 04dec68

Fonte: Adaptado de EME/CECA (1989).

No período que decorre até agosto de 1969 decorrem sobretudo alterações no que diz respeito à organização dos meios operacionais, mantendo o dispositivo e as áreas do TO sem alterações.

Por diretiva do Comandante-Chefe, de 27 de fevereiro desse ano, o CTIG passou a ter apenas responsabilidades em assuntos relacionados com os comandos das armas, chefias dos serviços e ainda com assuntos das 1.^a e 4.^a repartições do quartel-general, deixando de ter influência direta na conduta operacional.

Foi criado um comando de agrupamento operacional (CAOP) muito semelhante aos comandos de agrupamentos.

Outra novidade que surgiu nesta data foi o aparecimento da Zona de Intervenção do CAOP (ZICAOP). Esta zona caracterizava-se por não possuir forças de quadrícula e toda a atividade que nela ocorria ser diretamente coordenada pelo CAOP.

A divisão do TO em 03 de agosto de 1969 era a seguinte (Figura 13):

- Oeste, com um CAOP, com três setores de batalhão, quatro setores de batalhão, o COP3, o COP6;

- Leste, um CmdAgr, com dois setores de batalhão e o COP7, o COP5, com dois setores de batalhão;
- Sul, com quatro setores de batalhão e o COP4;
- Bissau, CmdAgr com um setor de batalhão (EME/CECA, 1989, pp. 93-95).

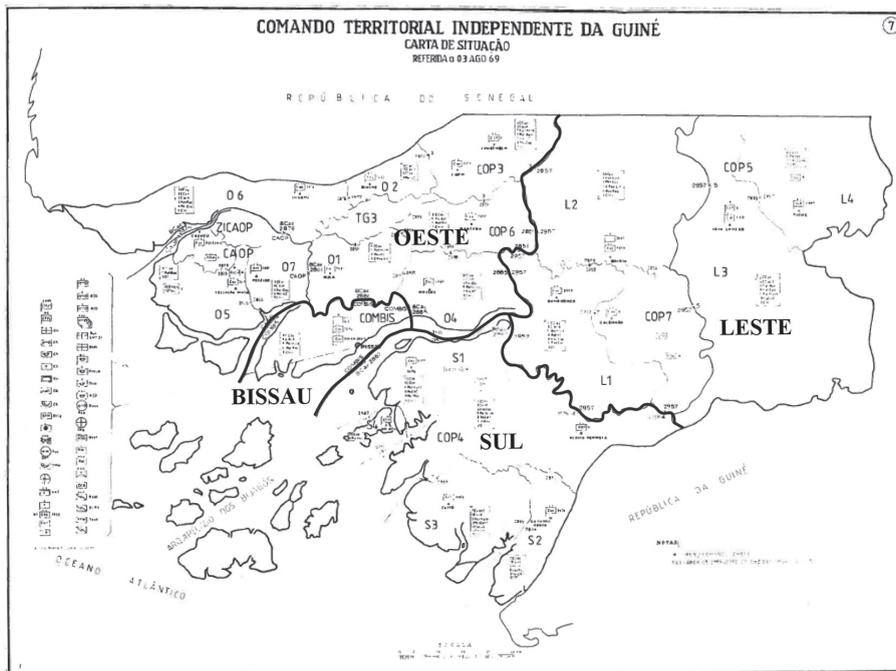


Figura 13 – Dispositivo Operacional em 03ago69

Fonte: Adaptado de EME/CECA (1989).

Com a diretiva 70/69 de 18 de agosto do Comandante-Chefe, o TO ficou dividido em zonas, setores e subsetores. As zonas são as quatro grandes áreas que até aqui vinham a ser tratadas, Oeste, Leste, Sul e agora a zona de Bijagós. Existia ainda a área de responsabilidade do Comando de Bissau (COMBIS) (Figura 14).

As zonas podiam ser divididas em setores atribuídos a Cmd de batalhão ou a COP, os setores, por sua vez, eram divididos em subsectores de Companhia ou de destacamento.

No que diz respeito aos Cmd Agr e aos CAOP, estes podiam englobar diferentes zonas, setores ou subsectores, surgindo ainda os comandos temporários os de agrupamento (CAT) e os operacionais (COT).

Com a evolução do conflito e a primazia conferida à manobra socioeconómica, o dispositivo sofreu alterações no sentido de otimizar os recursos existentes,

assim surgem as zonas de intervenção do Comando-Chefe (ZICC), que não eram mais do que zonas desabitadas ou pouco habitadas que foram desocupadas por forças militares (EME/CECA, 1989, p. 99-100).

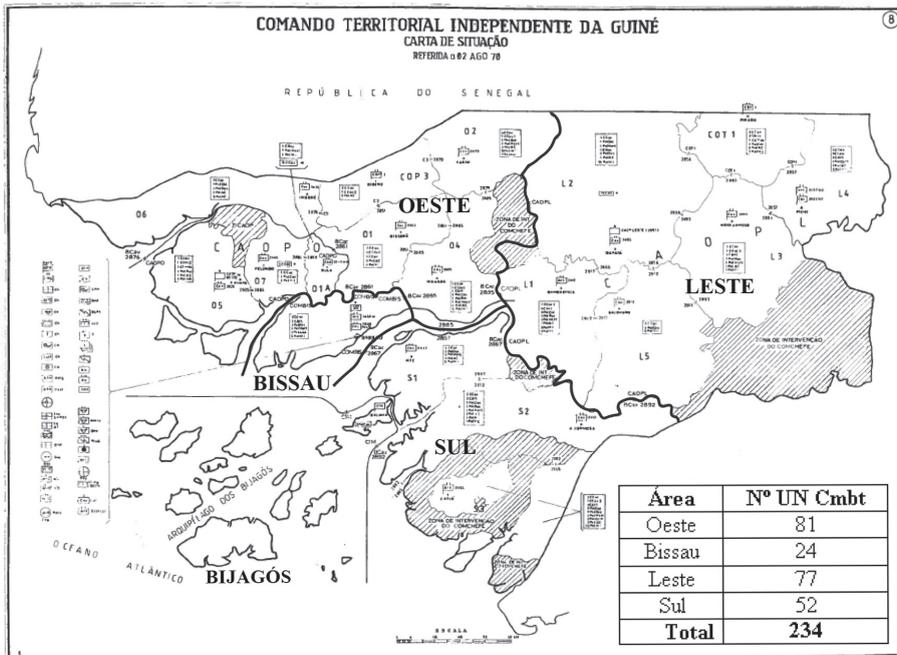


Figura 14 – Dispositivo Operacional em 02ago70

Fonte: Adaptado de EME/CECA (1989).

Até à data de abril de 1974 acontecem algumas alterações no que diz respeito à organização de comando das forças, sendo criados o CAOP1 a Sul, o CAOP2 a Leste e a Oeste o COT9. Deste modo a esta data pode-se verificar (Figura 15):

- O dispositivo do TO mantém constituídas ZICC;
- O TO que continua dividido em cinco zonas: Oeste, Leste, Sul, Bijagós e Bissau;
- A nível de órgãos de comando sob dependência direta do Comando-Chefe existem, o Centro de Instrução Militar em Bijagós, o COMBIS em Bissau, o CAOP2 a Leste que representam o próprio comando das respetivas zonas, a Oeste o COT9 e os setores 02, 05, 06, 07 e COP3, a Sul o CAOP1 e o setor S1 (EME/CECA, 1989, p. 109 e 110).

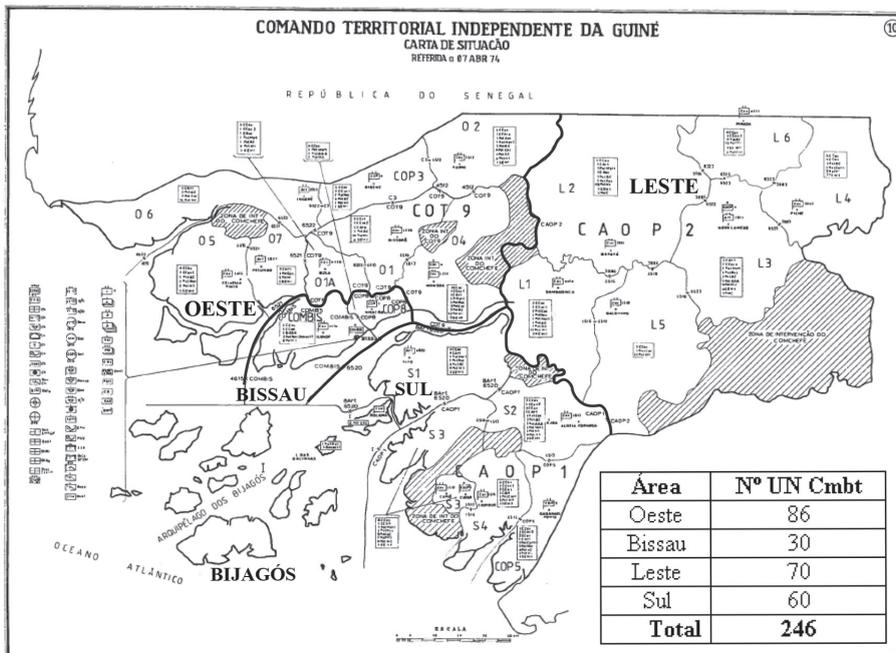


Figura 15 – Dispositivo Operacional em 07abr74

Fonte: Adaptado de EME/CECA (1989).

Concluindo, e segundo Bacelar (2000), do conflito da Guiné, no que diz respeito ao dispositivo e organização das forças, podem-se retirar várias ilações. A primeira foi que derivado da elevada permeabilidade da fronteira, o dispositivo adotado foi muito descentralizado, assente numa lógica de ocupar o maior território possível. Outra conclusão, foi o facto de ter ocorrido um aumento progressivo do efetivo/escalão das unidades ao longo do conflito (Figura 16), primeiramente junto das fronteiras e posteriormente no interior do TO. Além destas, constatou-se que a partir de 1968, com a chegada do novo Comandante-Chefe ao TO, a estrutura operacional sofreu alterações significativas, dando maior ênfase à manobra sócio económica. Assim, centralizaram-se as atividades operacionais no Comando-Chefe e limitou-se o Comando Territorial a assuntos de cariz administrativo e logístico, foram constituídos vários tipos de COP, alguns temporários e outros com missões específicas, e ainda foram criadas as Zonas de Intervenção em regiões desabitadas ou de menor densidade populacional.

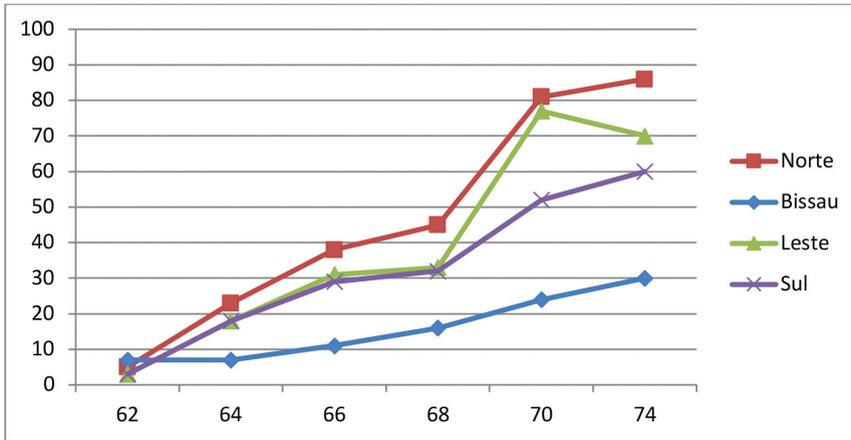


Figura 16 – Evolução número de Unidades de Combate por Áreas de 1962 a 1974

Fonte: Adaptado de Bacelar (2000).

4. ANÁLISE DO MOVIMENTO E MANOBRA

“A manobra contribui para a liberdade de ação e reduz as próprias vulnerabilidades”
Sun Tzu

Neste capítulo, pretende-se efetuar uma análise às diferentes tipologias de ações táticas aplicadas pelas forças portuguesas no TO da Guiné, face à função de combate Movimento e Manobra.

Da análise dos diferentes indicadores e dimensões, podemos constatar como já foi referido no primeiro capítulo, que o Exército no início das campanhas teve que reescrever a doutrina que aplicava na altura, muito influenciada pela doutrina da OTAN. Para tal, baseou-se na doutrina de países que atuavam em teatros semelhantes.

Como se pode observar nos manuais de Guerra subversiva publicados a partir de 1961⁴ e que foram sendo atualizados até 1966, a doutrina nacional foi sendo atualizada e testada com os contributos das forças nos diferentes TO das campanhas em África, onde o TO da Guiné devido à particularidade do próprio TO e organização do inimigo, muito contribuiu para o desenvolvimento da doutrina.

⁴ Os manuais “Guia para o Emprego Tático das pequenas unidades da contraguerrilha” de 1961 e o apoio das autoridades civis de 1962, foram substituídos pelo guia “O exército na guerra subversiva de 1963”.

Como proposto no primeiro capítulo, de seguida iremos efetuar um paralelismo das diferentes tipologias de ações utilizadas na campanha militar, face à atual função de combate Movimento e Manobra, onde então, se enquadram as seguintes dimensões e identificadores identificados e descritos.

4.1. PROJEÇÃO DE FORÇAS E OCUPAÇÃO DE ZONAS DE REUNIÃO

Em relação à projeção de forças, “até 1974, o mar era a grande via de ligação ao império, tendo mais de 90 por cento da carga e 80 por cento do pessoal metropolitano empenhado na guerra sido transportado por navios.” (Afonso e Gomes, 2000). Como a Guiné de todos os teatros era o que tinha infraestruturas mais deficientes, podemos atestar que quase a totalidade dos movimentos de projeção e retração de forças estratégicos foram pelo vetor mar. Em relação a movimentos internos no teatro (de Bissau para o interior), devido ao mau estado da rede rodoviária, a maior parte dos movimentos faziam-se por via fluvial. Já para o fim da campanha, muitas das estradas já se encontravam asfaltadas, mas sempre com a ameaça constante das emboscadas do PAIGC. Alguns movimentos eram efetuados também utilizando os meios aéreos disponíveis no TO. Pelas descrições das ações ofensivas e defensivas já mencionadas, as ocupações de zonas de reunião ou base de assaltos, eram efetuadas recorrendo a viaturas ou por movimentos apeados.

4.2. MANOBRA E MOVIMENTOS TÁTICOS E FOGO DIRETO

Na tarefa Manobra e Movimento Táticos, e conforme já foi explanado, a Guerra do Ultramar, à exceção de no final da guerra terem sido levado a cabo ataques de maior envergadura, como foram os assaltos às posições de Guidage e Guilege, no Norte e Sul da Guiné respetivamente, caracterizou-se maioritariamente por ações de contraguerrilha de pequena envergadura. Ações que foram descritas no primeiro capítulo constataam este facto, visto que nunca ultrapassavam os três ou quatro dias e raramente excediam o efetivo de uma companhia.

Conforme a Ordem de Operações N.º 1 da Operação Tridente, de janeiro de 1964, a operação conjunta com forças do exército e destacamentos de fuzileiros especiais, podemos verificar, que na sua maioria, se verificaram ações de limpeza e ocupação de zonas, para “proceder à ocupação militar, à recuperação da população e controle dos recursos locais e facilitar o posterior estabelecimento da autoridade administrativa.”⁵

⁵ Documento do AHM, PT AHM-DIV-2-4-312-1 - OOp N.º 1/64 Op Tridente.

A execução de fogos diretos sobre o inimigo era utilizado na maior parte, senão mesmo em todas a ações descritas.

4.3. OBSCURECIMENTO DO CAMPO DE BATALHA ATRAVÉS DO EMPREGO DE FUMOS

Segundo a doutrina da época, não existia obscurecimento do campo de batalha no batalhão de comandos, recorrendo-se à utilização de fumos de ocultação e obscurecimento para a execução das ações, maioritariamente recorrendo aos mor-teiros que acompanhavam as forças.

4.4. MOBILIDADE E CONTRAMOBILIDADE

A Engenharia teve um papel preponderante na campanha da Guiné, nomeadamente em relação à mobilidade, e como já foi referido no levantamento e melhoria de itinerários, e também conforme o indicador limpeza de obstáculos durante deslocamentos táticos.

4.5. PESQUISA DE INFORMAÇÃO

No que concerne à pesquisa de informação, no Teatro existia um Esquadrão de Reconhecimento com uma das missões atribuídas a *pesquisa de informação*. Em relação às ações já descritas anteriormente, as patrulhas de vigilância, tinham como objetivo obter informação, tarefa comumente atribuída às unidades com a função de quadrícula.

5. OPERAÇÃO MAR VERDE

“o terreno vale pela população que nele está implantada”
General António de Spínola

5.1. ENQUADRAMENTO

Neste subcapítulo será feito um enquadramento onde se dão a conhecer alguns fundamentos que deram início a mudanças de paradigma relativamente à forma de pensar a guerra na Guiné. Mudança que mais tarde daria origem a uma operação arrojada, a operação Mar Verde. Será ainda feita uma análise aos fatos apurados desta operação, à luz da doutrina de hoje, especificamente na função de combate movimento e manobra.

Relativamente à implementação territorial do dispositivo militar na Guiné, houve um entendimento de Spínola, em reduzir algumas bases militares e que após aprovação em reunião das chefias militares com o Presidente do Conselho, foi aprovada. Uma dessas bases seria Madina do Boé, uma base que consumia demasiados recursos, sendo frequentemente atacada pelo PAIGC, devido à sua proximidade com a República da Guiné. Spínola dava razão ao entendimento quanto à forma de fazer a guerra de guerrilha, forma esta, baseada na ideia de que “o terreno vale pela população nele está implantada” (Marinho, 2006, pp. 59, 60).

O PAIGC tinha sede e bases de apoio e sustentação na República da Guiné, utilizando o terreno além-fronteira como “refúgio” após ataques às FFAA portuguesas, aproveitando-se do facto de ser terreno fora das fronteiras nacionais e onde os portugueses não operavam. É de salientar que o regime vigente na República Democrática da Guiné corroborava com a presença das bases do PAIGC no seu território (Marinho, 2006, pp. 51, 52).

Havia um apoio confirmado por parte da União Soviética ao PAIGC, e informação da existência de três lanchas rápidas de classe P-6, algumas embarcações a motor de menor importância, e alguns aviões MIG no aeroporto. Todos estes meios se encontravam na República da Guiné e foram fornecidas pela União Soviética (Marinho, 2006, p. 60).

Calvão em finais de agosto de 1969, viaja até Lisboa, para se encontrar com Spínola, materializando a proposta para a realização desta operação de grande envergadura e esta é aceite (Marinho, 2006, p. 62).

5.2. OBJETIVOS E PREPARATIVOS DA OPERAÇÃO

Na operação foram envolvidas as seguintes Forças:

- Destacamento de Fuzileiros Especiais 21 – 80 homens;
- Uma companhia de comandos africanos – 150 homens;
- Exército de Libertação de Guiné-Conacri, (Guineenses a receber treino em Soga, opositores do governo de Sekou Touré) – 200 homens.

Para a operação Mar Verde inicialmente foram esboçados por Apoim Calvão cerca de 50 objetivos, que teriam que ser redefinidos pela falta de meios para a prossecução dos mesmos, os seguintes objetivos, fazendo parte das intenções de Portugal (Marinho, 2006, p. 85):

- Fazer um golpe de estado em Conacri, para empossamento de um governo favorável às intenções de Portugal na Guiné (este facto seria cautelosamente omitido na OOp);

- Destruir Quartel-General central do PAIGC;
- Libertar prisioneiros portugueses que ali se encontravam;
- Destruir as vedetas e embarcações do PAIGC e Guiné que se encontravam no porto de Conacri;
- Neutralizar a aviação no aeroporto.

Cada grupo tinha o seu objetivo na missão destacando-se os que se encontram mencionados no Quadro 1.

Quadro 1 – Objetivos de cada Grupo da Operação Mar Verde

Grupo	Objetivo	Organização da Operação (quanto à finalidade, à luz da doutrina atual)
Alfa (cerca de dez homens, não chegaram ao local, o guia não encontrou o local, e ao serem atacados tiveram que retirar)	Palácio presidencial, golpe de estado	decisiva
Bravo	Ministério do Interior	moldagem
Charlie	Direção Gendarmerie (neutralizar forças)	moldagem
Delta	Casas Béavogui e Djallo (de ministros de Sekou Touré)	moldagem
Eco	Gendarmerie (neutralizar forças)	moldagem
Foxtrot	La Paternelle (cubanos) (neutralizar forças)	moldagem
Golf	Correios	moldagem
Hotel	Emissora Boulbinet (silenciar emissora)	moldagem
Mike	Quartel Samory (neutralizar forças)	moldagem
India	Central elétrica (cortar energia)	moldagem
Oscar (segue em botes)	Guarda Republicana (neutralizar forças)	moldagem
Sierra	Aeroporto (neutralizar aviação)	esforço inicial
Zulo (seguem em dez botes zebro)	PAIGC em Villa Silly (Amílcar Cabral)	esforço subsequente
Victor (seguem em três botes zebro)	Neutralizar Vedetas (marinha de guerra)	esforço subsequente

A base escolhida para planeamento, preparação e treino é estabelecida na Ilha de Soga no arquipélago de Bijagós, a cerca de 220 km do objetivo, e todas as condições e efemérides são cuidadosamente analisadas por Calvão. O objetivo desta escolha de local para preparação da operação, teve a ver com o isolamento necessário para a manutenção do secretismo da mesma (Marinho, 2006, p. 70).

5.3. CARACTERIZAÇÃO DAS TAREFAS DO MOVIMENTO E MANOBRA

O contingente foi transportado em quatro Lanchas de Fiscalização Grandes e duas Lanchas de Desembarque Grandes, estava assim constituído o *task-group*, sendo o seu comandante, naturalmente, Apoim Calvão (Marinho, 2006, p. 84). Cada grupo levaria consigo um número semelhante de elementos do Exército de Libertação de Guiné-Conacri (Marinho, 2006, p. 93).

A organização definida na operação foi a de dividir a força em grupos (unidades de escalão pelotão, ajustando este efetivo ao objetivo em causa).

Os movimentos táticos onde cada um iria ao seu objetivo, eram todos eles praticamente em simultâneo, evitando assim reforços do Inimigo em qualquer um dos outros objetivos, os deslocamentos táticos (Marinho, 2006, p. 100). Os grupos Oscar, Victor e Zulu, com objetivos distintos, seguem desde as lanchas até mais próximo dos objetivos transportados em botes Zebro (Marinho, 2006, p. 120).

Sobre ocupação de zonas de reunião, além das reuniões por grupos após desembarque das lanchas em Conacri, nenhuma informação foi encontrada durante a investigação. À hora combinada ou ordem rádio se reuniram novamente nas respetivas lanchas para embarque e respetiva exfiltração (Marinho, 2006, pp. 138-141).

Os grupos nesta operação foram armados apenas com armas de tiro direto e morteiros de calibre 82 mm, de fabrico russo. Note-se que o motivo deste facto seria pelas limitações da operação Mar Verde, onde só poderia ser utilizado equipamento que não ligasse Portugal ao ataque, assim não foram utilizadas viaturas em terra, como tal não foram levados materiais e armamento pesado que não pudesse ser transportado pelos militares apeados (Marinho, 2006, p. 79).

Ao nível do obscurecimento do campo de batalha, não há relatos da utilização de fumos, ou qualquer outro meio de obscurecimento, no entanto, houve sempre a preocupação de dissimulação, quer fosse pela escolha da data da própria operação, em que havia uma bruma que permitia uma aproximação a terra de forma dissimulada, quer fosse pela hora a que se deu a aproximação, quer ainda e pela forma silenciosa e célere com todas as aproximações aos objetivos foram

executadas, tendo praticamente em todas elas, obtido grande efeito de surpresa e assim, quase não houve resposta Inimiga, exceto no caso do objetivo do grupo Echo (Marinho, 2006, p. 69).

Ao nível da mobilidade através de obstáculos, apenas há a registar a aproximação a Conacri, que por razões óbvias teve que ser feita com auxílio de lanchas. No terreno não havia qualquer obstáculo para os portugueses, dada a natureza urbana da maioria dos objetivos, e o fator surpresa causado, apesar dos relatos de que o presidente Sekou Touré, saberia da eminência de um ataque português a Conacri (Marinho, 2006).

Não foram lançados quaisquer obstáculos para obtenção de contramobilidade. O ataque português foi rápido, altamente destrutivo, quer de instalações, quer de pessoal, e a retirada dos objetivos e posterior exfiltração também foi planeada por forma a que não desse tempo à execução de uma resposta efetiva por parte das forças de Conacri (Marinho, 2006).

Pode-se dizer que o ponto fraco desta operação foi a falta de informação disponível. De todos os objetivos classificados no trabalho como parte de uma operação decisiva, apenas a localização dos prisioneiros e a localização das vedetas de marinha estavam conforme as informações obtidas. Os aviões MIG que era suposto estarem no aeroporto já não se encontravam nesse ponto haviam alguns dias. Os portugueses temiam uma resposta em forma de ataque aéreo perpetrado por essas aeronaves, apenas mais tarde se viria a descobrir que a aviação guineense estava inoperacional (Marinho, 2006, pp. 137-142). Sekou Touré conseguiu sair e fugir da sua residência, ao ouvir os primeiros tiros, foi aconselhado pelos seus “homens” mais próximos (Marinho, 2006, p. 120).

Amílcar Cabral não se encontrava na sua residência, de facto encontrava-se fora do país haviam alguns dias, mais uma falha das informações, desta feita pela parte da Direção Geral de Segurança. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) não tinha quaisquer elementos em Conacri conforme afirma Calvão: “a PIDE não tinha agentes nas embaixadas e nos consulados, ao contrário do que acontecia com outras polícias secretas. Na República da Guiné ou no Senegal não havia rede de informações constituída.”, corroborado por Matos Rodrigues⁶: “Em Conacri, a PIDE não tinha nada. Tinha em Dar-es-Salam (Tanzânia) um português, com passaporte francês, que eu aliciara quando estive em Moçambique. Tentei metê-lo em Conacri antes da invasão, mas eram necessários três meses para conseguir um visto.” (Marinho, 2006). Na realidade a principal fonte de informações

⁶ Agente da PIDE, colaborante da operação Mar Verde desde o início do planeamento.

era um Ex desertor Fuzileiro, de nome Alfaiate, e que tinha passado algum tempo enquanto desertor, em Conacri (Marinho, 2006, p. 126).

CONCLUSÕES

A metodologia de análise apresentada no primeiro capítulo foi aplicada nos capítulos seguintes onde se procurou identificar e quantificar os identificadores por forma a permitir caracterizar as dimensões do objeto de estudo.

A metodologia definida, associando perguntas derivadas a capítulos, permitiu responder às perguntas derivadas, contribuindo para atingir os objetivos específicos e consequentemente responder à pergunta de partida.

Face à nova tipologia de adversário, a doutrina portuguesa teve de abandonar os requisitos e padrões de desempenho da OTAN e adaptar-se a uma nova realidade. Para tal desenvolveu-se doutrina, aplicaram-se técnicas, táticas e procedimentos adequados e geraram-se forças adaptadas à nova ameaça existente.

No segundo e terceiro capítulo, verificou-se que foram rentabilizadas as forças existentes no TO da Guiné, nomeadamente as unidades de Artilharia e Cavalaria que atuavam como a Infantaria para desempenhar as designadas “missões de quadrícula”.

No quarto capítulo verifica-se que todas as dimensões do objeto em estudo eram aplicadas no período em análise, embora de forma não especificada e agrupada como atualmente o é onde as dimensões figuram juntas aquando no planeamento e difusão de ordens (caso do subparágrafo Movimento e Manobra do articulado atual de uma Ordem de Operações). Não existe uma ligação simbiótica perfeita nas nomenclaturas entre a doutrina da guerra ultramarina e a doutrina atual. Nota-se, contudo, que havia à época, uma preocupação com praticamente todos os pormenores do planeamento das operações militares muito semelhante à de hoje em dia em que se identificam todas as dimensões da metodologia de investigação.

Na operação Mar Verde não é possível identificar as dimensões de Mobilidade e Contramobilidade e Obscurecimento do Campo de Batalha e também não é claro o esforço depositado na pesquisa de informação.

A hipótese formulada, verificou-se, de que em analogia com o TO de Angola, o TO da Guiné-Bissau também contribuiu para a evolução do conceito Movimento e Manobra atual.

A entrevista a um ex-comandante de uma unidade de tropas especiais no TO e a opção de análise de uma operação não convencional de grande envergadura levou a uma abordagem de uma perspetiva que permite dissociar a doutrina escri-

ta com a execução prática tendo em conta as particularidades dessa força e dessa operação.

Este trabalho contribuiu para uma análise prática do enquadramento doutrinário do período em estudo confrontado face à doutrina atual, contribuindo para um conhecimento da evolução da doutrina desde as operações no TO até à doutrina atual.

Esta investigação recorreu maioritariamente à bibliografia existente relacionados com o tema. Recorreu-se também a fontes primárias como consulta de documentos oficiais e a uma entrevista. Estas fontes são limitadas na medida em que existe dificuldade de entrevistar atualmente militares que tenham sido comandantes de Unidades de Escalão Batalhão (UEB) ou superior ou com responsabilidade análoga e assim sensibilidade para as questões doutrinárias e de execução. Como pesquisa futura, a análise transversal de várias operações neste TO traria contributos e considerações que permitiriam continuar e refinar a investigação deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. e Gomes, C., 2000. *Guerra Colonial*. 2.ª ed. Lisboa: Notícias Editorial.
- Arquivo Histórico Militar, 1964. *Ordem de Operações N.º1/64 - Operação Tridente* [papel] PT AHM-DIV-2-4-312-1. Bissau: AHM.
- Bacelar, S., 2000. *A Guerra em África 1961-1974: Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*. Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto e Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Borges, J., Pereira, R., Baldaia, S. e Vieira, E., 2016. *Função de Combate Movimento e Manobra*. Em: *A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola: Estudo da aplicação da força por funções de combate*. Lisboa: Instituto Universitário Militar, pp. 101-140.
- Cann, J., 2005. *Contra-Subversão em África, 1961 - 1974*. s.l.:Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda.
- EME/CECA, 1989. *Resenha Histórica-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. 3.º Volume - Dispositivo das Nossas Forças - Guiné ed. Lisboa: EME/CECA.
- EME/CECA, 2015. *Resenha Histórica-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. 1.ª Edição ed. Lisboa: EME/CECA.
- Estado-Maior do Exército, 1963. *Guia para o emprego tático das pequenas unidades na contra guerrilha*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Estado-Maior do Exército, 1966. *O Exército na Guerra Subversiva - Volume II*. 2.ª ed. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Exército dos Estados Unidos da América, 2016. *ADRP 3-0 Unified Land Operations*. Washington: Exército dos EUA.

- Exército Português, 2007. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 5-00 Planeamento Tático e Tomada de Decisão*. Lisboa: s.n.
- Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Exército Português, 2015. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-01-00: Tática das Operações de Combate - Volume I*. Lisboa: s.n.
- Marinho, A., 2006. *Operação Mar Verde*. Lisboa: Temas e Debates.
- Melo, J., 1988. *Os anos da Guerra 1961-1975: Os Portugueses em África*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5.^a ed. Lisboa: Gradiva.
- Vaz, N. 2003. *Guiné 1968-1973: Soldados de uma vez, sempre soldados!* Lisboa: Tribuna.

SECÇÃO V

AS INFORMAÇÕES

AS INFORMAÇÕES NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)

Autores

MAJ INF Paulo Alexandre Lourenço Da Silva Gomes
MAJ INF Nelson Miguel Gonçalves Ferreira
MAJ ART Tiago Ramos da Graça Silva Nunes Páscoa
MAJ CAV Miguel Ângelo da Costa Jorge
MAJ TM Luís Filipe Xavier Cavaco de Mendonça Dias

Orientador

TCOR INF António José Estrela Bastos

1. REVISÃO DA LITERATURA E ENQUADRAMENTO DOUTRINÁRIO

1.1. APOIO À COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO

Após a adesão de Portugal à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)¹, em 1949, foram efetuadas diversas alterações à doutrina do Exército, destacando a que ocorreu em 1954, com a publicação do Regulamento de Campanha – Informações, que, segundo Pedro (2012, p. 17), foi elaborado com base no *Field Manual* americano, sendo posteriormente revisto e editado em 1966 com a mesma designação.

Decorrente das remodelações doutrinárias, EME (1966) refere que todas as operações são afetadas por um conjunto de fatores, dos quais se destacam: a missão; natureza do conflito; forças inimigas; características da área de operações e a natureza e estrutura das forças amigas.

“A situação do mundo é complexa e influenciada por atores diversos e um grande número de possibilidades de conflitos, o que obriga a que as forças militares enfrentem um ambiente operacional global, dinâmico, multidimensional e cada vez mais interligado” (EME, 2009, p. 1-1).

No que concerne ao papel das Informações no TO da Guiné, no nosso entender, o esforço está concentrado no conhecimento da natureza do conflito, das forças inimigas, bem como das características da área de operações, que, na doutri-

¹ Em 4 de abril de 1949, Portugal, juntamente com outros 11 países torna-se membro fundador da OTAN.

na do período em análise, são fatores determinantes para o apoio à compreensão da situação.

As atividades de informações são condicionadas pelos fatores anteriormente enunciados, sendo de realçar que as características da população afetam grandemente as atividades de informações, pois quando esta é colaborante, torna-se uma fonte preciosa e auxiliar para a pesquisa de notícias. Ao invés implica uma intensificação do esforço de pesquisa (EME, 1966a).

À luz da doutrina do período em análise, Informação Militar é definida como sendo “o conjunto de actividades que tem por finalidade o conhecimento do In provável ou actual e da área de operações obtido através da pesquisa, estudo e interpretação de notícias” (EME, 1966a, p. I-1).

As Informações Militares, seriam originadas a partir de notícias, cuja interpretação do termo reside no que EME (1966a, p. I-2) designa por “qualquer facto, documento ou material cujo conhecimento se revele suscetível de ter interesse para as finalidades de actuação de um serviço de informações”. Importa referir que para o tratamento das notícias, e segundo a doutrina da época em estudo, a informação é produzida numa sequência de atividades sistemáticas e encadeadas permitindo que a notícia obtida seja transformada em informação e posteriormente explorada.

“Ciclo da Produção da Informação [Figura 1] é uma forma de entender e coordenar as várias actividades envolvidas na produção de informações, auxiliando a compreender as inter-relações existentes nas várias fases” (EME, 2009, p. 3-1).

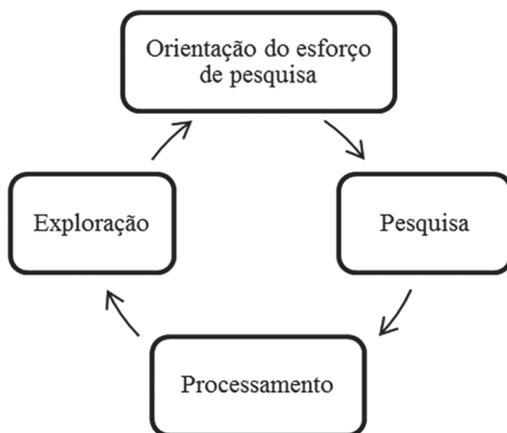


Figura 1 – O Ciclo de Produção da Informação
Fonte: EME (1966a).

A primeira fase, orientação do esforço de pesquisa, consiste na determinação das necessidades de informação para apoio às decisões do comandante e aos estudos e planos dos vários elementos do seu estado-maior. Consiste na atribuição de prioridades às diferentes necessidades de informação, sendo processada através da elaboração de um plano de pesquisa, do qual resulta a expedição de ordens e pedidos de pesquisa, exigindo uma permanente verificação da execução das ordens e pedidos (EME, 1966a).

A pesquisa é a segunda fase do ciclo da produção da informação e consiste na exploração sistemática das origens² de notícias pelos órgãos de pesquisa e envio dos elementos obtidos à unidade de processamento apropriada (repartição ou secção de informações) (EME, 1966a).

O processamento é a parte do Ciclo da Produção da Informação em que as notícias, depois de recebidas, são registadas, estudadas e interpretadas, sendo esta a fase em que ocorre o processo de transformação da notícia em informação (EME, 1966a).

A exploração é a fase do Ciclo da Produção da Informação na qual se procura tirar máximo rendimento das notícias pesquisadas e processadas nas fases anteriores. Nesta fase pretende-se auxiliar o comandante na tomada de decisão, apresentado o estudo da situação de informações (EME, 1966a). É também nesta última fase que se deve proceder à difusão das informações por forma a garantir que sejam disponibilizadas em tempo oportuna às entidades ou unidades destinatárias.

No que respeita aos vários documentos de difusão mencionadas por EME (1966a) destacamos aqueles que, no nosso entendimento, melhor apoiam a compreensão da situação:

- O Estudo tático da área de operações é um documento que analisa a influência das características da área de operações sobre as ações gerais que podem ser adotadas tanto pelo In como pelas forças amigas, sendo necessária a elaboração de um estudo para cada missão, as conclusões deduzidas neste documento são integradas no estudo de situação de informações.
- O Estudo da situação de informações é o elemento orientador para a missão, é permanentemente atualizado com a finalidade de apoiar o comandante na decisão, analisa os aspetos mais características da área de

² Segundo EME (1966a), as principais origens das notícias são: Atividade do inimigo; Pessoal militar inimigo; População civil; Pessoal militar recuperado; Documentos inimigos; Material inimigo; Transmissões inimigas e outras emissões eletromagnéticas; Resultados das atividades de bombardeamento e emprego de armas especiais pelo inimigo; Imagens do campo de batalha; Cartas; Previsões e estudos meteorológicos; Diversos.

operações e da situação do In, visando deduzir a influência destes fatores no cumprimento da missão, bem como determinar as possibilidades e probabilidades relativas às modalidades de ação do In, identificando as suas vulnerabilidades.

O estudo tático da área de operações no escalão divisão e inferiores é normalmente apresentado sob a forma oral e gráfica, enquanto o Estudo da situação de informações se trata de um documento escrito (EME, 1966a).

No evoluir da doutrina, podemos verificar que houve uma atualização de conceitos e termos, no entanto não nos parece que tivesse havido uma enorme transformação doutrinária no que respeita ao papel das informações no apoio à compreensão da situação.

No entanto será de destacar que o documento de disseminação de informações, ora então “Estudo tático da área de operações”, segundo EME (2009), é atualmente designado por Estudo do Espaço de Batalha pelas Informações, mais comumente designado pela expressão *Intelligence Preparation of Battlespace* (IPB).

O IPB é um processo de análise contínuo, que segundo EME (2009, p. 3-25) inicia-se “antes da operação e tendo continuidade durante o seu desenrolar garantindo que os resultados continuem válidos e que se clarifiquem e apoiando o processo de decisão, ao mesmo tempo que dá indicações ao esforço de pesquisa, para a execução das operações correntes e a preparação das missões futuras” consistindo, segundo a mesma fonte, em quatro passos principais:

Passo 1 – Avaliação do ambiente no espaço de batalha;

Passo 2 – Descrição dos efeitos do espaço de batalha;

Passo 3 – Avaliação do In;

Passo 4 – Determinação das modalidades de ação inimigas.

Os dados e informações que derivam de cada passo são representados graficamente numa série de transparentes que, quando sobrepostos permitem visualizar os aspetos relevantes das necessidades de informação.

“O estudo de situação de informações constitui a base para os factos e hipóteses admitidos no processo de decisão, conduzindo os outros estudos e o processo de decisão. Os produtos do IPB são a base para o estudo de situação” (EME, 2009, p. 3-25).

1.2. APOIO AO PROCESSO DE GERAÇÃO DE FORÇAS

O conceito de “Processo de Geração de Forças” é definido pelo processo de criação e adaptação de forças que possam ser utilizadas para a consecução de obje-

tivos da ação militar. Este processo é o método de estratégia genética e estrutural³ (Smith, 2006).

Davis (2002) explora dois modelos de planeamento de forças, o primeiro baseado em cenários concretos, baseando a definição de requisitos numa ameaça e contexto específicos. O segundo utiliza um “espaço de cenários” mais abstrato a partir do qual se identificam missões e tarefas necessárias nesses mesmos cenários permitindo uma maior flexibilidade no seu emprego.

O Conceito Estratégico Militar (CEM) é o documento que em termos nacionais define a estratégia militar, incluindo o planeamento e geração de forças⁴, segundo o qual, o Exército Português deve possuir:

Capacidade para projetar e sustentar, em simultâneo, até três unidades de combate (até escalão Batalhão), apoio de combate ou apoio de serviços, para participação nos esforços de segurança e defesa coletiva, podendo no máximo comandar uma única operação de escalão Brigada em qualquer situação e grau de intensidade, por tempo limitado.

Conselho de Chefes de Estado-Maior (2014, p. 36)

Ao falarmos de Guerra Subversiva, deparamo-nos com o “enfrentar do desconhecido”, por parte das forças de autoridade estabelecida do território. Assim, é de extrema importância ter um profundo conhecimento do maior número de informações, tanto do In como do terreno para possibilitar a previsão dos próximos movimentos subversivos (Silva, 1964).

1.3. TARGETING E AS ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E INFLUÊNCIA

De acordo com o PDE 3-00 de 2012, o Targeting é definido pelo processo de seleção de objetivos e determinação das respostas adequadas a efetuar nos mesmos, tendo em consideração os requisitos operacionais e as capacidades dos diversos sistemas. Para este sistema contribuem os diversos sensores e capacidades de pesquisa, distribuídos por vários níveis de comando. O Targeting é conduzido através de quatro funções essenciais: Decidir (que alvos atacar, “como” e “quando” os alvos serão atacados e quais os efeitos desejados); Detetar (define a responsa-

³ Estratégia Genética: “tendo em atenção à evolução previsível da conjuntura mundial e nacional e da tecnologia, de que meios e instrumentos se deverão dispor nos prazos de 5, 10 ou 20 anos para fazer face às ameaças previsíveis nesses prazos?” (Couto, 1988).

⁴ Estratégia Estrutural: “que estruturas devem ser eliminadas, corrigidas, desenvolvidas ou criadas, de forma a reduzirem-se vulnerabilidades e a reforçarem-se potencialidades, obtendo um melhor rendimento dos meios e recursos” (Couto, 1988).

bilidade de detecção às unidades de reconhecimento e aos sistemas de vigilância); Atacar (depois de localizado e identificado o alvo, é executado o ataque); Avaliar (atividade contínua, que compara a situação atual com a visão/intenção inicial).

O PDE 2-00 de 2009 define as Operações de Informação (INFO OPS) como as ações coordenadas que visam influenciar os decisores e o processo de decisão do inimigo ou terceiros, em apoio dos nossos objetivos políticos e militares. Os objetivos das INFO OPS são atacar a percepção que o inimigo ou terceiros têm sobre a situação e persuadi-los a pensar aquilo que queremos.

1.4. AS OPERAÇÕES IVR

Atualmente, segundo o PDE 2-00 de 2009, o conceito de IVR, tendo evoluído para ISTAR (*Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance*), é a atividade de informações que integra e sincroniza o planejamento e a operação de sensores e equipamentos e os sistemas de processamento, exploração, targeting e disseminação, em apoio direto a operações correntes e futuras.

No Regulamento de Campanha de Informações de 1966, o conceito IVR ainda não existia nesta forma integrada, mas é dedicado um capítulo inteiro (Cap VIII) à Vigilância do Campo de Batalha que visa definir e englobar os conceitos e processos para obtenção de notícias, tais como o Reconhecimento, Informação das Transmissões e Aquisição de Objetivos (EME, 1966).

Quanto às responsabilidades de direção das atividades de informações, pode dizer-se que se mantém equivalente aos dias de hoje, sendo o Comandante o primeiro responsável, cabendo a superintendência de estado-maior (EM) ao Oficial de Informações, em coordenação estreita com o Oficial de Operações.

Cabia ao Oficial de Informações fixar missões adequadas aos órgãos de pesquisa extraídas do plano de pesquisa. Ao Oficial de Operações competia designar as unidades destinadas a missões de vigilância, difundir dados sobre forças amigas, especificar características de objetivos a pesquisar e obter notícias necessárias à avaliação de danos provocados pelo Inimigo.

É também importante salientar, a estreita ligação necessária entre o Oficial de Informações e os oficiais de transmissões e da aviação que participam igualmente nas atividades de vigilância do campo de batalha.

2. APOIO À COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO

2.1. GENERALIDADES

As tarefas para o apoio à compreensão da situação assumem uma importância fundamental na função de combate informações, contribuindo para que as decisões tomadas de forma racional.

Segundo EME (2012, p. 2-29), “o conhecimento do ambiente operacional, relativamente a qualquer ação, seja no domínio informacional ou físico, deve ser obtido antecipadamente”.

2.2. COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO

No final do século XIX, iniciam-se as lutas para a pacificação da Guiné, e em 1879 é declarada uma Província administrativamente autónoma, deixando de ser um distrito subordinado de Cabo Verde (Felgas, 1967).

Com esta separação intensifica-se a reorganização dos serviços públicos e também da atividade militar, sendo que em 1886, o acordo luso-francês delimitou as fronteiras da Guiné portuguesa, que segundo opinião de Felgas (1967), não respeitando a integridade dos grupos étnicos nativos existentes na região.

A Guiné Portuguesa, embora valorizada pela sua posição estratégica por se localizar a meio caminho entre Portugal e Angola, na década de 1950 era a colónia portuguesa mais pobre e menos desenvolvida da África, sendo este fator o estímulo para a formação de movimentos nacionalistas, dando início, em finais dos anos de 1950, ao período pré-insurrecional da guerra na Guiné (Felgas, 1967).

A infiltração comunista em África processou-se através do Mali, então Sudão Francês, entre 19 e 21out46 em Bamako, com a realização do congresso da fundação da Reunião Democrática Africana (RDA), que tinha como princípio base de realce a igualdade política e social entre africanos e brancos (EME, 1970).

Na sequência deste congresso verificou-se na Guiné Portuguesa a fundação de vários movimentos partidários⁵, assistindo-se neste período a uma ebulição na ideologia africana, a par do surgimento de territórios autónomos, com o apoio de

⁵ Partido Democrático da Guiné (PDG), fundado em maio de 1947, funcionando como filial da RDA; Movimento para a Independência da Guiné (MIG), em 1952, embrião do PAIGC que em setembro de 1956 adotou essa designação passando pela fase intermédia de Partido Africano para a Independência (PAI); Movimento de Libertação da Guiné (MLG), organizado com base na etnia manjaca guineense residente no Senegal; Outros: União Popular para a Libertação da Guiné (UPLG), União das Populações da Guiné (UPG), União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP), Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG) e Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC).

forma mais ou menos velada dos partidos emancipalistas, associados no Movimento Anti Colonialista (MAC), nascido em Paris, em 1957, com a influência do Partido Comunista Português (EME, 1970).

Em 03 de agosto de 1959 “A greve dos trabalhadores do porto de Bissau (Guiné), de estivadores e marinheiros, que reivindicavam um aumento salarial, foi violentamente reprimida pelas autoridades coloniais, registando-se cerca de 50 mortos e uma centena de feridos”⁶. Este acontecimento ficou conhecido com o nome de “Massacre de Pidjiguiti”⁷, que, segundo EME (1970), marcou o início da reação contra as autoridades Portuguesas na Guiné, e que, segundo Felgas (1967), teria sido o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), o impulsionador deste incidente.

Em janeiro de 1960, na 2.^a Conferencia de Povos Africanos, através de Amílcar Cabral, o MAC transforma-se em Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAINCP).

Nos anos seguintes⁸ decorrem várias conferências, colóquios e seminários dos partidos anteriormente enunciados, assistindo-se a mudanças nas organizações.

No resultado destas mudanças nos partidos emancipalistas, segundo Felgas (1967), os principais grupos políticos clandestinos no TO da Guiné seriam o MLG, a Frente de Libertação da Guiné (FLING) e o Partido Africano para a Independência da Guiné Portuguesa e de Cabo Verde (PAIGC).

2.2.1. Terreno

A Guiné está situada na costa ocidental africana e tem uma área de 31 800 km², dos quais 28 000 km² estão permanentemente emersos. Faz fronteira a Norte com o Senegal, a Sul com a República da Guiné e a Oeste é banhada pelo Oceano Atlântico. As suas fronteiras terrestres têm uma extensão de 680 km, dos quais 380 km com a República da Guiné. É importante referir que estas fronteiras não se apoiam em obstáculos naturais (Bacelar, 2000).

O território da Guiné é uma região maioritariamente plana principalmente nas zonas costeiras, apresentando na região oriental contornos montanhosos, mas que raramente ultrapassam os 300 m. O clima é caracterizado pela existência

⁶ In Fundação Mário Soares, <<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=040885>>, consultado em 24abr17.

⁷ Apesar deste incidente, o início do conflito armado é decretado em janeiro de 1963 com um ataque do PAIGC ao quartel de Tite.

⁸ Em abril de 1961, em Casablanca, a FRAIN é substituída pela Conferência das Organizações Nacionais das Colónias Portuguesas (CONCP); Em maio de 1961, no Senegal, François Mendy funde a RDAG com o MLG, originando a Frente de Libertação da Guiné (FLG); como subsidiária do PAIGC e tendo como chefe Luís Cabral, aparece a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) (EME, 1970).

de duas estações: a primeira, a das chuvas, muito quente e húmida, caracterizada também por chuvas abundantes; a segunda, a estação seca, regista temperaturas mais baixas e pluviosidade menor, embora com os mesmos níveis de humidade. Este tipo de clima originava vegetações exuberantes, tanto nas planícies como nas regiões acidentadas (EME, 1966b; Afonso e Gomes, 2010).

O clima, em simultâneo com as características do terreno, a vegetação, o relevo, os cursos de água e a natureza do solo, criavam acentuadas dificuldades às nossas forças. Os terrenos montanhosos restringiam a mobilidade e os terrenos pantanosos eram impraticáveis para viaturas de qualquer espécie. Os terrenos densamente arborizados limitavam a visão e a mobilidade (EME, 1966b).

Decorrente do referido nos parágrafos anteriores podemos inferir que a mobilidade era reduzida pela falta de vias de comunicação e pela dificuldade que a vegetação oferecia ao deslocamento fora dos itinerários. Este tipo de terreno facilitava ainda as emboscadas à queima-roupa e permitia que o In se desempenhasse com relativa facilidade.

2.2.2. Inimigo

O adversário que as forças portuguesas combatiam no território da Guiné era o braço armado do PAIGC, que tinha como objetivo a independência do território da Guiné (Fraga, 2014; Felgas, 1967).

A luta armada pela independência da Guiné começou com Amílcar Cabral, líder do PAIGC, cujo pensamento político era orientado por três vetores fundamentais: o pan-africanismo, a abertura de uma via socializante e de justiça social em África e a construção de um Estado que resultasse da unidade daquela colónia com a de Cabo Verde (Fraga, 2014).

O PAIGC, logo na fase de propaganda e implantação no terreno, teve um grande apoio de países de índole comunista, tais como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a China, assim como dos países influenciados pelo pensamento marxista, nomeadamente o Egipto, a Argélia e Cuba, que apoiaram o movimento subversivo, tanto na formação de quadros militares como através do fornecimento de armamento e equipamento. (Afonso e Gomes, 2000; Ferreira, 2010).

Os guerrilheiros além de serem preparados militarmente, recebiam ainda formação cultural e política para que fossem um elemento de propaganda ativo no contacto com as populações do território (Afonso e Gomes, 2000).

No início do conflito o movimento subversivo não tinha uma força bem treinada nem numerosa ou com equipamentos modernos. No decorrer do conflito o efetivo dos guerrilheiros do PAIGC foi aumentando, bem como o seu treino me-

lhorado. Relativamente ao equipamento apenas perto da década de 70 se assiste a alguma sofisticação, possuindo carros blindados tipo “PT 76” de origem soviética, “foguetes 122 mm” e mísseis “SAM 7” (Ferreira, 2010).

O movimento independentista tinha ainda o apoio dos territórios que faziam fronteira com a Guiné, que serviam também para a implantação de sedes de movimento, campos de treino e de apoio logístico, permitindo ainda a criação de novas bases e liberdade de movimentos dos guerrilheiros entre os territórios (Cann, 2005; Ferreira, 2010).

Decorrente dos fracos recursos militares em equipamento e armamento associado ainda do baixo nível de treino, as forças subversivas utilizaram táticas de guerrilha, tirando partido das características do terreno, que lhes era familiar, o qual, por outro lado, se constituía como desfavorável para o emprego convencional das tropas portuguesas (Costa, 1970).

O modo de atuação do In que as forças portuguesas enfrentavam no território da Guiné, caracterizava-se essencialmente por emboscadas a colunas militares, tanto de forças de combate como de reabastecimentos, e ataques esporádicos a aquartelamentos. Nas principais vias de comunicação e trilhos foram ainda desencadeadas ações de lançamento de minas e armadilhas com o objetivo de limitar a liberdade de movimentos das forças portuguesas (Ferreira, 2010).

3. O APOIO À GERAÇÃO DE FORÇAS

No presente capítulo pretendemos compreender como se efetuou o processo de geração de forças para o Teatro de Operações da Guiné.

A iniciativa militar pertenceu ao PAIGC até 1968, o qual detinha liberdade de movimentos no território, o que permitia e facilitava a propaganda e recrutamento de locais.

A luta travava-se contra as autoridades portuguesas com a finalidade de as depor e conseguir uma alteração da situação existente, tendo a conquista das populações um papel preponderante para este fim (Pinheiro, 1963).

Amaral (1966) refere igualmente a necessidade da conquista da população no contexto da guerra subversiva, realçando ainda a enorme complexidade das características do In e da diversidade de meios e processos utilizados.

Para além da reconquista da população, é também essencial manter ou restabelecer um controle efetivo de todo o território, e conseguir o apoio dos dirigentes e da opinião pública. Para ser possível a prossecução do objetivo referido anteriormente é necessário assegurar um livre exercício pelas autoridades estabe-

lecionadas no território, o funcionamento das instituições e dos serviços, bem como a salvaguarda tanto pessoas como bens (EME, 1966b).

Decorre do que foi mencionado anteriormente que a luta subversiva tinha por fim conquistar e conservar o apoio da população, o que o PAIGC conseguiu no início do conflito, devido à liberdade de movimentos no território e capacidade de propaganda.

3.1. AS NOSSAS FORÇAS NO TO DA GUINÉ

No início do conflito Portugal dispunha de um reduzido efetivo militar no território da Guiné, estando previstos um Quartel-General, quatro Companhias de Infantaria e uma Bateria de Artilharia de Campanha, ainda assim, existia uma quase total ausência de forças militares no território. Em 1961 prevendo-se um aumento das ações subversivas no território, reforçou-se o Comando Territorial Independente da Guiné (CTIG) (Afonso e Gomes, 2010).

Decorrente do aumento das ações subversivas e um melhor conhecimento da situação do In, o dispositivo militar no território da Guiné sofreu alterações ao longo dos anos, e em 1966 estava já organizado em quatro zonas, Oeste, Leste, Sul e Bissau (EME, 1989).

O esforço de Portugal ao nível do recrutamento e efetivos no território da Guiné foi crescendo ao longo dos anos do conflito como se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Quadro de efetivos militares no TO da Guiné Bissau

Ano do Conflito	Total de militares no Território da Guiné	Militares recrutados na Metrópole	Militares recrutados no Território da Guiné
1961	4 736	3 736	1 000
1962	5 070	4 070	1 000
1963	9 650	8 336	1 314
1964	15 195	12 874	2 314
1965	17 252	14 640	2 612
1966	20 801	18 868	1 933
1967	21 650	18 421	3 229
1968	22 839	19 559	3 280
1969	26 581	22 866	3 715
1970	26 755	22 487	4 268
1971	29 210	23 402	5 808
1972	29 957	24 036	5 921
1973	32 035	25 610	6 425

Fonte: Adaptado de Coelho (2002).

Da análise da tabela verifica-se um crescimento exponencial no efetivo militar no território da Guiné até ao ano de 1966, com uma diminuição desse mesmo crescimento até 1968, ano em que o General Spínola foi nomeado Governador e Comandante-chefe, e se verifica novo aumento dos efetivos. No que concerne aos militares recrutados localmente existiu também um crescimento ao longo dos anos, atingindo valores de cerca de 6 000 na década de 70, talvez decorrente do plano do General Spínola para a criação, no território da Guiné, de um exército regular semelhante ao da metrópole, baseado totalmente em militares africanos (Coelho, 2002).

Dado o tipo de conflito, em que o adversário se encontra disseminado pelo território e em que o seu objetivo passa principalmente pela conquista da população, o dispositivo das forças militares portuguesas não poderia ser o mesmo que num conflito convencional. Todo o território do conflito deveria estar guarnecido, garantindo um contacto próximo com a população (EME, 1966b; Ferreira, 2010).

Surgiram assim, as forças de quadrícula com sedes nas povoações mais importantes, e que tinham como objetivo tanto guarnecer o território, como manter um estreito contacto com a população nativa. Simultaneamente, e para tornar mais eficaz a luta contra os grupos armados, foram criadas as forças de intervenção, com o objetivo de levar a efeito ações ofensivas de busca e aniquilamento dos grupos armados (Ferreira, 2010).

Decorrente da aposta das forças portuguesas nas já referidas forças de intervenção, foram impulsionadas as já existentes (caso dos paraquedistas), ou criadas durante o conflito (Comandos e Fuzileiros Especiais) unidades especiais com capacidades díspares relativamente às forças de quadrícula. Estas forças tinham como missão executar missões em que atuavam pontualmente contra um alvo e retiravam ou ainda instalarem-se numa determinada zona, durante períodos de cerca de um mês, a fim de lançar ações sobre os grupos armados na área (Fraga, 2014).

Este tipo de ações resultava muitas vezes em capturas de prisioneiros que se revelavam normalmente excelentes fontes de informação sobre as unidades e intenções dos grupos insurgentes. Para realizar as ações acima descritas tornava-se imprescindível ter informações seguras sobre a existência de guerrilheiros na zona, para não desperdiçar meios e homens (Fraga, 2014).

As primeiras unidades especiais que se formaram foram o Batalhão de paraquedistas e as Companhias de caçadores especiais, no entanto, estas últimas no decorrer do conflito foram sendo abandonadas pelo facto de não responderem às exigências do mesmo. No início do conflito, no território da Guiné, os paraquedis-

tas tinham um efetivo apenas de um Pelotão, no entanto, em 1966 já estava constituído o Batalhão de Caçadores Paraquedistas N.º12 (Afonso e Gomes, 2000).

Os comandos surgiram em 1962 e a lógica da sua criação foi a de constituir uma força de infantaria de assalto, que fosse capaz de se movimentar com grande liberdade de ação e autonomia e ainda fosse dotada de uma maior capacidade de sacrifício e resistência física e psicológica. As características atrás referidas permitiam que os comandos enfrentassem a dureza das operações, no território inóspito da Guiné, de forma mais natural e mais próxima com a capacidade dos nativos. Realce para três Companhias de Comandos formadas essencialmente por africanos da Guiné (Fraga, 2014).

Com o objetivo de dar resposta às particularidades dos combates no território da Guiné e no lago Niassa formaram-se os fuzileiros navais e especiais, e ainda os fuzileiros especiais africanos. O primeiro destacamento de fuzileiros navais partiu para Angola em 1961, eram uma força vocacionada para o combate anfíbio. O conflito da Guiné foi o seu território de eleição dado as características do terreno, principalmente no rio Zaire, Zambeze e lago Niassa (Fraga, 2014).

3.2. MUDANÇA DE PARADIGMA COM SPÍNOLA

Com a nomeação do General Spínola para Governador e Comandante-chefe do território da Guiné e das forças portuguesas, deu-se uma alteração na condução da guerra no território, abandonando-se a estratégia defensiva utilizada até à data, passando para uma estratégia ofensiva. Spínola sabia que, numa guerra subversiva, a defensiva não conduzia à saída do impasse militar e que era essencial atuar mais sobre as populações do que sobre os combatentes (Fraga, 2014).

Segundo Woollacot (1983) Spínola percebeu que a negligência das autoridades coloniais perante as necessidades e aspirações do povo sob a sua administração tinham fornecido ao PAIGC um campo fértil de recrutamento e uma sólida base de apoio. A estratégia do General Spínola, foi dupla:

- Reforçar o moral e a eficácia do exército colonial, na tentativa de estabelecer um «equilíbrio militar» com as guerrilhas;
- Lançar uma campanha que visava angariar a simpatia e o empenhamento do povo guineense, procurando por um lado, enfrentar as suas principais carências, e minando por outro, a base política do PAIGC.

Para tal, introduziu alterações na condução das operações, levando as tropas de quadrícula a patrulharem as áreas circundantes dos aquartelamentos e intervir com tropas especiais em pontos onde havia garantia de chegar ao contacto com o In. Desenvolveu ainda ações psicossociais sobre as populações de modo a retirar

ao PAIGC as razões de aceitação da luta subversiva. Devemos ainda assinalar a criação de meios de informações como imprensa escrita e rádio destinados às populações nativas e através dos quais se procurava conquistar o apoio das mesmas (Fraga, 2014).

Desta forma, o contributo da função de combate informações para a geração de forças no decorrer do conflito da Guiné foi substancial visto ter fornecido a informação relativamente ao terreno, inimigo e população tendo assim contribuído para as diferentes decisões tomadas por Portugal, exemplo disso as especiais características do conflito/ terreno que impulsionaram a utilização de forças especiais como Para-quedistas, Comandos e especialmente Fuzileiros.

4. O APOIO AO PROCESSO DE TARGETING E ÀS ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E INFLUÊNCIA

4.1. GENERALIDADES

Tal como irá ser demonstrado de seguida, a importância das Informações no apoio ao Targeting e às atividades de Informação e Influência, revestiu-se de interesse, em especial a partir de 1968, com a nomeação do General Spínola para o cargo de Comandante-Chefe no TO da Guiné. Verificou-se uma mudança do paradigma com reflexos na estrutura operacional, substituindo o conceito de quadricula pelo de intervenção ativa, aproximando os militares e as populações (Vaz, 2003, pág. 51).

4.2. APOIO ÀS ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E INFLUÊNCIA

Desde cedo se percebeu o papel primordial das populações enquanto fonte de informação. Os militares portugueses estavam inclusivamente instruídos no sentido de, através do contacto com a população, não só obter informação acerca das atividades subversivas (data do avistamento, natureza do armamento e número de elementos), mas também de, com a sua proximidade, as proteger contra a intimidação dos guerrilheiros (EME, 1963, pág. 2).

De facto, a intimidação da guerrilha sobre as populações criava nestas um efeito silenciador, requerendo, da parte das forças lusas, elevados níveis de paciência, tempo e boa vontade, no sentido de derrubar este obstáculo. Mais pelas palavras que pelas armas, as populações eram levadas a acreditar no sentimento de segurança proporcionado pela presença frequente de unidades portuguesas. A comunicação com a população era frequentemente estabelecida através de intérpretes, registando-se cerca de 20 colaboradores por Companhia (Cann, 1996,

pág. 242), os quais contribuíam de forma indelével para o estabelecimento de uma relação de confiança entre os nativos e os militares. A este facto, foram associadas as diversas operações de apoio às populações através da distribuição de víveres e execução de reparações e construção de infraestruturas.

Um bom exemplo que ilustra a importância da influência junto da população ocorreu junto da região de Bissássema em 1970. Através das suas fontes junto da população, as forças portuguesas foram alertadas para a preparação de um ataque do PAIGC a um aquartelamento com recurso a quatro bi-grupos (aproximadamente 150 homens). As forças portuguesas planejaram um cerco que colocou os insurgentes entre o aquartelamento e uma patrulha dissimulada nos bosques, deixando o In com uma única saída através de um campo minado. Como resultado desta operação, as forças do PAIGC foram destruídas (CECA, 1988).

Por oposição, a influência do PAIGC sobre a população incidia, essencialmente, na intimidação ou ação psicológica, havendo necessidade, na maioria das ocasiões, de grande secretismo da parte das forças portuguesas na preparação de operações, evitando a fuga de informação através da população local.

4.3. APOIO AO PROCESSO DE TARGETING

O Targeting, tal como o conhecemos hoje, materializava-se exclusivamente nas tarefas da aquisição de objetivos (detecção, localização e identificação). A inexistência das atividades de avaliação não permitia a verificação da eficácia dos ataques e a necessidade, ou não, de proceder à repetição do mesmo ou alteração no método de ataque. Para este sistema, concorriam as notícias fornecidas pelos relatos das patrulhas terrestres, pelo reconhecimento aéreo, pelo interrogatório de guerrilheiros (desertores ou capturados), por documentos capturados e por informadores ou agentes (Cann, 1996, pág. 217).

As características físicas do território da Guiné (vegetação densa, terreno pouco firme, elevados níveis de humidade, etc.) tiveram grande impacto na utilização dos meios de apoio de fogos da artilharia, sendo, por isso, raramente utilizados nos moldes clássicos, destacando-se as preparações de ações de assalto por forças terrestres e as ações de apoio de fogos na defesa próxima de aquartelamentos, atuando estas forças como unidades de infantaria apeada e cumprindo a mesma tipologia de missões. (Vaz, 2003, pág. 17). Aqui, a aviação representava um papel fundamental no reconhecimento aéreo, no transporte de pessoal (colocação e evacuação) e no ataque ao solo. No entanto, com a aquisição dos mísseis SA-7 (Strela) pelo PAIGC em 1973, as forças portuguesas perderam a supremacia aérea e a

liberdade de ação até aí verificadas, comprometendo, de forma inegável, todas as operações.

Assim, para concluir, a relevância do apoio ao processo de Targeting foi pouco expressivo devido às limitações no emprego de todos os meios de apoio de fogos na sua plenitude (artilharia, morteiros, fogos aéreos, etc.) e à inexistência das atividades de avaliação dos danos, fundamentais para este processo. Contrariamente, o contributo da função de combate informações para as Operações de Informação e Influência no decorrer do conflito foi decisivo, através da presença militar frequente nos povoados, reforçando o sentimento de segurança das populações, através de uma política comunicacional pacificadora por intermédio dos intérpretes naturais que colaboravam com as forças portuguesas. Em paralelo, a confiança conquistada à população, contribuía para a obtenção de informação, alimentando, desta forma, o sistema de informações.

5. OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES, VIGILÂNCIA E RECONHECIMENTO (IVR)

5.1. GENERALIDADES

No teatro da Guiné, principalmente após o General Spínola assumir o Comando, as operações de informações foram eficazmente conduzidas através do uso de informadores, policia, reconhecimento terrestre e aéreo. As notícias eram originadas em diversas fontes, processadas através de um sistema de informações coordenado e oportunamente disseminadas em apoio às operações (Cann, 1996).

5.2. OPERAÇÕES DE IVR NO TERRENO NO PERÍODO DE 1963-1974

Numa guerra de contrainsurgência, as informações têm um papel de especial relevo, visto que os guerrilheiros adotam técnicas não-convencionais, sem revelar as suas posições e muitas vezes dissimulados entre a população. Este fator, torna-se ainda de maior relevo neste cenário, dado que o comando e controlo dos insurgentes era estabelecido com base em planos operacionais muito vagos e com muitas limitações ao nível das comunicações e organização, o que dificultava ainda mais a perceção das reais intenções do inimigo.

Assim, descrevem-se de seguida as diversas atividades de informações, referidas em Cann (1996) e CHT (2008) efetuadas na Guiné, que se complementaram entre si para produzir informações consolidadas.

5.2.1. Reconhecimento Terrestre

Este era o método mais básico e mais utilizado no difícil terreno da Guiné, para encontrar o inimigo. Os batalhões coordenavam e planeavam as ações de reconhecimento através da 2.^a Secção em colaboração estreita com as Operações. Os Batalhões tinham pelotões de reconhecimento (cerca de 35 homens) equipados com jeeps, viaturas FOX e rádios para mobilidade acrescida. As patrulhas efetuadas não só pelos pelotões de reconhecimento como pelas outras forças de combate, revelaram ser a fonte de notícias mais produtiva na guerra colonial (Costa, 1961, p. 149).

Os militares mais experientes conseguiam extrair informações mais valiosas no decorrer destas patrulhas, tal como perceber há quanto tempo um acampamento insurgente tinha sido abandonado ou quantos homens estariam neste. O estado e a origem do armamento encontrado dava igualmente sinais da identificação do movimento. Todos estes indicadores, permitiam perceber a logística necessária pelos insurgentes e este fator era crucial para manobrar contra o inimigo.

Para complementar os indicadores vistos anteriormente, era necessário contactar a população e confirmar as notícias obtidas. Na Guiné, principalmente após a entrada do Gen. Spínola, os Portugueses rapidamente perceberam que a população era o centro de gravidade na guerra contrainsurgência. Assim estava previsto doutrinariamente no Regulamento de Campanha (EME, 1966). Proteger e ganhar a confiança da população foi fundamental para a recolha de informações.

O exemplo relatado no capítulo anterior, relativamente à operação em Bis-sássema (CECA, 1988), traduz igualmente a importância das atividades das patrulhas junto das populações.

5.2.2. Reconhecimento Aéreo

O reconhecimento aéreo era utilizado como método complementar ao que se fazia por terra, sendo extremamente útil para localizar as atividades das guerrilhas especialmente em locais de pior acesso. Os observadores, eram o segundo tripulante do Dornier DO-27 que sobrevoava a 200 m durante algumas horas, tinham a experiência e conhecimento dos territórios para que pudessem detetar alterações, nomeadamente: novos caminhos, desgaste na vegetação indicando passagem, barcos alinhados, abrigos nas florestas, etc (Negrão, 1962). No entanto, como estes reconhecimentos acabavam por ser rotineiros, qualquer alteração de trajeto ou aproximação para melhor visualização poderia alertar os guerrilheiros e fazê-los mudar de refúgio.

Fotografar o terreno era essencial para melhor análise posterior na expectativa de poder encontrar alterações que indicassem a presença dos guerrilheiros e que não eram facilmente observáveis durante o voo de reconhecimento. As séries de fotografias ao longo de um período temporal (ex. um mês) poderiam mostrar alterações dificilmente perceptíveis de outra forma.

As notícias oriundas do reconhecimento aéreo alimentavam diretamente a 2.ª Repartição do QG, de forma continuada, para ser possível acompanhar e reagir às movimentações táticas dos guerrilheiros que também estas eram constantes e fluidas.

5.2.3. Guerrilheiros Capturados

Quando capturado, um guerrilheiro era uma potencial e valiosa fonte de notícias. Às patrulhas de reconhecimento, coube algumas vezes a tarefa de capturar insurgentes, algo que requeria treino e um planeamento cuidado.

Assim que se dava a captura, era realizado um interrogatório imediato para obter informações da área local, da presença de outros insurgentes, os refúgios, equipamentos, linhas de coordenação do inimigo, etc. As minas e armadilhas implementadas pelos insurgentes, eram muitas vezes desvendadas através dos guerrilheiros capturados, que para além de dizerem os locais onde estas se encontravam, muitas vezes seguiam na frente das tropas Portuguesas, de forma controlada, para os conduzir ao local.

Um segundo interrogatório era realizado no Batalhão para obter informações mais detalhadas ao nível do treino, conhecimentos, líderes, etc.

Em última análise, era averiguado se o guerrilheiro foi coagido a tornar-se insurgente ou se era convicto ao movimento nacionalista. Em qualquer dos casos, o prisioneiro era persuadido a ficar a favor dos Portugueses, era exposto à população local e ao processo de apoio social que estava a ser conduzido, no fundo fazendo-lhe ver que a administração Portuguesa garantia a segurança e serviços básicos que não seriam alcançados se ele continuasse ao lado dos insurgentes. Dificilmente um prisioneiro de guerra voltaria a combater ao lado dos insurgentes, ou os líderes insurgentes os rejeitavam ou retaliavam devido a eventuais fugas de informação. Com a falta de alternativas, normalmente os capturados passavam a lutar ao lado dos Portugueses após um programa de reabilitação.

No entanto, esta forma mais pacífica de lidar com os guerrilheiros capturados não era sempre utilizada e dependia sempre das circunstâncias no momento da captura. Como exemplo, durante operações na Guiné junto da confluência entre os rios Geba e Corubal no final de 1970, um grupo do PAIGC infiltrado passou a fron-

teira com a missão de degradar e minar a estrada de Bafata. Esta mesma unidade tinha atacado a localidade de Bambadinca anteriormente e retirado para se reorganizar junto de dois bi-grupos para continuar os ataques. No dia seguinte, uma patrulha Portuguesa capturou um pequeno grupo de guerrilheiros incluindo um líder sénior do PAIGC sem disparar um único tiro. O líder guerrilheiro foi levado de helicóptero até Bambadinca e foi-lhe dado a escolher: revelar tudo o que sabia ou morrer (CECA, 1988). Alegadamente o Gen. Spínola desconheceu estes factos, pois as ações de tortura eram formalmente proibidas por diretiva do Comandante-Chefe, ainda para mais, o procedimento pretendido e que seria o normal, era tratar os guerrilheiros capturados de forma decente com o intuito de estes passarem a apoiar as forças Portuguesas. Destaque-se que este tratamento para com os insurgentes capturados permitia, não só, obter informações valiosas, assim como aliciar novos colaboradores.

5.2.4. Documentos e Equipamentos Capturados

O material capturado era sempre cuidadosamente manuseado e preservado, pois constituía-se muitas vezes como uma fonte de informações precisa e credível que sustentava as versões verbais dos guerrilheiros capturados. Documentos com planos, ordem de batalha, listagem de guerrilheiros, tinham valor, essencialmente, para o nível tático.

Como exemplo, houve documentos capturados com a confirmação da eficácia das operações efetuadas pelos Portugueses para negar ao PAIGC santuários permanentes. Essa mensagem encontrada em julho de 1971, junto a Gadamael na fronteira sul da Guiné, escrita em Português, reiterava a importância de nenhuma unidade do PAIGC se manter no mesmo local por mais de dois dias. Esta mensagem lembrava também aos líderes dos bi-grupos as consequências de desobedecer aquela ordem, não só pela retaliação pelo comando do PAIGC como da Força Aérea Portuguesa assim que fossem localizados (Pires, 1973).

Quanto aos equipamentos capturados, estes indicavam o grau de apoio que os guerrilheiros recebiam através de fontes externas. Estas informações eram corroboradas pelas informações de nível estratégico desenvolvidas em Lisboa. Eram particularmente úteis para informar as tropas Portuguesas no terreno, acerca das potencialidades do Inimigo e o que esperar em combate.

5.2.5. Agentes e Informadores

As redes de agentes e informadores eram um método normal de obtenção de informações. Nalguns casos, estes elementos dependiam diretamente dos militares, noutros trabalhavam com outras autoridades localizadas na área, tais como a

polícia. Os informadores localizados na fronteira e nas pequenas aldeias eram mais eficazmente utilizados pelo Exército. Nas localidades, era a polícia quem adquiria mais facilmente informações e em missões fora das colónias era a PIDE que detinha o controlo dos agentes. Assim, era de vital importância para as informações uma estreita coordenação entre estas diferentes fontes.

As divergências entre movimentos nacionalistas e intrigas entre líderes, resultavam numa oportunidade de recrutamento de informadores e agentes. Na Guiné, o PAIGC sofreu de divisões internas entre Cabo-Verdianos e os Guineenses, algo que foi bastante explorado pelos Portugueses.

5.2.6. Guias e Tradutores

Para comunicar com a população e encontrar insurgentes nos sítios de mais difícil acesso, os Portugueses recorreram a tradutores e guias. Na Guiné, cada companhia podia ter entre 20 a 23 tradutores porque havia cerca de 20 dialetos que podiam ser utilizados pelas populações locais (Felgas, 1994). Os tradutores criavam a ponte entre os soldados e as populações, o que tornava possível não só a ajuda humanitária como a obtenção de informações. Estes homens, eram gratos ao Exército porque para além de sentirem que estavam a ajudar a população local, recebiam dinheiro e apoio familiar tal como um soldado.

De realçar a forma como os Portugueses entenderam a importância de comunicar com a população e com os insurgentes capturados num ambiente de insurgência.

5.2.7. Informação das Transmissões

No início da guerra, o destacamento do Serviço de Transmissões Militares (STM), destinado ao estabelecimento e manutenção das infraestruturas de comunicações permanentes, teve de desenvolver atividades de apoio às transmissões de campanha.

Na Guiné, em 1967, foi criada uma Companhia de Transmissões Independente, subordinada ao QG, destinada a apoiar as operações e vocacionada para a campanha. De salientar, que esta companhia, para além do apoio de comunicações tático, tinha missões de apoio de som (empregues normalmente em apoio das deslocações do Gen. Spínola às povoações) e tinha missões de escuta, reportando as notícias obtidas diretamente ao Palácio do Governador, com conhecimento ao Comando-Chefe.

Existia um Centro que funcionava 24 horas por dia com escuta permanente às rádios do Senegal e Guiné-Conakry, com traduções permanentes, escutas às redes do PAIGC também com tradução sempre que necessário e radiolocalização em he-

licóptero [...] Eram enviados relatórios bidirários ao Comando-Chefe, com relatos dos noticiários e outros considerados relevantes. Foi dali que foram recebidas as primeiras notícias sobre a operação Mar Verde, diretamente de Conakry, em 1970.
CHT (2008)

A comissão da história das transmissões militares (CHT, 2008, p. 164), refere que a Guiné, foi até hoje o único teatro de operações onde a atividade de informação de transmissões eletromagnéticas e comunicações (SIGINT) foi implementada pelas Transmissões, com resultados reais.

Em suma, verifica-se que no TO da Guiné foram executadas diversas Operações de informações, (vigilância e reconhecimentos (IVR)), tais como o reconhecimento terrestre e aéreo, interrogatórios a guerrilheiros e análise de material capturado, agentes informadores, guias tradutores e medidas de apoio eletrónico (vigilância e escuta rádio). Após o General Spínola assumir o Comando, todas estas atividades fluíram de forma integrada e sincronizada e foram um contributo fundamental para o decorrer das operações.

CONCLUSÕES

Neste capítulo analisa-se o cumprimento do objetivo proposto para a realização do trabalho. Serão explanadas as limitações que se presenciaram ao longo deste estudo e apuradas algumas propostas de futuros estudos relacionados com esta temática.

Tendo como apoio toda a revisão da literatura e respetivas análises, foi permitido estabelecer uma base teórica de simples verificação. Sendo assim, considerando a análise teórica realizada, e a resposta às Questões Central e Derivadas, têm-se como cumpridos os objetivos levantados.

Entramos na etapa referente à resposta das Questões Derivadas satisfazendo, paralelamente cada um dos objetivos específicos estabelecidos na fase inicial.

Relativamente à primeira Questão Derivada: Qual a relevância do Apoio à Compreensão da Situação no planeamento e condução das Operações?, a resposta surge no capítulo três sendo de realçar que:

- O contributo da compreensão da situação para a função de combate informações é fundamental para a consciencialização das origens e natureza do conflito, sendo o conjunto de informação disponibilizada fundamental para o ponto de partida do planeamento das operações militares.
- O conhecimento sobre a natureza e origem do conflito permite ter uma perceção das relações e influências entre os diversos atores na Guiné,

sendo possível identificar nesta análise qual a ameaça armada, o seu nível de preparação e treino, bem como os equipamentos disponíveis.

- Conjugando os conhecimentos anteriormente referidos com o estudo e análise do terreno, estes vetores de informação são essenciais para a geração de forças, a ser desenvolvido no seguinte capítulo, bem como efetuar os planos de operações e modalidades de ação detalhadas.

Quanto à segunda Questão Derivada: Qual o contributo da Função de Combate Informações no apoio à Geração de Forças?, é respondida ao longo do capítulo quatro, sendo possível determinar que:

- No processo de geração de forças foram tidos em conta fatores como as características do terreno, inimigo, e população, tendo influenciado ao longo do conflito tanto a geração de forças como a condução do mesmo.
- Ao longo do conflito verifica-se um crescimento exponencial no efetivo militar, tanto de militares da metrópole como dos recrutados localmente.
- As especiais características do conflito / terreno impulsionaram a utilização de forças especiais como Para-quedistas, Comandos e especialmente Fuzileiros.
- De uma forma geral, as atividades das unidades, às quais era conferida a responsabilidade de controlar uma determinada área de operações, assim como a população que nela habitava, materializavam-se ora em operações efetuadas por pequenas unidades (Companhia, Batalhão ou Agrupamento).
- A presença militar na Guiné contribuiu reforçar o sentimento de segurança das populações, através de uma política comunicacional pacificadora por intermédio dos interpretes naturais que colaboravam com as forças portuguesas. Em paralelo, a confiança conquistada à população, contribuía para a obtenção de informação, alimentando, desta forma, o sistema de informações.

No que diz respeito à terceira Questão Derivada: Qual a relevância do apoio ao processo de Targeting e às Atividades de Informação e Influência, durante o capítulo cinco, é possível afirmar que:

- A restrição no emprego de todos os meios de apoio de fogos na sua plenitude (artilharia, morteiros, fogos aéreos, etc.), limitou a escolha dos sistemas de armas mais adequados a bater os alvos propostos.
- A própria doutrina da época não contemplava a avaliação dos danos, transparecendo, com frequência, a impossibilidade de confirmação dos

efeitos desejados, tornando os fogos insuficientes ou mesmo inconsequentes.

- A presença militar frequente nos povoados, contribuiu decisivamente para influenciar o sentimento de segurança das populações, através de uma política comunicacional pacificadora por intermédio dos interpretes naturais que colaboravam com as forças portuguesas. Em paralelo, a confiança conquistada à população, contribuía para a obtenção de informação, alimentando, desta forma, o sistema de informações.

Relativamente à quarta Questão Derivada: Que tipo de Operações de IVR foram levadas a cabo no TO?, durante o capítulo sexto verifica-se que as operações de IVR foram face mais visível da função de Combate Informações no teatro da Guiné-Bissau, cujas atividades IVR subdividiram-se em:

- Reconhecimento Terrestre, como sendo o método mais básico e mais utilizado para encontrar o In, na maior parte das vezes levado a cabo por pelotões de reconhecimento.
- Reconhecimento Aéreo, utilizado como método complementar ao reconhecimento terrestre, levado a cabo normalmente em locais de difícil acesso e em que o segundo tripulante da aeronave para além de relatar o que via, fotografava o ambiente terrestre que seria posteriormente estudado por especialistas.
- Guerrilheiros Capturados, sendo a informação proveniente deste tipo de fonte muito valiosa e incentivada, uma vez que permitia a determinação da localização das atividades insurgentes com grande precisão.
- Documentos e equipamentos capturados, uma vez que todo o material capturado era recolhido e devidamente analisado por especialistas de forma a obter informações, muitas delas levavam ao conhecimento de qual o tipo de apoio do In.
- Agentes informadores, que eram suportados pelo Exército ou Polícia, mas a sua maioria estava sob supervisão da PIDE, passavam na sua maioria informação sobre a localização e atividade dos grupos insurgentes.
- Informação das Transmissões, a interceção de comunicações e as escutas constituíram-se também uma importante fonte de informações.

No decurso da investigação realizada, desde o primeiro ao último capítulo da revisão da literatura, foi possível terminar este estudo dando resposta à Questão Central: De que forma a Função de Combate Informações contribuiu para a condução das operações no TO da Guiné?

No decurso do estudo efetuado para dar resposta às questões derivadas é possível afirmar que o desidrato das informações assenta num conjunto de tarefas e sistemas que facilitam a compreensão do ambiente operacional, inimigo, terreno e considerações de âmbito civil. Para além do referido anteriormente, as tarefas associadas à vigilância e ao reconhecimento é orientada pelas necessidades de formação do comandante.

A função de combate informações é uma ferramenta essencial no processo de decisão, pois só tendo a situação perfeitamente esclarecida é que se podem articular os meios e adequar as modalidades de emprego para fazer face à ameaça e outras considerações essenciais para o cumprimento da missão.

O fato deste estudo ser de carácter exploratório e não existir um elevado número de trabalhos sobre o presente tema, conduziu a que os resultados obtidos não pudessem ser validados e confrontados com os de outros estudos semelhantes, o que seria uma mais-valia para o mesmo.

Por último, terminamos como proposta de investigação futura o estudo do impacto que as informações tiveram no decorrer das operações, ou seja, verificar a eficiência das mesmas na condução das operações no TO da Guiné.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, P., 1966. A Cavalaria na Guerra Subversiva. *Revista da Cavalaria*, 255-269.
- Baker, D., 2012. *The Relevance of Armor in Counterinsurgency Operations*. Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press.
- Cann, J., 1996. *Portuguese Counterinsurgency Campaigning in Africa, 1961-1974: A Military Analysis*. PhD Thesis. Londres: King's College.
- Coelho, J., 2002. *African troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*. Eduardo Mondlane University, Maputo, Mozambique.
- Comissão da História das Transmissões Militares, 2008. *As Transmissões Militares da Guerra Peninsular ao 25 de Abril*. Lisboa: Comissão da História das Transmissões Militares.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Conselho de Chefes de Estado-Maior, 2014. *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Costa, M., 1961. Informação e Contra-Infomação Militar em Ambiente de Guerra Subversiva. *Revista de Artilharia*.
- Couto, A., 1988. *Elementos de Estratégia*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Davis, P., 2002. *Analytic Architecture for Capabilities-Based Planning, Mission Sstem Analysis and Transformation*. National Defense Research Institute. RAND Corporation. Obtido em 16 de março de 2017.

- Estado-Maior do Exército, 1966a. *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Estado-Maior do Exército, 1966b. *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: EME. Estado-Maior do Exército (EME). (1989). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) – 1.º Volume, Enquadramento Geral*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 2º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Guiné*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989. *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas De África (1961-1974), Guiné*. 3.º Volume. Lisboa
- Felgas, B., 1994. *J. Cann*, Entrevistador.
- Ferreira, J., 1992. *Portugal na Conferência da Paz*. Paris, 1919, Lisboa, Quetzal Editores.
- Ferreira, J., 2010. *Em Nome da Pátria*. Alfragide: Dom Quixote.
- Fortin, M., 2009. *O Processo de investigação: Da conceção à realização*. (5.ª ed). Loures: Lusociência-Edições Técnicas e Científicas.
- Fraga, L., 2014. *A Guerra Colonial 1961 – 1974*. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Negrão, J., 1962. *Subsídios para o Reconhecimento Aéreo Visual*. Boletim do Estado Maior da Força Aérea, N°12.
- Pires, T., 1973. *Portugal's War in Guine-Bissau*. 45. (A. J. Venter, Entrevistador) Passadena: California Institute of Technology.
- Policarpo, F., 2006. *Batalhas da História de Portugal Guerra De África-Guiné*. Matosinhos, Porto, Portugal: QuidNovi.

SECÇÃO VI

OS FOGOS

OS FOGOS NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)

Autores

MAJ CAV Tiago Lima Bacelar E Melo
MAJ MAT Pedro Da Silva Monteiro
MAJ ART Filipe Miguel Santos de Oliveira
MAJ INF André Borges Martins
MAJ INF Hugo Leandro Rodrigues Monteiro

Orientador

MAJ ART Artur Mendes Ribeiro de Sousa Alves

1. EVOLUÇÃO ESTRUTURAL E DOCTRINÁRIA DO PERÍODO EM ANÁLISE

Com a entrada na OTAN, em 04 de abril de 1949, inserida no contexto da guerra fria, Portugal conseguiu uma importante aproximação aos Estados Unidos da América (EUA) (Salazar, 1949; Felgas, 1966), que garantiu no campo militar, o “indispensável apoio exterior” ao processo de rearmamento e modernização das FFAA iniciado antes do conflito ultramarino (Teixeira, 1996, p. 705; Tavares, 2005, p. 38), numa altura em que o Reino Unido já não garantia as “funções tradicionais da aliança” (Telo, 2000a, p. 28).

Esta adesão resultou numa “reestruturação quase completa do Exército Português, tanto ao nível das mentalidades, como dos equipamentos e armamentos, das táticas de guerra, da formação dos quadros, da organização superior do Exército e das unidades” (MDN, 1999, pp. 197, 210), o desenvolvimento científico e tecnológico foi notório (Brandão, 2012) e foram assumidos compromissos internacionais com reflexo no emprego dos fogos¹, que resultaram num conjunto de sucessivas reformas até ao início da guerra em África.

Em 1950 foi criado o MDN, com jurisdição sobre o Ministério do Exército (ME) (Conselho, 1950) e o Ministério da Marinha (Conselho, 1959), e em 1953, as unidades operacionais do EP passariam a ser de dois tipos: as “Tipo Português” (TP) e as “Tipo Americano” (TA), com organização semelhante ao Exército dos EUA,

¹ Destaca-se o Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa, em cinco de janeiro de 1951, que regulava o fornecimento de equipamento militar norte-americano (Rodrigues, 2002).

equipadas com material moderno e treinadas para o combate contra as forças soviéticas na Europa (CECA, 1988, p. 426). Esta “revolução serena” (Telo, 1999, p. 60) abrangeu todos os escalões hierárquicos, orientados para a entrada ao serviço de novo equipamento militar, entre os quais, os destinados às funções de combate manobra e apoio de fogos. No caso do material de AC 10,5 e 14 cm, este provinha do Reino Unido e da Alemanha (QG/CMSM, 2002) enquanto os morteiros 60 mm M2 m/952 provinham dos EUA, assim como os de 81 mm e 107 mm, sendo testados nos exercícios anuais em Santa Margarida e, posteriormente, empregues nos TO em África.

O novo conceito de apoio de fogos seria inspirado nos EUA, através da tradução e interpretação dos manuais disponibilizados ao EP pelo *Military Assistant Advisory Group* (MAAG) em Portugal e do envio de oficiais para frequentar cursos nas escolas do Exército norte-americano, que contribuíram significativamente para a elaboração dos regulamentos de campanha e de diversos artigos (Silva, 1959). A participação nos exercícios de Postos de Comando (PC) na República Federal da Alemanha, também, contribuiu para aperfeiçoar a coordenação dos fogos (Silva, 1959).

Com um quadro de pessoal tecnicamente instruído, as doutrinas e a forma de atuação dos EUA e da OTAN foram adaptadas pelas FFAA portuguesas (Cruzeiro, 2001). Ainda em 1953, os Quadros Orgânicos (QO) criados em 1952 para a organização TA, foram ensaiados nas manobras da “1.ª Divisão” do Corpo Expedicionário Português (CEP), em Santa Margarida (Eleutério, 1999, p. 175), embora sem os resultados pretendidos (Cruzeiro, 2001), pelo que seriam reformulados em 1954, e postos em prática nas manobras de 1955 da agora designada 3.ª Divisão.

No início de 1958 foram aprovados os DL N.º 41 559 e 41 577, que alteraram a organização militar nos territórios ultramarinos, com o aumento dos efetivos e das comissões de serviço para três anos, a dispersão de forças e a frequência dos cursos de contra-guerrilha no estrangeiro, designadamente em Espanha, França e Bélgica, por um número reduzido de oficiais portugueses, em virtude da falta de apoio dos EUA (Telo, 2000b). Em janeiro de 1959, já com o General Botelho Moniz como Ministro da Defesa, a prioridade do “esforço militar passou da Europa para o Ultramar” (Carneiro, 2000, p. 86), tornando-se oficial em agosto de 1959, com a aprovação de um memorando elaborado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional (Telo, 2000b). Esta reorientação do esforço militar culminou na aprovação da nova Organização Geral do ME pelo DL N.º 42 564, de 07 de outubro de 1959, que proporcionaria as estruturas “base para a futura expansão” e condução das operações militares em África de 1961 a 1974 (Arriaga, 1987, pp. 14, 44), intensificando-se

no verão de 1959, o envio de oficiais ao estrangeiro para recolher experiências de operações contrassubversivas, particularmente na Argélia (Fernandes, 1995).

Segundo Cabral Couto (1999), a doutrina de campanha seguida pelo Exército em África na fase inicial do conflito armado, acabaria por ser a francesa, fruto das experiências na Indochina, Argélia, China e Malásia, em detrimento das previstas na documentação da OTAN. Os conhecimentos adquiridos estiveram na origem da criação do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), em Lamego, em 16 de abril de 1960, e na publicação de nova doutrina e regulamentação, através da Portaria, de nove de fevereiro de 1963, onde pela primeira vez se refere qual o papel da AC e do Apoio Aéreo ofensivo na guerra subversiva: “O Exército na Guerra Subversiva”. A percepção de que o conflito seria prolongado (Waals, 1993), direcionou as operações de contrainsurreição para a manutenção do “conflito a uma escala reduzida, lento e com poucas despesas” (Cann, 2005, pp. 68, 72). Visando-se, assim, alcançar dois objetivos fundamentais: permitir a manutenção da guerra por um período alargado e conquistar a confiança da população, através da sua proteção (Oliveira, s.d.).

Contudo, embora a artilharia tivesse “de actuar quase sempre por pequenas fracções [...], os seus “fogos potentes” [...] e o conseqüente “efeito psicológico”, justificavam o seu emprego” (EME, 1963, pp. 13-17, Cap III, 1.ª Parte e pp. 18, Cap III, 2.ª Parte), inspirado na experiência francesa². No caso dos fogos de apoio aéreo, a “doutrina foi adaptada do conflito da Argélia”, mas a Força Aérea Portuguesa (FAP) acabaria por desenvolver um conjunto de Normas de Execução Permanente (NEP), e passaria a introduzir treinos de adaptação ministrados pelos militares rendidos no TO, que procuravam passar toda a experiência acumulada aos novos militares de uma forma teórico-prática (Moura et al., 2016, pp. Anx B-4, Anx B-5).

1.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU

O território da Guiné-Bissau apresentava características que influenciaram o desenvolvimento da estratégia subversiva contra a autoridade portuguesa, destacamos as que influenciaram diretamente o emprego do sistema de apoio de fogos: (i) grande densidade populacional, cerca de 15 habitantes por quilómetro quadrado em 1960, com exceção da zona Sul, concentrados sobretudo nos centros urbanos e na faixa litoral (CECA, 1989b), estando distribuídos por diversos grupos étnicos

² “Vemos a França reorganizar as suas doutrinas, as suas forças, no sentido de constituir pequenos núcleos altamente móveis e bem apoiados pelas Forças Aéreas”, sobretudo no respeitante ao “apoio de fogos” (Ferreira, s.d., p. 367).

com tradições belicistas³. Este fator, associado, ao “modo português de fazer a guerra”, caracterizado por John Cann (2005, pp. 34, 205), implicava a redução da aplicação maciça do poder de fogo da guerra convencional, que além de “demasiado dispendioso e desadequado”, aumentava o perigo para as populações, aproximando-as da subversão (Cann, 2005, p. 72); (ii) amplitude diária das marés, que submergiam 22% do território na maré alta, com efeitos negativos na mobilidade das forças, não apenas no litoral, mas muito para o interior ao longo dos cursos de água. Na estação das chuvas, quaisquer movimentos de viaturas fora da rede estradal era impraticável, e a própria rede estradal, escassa e de qualidade muito reduzida, limitava igualmente o transporte e emprego de armamento pesado, onde se inclui a artilharia (CECA, 1989a; EME, 1963); (iii) densa rede fluvial, com poucas pontes para a transpor, que obrigava a que se percorressem enormes distâncias via terrestre entre pontos relativamente próximos (Cann, 2005, p. 25 e 26); (iv) predominância de terrenos densamente arborizados, que impunham uma reduzida mobilidade e visibilidade limitada.

Dada a dificuldade em encontrar pontos de referência para localizar com exatidão as Forças ou estimar distâncias, tornava-se difícil o emprego das armas pesadas de apoio de fogos e a observação aérea, sobrepondo-se o emprego do armamento ligeiro. Os terrenos montanhosos existentes na parte leste, na região do Boé, além de reduzirem os efeitos dos fogos, pelas dificuldades de observação, condicionavam também as comunicações e restringiam a mobilidade, limitando a colação das posições de apoio da artilharia às proximidades das vias de comunicação existentes; (v) território pequeno, com uma área total de 36 544 km², mas com extensa fronteira terrestre, que permitia rápidas incursões da guerrilha e fuga para os estados vizinhos que a apoiavam (CECA, 1988). Esta fronteira com cerca de 680 km, dos quais 300 km eram partilhados com o Senegal, a norte, e 380 km a este e sul com a República da Guiné, permitiu a circulação e “execução de fogos de artilharia do PAIGC a partir do seu território” (Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, 1971, p. 8).

Ao nível das telecomunicações, existia ligação rádio e telefónica de Bissau com as sedes dos concelhos, das circunscrições e dos postos administrativos e destes entre si, garantindo a comunicação dos principais meios civis e militares (CECA, 1989a). Esta ligação era, contudo, considerada pouco segura⁴, pelo que a

³ Segundo Álvares de Almada (1841, p. 53) “Estes negros são mui guerreiros. Continuamente andam em guerras”.

⁴ No caso do TO de Angola, “acreditava-se que muitas das emboscadas sofridas” resultaram da interceção “dessas informações” (Pinto, 2005, p. 19).

Delegação do Serviço de Transmissões, em Bissau, passaria a ter a responsabilidade das ligações fixas do Comando Territorial Independente da Guiné (CTIG), complementada com a montagem de extensas redes de feixes (Transmissões, 2011), essencial na condução dos fogos terrestres e apoio aéreo durante a guerra, ao possibilitar o apoio oportuno e eficaz.

Em relação à FAP, o seu apoio assentava “no aeroporto de Bissau e restantes aeródromos espalhados pelo território”, que embora fossem maioritariamente de terra batida, possibilitavam o apoio aéreo dos helicópteros (CECA, 1989b, p. 36).

Deste modo, podemos afirmar que embora existissem constrangimentos ao emprego do sistema de apoio de fogos terrestre e de apoio aéreo, havia margem de atuação, que apesar de essencial, exigia íntima coordenação entre as FFAA, autoridades civis e população para que a subversão não encontrasse campo fértil ao desenvolvimento da sua atividade.

1.2. FORÇAS EMPREGUES NA CONTRAGUERRILHA

O ambiente operacional do TO da Guiné-Bissau, que incluía a infiltração dos movimentos subversivos a partir dos países fronteiriços e a existência de população a proteger e controlar em todo o território, levou à dispersão de forças pelo TO. Esta dispersão, coerente com os princípios da contrassubversão iria exigir uma reorientação do emprego de fogos convencional para tarefas de apoio adaptadas aos procedimentos táticos de PU, com implementação do conceito de forças de quadrícula e intervenção, onde a utilização de fogos como fator psicológico de moralização das forças apoiadas e de desmoralização dos guerrilheiros, estava também prevista doutrinariamente (EME, 1961). Segundo *O Exército na Guerra Subversiva*, a Artilharia poderia ser doutrinariamente empregue em: (i) Defesa de pontos sensíveis e proteção de itinerários (EME, 1966); (ii) Patrulhamentos, coordenando os fogos de morteiros, Artilharia ou da FAP com a progressão das unidades (EME, 1966); (iii) Nomadização, uma das mais eficazes formas de contraguerrilha, embora a necessidade do fator surpresa privilegiasse os meios de apoio aéreo para ataque ao solo (EME, 1966); (iv) Golpes de mão e emboscadas, para isolar a zona e impedir a retirada ou reforço do inimigo, exigindo uma estreita ligação com a força de manobra; (v) Interdição de fronteira, nos possíveis locais de infiltração, acionada pelas unidades de quadrícula com uma fronteira no seu setor; (vi) Limpeza de zonas, recorrendo à “batida” ou “cerco”, através de objetivos de flagelação, à frente das unidades de batida, para obrigar os rebeldes a revelarem-se, ou de fogos de interdição nos pontos de passagem em cercos descontínuos, permitindo poupar recursos humanos e canalizá-los para a operação ofensiva dentro da área delimitada.

Na realidade, a Artilharia era posicionada no perímetro da área a limpar, com preparação do terreno e recorrendo a meios rádio, “o único processo de transmissão possível no terreno da guerrilha”, que servia para coordenar com a FAP ações de observação, ou com observadores avançados junto da Infantaria (EME, 1961, p. 35).

De referir que “todas as unidades” deveriam “dispor de meios para poder efetuar as ligações terra-ar (apoio e abastecimento) e com a Artilharia” (EME, 1961, p. 42).

A importância da AC no TO da Guiné-Bissau é comprovada no estudo de situação realizado pelo então Comandante-Chefe da Guiné, o General António Spínola, em dezembro de 1969. Neste estudo é manifestada entre outras, a necessidade “imediate” de um comando de Grupo de Artilharia, dez Pelotões de Artilharia Ligeira, três Pelotões de Artilharia Média e a “curto prazo” de um Pelotão de Artilharia Média. Como fatores que afetavam o potencial relativo de combate é referida a “insuficiente atribuição do nível de munições com acentuadas demoras no sistema de remuniamento”, em especial de morteiros e artilharia (Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1969, pp. 13-15). Em termos de “armamento coletivo de acompanhamento”, é salientado no mesmo estudo, que para impedir o agravamento da inferioridade relativa das forças militares portuguesas, era “imprescindível garantir ao CTIG [...] o urgente fornecimento do material de Artilharia para instrução” num total de 13 Bocas de Fogo (BF) 10,5 cm, sete BF de 14 cm e três BF de 11,4 cm, bem como 30 BF, 10,5 cm e nove BF 14 cm ou 11,4 cm “ainda necessárias para completar o dispositivo de apoio de fogo de artilharia no TO” (Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1969, pp. 25-26).

Constata-se a frequente referência ao consumo de munições de artilharia e a necessidade de maior quantidade de armamento deste tipo nos diversos calibres, o que demonstra a versatilidade com que os meios de artilharia podiam ser empregues, não se limitando a um único calibre.

Em termos de operações conjuntas, salienta-se o papel da FAP na “pesquisa de objetivos para a Artilharia e para os morteiros, sua indicação, regulação do tiro e verificação de resultados” (EME, 1963, p. 27), assim como no apoio de fogos de flagelação ou interdição, que, segundo a doutrina do Exército, os considerava um importante vetor para o sucesso das operações contrassubversivas devido à sua rapidez de atuação e acessibilidade a locais onde os fogos da Artilharia não conseguiam chegar. Na realidade, em 1969, a FAP era considerada o “fator de equilíbrio entre as NF e o IN”, e o seu emprego resultaria na duplicação de munições consumidas em 1970, relativamente ao ano anterior, além do aumento das despesas em infraestruturas (Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1969, p. 38).

2. DISPOSITIVO OPERACIONAL ENVOLVIDO AO LONGO DA CAMPANHA

2.1. ARTILHARIA DE CAMPANHA

2.1.1. Implantação territorial e organização da Artilharia de Campanha

Em um de janeiro de 1961, a única unidade de AC existente no território era a Bateria de Artilharia de Campanha (BAC). “Era uma subunidade de guarnição normal, com existência anterior a 01Jan61 e foi constituída por quadros metropolitanos e praças indígenas do recrutamento local, estando enquadrada nas forças do CTIG então existentes” (CECA, 2002, p. 658). A carta de situação de 23 de dezembro de 1964, refere que a BAC presente na Guiné-Bissau tinha o seu comando e um pelotão de AC, a duas BF, localizados em Bissau e mais cinco pelotões destacados, sem mencionar o número de obuses por pelotão (CECA, 1989b, p. 69). Dois anos mais tarde, os meios de AC foram reforçados, totalizando 12 pelotões, um pelotão em Bissau e 11 destacados: três destes pelotões, localizados no batalhão de Catió constituídos com o material 11,4 cm (CECA, 1989b). Em um de abril de 1967, a BAC adota outra designação, passando a Bateria de Artilharia de Campanha N.º 1 (BAC 1) (CECA, 2002).

Em setembro de 1968, regista-se o aumento do número de pelotões de AC presentes no território: três pelotões de 8,8 cm, seis pelotões de 10,5 cm, três pelotões de 11,4 cm e dois pelotões de 14 cm, totalizando 14 pelotões (CECA, 1989b). O número de pelotões continuou a aumentar e em agosto de 1969 existiam 20 pelotões no TO, sendo três de 8,8 cm, oito de 10,5 cm, três de 11,4 cm e seis de 14 cm (CECA, 1989b, p. 93).

Em um julho de 1970, a BAC 1 é extinta e é criado o Grupo de Artilharia de Campanha N.º 7 (GAC 7) (CECA, 2002), que recebe 114 BF, divididas por 27 pelotões, 16 de material 10,5 cm, dois de material 11,4 cm e nove de material 14 cm (CECA, 2002). Em 14 de novembro de 1970, o GAC 7 passa a designar-se Grupo de Artilharia N.º 7 (GA 7) (CECA, 2002).

A constante necessidade do aumento dos meios de AC no TO mostra-se evidenciada na “acta da reunião de Comando de 15MAI73”, designadamente no “Anexo “B”, ao referir-se que:

[...] considera-se essencial: [...] Assegurar uma melhor cobertura de Artilharia do TO compensando as dificuldades de apoio aéreo e dotar o GA 7 com possibilidades de comando sobre os seus pelotões destacados, para o que se tornam necessários: Sete Cmds de Bateria de Artilharia (dois para o Oeste, três para o Leste e

dois para o Sul); Bateria de Cmd e Serviços para o GA 7; Dez pelotões de Artilharia (material de 14 cm e respectivos quadros).

Oliveira e Ferreira (2015, p. 140)

Estes documento menciona ainda, que face à “intenção do In de instalar-se fortemente no BOÉ, já em via de concretização [...] Como apoio de fogos, tornar-se-ia necessário ainda o reforço com um Comando de Bateria de Artilharia e três pelotões de Artilharia (14 cm)” (Oliveira e Ferreira, 2015, p. 141). Por fim, no “Anexo “C” da referida acta elecam-se, também, como necessárias, as seguintes “Unidades de Artilharia:

- Bateria de Comd Svc (Grupo de Art)
- Oito Cmds de Bateria de Artilharia
- 13 Pel de Art 14 cm...” (Oliveira e Ferreira, 2015, p. 145).

O emprego da AC permitiu aumentar o potencial de fogo das nossas forças (NF), uma vez que as Companhia de Caçadores (CCAç) não possuíam “o potencial instantâneo de fogo necessário ao combate de encontro, actuando sistematicamente numa inferioridade relativa de potencial. Somente o apoio aéreo e, sempre que possível, de artilharia permitem em muitos casos resolver situações críticas” (Oliveira e Ferreira, 2015, p. 145). No seu parágrafo 4.b.(8) é então referido que “Para def guarnições e apoio de fogos” eram necessários 160 obuses e “Para reparação e dep” quatro obuses, perfazendo 164 contra 133 obuses que, de acordo com este documento, existiam no TO divididos pelos seguintes modelos: “7 cal 8,8; 67 cal 10,5; 50 cal 14; 9 cal 11,4” (Oliveira e Ferreira, 2015, p. 149). O número de pelotões existentes no TO continuou a aumentar, embora em menor número do que os identificados na reunião de Comando de 15 de maio de 1973 e, em sete de abril de 1974, o GA 7 tinha na sua dependência 34 pelotões de AC (CECA, 1989b). O GA 7 foi desativado em dois de setembro de 1974 e extinto posteriormente (CECA, 2002).

Em relação à localização da AC, esta foi influenciada pela capacidade das armas atuarem nas linhas de infiltração do In, para defesa contra os ataques que eram realizados aos aquartelamentos fronteiriços e “para prolongar as acções de fogo sobre as áreas de refúgio tradicionais do Morés, Tiligi, Caboiana, Quínara, Tombali e Cubucaré, entre outras.” (CECA, 2002, p. 659).

2.1.2. Emprego da Artilharia e dificuldades encontradas

Segundo o Major Pereira da Costa em 1963, não havia ainda doutrina estabelecida sobre a atuação da AC na guerra subversiva, existindo “Apenas genera-

lidades (...) sobre tal matéria nos regulamentos nacionais e estrangeiros” (Costa, 1963, pp. 213, 214).

Na Guiné-Bissau, os pelotões de AC tiveram como missões: a defesa imediata do próprio estacionamento, o apoio imediato a estacionamentos atacados, o apoio imediato a forças em operações, a interdição de itinerários, a flagelação de zonas suspeitas, a “contrabatária” e a neutralização de instalações do inimigo (Costa, 1979). No que se refere à defesa imediata do próprio estacionamento, os pelotões de AC estabeleciam posições no aquartelamento da respetiva unidade de quadrícula, “competindo-lhe colaborar, pela vigilância e com as bocas de fogo, na sua defesa imediata” (Costa, 1979, p. 222). O apoio imediato a estacionamentos atacados consistia em “tiros preparados, desencadeados a pedido” e terá sido o tipo de ação mais proveitosa. Contudo, a “pouca confiança na precisão dos tiros de apoio levava a planear as concentrações com distâncias de segurança maiores que o conveniente”. (Costa, 1979, p. 223).

O apoio imediato a forças em operações não teve a utilização pretendida devido à “falta de referências no terreno para a localização topográfica da força em operações”, o que dificultou os pedidos de apoio e influenciou a precisão dos tiros da AC (Costa, 1979, p. 223). A interdição de itinerários foi pouco eficaz, sendo que os seus efeitos “seriam essencialmente de carácter psicológico” (Costa, 1979, p. 224). A flagelação de zonas suspeitas terá sido uma das ações mais executadas pelas unidades de AC “com elevado consumo de munições e quase nulo rendimento [...]. Havia um Batalhão que, todas as noites a hora variável, desencadeava uma curta flagelação um pouco ao acaso” (Costa, 1979, p. 224). A contrabateria realizava-se quando os aquartelamentos eram batidos por fogo inimigo feito “com morteiros 82mm e foguetões de 122mm” (Costa, 1979, p. 225). Por fim, a neutralização de instalações do inimigo estava bastante condicionada, não obstante, “foi possível realizar algumas ações com êxito” (Costa, 1979, p. 225).

O principal problema do emprego da AC devia-se aos “reduzidos efetivos das formações empregadas [...] e na fluidez que caracteriza a sua forma de atuação” (Costa, 1963, pp. 213, 214). As limitações do emprego da AC na guerra subversiva provinham, também, das características do terreno, da deficiente base topográfica, dos processos de atuação dos guerrilheiros e da necessidade que as unidades de AC tinham de ser incluídas nos Agrupamentos de forças de combate próximo, devido à segurança e descentralização que caracteriza este tipo de operações (Costa, 1963).

No início de 1964, o Capitão de Artilharia Alfredo Machado da Silva, contrariamente a algumas opiniões desfavoráveis à utilização da AC, refere que a não

utilização dos “meios de fogos, cujos efeitos o guerrilheiro teme e a todos os títulos pretende furtar-se” era um erro. Para este autor, o emprego adequado da AC era “o melhor fator decisivo das operações de contra-guerrilha posto à disposição de um Comandante” (Silva, 1964, p. 309).

Em 1971, o Major Alves de Sousa reforça como principais obstáculos à atuação da AC “a fluidez do In e a rapidez como atua”, “as dificuldades que o terreno oferece quanto ao deslocamento do material, à observação e ainda à dificuldade da organização topográfica por falta de cartas e pontos geodésicos” (Sousa, 1971, p. 527). Segundo o mesmo autor, a doutrina então existente previa “o emprego da Artilharia em Pelotões isolados de 2 ou 3 b.f. podendo, entretanto, chegar a atuar ao nível de Bateria de BF”, tal como ocorreu na Guiné-Bissau, em que a AC atuou “na maioria das vezes em Pelotões sendo empenhada no escalão Bateria quando se pretende uma maior concentração de fogos” (Sousa, 1971, p. 528).

Dada a fragmentação da bateria em pelotões e, não tendo estes os meios técnicos adequados para atuar de forma isolada, verificou-se que a AC foi empregue “sem as necessárias condições de tecnicismo e estruturas próprias da arma – isto é, uma artilharia com meios de fogos dispersos, sem um comando técnico adequado – numa guerra que as exige no mais alto grau.” (Sousa, 1971, pp. 528, 529). O autor conclui que se por um lado a dispersão dos meios de apoio de fogos permitia uma maior cobertura do TO, o que apenas foi possível com o emprego de Pelotões de Artilharia destacados, por outro lado, a necessidade de fogos rápidos e precisos, não era “compatível com a estrutura dos Pelotões de Artilharia a actuar isoladamente.” (Sousa, 1971, pp. 529, 530).

Em 1979, o Brigadeiro Rodrigues da Costa identifica as “TROPAS desfalcadas em meios humanos e materiais” como um novo condicionamento à atuação da AC. Referindo que para a correta atuação da AC faltavam “Artilheiros, porque eram desviados para outras missões”, “Equipamentos de transmissões, dispositivos de referência, viaturas de tracção, etc.” e ainda “Meios aéreos [...] para reconhecimento, topografia e observação” (Costa, 1979, p. 216). Estas limitações não alteraram os princípios de emprego da AC, mas vieram estabelecer a precisão e a rapidez como novas prioridades em detrimento das ações de massa, permitindo o “apoio de fogos com poucas BF – Bateria normalmente, Pelotão eventualmente – sempre servidas, claro está, pelos indispensáveis meios de observação, transmissões, ligação, topografia, direcção do tiro e, se possível, de aquisição de objectivos” (Costa, 1979, p. 217). Assim, salvaguardando algumas exceções, neste conflito, a AC não teve uma utilização generalizada “como arma dos fogos largos, potentes e profundos” (Costa, 1979, p. 217).

2.2. MORTEIROS

2.2.1. Implantação territorial e organização dos morteiros

Na Guiné-Bissau o dispositivo operacional era preenchido essencialmente por unidades tipo caçadores, dispondo cada sede de comando de Zona de Ação de um pelotão de morteiros médios (CECA, 1989b). Comparando os Batalhões de Caçadores (BCaç) com os batalhões de infantaria, os primeiros “apresentavam-se mais aligeirados organicamente e em matéria de armamento e de efetivos. Em vez de cinco companhias, um BCaç dispunha apenas de quatro: uma Companhia de Comando e Serviços (CCS) e três companhias de caçadores” (Afonso e Gomes, 2000, p. 97). Esta reorganização resultou da integração da companhia de apoio de combate nas CCaç, que passaram a ter quatro pelotões de idêntico potencial de combate, com um terço do armamento pesado da companhia de apoio de combate (Afonso e Gomes, 2000). Estas CCaç dispunham organicamente de três morteiros de 60mm, sendo que, com esta reorganização passariam a ter mais dois morteiros de 81mm.

Os quantitativos de morteiros no TO da Guiné-Bissau evoluíram de acordo com o número de unidades de manobra no TO. A partir de 1961, “o dispositivo militar foi sendo continuamente reforçado pelo envio pela Metrópole de unidades, incluindo pelotões de caçadores, pelotões de morteiros” (CECA, 2002, p. 13). A carta de situação do TO da Guiné-Bissau, a oito de agosto de 1962, refere a presença de cinco pelotões de morteiros médios, estando quatro atribuídos aos batalhões “com sedes em Bissau, Tite, Bafatá e Bula” (CECA, 1989b, p. 61) e o restante na reserva do QG/CTIG em Bissau. Em 23 de dezembro de 1964, “consequência não só do acréscimo de efetivos, mas também de um melhor conhecimento da situação do In” (CECA, 1989b, p. 69), passou a haver oito pelotões de morteiros médios, tendo aumentado para dez no ano seguinte, número que se manteve até ao final do conflito.

Quanto aos morteiros de 60 mm existentes nas companhias, na razão de três armas por companhia, verificou-se um aumento significativo. O seu número era de nove armas em 1961, passando para cerca de 225 armas no final do conflito, estando naturalmente relacionado com o aumento de companhias no TO. O tipo de fogos indiretos mais utilizado foram os “morteiros (existentes nas companhias), principalmente por estarem mais disseminados e permitiam maior flexibilidade”.

2.2.2. Emprego dos morteiros e dificuldades encontradas

No TO da Guiné-Bissau foram amplamente utilizados o Morteiro Ligeiro M2 60 mm m/952 e o Morteiro Médio Brandt M/931 de 81mm. O morteiro de 60 mm foi empregue principalmente “no apoio imediato às tropas portuguesas” sendo transportados “sem tripé nem prato-base, baseando-se a pontaria na experiência do apontador” (Afonso e Gomes, 2000, p. 236). Esta adaptação levou ao desenvolvimento do morteiro de 60 mm, contendo apenas tubo e bandoleira com marcas de referência para apoiar a pontaria (Afonso e Gomes, 2000). Por seu turno, os morteiros de maiores calibres “foram essencialmente empregues em flagelações e reacções aos ataques a aquartelamentos” (Afonso e Gomes, 2000, p. 363).

As dificuldades de emprego dos morteiros como meio de apoio de fogos no TO da Guiné-Bissau, estavam já antevistas no “*Guia para o Emprego Tático da Pequenas Unidades na Contra Guerrilha*” de 1961, onde se refere que as “operações em terreno extremamente difícil impedem frequentemente que recebam o apoio normal de artilharia, blindados, morteiros e metralhadoras pesadas” (EME, 1961, p. 32) pois, muitas vezes, as unidades, para aumentar a mobilidade, tinham de operar apenas com armamento ligeiro. No mesmo manual é mencionado que a vegetação limita bastante o campo de tiro, dificultando a observação, o que originou a “Falta de apoio das armas pesadas e muitas vezes também dos morteiros” (EME, 1961, p. 107).

A juntar aos aspetos já referidos, é sabido que “o emprego eficaz dos morteiros (aliás também da artilharia) pressupõe um bom suporte cartográfico e a observação do tiro” (Afonso e Gomes, 2000, p. 362), no entanto, no decorrer da guerra colonial, “nenhum destes desideratos foi plenamente atingido, pelo que o apoio próximo das tropas não foi eficientemente conseguido” (Afonso e Gomes, 2000, pp. 263, 362).

Em 1973, após o General Spínola se ter referido à situação do armamento atribuído às forças portuguesas, principalmente às armas de apoio, como tendo atingido um ponto crítico, foi decidido empregar os morteiros pesados de 120 mm.

2.3. APOIO AÉREO ÀS FORÇAS TERRESTRES

2.3.1. Implantação territorial e organização da Força Aérea

Em 1960, a FAP estava organizada em três Regiões Aéreas. A 1.^a Região Aérea englobava as Zonas Aéreas do continente, da Madeira, dos Açores e da

Guiné e Cabo Verde. A 2.ª Região Aérea abrangia os territórios de Angola e S. Tomé e Príncipe. O Território de Moçambique constituía a 3.ª Região Aérea (Bacelar, 2000).

De acordo com Bacelar (2000, p. 114), na Zona Aérea da Guiné e Cabo Verde, as infraestruturas que a FAP possuía para apoiar as unidades terrestres eram: (i) “Base Aérea n.º 12 (até 1965 denominada por Aeródromo Base n.º 2), em Bissalanca, Bissau; (ii) Os Aeródromos de Manobra de Bafatá, Tite e Bubaque; (iii) O Aeródromo de Trânsito n.º 1, na ilha do Sal, em Cabo Verde”. Era a partir da Base Aérea n.º 12 que a FAP operava, atuando em todo o território da Guiné-Bissau através dos aeródromos de manobra (Ferreira, 2009).

Em julho de 1961, após os ataques no norte da Guiné-Bissau, Portugal enviaria as primeiras aeronaves, constituídas por um destacamento de caças F-86F e aviões de ataque ligeiro T-6, ficando estacionadas no Aeródromo Base n.º 2 (Matos, 2015).

Em 1963, no eclodir do conflito, a FAP reforçou os meios localizados no Aeródromo Base n.º 2, dispondo de sete caças F-86F, oito caças de ataque ligeiro T-6, quatro aviões de transporte ligeiro (D.5 e DO-27) e dois aviões de transporte médio C-47 (Fraga, 2004).

Apesar das aeronaves existentes, o General Venâncio Deslandes, Secretário-Geral da Defesa Nacional, no seu relatório de 27 de maio de 1963 sobre a situação na Guiné-Bissau, considerou “imprescindível a aquisição de helicópteros, fundamentais na luta anti-guerrilha” (Matos, 2015, p. 946). Em setembro de 1963, chegaram à Guiné-Bissau três helicópteros *Alouette II* provenientes do TO de Angola⁵, por se considerar indispensável o apoio às Forças Terrestres (FT). Porém, face às limitações que possuíam, utilizaram-se exclusivamente “em missões de observação, ligação e evacuação de feridos” (Matos, 2015, p. 947). Só nos finais de 1965, é que os helicópteros *Alouette III* chegaram ao TO da Guiné-Bissau, o que permitiu a execução de operações de heliassalto e helitransporte, aumentando “a mobilidade em combate e a exploração da surpresa” (Afonso e Gomes, 2000, p. 183).

2.3.2. Emprego dos meios aéreos e dificuldades encontradas

Da diversidade de missões táticas que a FAP realizou, as que apoiavam diretamente as FT na execução das suas operações foram, de acordo com Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (2000, p. 177): Missões de ataque em apoio, realizadas por aviões caças-bombardeiros e por helicópteros armados denominados

⁵ No TO de Angola já se encontravam a operar os helicópteros *Alouette III*.

por heli-canhões (helicópteros equipados com o canhão MG-151 de 20mm, nomeados “Lobo Mau”); Missões de transporte de assalto, em operações de helitransporte e heliassalto; Missões de transporte de evacuação sanitária.

De todos os meios aéreos empregues na Guiné-Bissau, foram os helicópteros que mais contribuíram para o apoio às FT, sobretudo os *Alouette III*, pois permitiram “aumentar a pressão sob os guerrilheiros forçando-os ao combate, reduzir a exposição dos militares às emboscadas e reduzir o tempo de resposta”. Os heli-canhões eram “frequentemente utilizados na escolta às colunas militares em progressão e durante as ações de embarque e desembarque de militares nas zonas de combate.” Todavia, estas aeronaves só tinham capacidade de transportar cinco militares, “eram lentas e voavam a baixa altitude, tornando-os vulneráveis ao fogo das armas ligeiras” (Costa, 2013, pp. 75-76).

Quanto à utilização dos aviões no apoio de fogo às FT, este era feito através de caças e caças-bombardeiros, destacando-se os caças T-6, F-86F e o FIAT G-91, e o bombardeiro P2V-5 (Costa, 2013, p. 75). Segundo Luís Alves de Fraga (2014, p. 77), “o T-6 era um avião de treino básico, carregado com bombas ou foguetes”, o FIAT G-91 veio substituir o F-86F que, por imposição dos EUA, foi retirado dos TO em África, sendo estes aviões de reação, enquanto “o P2V-5 era um avião de luta antissubmarina que foi adaptado ao bombardeamento na luta de guerrilha”.

Os meios aéreos que a FAP dispunha no início da guerra, em 1961, mostravam-se desadequados às necessidades operacionais “numa altura em que o helicóptero fazia a sua aparição, num ambiente em que o apoio aéreo eficaz e oportuno seria fundamental, [...] servindo-se de uma rede incipiente de pistas de aviação, quase todas em terra batida.” (Bacelar, 2000, p. 142).

Segundo Manuel Costa (2013, pp. 98-99), uma das principais dificuldades operacionais da FAP, foram as operações militares conjuntas, pouco desenvolvidas entre as FFAA portuguesas e “a falta de comunicação e coordenação entre os meios aéreos e terrestres”. Para ultrapassar estas dificuldades “foram feitos esforços no sentido de melhorar a rede de comunicação nos territórios; dotar as forças terrestres e aéreas com meios de comunicação compatíveis; e desenvolver procedimentos standardizados”.

Em 1965, foi criado o Centro Conjunto de Apoio Aéreo, localizado em Bissau, e a Secção Conjunta de Apoio Aéreo em Nova Lamego. Estes organismos necessários “para planear, programar e rentabilizar, responsabilmente, a utilização dos meios aéreos” permitiram “estabelecer, de forma coordenada, as comunicações entre o Exército, a Armada e a Força Aérea,” (Fraga, 2004, p. 107) e definir a prioridade dos pedidos de apoio aéreo feitos pelas FT e navais. Foi a implementação destes

organismos que permitiu ultrapassar as dificuldades de comunicação existentes, garantindo apoio aéreo em qualquer ponto do TO em cerca de 30 minutos.

Em março de 1973, face ao aparecimento dos mísseis SA-7 *Strella*⁶ na posse dos guerrilheiros, a FAP deixou de possuir a supremacia aérea que até então detinha. Nos meses de março e abril, várias aeronaves foram abatidas tendo “perdido a vida quatro pilotos o que, embora possa parecer um número baixo, correspondia a cerca de dez por cento dos pilotos na Guiné”. Por forma a minimizar as perdas e continuar a apoiar as FT, “a FAP definiu um conjunto de ações e procedimentos anti-míssil a adotar”, entre as quais se destacam, “o estabelecimento de altitudes mínimas de operação”, a interdição das missões de reconhecimento dos DO-27 junto da fronteira, a supressão das missões de ataque dos T-6G “e os FIAT G-91 passaram a ter procedimentos de operação diferentes.” (Costa, 2013, pp. 84-85).

Apesar das dificuldades, pode afirmar-se que a FAP foi essencial na Guiné-Bissau, “através de um conjunto de ações que permitiram assegurar a permanência das forças terrestres no terreno e assim aumentar a pressão sobre os nacionalistas, reduzindo-lhes a liberdade de ação”. Para além disso, “a proteção aérea e o apoio de fogo da FAP, proporcionou às forças terrestres a vantagem da terceira dimensão” (Costa, 2013, p. 99).

3. O EMPREGO DOS FOGOS NAS OPERAÇÕES NA GUINÉ-BISSAU

3.1. IMPLEMENTAÇÃO DOS FOGOS NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU

O emprego do apoio de fogos no TO da Guiné-Bissau, embora se revestisse de algumas dificuldades, foi elevado e fulcral para o desenrolar de muitas operações. Como refere o Coronel José Aparício (2017), as operações de grande envergadura dispunham de apoio de fogos, havendo, normalmente, bombardeamentos de artilharia sobre o objetivo durante a noite anterior e bombardeamentos aéreos imediatamente antes do lançamento do ataque.

Na Ordem de Operações da Operação Tridente, operação combinada de forças do Exército, Marinha e FAP, estava definido como uma das missões “Apoiar pelo fogo, sobre objectivos definidos que se revelem ao seu alcance” (CFT, 1964, p. 2). Foram empenhados um pelotão de artilharia de 8,8 cm, um pelotão de morteiros

⁶ Míssil ligeiro e portátil, de origem soviética que atuava através da deteção das fontes de calor das aeronaves.

de 81 mm e os morteiros que faziam parte da orgânica das três companhias de cavalaria, três destacamentos de fuzileiros especiais e uma CCaç. Foram ainda utilizados, aviões F-86, T-6, DO-27, Auster, helicópteros, P2V5 e C-47 (Dakota), num total de 781 aeronaves, representando 1 105 horas de voo. Foram largadas 356 bombas e 719 foguetes pela FAP (Fraga, 2014) assim como gastas 1 200 granadas de artilharia e 550 de morteiro (Afonso e Gomes, 2000).

A Operação Ametista Real iniciou-se com um ataque aéreo com aviões Fiat G-91, tendo, ainda, sido utilizadas 195 granadas de morteiro (Afonso e Gomes, 2000). Outros exemplos são a Operação Ciclone II, na qual a zona do Cafal foi bombardeada por uma parelha de Fiat G-91 e a utilização do heli-canhão foi considerada fulcral na fase de planeamento (Vaz, 2003). Segundo o Coronel Mira Vaz (2003, p. 18) O “apoio aéreo constituía uma peça essencial da engrenagem de contra-subversão, podendo afirmar-se que, até ao início de 1973, Portugal gozou de supremacia aérea absoluta”.

Os meios de apoio de fogos foram também utilizados em operações de menor dimensão, tendo os morteiros um papel importante na flagelação dos objetivos imediatamente antes do assalto, enquanto a FAP apoiava em zonas mais desprotegidas (Fraga, 2014). Estes meios eram utilizados numa base diária na defesa efetiva dos ataques aos aquartelamentos e como forma de dissuasão.

3.2. EVOLUÇÃO DO EMPREGO DOS FOGOS NO TO E O “ESTADO DA ARTE” NO FINAL DO CONFLITO

A forma de atuação dos elementos de apoio de fogos foi adaptada com o decorrer do conflito. Se as necessidades de adaptação no emprego das AC e dos morteiros se prendeu essencialmente com aspetos referentes ao terreno, deficiente cartografia e falta de meios humanos e materiais, já o apoio de fogos possibilitado pelos meios aéreos, teve que adaptar as suas formas de atuação à atividade dos guerrilheiros, principalmente após o surgimento do míssil terra-ar *Strella* em 1973.

Em 1964, o Capitão Machado da Silva (1964, p. 311) considerou que a organização que melhor se adaptava ao conflito subversivo era “a bateria dos Q.O. convencionais reforçada” com equipas de Topografia, Observação Avançada e Transmissões. Contudo, a AC foi utilizada essencialmente como Pelotões de AC independentes, sediados junto dos Comandos dos Agrupamentos. Refere, ainda, que tinham de ser planeados fogos adaptados ao tipo de conflito, podendo incluir “missões de tiro: contra-morteiro, destruição e neutralização, fogos defensivos, flagelação e interdição, reconhecimento pelo fogo, flushing (batida), barragem de itinerários, decepção, iluminação, localização pelo tiro, granadas especiais químicas (EUA)

e agentes biológicos (EUA)” (Silva, 1964, pp. 314 - 318). O Coronel Mira Vaz (2003, p. 17) refere que “a artilharia raramente foi utilizada nos moldes clássicos”, sendo empregue principalmente no apoio aos assaltos e defesa dos aquartelamentos. Apesar das dificuldades, o Capitão Machado da Silva reafirma a importância da AC neste tipo de conflito, concluindo que “sejam quais forem as dificuldades encontradas, o Artilheiro pode sempre cumprir a sua missão, isto é, colocar as suas granadas onde, quando e como necessitarem as Unidades Apoiadas.” (Silva, 1964, p. 326).

No que se refere aos morteiros as adaptações realizadas, permitiram que cada CCaç dispusesse de dois morteiros de 81 mm, para além dos três morteiros de 60 mm, bastante utilizados na defesa de aquartelamentos isolados.

A utilização dos meios aéreos de apoio de fogos gozou de uma grande liberdade durante grande parte do conflito. No entanto, após o surgimento dos mísseis *Strella* a “situação tornara-se tão grave [...] que o Comando Chefe das Forças Armadas na Guiné se viu obrigado a difundir, em 29 de Maio de 1973, [...] a Directiva N.º 20/73” (Vaz, 2003, p. 62), que estabeleceu novas condições para a execução do apoio aéreo. Estas novas condições prendiam-se, essencialmente, com o aumento das distâncias de segurança de atuação dos meios aéreos, o que afetava a capacidade de reconhecimento visual do piloto e conseqüentemente a eficácia do apoio às FT (Vaz, 2003).

Assim, as alterações às NEP da FAP resultantes do surgimento dos mísseis *Strella*, diminuíram a capacidade de apoio às FT, levando a um aumento da importância da AC, que ficou patente no pedido de reforço da AC solicitado pelo Comando Chefe na fase final do conflito.

CONCLUSÕES

Ao longo deste capítulo foi possível verificar que a função de combate fogos esteve presente de forma abrangente no TO da Guiné-Bissau, tendo-se adaptado os conceitos doutrinários e as formas de atuação às exigências operacionais, inseridos na estratégia contrassubversiva conduzida pelas FFAA. Da análise documental e das entrevistas efetuadas concluímos que a adesão de Portugal à OTAN em 1949, levou a uma reestruturação abrangente do EP, tendo os sistemas de apoio de fogos sido modernizados e testados em exercícios anuais, de grande envergadura, com base na doutrina norte-americana.

A partir de 1959 houve uma reorientação do esforço militar, para os territórios portugueses em África, onde se previa uma guerra de cariz subversiva. Assim, podemos concluir que os conhecimentos adquiridos em conflitos de índole

subversivo, no estrangeiro, originaram a criação do CIOE, em 1960, e a publicação de doutrina específica como é o caso dos manuais “*Guia para o Emprego Tático de Pequenas Unidades na Contra Guerrilha*” de 1961, “*O Exército na Guerra Subversiva*” de 1963 e 1966, diversos artigos em revistas militares e, no caso da FAP, a criação de NEP, que traduziram todo um novo conhecimento e formas de atuação para as FFAA. No que se refere especificamente aos fogos, a doutrina foi devidamente adaptada às características do TO.

Surgiu o conceito de forças de quadrícula, que levou à reorganização das unidades de AC para poderem ser atribuídas a estas forças em A/D a fim de garantir o apoio de fogos adequado. Mais tarde, desenvolveu-se o conceito de forças de intervenção, que tinham na sua organização subunidades de AC e morteiros e planeavam o emprego de meios de apoio aéreo nas operações a realizar. Este conjunto de referências doutrinárias, definia ainda que tipologia de fogos de AC, morteiros e de meios aéreos deveriam ser utilizados no apoio às forças no terreno, pelo que podemos inferir que antes do início do conflito em África e nos primeiros anos do mesmo, foram introduzidas adaptações doutrinárias nos sistemas de apoio de fogos, para fazer face a um conflito de natureza subversiva.

Relativamente à AC verificou-se que a forma mais eficiente para apoiar as NF seria atuar a nível de bateria convencional, reforçada com elementos técnicos. Contudo, a AC foi empregue essencialmente ao nível de pelotão integrado numa unidade de quadrícula, pois permitia uma maior dispersão dos meios pelo TO e conseqüentemente, maior rapidez na resposta às necessidades de apoio de fogos aos baixos escalões. Os morteiros, sofreram uma adaptação no que se refere à sua articulação com as unidades de manobra. Os BCaÇ foram rearticulados, e os meios da Companhia de Apoio foram distribuídos pelas CCaÇ, recebendo dois morteiros de 81 mm cada uma. Ficou, assim, patente a necessidade de reorientar o emprego de fogos convencional para tarefas de apoio, adaptadas aos procedimentos táticos de PU. Por outro lado, e devido ao reduzido tamanho do TO em análise, os meios aéreos estavam na sua maioria em Bissau, sendo possível em pouco mais de 30 minutos estar em qualquer parte do TO.

Concluimos, também, que após o início do conflito na Guiné-Bissau verificaram-se diversas características do TO que dificultaram a utilização dos fogos, a AC foi a mais afetada, pelo que se procurou estabelecer as áreas de atuação onde a AC poderia contribuir de forma significativa, nomeadamente, no apoio às unidades de quadrícula, apoio a ações de recuperação de regiões, ações de flagelação e apoio no ataque a pontos fortes, tendo um papel essencial nas operações de maior envergadura. Os morteiros, por outro lado, foram largamente utilizados, pois era

o meio de maior disponibilidade nas unidades de mais baixo escalão, sendo empregues, essencialmente, no apoio imediato, na defesa dos aquartelamentos e nas flagelações. Pelas dificuldades do terreno, foi desenvolvido o morteiro de 60 mm que, por ser mais leve, era facilmente transportado pelos militares. Os meios aéreos foram essenciais no apoio às FT, tendo sido utilizados em apoio, através do bombardeamento aéreo e do heli-canhão, mantendo uma pressão contínua sobre o In e dificultando a sua capacidade de atuação. O emprego destes meios influenciou o resultado dos combates ao nível tático e operacional, principalmente até ao surgimento dos mísseis *Strella*.

No decorrer do conflito houve necessidade de constantes adaptações doutrinárias no emprego dos meios de apoio de fogos, pois o meio e o tipo de ameaça assim o obrigaram. As alterações às NEP da FAP derivadas do surgimento dos mísseis *Strella*, que impediam os meios aéreos de manter uma proximidade e apoio como até esse momento, foram as que maiores consequências tiveram no apoio às FT, ficando, a partir deste momento significativamente diminuído. Devido a esse facto, a AC passou a ter uma importância maior, ficando esse aspeto patente no pedido de reforço da AC solicitado pelo Comando Chefe, em 1973. Este modo de empregar os fogos de artilharia, teria consequências no período pós-guerra, onde se verificaram dificuldades em readaptar novamente os fogos segundo a doutrina convencional.

Apesar de todas as dificuldades ao nível dos recursos materiais disponíveis, a utilização dos meios de apoio de fogos indiretos e de apoio aéreo, integrantes da função de combate fogos da atual doutrina, assumiram um papel fundamental no desenrolar da guerra, tendo influenciado de forma decisiva o resultado dos combates ao nível tático e operacional no TO da Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. e Gomes, C., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: ASA.
- Almada, A., 1841. *Tratado Breve dos Rios de Guiné e do Cabo Verde*. Porto: Typographia Commercial Portuense.
- Arriaga, K., 1987. *Defesa Nacional Portuguesa durante os Últimos 40 Años e no Futuro*. Lisboa: Edições Referendo.
- Bacelar, S., 2000. *A Guerra em África 1961 - 1974 (Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas)*. s.l.:s.n.
- Brandão, T., 2012. Portugal e o Programa de Ciência da NATO (1958-1974): Episódios de história da «política científica nacional». Em: *História das Relações Internacionais Portuguesas*. s.l.:s.n.

- Cann, J., 2005. *Contra-Subversão em África: Como os Portugueses fizeram a Guerra em África*. Lisboa: Prefácio.
- Carneiro, A., 2000. As transformações operadas nas Forças Armadas para responder às exigências do conflito em África, IAEM. Em: *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena.
- Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1969. *Estudo da Situação Operacional e Logística do TO da Guiné e evolução prevista para 1970-1971, 2.ª Divisão, Muito Secreto*. s.l.:Arquivo Histórico Militar do Estado-Maior do Exército (PT AHMEME) - DIV/2/4/245/2.
- Comando das Forças Terrestres, 1964. *OOp N.º 1 da Op Tridente*. Bissau: s.n.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974*. 2.ª Edição ed. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989a. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): Enquadramento Geral*. Lisboa: EME.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989b. *Resenha Histórico-militar das Campanhas de África (1961-1974)*. 3.º volume Dispositivo das Nossas Forças Guiné. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 2002. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* Fichas das Unidades Tomo II Guiné. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Conselho, P., 1950. *DL N.º 37 909, de 1 de agosto de 1950, “Decerto-Lei N.º 37 955”*. Diário do Governo, Volume I Série.
- Conselho, P., 1959. *Decreto-Lei N.º 42 095*. Diário do Governo, Volume I Série (II).
- Costa, B., 1979. *Recordações do emprego da Artilharia de Campanha na Guerra do Ultramar dos anos 60/70*. Lisboa: Revista de Artilharia.
- Costa, M., 1963. *O que pode pedir-se à Artilharia na Guerra Subversiva*. Lisboa: Revista de Artilharia.
- Costa, M., 2013. *A participação da Força Aérea Portuguesa nas guerras de África - Dissertação de Mestrado*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- Couto, A., 1999. A OTAN e a Modernização do Exército. *Jornal do Exército*, Volume 472.
- Cruzeiro, M., 2001. *Projeto de História Oral. Entrevista a Francisco da Costa Gomes*. Coimbra: Centro de Documentação 25 de abril.
- Eleutério, V., 1999. Base militar de Santa Margarida. Em: *Dicionário de História de Portugal, Suplemento, VII*. Lisboa: Figueirinhas.
- Estado-Maior do Exército, 1961. Guia para o Emprego Tático de Pequenas Unidades na Contra Guerrilha. Em: *O Exército na Guerra Subversiva 1.ª Parte*. Lisboa: Ministério do Exército.
- Estado-Maior do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva: Operações contra Bandos Armados e Guerrilhas II*. s.l.:Ministério do Exército.
- Estado-Maior do Exército, 1966. *O Exército na Guerra Subversiva*. 1.ª ed. Lisboa: Ministério do Exército.

- Felgas, H., 1966. *Estudos Ultramarinos*. Lisboa: Academia Militar.
- Fernandes, A., 1995. *No centro da crise*. Em: A Guerra de África 1961-1974, I. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ferreira, A., s.d. *Crónica de Aeronautica*. Revista Militar, X, 6.
- Ferreira, J., 2009. *Em nome da pátria*. s.l.:s.n.
- Fraga, L., 2004. *A Força Aérea na Guerra em África – Angola, Guiné e Moçambique (1961-1974)*. Lisboa: Prefácio.
- Fraga, L., 2014. *A Guerra Colonial (1961-1974)*. s.l.:s.n.
- Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, 1971. *PIGFGS - Guiné: Fascículo I - Evolução da Atividade Inimiga (do início até janeiro de 1971), FGEEF/18, Confidencial*. s.l.:s.n.
- Matos, J., 2015. O início da Guerra na Guiné (1961-1964). *Revista Militar N.º2566*, novembro, p. 937 a 950.
- Ministério de Defesa Nacional, 1999. *Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica - 1949-1999*. Lisboa: s.n.
- Moura, R. et al., 2016. *Os Fogos na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1974) - Entrevista General Luís Araújo*. Pedrouços: IUM.
- Oliveira, H., s.d. Guerra Subversiva: Subsídios para uma estratégia de reação. *Revista Militar, XVI, 11*.
- Oliveira, H. e Ferreira, J., 2015. *Guerra d'África 1961-1974*. Porto: Fronteira do Caos.
- Pinto, A., 2005. *Novos Contributos para a Elaboração da História das Transmissões Militares em Portugal - Memórias e Testemunhos*. s.l.:s.n.
- QG/CMSM, 2002. *50 Anos: Campo Militar de Santa Margarida (1952-2002)*. Santa Margarida: Quartel-General do Campo Militar de Santa Margarida, Dep legal N.º 186357/02.
- Rodrigues, L., 2002. *Salazar e Kennedy. A Crise de uma Aliança*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Salazar, A., 1949. *Portugal e o Pacto do Atlântico*. Lisboa: Edições SNI.
- Silva, A., 1959. A D.I. na ofensiva e exploração do sucesso. *Revista Militar, 4, XI*, pp. 202-211, 175-227.
- Silva, A., 1964. *A Artilharia na Guerra Subversiva*. Lisboa: Revista de Artilharia.
- Sousa, E., 1971. *Algumas considerações sobre o emprego da Artilharia de Campanha na Guerra Subversiva*. Lisboa: Revista de Artilharia.
- Tavares, J., 2005. *Indústria Militar Portuguesa no Tempo da Guerra 1961-1974*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Teixeira, N., 1996. Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO). Em: *Dicionário do Estado Novo, II, (2)*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Telo, A., 1999. Portugal e a NATO (1949-1976). *Nação e Defesa, II Série, n.º 89*.
- Telo, A., 2000a. Política de Defesa A Viragem. Em: *Guerra Colonial, 1.ª Edição*. Lisboa: Editorial Notícias, p. 28.
- Telo, A., 2000b. A Mudança: 1959. Em: *Guerra Colonial, 1.ª edição*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Transmissões, C., 2011. As Transmissões Militares na Guerra Colonial. *Revista Militar 2513/2514*, Junho/Julho, pp. 827 - 859.

Vaz, N., 2003. *Guiné - 1968 e 1973 - Soldados uma vez, sempre Soldados!*. Lisboa: Tribuna da História.

Waals, W., 1993. *Portugal's War in Angola: 1961.1974*. Rivona: Ashanti Publishin.

SECÇÃO VII

A PROTEÇÃO

A PROTEÇÃO NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)

Autores

MAJ INF António Manuel Matos Coelho Lopes
MAJ INF Sérgio de Almeida Moraes
MAJ ART Alexis da Fonseca Vicente
MAJ CAV André Filipe Capinha Maio
MAJ ENG José Pedro Pais de Oliveira Fernandes Basto

Orientador

TCOR ENG Alexandre Fernando Mendes Rodrigues

Enquadrada no contexto global da Guerra Colonial ou do Ultramar, a Campanha Militar no Teatro de Operações (TO) da Guiné-Bissau tem início em janeiro de 1963 com um ataque ao quartel de Tite. Embora não se tratasse de uma verdadeira surpresa, esta nova frente da guerra passava a constituir mais um motivo de desgaste para as tropas portuguesas, num território particularmente difícil do ponto de vista físico e das condições climatéricas. A guarnição militar da Guiné, constituída apenas por militares do Exército, dispunha no final de 1962 de um efetivo de 5 070 homens. (Afonso e Gomes, 2000a).

Do ponto de vista da função de combate (FComb) proteção, este TO revela as suas particularidades, numa primeira instância, pelas suas características geográficas e climáticas que terão um impacto muito significativo no potencial humano, agravado já pela tipologia de forças projetadas, dispositivo e tipologia de operações.

Situado na costa ocidental de África, entre o Senegal, a norte, e a Republica da Guiné, a sul, ocupa uma superfície de 36 125 km², dos quais cerca de 20% são zonas periodicamente imersas pelas marés, constituídas por terrenos alagadiços e canaviais. A vegetação na zona litoral e nas margens dos rios é muito cerrada, enquanto a zona do interior é constituída por savana. O clima é muito quente e húmido nas zonas costeiras e seco e quente, sub-sahariano, no interior. O calor associado ao vento leste, torna a atmosfera “irrespirável”, com temperaturas de 35° a 40° à sombra e o regime de monções provoca “tornados” no início e fim de estações (Afonso e Gomes, 2000a).

Face ao exposto, a importância de preservar o potencial de combate da força quer para fazer face à ameaça quer para fazer face às condições climatéricas adversas é essencial e em 1963 é abordada, quer ao nível da doutrina, do planeamento ou da execução, de forma esparsa e independente para cada Arma, unidade ou sistema de armas.

1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Para contextualizar as operações no TO da Guiné sob o ponto de vista da proteção, é fundamental apresentar o que se entende atualmente por proteção quer ao nível da doutrina nacional, quer ao nível da doutrina de referência da NATO e dos USA, bem como comparar esses elementos enquadrantes com a principal referência doutrinária da época – O Exército na Guerra Subversiva (1963).

Segundo a doutrina nacional “a FComb proteção engloba as tarefas e sistemas que preservam a força para se dispor do máximo potencial de combate” e tem também a finalidade de manter a integridade da força bem como do seu potencial através da análise de risco e formas de mitigação dos mesmos. Ela é descrita como uma atividade contínua integradora de capacidades que engloba as tarefas inscritas no Quadro 1 (Exército Português, 2012) onde são comparadas com as doutrinas NATO e USA.

Na doutrina NATO, a proteção é definida pelo conjunto de “medidas e meios para minimizar a vulnerabilidade do pessoal, instalações, equipamento, material, operações e atividades de ameaças ou perigos, a fim de preservar a liberdade de ação e eficácia operacional, contribuindo assim para o sucesso da missão”. A mesma é dividida em três áreas de atuação (ativa, passiva e de recuperação) e em oito elementos fundamentais constantes no Quadro 1. Estes elementos estão interligados e compreendem uma série de medidas, tarefas e atividades em quaisquer das três áreas definidas, bem como a responsabilidade das diversas secções e intervenientes como as Informações, Operações, Logística, Oficial Preboste, Oficial Médico, Engenharia Militar (MILENG) entre outros (NATO, 2015).

Ao nível da doutrina USA encontramos a proteção definida como as “tarefas e sistemas relacionados que preservam a força para que o comandante possa aplicar o máximo poder de combate para cumprir a missão”. As tarefas da proteção desta doutrina encontram-se no Quadro 1 (DoA, 2012) e são idênticas às tarefas adotadas na PDE 3-00.

Quadro 1 – Comparação doutrinária das tarefas/elementos fundamentais da proteção

Doutrina Nacional	USA	NATO
Defesa antiaérea	Coordenar defesa aérea e míssil	Defesa aérea
Medidas para evitar o fratricídio	Emprego de técnicas de segurança	Resiliência
Sobrevivência	Operações de sobrevivência	Apoio da Engenharia Militar
Inativação de engenhos explosivos	Inativação ¹ de engenhos explosivos e apoio de proteção	
Recolha de pessoal	Operações de recuperação de pessoal	Gestão de consequências
Prevenção de acidentes	Procedimentos de segurança física	
Segurança das operações	Segurança das operações	Segurança
Proteção de informação	Apoio das informações ²	
Antiterrorismo	Medidas antiterrorismo	
Segurança de área	Segurança operacional de área ³	
	Ordem e Lei ⁵	
Proteção sanitária	Proteção sanitária da força	Proteção médica da força e proteção da saúde da força ⁶
	Internamento e recuperação	
Operações de defesa Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico (CBRN)	Operações CBRN	Defesa CBRN

Fonte: Elaborado a partir de DoA (2012), Exército Português (2012), NATO (2015).

¹ Traduzido de *disposal*.

² *Intelligence support to protection*.

³ *Operational area security*.

⁴ *Tactical Area of Responsibility Control*.

⁵ *Law and Order*.

⁶ *Medical Force Protection and Force Health Protection*.

No manual português de 1963 não era abordada a FComb proteção, uma vez que essa organização só será adotada em 2012, mas é fácil identificar ao longo do mesmo a importância dada às questões relacionadas com a proteção da força, algumas delas ainda atuais apesar de o mesmo se destinar aos mais baixos escalões. Verifica-se então no Volume II – Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas, a existência de alguns conceitos básicos onde é descrito detalhadamente a ameaça (Capítulo I – O Inimigo), o ambiente ultramarino e a influência no combatente (Capítulo II – O Terreno) onde é referida a importância do clima para “os perigos de insulação e exaustão” e a necessidade de “medidas rigorosas de higiene e profilaxia, que os comandos não podem descuidar” bem como as exigências fisiológicas que obrigam a “um consumo muito maior de água para beber e à distribuição de comprimidos tónico-hidratantes”. Ainda neste capítulo relativo à proteção sanitária refere-se que “são perigosos certos insetos, aracnídeos e répteis, contra os quais são necessárias medidas preventivas e certos conhecimentos de primeiros socorros”. Posteriormente no Capítulo III – As Forças a Empregar, são reforçados novamente os aspetos de proteção sanitária acerca das medidas de higiene e profilaxia, bem como da alimentação adequada dadas as características do terreno e é dado um ênfase à instrução necessária de onde se destaca no treino individual a deteção de minas e armadilhas. Na secção B – Armas e Serviços aborda a questão das armas combinadas para proteção mútua salientando os pontos fortes a explorar e os pontos fracos a proteger de cada sistema de armas consoante as capacidades e vulnerabilidades.

Na 2.ª Parte – Operações das Pequenas Unidades começam a ser detalhados nos diversos capítulos a defesa de pontos sensíveis e postos militares e a proteção de itinerários onde são listados uma série de procedimentos a adotar de modo a aumentar a proteção da força e minimizar os riscos. Encontram-se referências a como se devem organizar as posições, preocupações a ter com o desimpedimento de campo de observação e tiro bem como da distribuição e colocação do armamento disponível. Quanto à proteção de itinerários, são dados vários casos de como se deve aumentar a proteção da viatura e da força para minimizar os efeitos das emboscadas e de minas e armadilhas, chegando a particularizar casos de procedimentos a adotar em situações mais perigosas, mostrando alguns exemplos de como se pode improvisar proteção em viaturas regulares para serem usadas em reconhecimento bem como métodos para o reconhecimento de itinerários (EME, 1963).

2. SOBREVIVÊNCIA

2.1. CONSIDERAÇÕES DE ÂMBITO DOUTRINÁRIO

2.1.1. Enquadramento doutrinário atual

De acordo com a doutrina nacional a sobrevivência aborda “todos os aspetos de proteção do pessoal, armas e abastecimentos, enquanto simultaneamente se engana o inimigo” (Exército Português, 2015a).

Esta definição encontra-se alinhada com a doutrina de referência, nomeadamente, a dos USA onde se define como “qualidade ou capacidade das forças militares que lhes permite evitar ações ou condições ambientais hostis e, simultaneamente, preservar o potencial de combate para combater e cumprir a missão” (DoA, s.d.), sendo as operações de sobrevivência “atividades militares que alteram um ambiente físico de forma a garantir cobertura, ocultação e camuflagem para a realização de operações militares” (DoA, 2014).

A doutrina atual preconiza como principais atividades de sobrevivência “a utilização de equipamento de engenharia na preparação e construção de trincheiras, abrigos de postos de comando, posições para a artilharia, para radares e para viaturas de combate”. Indica também quais as localizações gerais das referidas posições e alguns aspetos técnicos a ter em conta, como “a determinação do nível das coberturas superiores, capazes de resistir à penetração de granadas de morteiro 82 mm ou de peças 152 mm”. Além da característica de fortificação referida anteriormente, é dada igualmente atenção à dissimulação evitando “preparações defensivas previsíveis” e ter especial cuidado na utilização de adequada camuflagem de “posições principais, infraestruturas e áreas logísticas”, incluindo a construção de posições simuladas (Exército Português, 2015a).

Por outro lado, e no que diz respeito às operações ofensivas, a sobrevivência é aplicada em medidas que

previnam a observação da força que manobra de forma a mitigar a capacidade inimiga de interferir na sua mobilidade. Isto inclui aspetos como a escolha de formações adequadas, do uso adequado do terreno ou emprego de meios de guerra eletrónica. A prevenção inclui também a disponibilidade permanente de meios de apoio à mobilidade

Exército Português (2015a)

A sobrevivência encerra em si um carácter transversal pois apesar de ser “sobretudo uma tarefa de engenharia, todas as unidades têm a responsabilidade de contribuir para melhorar os seus quatro domínios a fim de mitigar as perdas devido à ação do inimigo e impacto do ambiente: mobilidade; compreensão da

situação; melhoramento das posições de combate; camuflagem, dissimulação e de-
ceção” (Exército Português, 2015a).

Em síntese, a sobrevivência é garantida, principalmente, através do uso sin-
cronizado de medidas de dissimulação, de decesso, de dispersão e de fortificação
do terreno; concorrendo todas elas para a proteção, garantindo e preservando o
potencial de combate de determinada força. Estas atividades são geralmente de
índole estática, tendo por objetivo garantir a posse do terreno e impedir o acesso
das forças inimigas a essa mesma área.

Quando a manobra implica a necessidade de movimentação das forças para
conquistar determinado objetivo, estas devem fazer uso das técnicas de sobrevi-
vência, nomeadamente, no que diz respeito à dissimulação e decesso, através de
um correto aproveitamento do terreno para dar cobertura à progressão e da apli-
cação de manobras para iludir o inimigo.

2.1.2. Enquadramento doutrinário em 1963

O enquadramento doutrinário da época refere que “o apoio de combate, de
Engenharia, compreende trabalhos de construção [...] e outras atividades destina-
das a facilitarem o esforço ofensivo e a aumentarem a capacidade defensiva das
forças de campanha”. Estas tarefas enquadram-se nos ditos trabalhos de constru-
ção, e ainda, nas denominadas outras atividades, como é o caso da decesso táctica,
bem como, nos trabalhos de fortificação onde é incluída a camuflagem (EME, 1971).

Genericamente, no que se refere às operações defensivas, mais concreta-
mente, à organização do terreno (OT), realça-se a necessidade de desenvolver “tra-
balhos de camuflagem, a construção de abrigos [...] e, eventualmente, a construção
de falsas posições integradas nos planos de decesso”. Os trabalhos de camuflagem
devem ser executados ao mesmo tempo que se desenvolve a OT, minimizando o
risco de deteção das posições e da estrutura geral da operação defensiva por parte
das forças inimigas. Estas missões são atribuídas principalmente à Engenharia,
que é empregue, geralmente, sob controlo centralizado do Comandante da Uni-
dade de Engenharia, e no que respeita às ações de sobrevivência, tem especial
relevância a execução dos trabalhos de OT que requeiram conhecimentos técnicos
específicos (EME, 1971).

Destacam-se, neste âmbito, os aspetos preconizados quanto à Proteção da
Área da Retaguarda, nomeadamente visando impedir infiltrações nos aquartela-
mentos. As principais atividades de sobrevivência visam a defesa contra forças ir-
regulares, sendo para isso essencial o estabelecimento de um forte perímetro de
segurança, dando especial atenção à construção de obstáculos antipessoais e em-

prego de sistemas de alarme anti-intrusão (em geral à custa de campos de minas de proteção e colocação de minas de alarme iluminantes) e à execução de trabalhos de capinagem e desmatagem, a fim de reforçar o valor defensivo dos obstáculos e permitir uma observação mais eficaz (EME, 1963; EME, 1971).

No que concerne às operações ofensivas, as ações de sobrevivência são menos visíveis materializando-se, essencialmente, pela utilização de um coordenado plano de decesso e pela forma como o movimento é realizado, através da adoção de uma progressão coberta e em formações de combate adequadas (EME, 1971).

2.2. ATIVIDADES, PROCEDIMENTOS E MEDIDAS ADOTADAS AO NÍVEL TÁTICO

2.2.1. Organização do terreno

As unidades, de acordo com a função de quadrícula (EME, 1963), quando ocupavam uma determinada posição tinham como tarefas iniciais, no âmbito da OT: a construção de abrigos individuais e/ou coletivos e posições para as armas principais. Seguidamente procediam à limpeza da área circundante, principalmente da densa vegetação típica do TO em estudo, permitindo assim boa observação e campos de tiro. Cumulativamente com os trabalhos de escavação e limpeza eram executadas as tarefas de dissimulação e camuflagem das posições (EME, 1959).

O Regulamento Tático do Batalhão de Infantaria de 1959 refere um tipo de organização defensiva, a Defesa Periférica, onde a base era a defesa em todas as direções e a resistência em vários anéis, onde se colocavam as instalações e meios mais importantes ao centro do dispositivo (Figura 1). Esta forma de organização da defesa foi a base tática para o estabelecimento da manobra defensiva dos aquartelamentos.

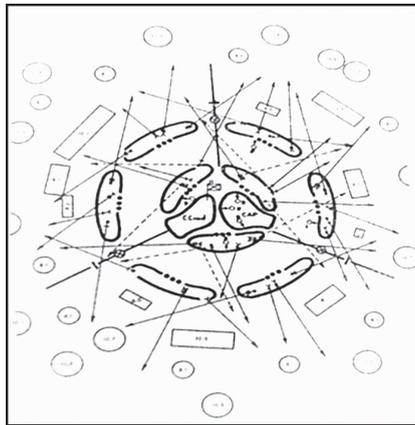


Figura 1 – Representação de defesa de perímetro

Fonte: EME (1959).

Um exemplo deste tipo de defesa é o aquartelamento de Bambadinca, que exteriormente tem uma linha de obstáculos apoiados por posições de tiro, e na área central ficam as infraestruturas de maior importância (Figura 2) (Reis, 2007).



Figura 2 – Aquartelamento de Bambadinca

Fonte: Reis (2007).

2.2.2. Fortificação do terreno

A construção dos quartéis, pelas exigências da função de quadrícula, foi a grande área de trabalhos de fortificação que podemos encontrar no TO da Guiné. A execução desses trabalhos de construção foi na sua grande maioria atribuída às Unidades que aí iam habitar e não às Unidades de Engenharia que eram especializadas nesses trabalhos. As Unidades de Engenharia, devido ao seu escasso efetivo,

eram normalmente canalizadas para as missões de apoio a Órgãos de Comando superiores⁷ (Afonso e Gomes, 2010).

A fortificação do terreno visava reforçar o valor defensivo de uma determinada área e compreendia diversos tipos de trabalhos: ninhos para atiradores, trincheiras, abrigos e espaldões (Afonso e Gomes, 2010).

Os ninhos de atiradores eram posições escavadas no terreno, que permitiam observar e fazer fogo sobre o Inimigo, ao mesmo tempo que garantiam proteção e dissimulação (Afonso e Gomes, 2010).

As trincheiras, que cumpriam simultaneamente a função de linha de comunicação, eram escavadas com o objetivo de ligar várias áreas onde o movimento não se podia fazer à superfície do terreno, permitindo assim proteger esses mesmos movimentos das vistas e dos fogos inimigos (Figura 3) (Afonso e Gomes, 2010).



Figura 3 – Trincheira em C6

Fonte: Varanda (2005).

Do ponto de vista da sobrevivência, os abrigos tinham função idêntica aos ninhos de atiradores e às trincheiras, mas com finalidade distinta, visavam proteger órgãos importantes ou permitir um local seguro para descanso do pessoal. Geralmente, além de poderem ser escavados, eram obrigatoriamente constituídos por uma proteção superior, que visava garantir cobertura dos fogos inimigos, garantindo proteção contra o impacto de granadas de canhão sem recuo e de morteiro 82mm (Mendonça, 2009).

⁷ Em 1963 é projetada pela primeira vez para a Guiné uma Companhia de Engenharia. Em 1964 é projetado um Batalhão de Engenharia (BEng), que passará a enquadrar a Companhia de Engenharia que já se encontrava no TO. Até 1974, as forças de engenharia na Guiné nunca irão exceder uma Unidade Escalão Batalhão (UEB).

No âmbito dos abrigos, é de relevar a construção das casernas abrigo. Estas tinham cerca de vinte metros de comprimento e eram enterradas no solo com uma profundidade de cerca de meio metro. Possuíam paredes duplas de blocos de cimento afastadas cerca de 30 cm uma da outra, preenchendo esse espaço com a terra que resultava da escavação. No exterior colocavam uma camada de terra em forma de rampa para reforçar a proteção. Construía-se também seteiras para que se pudesse observar e executar tiro do interior (Mendonça, 2009; Reis, 2007).

Os abrigos eram construídos de forma idêntica e com o mesmo tipo de material que as casernas abrigo. A grande diferença para as casernas abrigo é que estes não tinham como função proporcionar abrigo para descanso do pessoal. A sua utilização era somente para efeitos de vigilância e execução de fogos (Figura 4) (Pires, 2012).



Figura 4 – Construção de abrigo em Guileje pela CCaç 726.

Fonte: Pires (2012).

Finalmente, os espaldões, que tinham como principal finalidade permitir a realização de tiro por diversos tipos de armamento, ao mesmo tempo que garantiam proteção das vistas e dos fogos inimigos. Estas posições eram construídas de acordo com a tipologia do sistema de armas que seria instalado naquele local, podendo ser armas de tiro direto, ou para armas de tiro indireto (Figura 5, Figura 6 e Figura 7) (EME, 1955).



Figura 5 – Abrigo para morteiro

Fonte: Reis (2007).



Figura 6 – Abrigo canhão sem recuo

Fonte: Dias (2011).



Figura 7 – Espaldão para obus de Artilharia

Fonte: Martins (2012).

A construção dos edifícios, restantes estruturas e infraestruturas era geralmente feita recorrendo a dois materiais: a alvenaria e a madeira. De referir que a maior parte dos ditos quartéis apresentavam condições de habitabilidade precárias, existindo casos em que os abrigos eram simultaneamente casernas que ficavam quase todas soterradas (EME, 1955).

3. PROTEÇÃO SANITÁRIA

3.1. CONSIDERAÇÕES DE ÂMBITO DOUTRINÁRIO

À luz da doutrina atual, a proteção sanitária é uma das tarefas da FComb proteção e engloba as seguintes áreas: medicina preventiva, serviços veterinários, controlo de stress e serviços de laboratório. Define ainda como

o conjunto de atividades de carácter sanitário que têm por finalidade o aprontamento, a preservação dos efetivos e a recuperação dos indisponíveis (doentes e feridos, humanos ou animais). O apoio sanitário deve estar em condições de contribuir para a proteção da força e garantir o seu moral através da prevenção de doenças, de evacuações rápidas e do melhor tratamento de doentes e feridos.

Exército Português (2012)

Por sua vez a PDE 4-00 Logística, aborda também os dois aspetos mencionados anteriormente, a proteção da força e a prevenção de doenças.

A função logística apoio sanitário é fundamental para a proteção da força e preservação do seu potencial, através da prevenção da doença, de uma rápida e eficiente evacuação, e do tratamento de doentes e feridos nas melhores condições. Inclui um conjunto de atividades de carácter sanitário que têm por finalidade a preservação dos efetivos e a recuperação dos indisponíveis (doentes e feridos).

Assim no desenvolvimento deste capítulo, iremos analisar as quatro áreas da proteção sanitária de acordo com a PDE 3-00 Operações, abordando apenas de

forma geral a evacuação sanitária e hospitalização para uma melhor precessão da organização e funcionamento do serviço de saúde no TO da Guiné-Bissau.

3.2. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE SAÚDE

Relativamente à implementação do dispositivo do serviço de saúde foi em parte limitado pelas características geográficas e pela reduzida dimensão do TO, tendo sido centralizada a maior parte da estrutura do serviço de saúde em Bissau, conforme Quadro 2 (CECA, 1989).

Quadro 2 – Constituição do Serviço de Saúde em abril de 1974

Chefia do Serviço de Saúde
Hospital Militar 241
1 Depósito de material sanitário
Sucursal Nº 12 do laboratório militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
1 Destacamento de inspeção de alimentos
1 Destacamento de inspeção de águas
1 Pelotão de Automacas
1 Equipa sanitária de prospeção de doenças tropicais
1 Destacamento de desinfeção

Fonte: CECA (1989).

Para além dos órgãos mencionados anteriormente, existiam ainda (CECA, 1989):

- Postos de socorros das unidades que funcionavam como enfermaria, com um regime de evacuação de 15 dias, findo o qual os indisponíveis eram evacuados para o Hospital Militar;
- Uma equipa estomatológica itinerante, que operava quando chamada pelas unidades ou de acordo com um calendário pré-estabelecido;
- Dez postos de sangue e reanimação respiratória localizados em Bafatá, Nova Lamego, T. Pinto, Farim, A. Formosa, Pinche, Bissorâ, Ingoré, Catió e Pirada.

3.3. MEDICINA PREVENTIVA

3.3.1. Medidas de medicina preventiva

A medicina preventiva pode ser descrita como “o conjunto de diferentes atividades, que podem ser sistematizadas em três vertentes de ação inter-relacio-

nadas e complementares” sendo elas: A educação para a saúde, a prevenção da doença e a proteção da saúde (Hespanhol et al., 2008).

Devido a rápida eclosão do conflito nos territórios ultramarinos é possível que no processo de aprontamento sanitário tenham existido alguns aspetos e procedimentos que não tenham sido realizados da forma mais adequada, apesar de ter existido uma preocupação com a implementação de medidas sanitárias preventivas relacionadas com as possíveis doenças que poderiam ter implicações para os militares. Surge então o manual de prevenção das doenças e socorros urgentes nas regiões tropicais que realça a importância dada aos conselhos e medidas de proteção e profilaxia das seguintes doenças: malária, dermatomicoses, *schistosomíase*, doenças venéreas, das vias respiratórias e gastrointestinais, hepatite infecciosa, doença do sono, parotidite epidémica e avitaminoses (CPHM, 2007).

No Quadro 3 podemos comparar o esquema das vacinações obrigatórias no TO em 1963, a inclusão de uma vacina já no ano de 1974 e o atual para a Força de Reação Imediata com a adição de vacinas mais recentes, que nos permite verificar que o plano da época ainda é aos dias de hoje tido por base (CPHM, 2007; Fernandes, 2017).

Quadro 3 – Quadro comparativo do plano de vacinas obrigatórias para os militares em serviço nos TO de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique e o atual

Ano de 1963	Ano de 1973	Ano de 2017
Varíola	Varíola	Varíola
Febre Tifóide	Febre Tifóide	Febre Tifóide
Febre Amarela	Febre Amarela	Febre Amarela
Tétano	Tétano	Tétano
Poliomielite	Poliomielite	Poliomielite
	Cólera	Cólera
		Hepatite A
		Hepatite B
		Meningite ACYW 135
		Sarampo (VASPR)*
		Encefalite rábica

*deve ser confirmada a vacinação contra o sarampo (2 doses na infância) ou história clínica compatível com sarampo na infância

Fonte: Adaptado de CPHM (2007); Fernandes (2017).

O grande predomínio da tuberculose pulmonar nos militares da metrópole, e ainda mais acentuada nos militares naturais do TO, levou a que fossem implementados programas de radiorastreio tanto em Portugal como na Guiné, sendo

ainda de realçar a forma igual como eram assistidos os militares, tanto os da metrópole como os naturais do TO. Esta situação, aliada à falta de higiene oral dos militares, levou o Ministro do Exército a dar indicações ao Chefe de Estado-Maior do Exército para implementar o rastreio de doenças pulmonares e o tratamento dentários aos militares (CPHM, 2007).

É possível ainda apontar outras duas causas para o elevado número de casos de cárie dentária, por um lado, a fraca e monótona alimentação com baixo teor de proteínas e escassa em produtos frescos e legumes, e por outro lado, a descalcificação ou desmineralização da água causada pela filtragem a que esta era submetida obrigatoriamente. De realçar também a falta de apoio sanitário nesta área levando ao agravamento da situação como mencionado num relatório de junho de 1966 do médico da C.Art 731:

Apesar de tão elevado número de casos de patologia dentária, como igualmente se verificou em outras Companhias do Batalhão, apenas uma vez se deslocou a Farim uma equipa estomatológica. Uma maior assiduidade, evitaria que uma unidade se visse desfalcada de numerosos efetivos que tinham de ir a Bissau, ao Hospital Militar 241, para receber tratamento adequado.

Matos (1998)

Encontram-se também relatos da distribuição de pirimetamina (princípio ativo na medicação contra a malária) por parte dos enfermeiros, usado como complemento para prevenção do paludismo. Podemos verificar na Figura 8 o furriel enfermeiro a efetuar a distribuição da mesma aos militares durante a refeição (Santos, 2015).

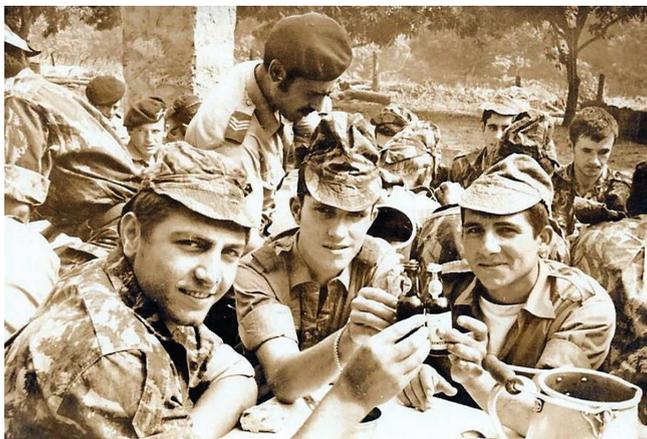


Figura 8 – Distribuição de pirimetamina aos militares

Fonte: Santos (2015).

3.3.2. Morbilidade e causas de morte

No que diz respeito à morbilidade no TO da Guiné-Bissau, não existem dados com detalhe suficiente que permitam fazer uma análise do número de casos existentes por ano para cada uma das doenças. O relatório médico mencionado no capítulo anterior, referencia as síndromes de morbilidade mais frequentes que afetavam o estado sanitário da companhia (Matos, 1998).

O número de militares portugueses mortos por doença no TO da Guiné durante todo o período de conflito foi de 417 que corresponde a cerca de 20% do total de mortos.

Quadro 4 – Causas de morte por doença (infecciosa e parasitária) de militares portugueses Guiné-Bissau

Doença	Casos de morte
Febre Tifóide	2
Tuberculose	10
Tétano	1
Septicémia	9
Hepatites	2
Malária	18
Outras	4
Subtotal	46 (38% de 121 casos de morte)

Fonte: CPHM (2007).

Quadro 5 – Causas de morte por doença de militares portugueses Guiné-Bissau – outras doenças

Doença	Casos de morte
Neoplasias Malignas	12
Meningite	2
Aparelho circulatório	11
Infeções respiratórias agudas	16
Doenças respiratórias agudas	3
Cirrose hepática	6
Úlcera duodenal com hemorragia	2
Doenças Glomerulares, túbulo-intersticiais e insuficiência renal	8
Outras	3
Causa desconhecida	12
Subtotal	75 (62% de 121 casos de morte)

Fonte: CPHM (2007).

Analisando os dados do Quadro 4 podemos concluir que as duas doenças com maior incidência de casos foram a malária e a tuberculose respetivamente. Relativamente ao Quadro 5 encontram-se as infeções respiratórias agudas, neoplasias malignas e doenças do aparelho respiratório com o maior número de casos registados.

3.4. SERVIÇOS VETERINÁRIOS

Relativamente à área dos serviços veterinários no TO da Guiné-Bissau, não foi possível identificar qualquer estrutura relacionada com esta área havendo, no entanto, um período do conflito que poderia ter justificado a existência do serviço, quando existiu no TO uma Secção de Cães de Guerra sediada em Bissau. Segundo as cartas de situação do Comando Territorial Independente da Guiné, esta secção aparece mencionada pela primeira vez na carta de situação de 23 de dezembro de 1964 e deixa de ser referida na de 23 de dezembro de 1966, não existindo datas precisas da sua implementação e retração (CECA, 1989).

3.5. CONTROLO DE STRESS

Relativamente ao controlo de stress, apesar identificadas algumas causas que estavam na origem do stress evidenciado pelos militares, muito pouco poderia ter sido feito para contrariar este problema visto não existir um serviço especializado na época para fazer face a este tipo de situações. No entanto, podemos verificar no relatório do médico da CArt731 que já existia uma preocupação com esta área:

De salientar ainda muitos casos neuróticos, psicóticos e do tipo distonia neurovegetativa provocados pelo clima quente e húmido, inevitavelmente deprimente, ou originados pela instabilidade nervosa resultante de constantes intervenções operacionais, ou pela angústia ou ansiedade na iminência de minas e emboscadas e, sobretudo, pelo stress determinado pelo esforço, fadiga e desgaste psico-físico, não podendo omitir a interligação ou correlação do fenómeno físico com o psíquico, como têm sido insistentemente salientado pelas modernas autoridades médicas.

Matos (1998)

3.6. SERVIÇOS DE LABORATÓRIO

No âmbito da área dos serviços de laboratório, existia a Sucursal N.º 12 do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos que teria toda a responsabilidade nesta área no TO (CECA, 1989).

4. INATIVAÇÃO DE ENGENHOS EXPLOSIVOS

4.1. CONSIDERAÇÕES DE ÂMBITO DOUTRINÁRIO

4.1.1. Terminologia: minas, armadilhas e engenhos explosivos

Os termos “minas” e “armadilhas”, utilizados em publicações nacionais, pelo menos desde 1950, continuam a ser utilizados hoje com os seus significados praticamente inalterados. Deve anotar-se também o termo “fornilho⁸”, pela sua utilização recorrente nos relatos e memórias publicadas de antigos combatentes (Quadro 6).

Considera-se pertinente estabelecer a comparação destes com os termos adotados atualmente no âmbito das áreas de engenhos explosivos (EOD) e *Counter-Improvised Explosive Device* (C-IED), nomeadamente porque as características técnicas das “minas” e “armadilhas” e as características táticas do seu emprego nas Campanhas de África têm um elevado fator de correlação com os engenhos explosivos utilizados em campanhas contemporâneas (Basto, 2014).

Quadro 6 – Síntese comparativa da terminologia

	SAPADORES	CAMPANHAS PORTUGUESAS EM ÁFRICA	EOD/C-IED
CONVENCIONAIS			Engenho Explosivo Convencional Toda a munição utilizada pelas Forças Armadas que, depois de colocada ou lançada, não funcionou e ficou em situação de poder constituir perigo e/ou prejudicar as operações. [Incluem] minas, foguetes, torpedos, projéteis, bombas, mísseis e de um modo geral todos os engenhos que contenham substâncias explosivas, incendiárias, propuloras, materiais de fissão, fissão ou radiação nuclear, agentes químicos e biológicos.
	Mina Carga contida em invólucro apropriado, com um mecanismo destinado a provocar a deflagração na ocasião da passagem dos carros.		
IMPROVISADOS	Todo o sistema tecnicamente montado com o fim de, inesperadamente, provocar o funcionamento de cargas escondidas (explosivas, incendiárias ou tóxicas) e cuja existência não é de presumir por meio de actos, gestos ou movimentos labiais exercidos sobre objetos aparentemente inofensivos. Armadilha	Tipo de armadilha explosiva montada nas estradas e picadas, em buracos efetuados no subsolo, onde eram colocados engenhos explosivos e todas a classes de munições, geralmente já obsoletos, que serviam, uns como explosivos, outros como estilhaços.	VOIED - Victim Operated IED IED iniciado por ação inadvertida da própria vítima. Engenhos explosivos “colocados e/ou fabricados de uma maneira improvisada, contêm produtos incendiários, explosivos, pirotécnicos ou tóxicos e são preparados para matar, ferir, destruir, danificar, confundir ou hostilizar. Podem ter componentes provenientes de material das Forças Armadas, mas são normalmente manufacturados a partir de materiais não militares.
		Fornilho	Engenho Explosivo Improvisado (IED)

Fonte: Adaptado de EME (1993), Nabeiro (2012), Pinto (1952).

Prevalece na redação do trabalho a utilização da terminologia atual, sem prejuízo da utilização dos termos originais quando citados.

⁸ É definido como um tipo de armadilha explosiva “montado nas estradas e picadas, em buracos efetuados no subsolo, onde eram colocados engenhos explosivos e todas a classes de munições, geralmente já obsoletos, que serviam, uns como explosivos, outros como estilhaços” Nabeiro (2012).

4.1.2. Enquadramento atual

A doutrina nacional de operações menciona a atividade EOD na FComb proteção particularizando o seu âmbito entre as medidas de controlo de danos (Exército Português, 2012; Exército Português, 2015a; EME, 1993).

A doutrina NATO também identifica atividades no âmbito do EOD entre as disciplinas funcionais da proteção da força, com enfoque no seu papel de restabelecimento de infraestruturas fixas, ou seja, também no âmbito do controlo de danos. Ainda no âmbito da proteção da força, a capacidade EOD é mencionada também na disciplina MILENG onde é explicitamente referida a necessidade de integrar o apoio EOD às medidas de engenharia, nomeadamente medidas de mobilidade e contramobilidade, limpeza de áreas, portos e itinerários e apoio ao C-IED (NATO, 2015).

Por outro lado, a doutrina C-IED identifica um conjunto de medidas ativas e passivas de proteção da força e gestão do risco a adotar face a ameaça dos engenhos explosivos, inserindo-as conceptualmente no quadro da Mitigação (uma das suas tarefas operacionais chave). Entre estas, destacam-se as táticas, técnicas e procedimentos (TTP) a adotar nos deslocamentos em coluna, em pequenos e grandes altos, verificação/inspeção de pontos sensíveis e itinerários e emprego de cães de guerra para deteção de explosivos (Exército Português, 2011; NATO, 2012).

Refere-se ainda na doutrina MILENG NATO aquilo que é preconizado para as operações de limpeza de itinerários, destacando que se trata de uma tarefa de mobilidade, da qual determinadas medidas recaem sobre a FComb proteção, sendo também uma tarefa chave para apoio ao C-IED (NATO, 2016b).

Por fim, pode afirmar-se, no quadro das operações de estabilização, em particular em Contrainsurgência, que o contributo da atividade EOD para a FComb proteção e para a FComb movimento e manobra têm larga área de justaposição, no que respeita a dimensão de apoio à mobilidade (Exército Português, 2012; Exército Português, 2015a; NATO, 2012; NATO, 2016b).

4.1.3. Enquadramento em 1963

Em 1961 o manual O EXÉRCITO NA GUERRA SUBVERSIVA abordava a problemática dos engenhos explosivos referindo a importância de evitar “as armadilhas normalmente montadas pelo adversário”, aconselhando a condução de deslocamentos por todo o terreno.

Por outro lado, no que respeita os deslocamentos por itinerários, ditos permanentes, estabelecia um conjunto de medidas prescritivas: constituição de patrulhas de abertura de itinerários a fim de inspecionar os itinerários, remover

armadilhas e explorar as imediações do itinerário, empregues sempre que fosse necessário conduzir deslocamentos por itinerários em regiões controladas por guerrilhas. Incluíam um grupo de minas, responsável por “detetar, se necessário com aparelhos especiais, e remover as minas e armadilhas colocadas ao longo da estrada”, devendo inspecionar minuciosamente não só o leito da estrada, mas também “toda a sua infraestrutura (bermas, valetas, etc.) e toda a espécie de obras de arte”. Em 1963 passa a designar-se de grupo de desobstrução e a incluir, se possível, um cão de guerra. (EME, 1961; EME, 1963).

Previa para as escoltas de segurança e colunas auto, o reforço com blindados e elementos de engenharia (sapadores). De relevar a referência a medidas preventivas contra minas, a adotar pelas colunas na ausência de blindados: colocação à testa da coluna “uma viatura pesada com sacos de areia colocados no chão por baixo do pessoal”, “no leito da caixa e da cabina”. Esta medida tornar-se-ia emblemática, estando na origem das designadas viaturas *rebenta-minas*. São prescritos também intervalos entre viaturas de 50m, garantindo uma distância de segurança evitando que mais do que uma viatura seja apanhada nas emboscadas, e disposições de carácter geral visando limpeza e interdição das bermas numa zona de 500 m para um e outro lado da via. (EME, 1961; Carvalho, 2011; Afonso e Gomes, 2000a).

Era reconhecido, porém, que em regra, era impossível garantir apoio de blindados ou de engenharia, fazendo recair sobre as unidades de manobra, a responsabilidade de execução da maior parte das ações. Reforçando este aspeto, nos casos particulares de apoio temporário às unidades das outras armas, é dada às unidades de engenharia prioridade aos trabalhos de Apoio Geral (A/G), relegando o emprego de sapadores apenas para casos particulares (EME, 1963; Exército Português, 2014).

A limpeza e proteção de itinerários eram consideradas missão essencial à vida das tropas e da população, e era missão das unidades em função de quadrícula (EME, 1963).

Ao nível técnico é relevante destacar uma notável publicação precursora das anteriores, as Instruções Provisórias para o Manuseamento de Armadilhas da 5.ª Repartição do EME, 1960. Entre outros aspetos, refere que “as armadilhas constituem processos insidiosos de combater [...]; em profusão e concebidas com notável engenho, são, por si só, um processo garantido de fazer baixas e estragos, criando mal-estar e insegurança suscetíveis de abalar sensivelmente o moral das populações e das tropas”, e que “nas convulsões sociais, movimentos clandestinos, guerra de guerrilhas, etc. as armadilhas são empregadas com resultados que causaram sérias preocupações”. Destaca ainda a importância da adequada instrução

a todos os combatentes sobre as normas de segurança, de aplicação permanente e obrigatória e da recolha e exploração da informação técnica obtida através da recuperação de engenhos explosivos inativados.

No que respeita os principais manuais de referência para a instrução de sapadores entre 1961 e 1980, verifica-se, na generalidade, uma abordagem de emprego convencional em operações de combate em prol de uma abordagem orientada para os TO. Como noutras áreas de capacidade, foram os desafios surgidos no terreno que geraram, à custa de baixas, as melhores técnicas e soluções.

4.2. ENGENHOS EXPLOSIVOS NA GUINÉ

É frequente caracterizar as minas e engenhos explosivos como “as armas mais temidas pelos militares portugueses” nas Campanhas de África (Afonso e Gomes, 2010). Não dispondo de dados concretos que o sustentem, pode pelo menos afirmar-se, que foram uma das dimensões mais marcantes da experiência subjetiva dos militares portugueses, o que se comprova pela presença quase obrigatória em todas as memórias e relatos de ex-combatentes, de um acontecimento relacionado com engenhos explosivos. O TO da Guiné não é exceção.

A primeira mina referenciada na Guiné é uma mina anti-carro, colocada na estrada Fulacunda – São João (Sul), em Julho de 1963⁹. Em janeiro de 1964 verifica-se o emprego sistemático de minas em itinerários na região do Morés (Norte). A partir de 1969 serão utilizadas também minas aquáticas nos rios e canais onde se deslocam as lanchas da Armada¹⁰. São representativos do emprego de engenhos explosivos na Guiné, os dados do Quadro 6, correspondendo a cerca de 500 por ano (Afonso e Gomes, 2000a).

⁹ A 6 de junho de 1962 havia sido registada a primeira ocorrência com minas AP em Angola, sendo que seis dias depois, a 12 de junho, é regista a primeira com minas AC. Em Moçambique será em maio de 1965 (Afonso e Gomes, 2000a).

¹⁰ Originam a criação dos Destacamentos de Mergulhadores Sapadores (1967 e 1973) (Pinheiro, 1984).

Quadro 6 – Engenhos explosivos implantados (detetados) e neutralizados pelas forças portuguesas na Guiné-Bissau em 1971 e 1972

Ano	1971		1972	
	Detetados	Neutralizados	Detetados	Neutralizados
Minas AP	371	324	398	295
Minas AC	92	69	96	69
Mina aquática	4	4	-	-
Armadilhas	19	13	11	2
Outros	3	-	13	6
TOTAL	489	410	518	372

Fonte: Afonso e Gomes (2010).

Em termos de baixas, não existem estudos estatísticos elaborados sobre o tema. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes admitem que 50% das baixas portuguesas (mortos e feridos) tenham sido provocados por engenhos explosivos (2000a), o que pode estimar-se em cerca de 615 mortos na Guiné (cerca de 30% do total de mortos anual e cerca de 0,2% dos efetivos projetados anualmente) (Quadro 7). Em termos de feridos estão contabilizados na Guiné 2418 militares que adquiriram deficiências permanentes com elevado grau de correlação com lesões provocadas por explosivos: amputados, paraplegias, cegueira e lesões auditivas. Estes representam cerca de 63% dos militares que adquiriram deficiências permanentes nesse TO (ADFA, s.d.).

Quadro 7 – Estimativa de Mortes devido a engenhos explosivos na Guiné-Bissau

Ano	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	TOTAIS
Efetivos Totais	9650	15195	17252	20801	21650	22839	26581	26775	29210	29957	32035	32035	
Efetivos Metropolitanos	8344	12874	14640	19550	18421	19559	22866	22507	23402	24036	25610		
Mortos Totais	54	126	143	184	211	221	207	180	193	164	215	165	2063
Mortos em Combate	34	78	83	133	142	132	119	109	103	81	139	77	1230
Engenhos Explosivos	17	39	42	67	71	66	60	55	52	41	70	39	615
% Mortos	31%	31%	29%	36%	34%	30%	29%	30%	27%	25%	32%	23%	30%
% Efetivos	0,2%	0,3%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%
Acidente Arma Fogo	7	10	4	18	14	24	31	10	17	30	21	17	203
Acidente Viacão	6	6	13	11	12	21	14	12	8	16	10	24	153
Outras Causas	7	32	43	22	32	44	43	55	65	37	45	43	468
Mortos N/Devidos Comb	20	48	60	51	58	89	88	77	90	83	76	84	824
% Mortos N/Devidos Comb	37%	38%	42%	28%	27%	40%	43%	43%	47%	51%	35%	51%	40%

Fonte: CECA (1989).

Os engenhos explosivos utilizados pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) eram originários, na sua maioria, de países do bloco de Leste, embora aparecessem algumas minas francesas e italianas (Afonso e Gomes, 2010; DAE, 1980). As tipologias de empenho evoluíram consoante as medidas de mitigação implementadas pelas nossas forças, reproduzindo tipologias de construção e emprego utilizadas noutros teatros, como o da Argélia.

4.3. ATIVIDADES, PROCEDIMENTOS E MEDIDAS ADOTADAS AO NÍVEL TÉCNICO

4.3.1. Instrução versus improvisação

Embora do ponto de vista doutrinário existisse uma consolidada compreensão das medidas a adotar face ao emprego de engenhos explosivos, os testemunhos encontrados, e os manuais existentes, indicam que a instrução em território nacional relativa a essas matérias era muito reduzida ou não correspondia adequadamente à realidade no terreno (Matos, 1998; Antunes, 1996). Na Escola Prática de Engenharia (EPE) eram ministrados Cursos de Sapadores das Armas e Serviços a dois terços dos militares de cada unidade aprontada para a guerra (Almeida, 2015).

Por outro lado, na chegada à Guiné, as Normas de Execução Permanente (NEP) (QG/CTIG) indicavam requisitos para treino operacional das unidades vindas da metrópole, visando melhorar o nível de instrução das unidades chegadas ao TO, aprofundando os conhecimentos que as tropas já possuem e permitindo um período de ambientação à atividade operacional e situações de combate.

Embora refiram que a instrução seria a principal preocupação das unidades nas três semanas após chegada à Guiné, indicam também que a instrução ocupa todo o tempo útil de que as unidades disponham, embora sem prejuízo dos trabalhos de instalação das tropas. O tema explosivos, minas e armadilhas consta dos objetivos desta instrução (QG/CTIG, 1967a; QG/CTIG, 1967b). Relatos recolhidos referem que face às precárias condições de instalação e equipamento dos militares portugueses, os trabalhos de instalação das tropas absorviam frequentemente todo o tempo disponível (Matos, 1998).

Mesmo assim, os procedimentos identificados nos manuais de referência da época acabaram por ter, na generalidade, implementação no terreno. A “picagem” manual (Figura 9 e Figura 10) é o procedimento mais frequentemente identificado. Refere-se à técnica tradicional de pesquisa com sonda desmagnetizada, mas quebrando alguns dos seus mais basilares princípios, por imposição da morosidade do procedimento e da extensão dos itinerários (Afonso e Gomes, 2000a).



Figura 9 – "Picagem" manual de itinerário

Fonte: Afonso e Gomes (2000b).



Figura 10 – Técnica de "picagem" manual

Fonte: Graça (2017).

Era feita na posição de pé com "picas" (finas varas de aço), por 4/5 militares lado a lado, em linha, batendo toda a largura do itinerário, ou em duas fileiras, apenas batendo a largura dos trilhos dos rodados das viaturas. O ritmo era relativamente rápido. Frequentemente eram empregues militares das milícias locais para realizar esta tarefa.

As viaturas rebenta-minas foram também abundantemente utilizadas (Afonso e Gomes, 2010). Tratava-se de viaturas pesadas reforçadas e blindadas com sacos de areia (por vezes também com chapas de aço), sobre a carroçaria traseira, sobre os guarda-lamas e também sob o banco e os pés do condutor. Os pedais e o volante eram acrescentados. Todas as partes móveis (portas, capota da cabine, capô do motor) eram removidas ou reforçada a sua fixação ao chassi com varões de aço, de modo a não provocarem danos colaterais sobre o condutor, no caso de o veículo acionar uma mina (Figura 11). Também foram utilizados atrelados de 1ton carregados de areia, rebocados pela viatura, com a finalidade de aumentar a largura dos trilhos pisados devido à diferença das distâncias entre eixos entre viatura e atrelado. Estas viaturas levavam apenas o condutor (Carvalho, 2011; Coimbra, s.d.; Afonso e Gomes, 2000b).



Figura 11 – Reforço de viatura com sacos de terra e remoção de portas e capô

Fonte: Mota (2014).

O surgimento de sistemas de carro/trinco permitindo montar engenhos explosivos que detonavam após a passagem da viatura rebenta-minas viriam a suplantam esta solução (Carvalho, 2011).

4.3.2. Subdimensão tecnológica

Diversos equipamentos específicos para deteção de minas e engenhos explosivos (Figura 12 e figura 13) eram já do conhecimento das forças portuguesas em 1963, com destaque para os detetores de minas ou detetores eléctricos, mas também para detetores de montagem veiculares como AN/VRS-1 (EPI, 1962). Outros sistemas de montagem veicular foram desenvolvidos, nomeadamente pela Universidade de Luanda (Figura 14), e que, segundo Afonso e Gomes (2000a) ainda seriam fabricados pelo Depósito de Material de Guerra de Angola, mas não tiveram grande aceitação devido ao mau desempenho no terreno, nunca tendo chegado à Guiné.

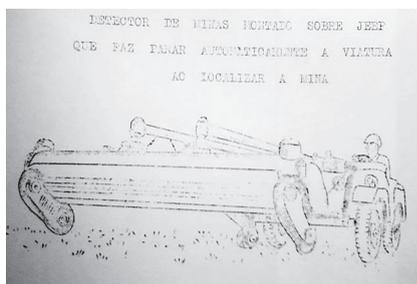


Figura 12 – Sistema de deteção de mina AN/VRS-1

Fonte: EPI (1962).



Figura 13 – Viatura de deteção da família Husky MKIII empregue nas campanhas do Iraque e Afeganistão

Fonte: ArmyTechnology.com (2017).

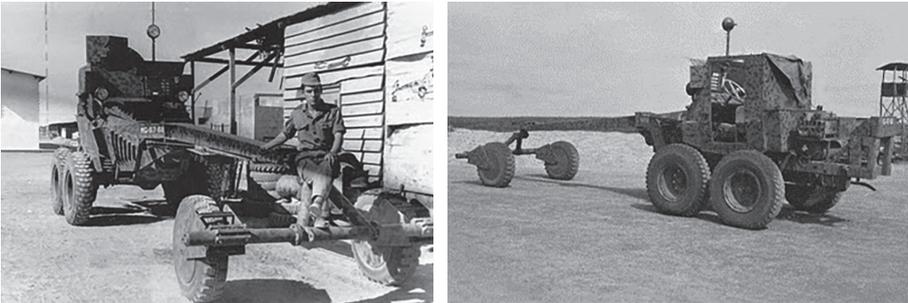


Figura 14 – Viatura *rebenta minas* desenvolvidos em colaboração com a Universidade de Luanda

Fonte: Carvalho (2011).

Apesar do enquadramento doutrinário existente, não se encontrou qualquer relato mencionado o emprego de cães treinados para deteção de explosivos.

Por fim, no que respeita aos detetores de minas, a sua utilização é pouco mencionada. Embora também não se disponham de dados sobre as existências e sua distribuição, foram encontrados relatos referindo que este facto se devia, por um lado à incapacidade logística de fornecer baterias adequadas para permitir a utilização dos mesmos por longos períodos de tempo, por outro, devido à tipologia de construção de engenhos explosivos sem recurso a material metálico detetável pelos detetores de minas (Antunes, 1996; DAE, 1980; Albino, 2009).

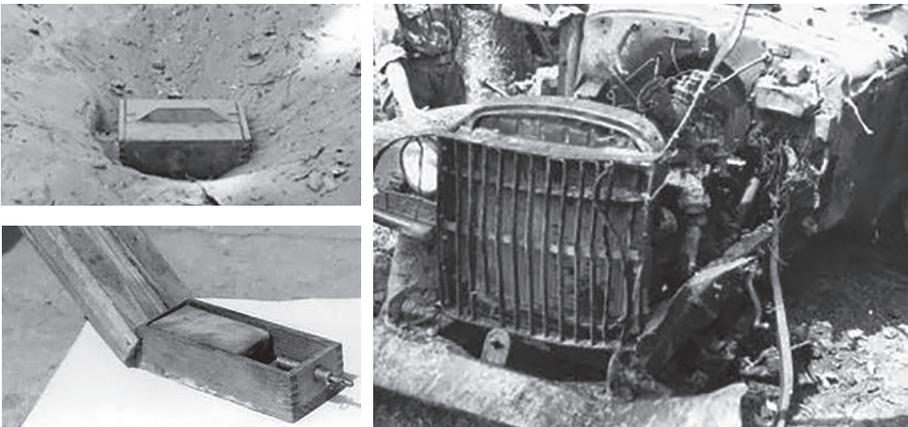


Figura 15 – Mina anti-carro (em cima à esquerda), anti-pessoal (abaixo à esquerda) construídas em madeira e dificilmente detetáveis por detetores de minas. Efeito da mina anti-carro numa viatura pesada GMC *rebenta minas* (direita)

Fonte: Albino (2009).

4.3.3. Prémio pecuniário por mina levantada

Quando detetadas as minas, tendo em conta a regular utilização de dispositivos anti levantamento e outras armadilhas, as operações de neutralização eram realizadas em geral através da técnica de destruição por simpatia ou remoção á distância com fateixa. Cabiam ao escasso pessoal qualificado das armas e serviços e muitas vezes a “gente de boa vontade”.

O levantamento manual também se tornou recorrente, em particular após a aprovação de uma medida incentivadora que atribuía um prémio de 1 000 a 2 000 escudos por mina levantada aos militares que detetassem e levantassem o engenho explosivo. Possivelmente, a medida visava incentivar a inativação e levantamento das minas para permitir obter informação técnica útil às lições aprendidas e à instrução, no entanto, devido à escassez de instrução, especialização e conhecimentos técnicos, terá gerado muitas baixas (Afonso e Gomes, 2000a; Silva, 2015; Rebelo, 2010).

CONCLUSÕES

O ponto de partida para o presente trabalho foi fundado no facto de, em 1963, quando se inicia a Campanha Militar no Teatro da Guiné-Bissau, a abordagem às operações por FComb não havia sido ainda desenvolvida, por conseguinte, não se poderia fazer uma análise explícita à FComb proteção nessa campanha.

De um modo geral, o presente estudo permite verificar que existe uma elevada correlação entre os elementos de doutrina atual e as publicações doutrinárias da época, embora as últimas se destinassem à aplicação por baixos escalões, nomeadamente ao nível de UEB ou escalão companhia. Tal constatação poderá ser justificada tendo em conta que a atual doutrina nacional e de referência reflete significativamente as observações e enquadramento das campanhas recentes do Iraque e Afeganistão, cujas dimensões de Estabilização e Contrainsurgência têm também muitos fatores comuns com as dimensões de Pacificação e Contrassubversão da campanha portuguesa no TO da Guiné.

Por outro lado, poderá existir a possibilidade de se incorrer num vício formal, uma vez que a campanha analisada poderá ter sido alvo de estudo e referência no desenvolvimento da doutrina gerada para responder aos desafios das campanhas do Iraque e Afeganistão e, por conseguinte, estar plasmada na doutrina atual. Neste sentido, a correlação encontrada não deverá constituir um facto surpreendente.

Podemos afirmar que ao nível particular da sobrevivência, verifica-se que a escassez de meios de engenharia terá sido o aspeto mais crítico para a preservação do potencial de combate das unidades em função de quadrícula. Se por um lado,

os trabalhos executados tinham um papel essencial à proteção de pessoal e equipamentos nos aquartelamentos, o facto de os trabalhos recaírem quase exclusivamente nas tropas de quadrícula, requereriam destas um extraordinário esforço face às condições climatéricas e aos materiais disponíveis, em geral obtidos no local.

Por outro lado, subtraíram destas, em geral, tempo de instrução, traduzidos em menos operações e mais baixas. A escassez de capacidades de engenharia de A/G capazes de apoiar as necessidades básicas dos aquartelamentos, gerou também condições salubridade, saneamento e higiene, que combinadas com as condições climatéricas do TO se verificaram propícias a elevados números de baixas por doença.

Verifica-se que, apesar das exigências colocadas pelas características do TO, o elemento de prevenção ao nível sanitário foi adequado desde o início da campanha, através de medidas de profilaxia individual e coletiva, medicina preventiva e planos de vacinação que ainda hoje são a base das medidas empregues em caso de emprego da Força de Reação Imediata. Apesar disso, cerca de 20% das baixas no TO deveram-se a doença, por falta de condições de vida e higiene nos aquartelamentos, pelo fraco valor nutritivo da alimentação, pelas condições climatéricas e pelos vetores de propagação de doenças existentes, nomeadamente a malária. Esse facto permite-nos inferir que a resposta ao nível da condução da operação não terá sido suficientemente capaz. São fatores que suportam esta afirmação a inexistência de serviços veterinários responsáveis pelo controlo da alimentação, de serviços especializados para apoio a situações de stress pós-traumático e a existência de apenas uma sucursal do laboratório militar, responsável por apoiar todo a extensão do TO.

Verificamos que existia já uma compreensão consolidada das medidas a adotar face ao emprego de engenhos explosivos. A organização geral e medidas adotadas pelas patrulhas de abertura de itinerários apresenta uma elevada correlação com as TTP previstas atualmente na doutrina C-IED, bem como, com a organização geral dos destacamentos montados de engenharia de combate em *Route Clearance*.

Porém, a preparação de quadros e o sistema de instrução nem sempre terá sido eficaz a transpor a doutrina para a prática. De um modo geral, pode afirmar-se que a instrução era insuficiente. Os procedimentos adotados no terreno, muitas vezes por milícias locais, careciam de normalização, acarretando impactos negativos em termos de eficiência, eficácia e baixas. Apesar disso, alguns relatórios de análise técnica e tática de ataques com engenhos explosivos existentes indica que existiam já capacidades embrionárias de lições aprendidas em apoio à mitigação do risco.

É por ventura ao nível tecnológico que se verifica a maior divergência face aos dias de hoje, embora ao nível da campanha, a subdimensão tecnológica tenha sido a regra e não a exceção. À exceção do que diz respeito à utilização do espectro eletromagnético (com IED por controlo remoto sem fios e o emprego de contra-medidas eletrónicas), a generalidade dos meios utilizados atualmente (detetores de minas, sistemas de deteção montados em viaturas ou equipas cinotécnicas de deteção de explosivos) existiam já no final dos anos 60, algumas delas até bastante antes (caso dos detetores de minas, já largamente utilizados durante a II Guerra Mundial).

Em síntese, embora não tenha sido possível recolher elementos significativos que permitam analisar a incorporação das tarefas de proteção no planeamento das operações, ao nível da condução das operações, ao nível tático e ao nível técnico, pode considerar-se que foi respondidas as QD2, 3 e 4.

Por fim, sublinha-se que, no TO da Guiné, a generalidade das tarefas de proteção eram uma responsabilidade quase exclusiva das unidades em função de quadrícula, e que lhes era acometida sem que lhes fosse atribuído pessoal especializado, em particular no âmbito da sobrevivência e da inativação de engenhos explosivos. A exceção seriam alguns sapadores das armas e serviços, nem sempre qualificados, e geralmente com pouca experiência. Esta dimensão da campanha tinha um carácter estrutural, as forças de engenharia na Guiné nunca excederam um BEng para apoiar um efetivo que ascendeu a cerca de 32 000 homens em 1973. Fruto da escassez de pessoal especializado, na maioria dos casos, a norma existente foi a inexistência de norma, prevalecendo o engenho e o improvisado. Também ao nível da proteção sanitária se verificou a escassez de capacidades especializadas, nomeadamente na vertente da segurança alimentar. Poderá afirmar-se que a contribuição das tarefas de proteção, dentro do quadro doutrinário existente, poderia ter sido mais eficiente e mais eficaz através de maior especialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADFA, s.d. *Guerra Colonial 1961-1974. Estatísticas sobre deficientes e deficiências adquiridas durante a Guerra Colonial*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.guerracolonial.org/gallery_detail?category=189> [Consult. em 29 de junho de 2017].
- Afonso, A. e Gomes, C., 2000a. Guerra Subterrânea. Minas. Em: A. Manuel, ed. *Guerra Colonial*. 2.^a Edição ed. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 311-319.
- Afonso, A. e Gomes, C., 2000b. Comunicações Terrestres. Abertura de Itinerários. Em: A. Manuel, ed. *Guerra Colonial*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 404-409.
- Afonso, A. e Gomes, C., 2010. *Os Anos da Guerra Colonial 1961.1975*. 1.^a ed. Matosinhos: QUIDNOVI.

- Albino, R., 2009. *Luís Graça & Camaradas da Guiné. As minas e o seu poder destruidor*. [Em Linha] Disponível em: <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2009/02/guine-6374-p3880-historia-da-ccac-2402.html>> [Consult. em 29 de junho de 2017].
- Almeida, S., 2015. *História da Escola Prática de Engenharia. 1880-2013*. Tancos: Regimento de Engenharia Nº1.
- Antunes, J., 1996. Mutilados. Dor Eterna. Em: *A Guerra de África (1961-1974)*. s.l.:Temas e Debates, pp. 959-970.
- ArmyTechnology.com, 2017. *Husky 2G Mine Detection Vehicle South Africa*. [Em Linha] Disponível em: <<http://www.army-technology.com/projects/husky-2g-mine-detection-vehicle>> [Consult. em 29 de junho de 2017].
- Basto, J., 2014. *Portuguese Colonial Wars (1961-74): Findings from 13 years of Counter-Insurgency*. In: *NATO C-IED Center of Excellence NATO C-IED Center of Excellence Lessons Learned Seminar and Workshop 2014*. Hoyo de Manzanares: s.n.
- Carvalho, A., 2011. *CART.3514 "Panteras Negras". Rebenta Minas*. [Em Linha] Disponível em: <<http://cart3514.blogspot.pt/2011/11/rebenta-minas.html>> [Consult. em 10 de junho de 2017].
- Coimbra, L., s.d. *Luís Coimbra. Ponte de Muacamula*. [Em Linha] Disponível em: <http://ultramar.terraweb.biz/Imagens/Mocambique_LuisCoimbra_06Muacamula.htm> [Consult. em de 10 junho de 2017].
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África - Dispositivo das Nossas Forças. Guiné*. Comissão para o Estudo das Campanhas de África ed. Lisboa: Exército Português.
- Comissão Portuguesa de História Militar, 2007. *O Serviço de Saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos irmãos hospitaleiros de S. João de Deus em Portugal. Actas do XVI Colóquio de História Militar*. Comissão Portuguesa de História Militar ed. Lisboa: DPI - Design, Produção gráfica e imagem.
- Department of the Army, 2014. *FM 3-34 Engineer Operations*. 1.ª ed. Washington, DC: Headquarters, Department of the Army.
- Department of the Army, 2007. *FM 3-34.210 Explosive Hazard Operations*. Washington, DC: Headquarters. Department of the Army.
- Department of the Army, 2011. *TTP 4-32 Explosive Ordnance Disposal Operations*. Washington, DC: Headquarters. Department of the Army.
- Department of the Army, 2012. *ADRP 3-37 Protection*. Washington DC: Headquarters, Department of the Army.
- Department of the Army, s.d. *ATP 3-37.34 - Survivability Operations*. 1.ª ed. Washington, DC: Headquarters, Department of The Army.
- Dias, L., 2011. *Luís Graça & Camaradas da Guiné*. [Em Linha] Disponível em: <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2011/06/guine-6374-p8425-armamento-5-morteiros.html>> [Consult. em 11 de abril de 2017].
- Direção da Arma de Engenharia, 1960. *Regulamento para a Instrução de Sapadores das Armas*. s.l.:Ministério do Exército, EME.

- Direção da Arma de Engenharia, 1967. *Sapadores. Fichas de Instrução*. s.l.:Direção da Arma de Engenharia.
- Direção da Arma de Engenharia, 1980. *Manual de Minas e Armadilhas*. 2.ª ed. Tancos: s.n.
- Djaló, A., 2010. *Guineense, Comando, Português. Comandos Africanos (1964-1974) 1.º Volume*. Lisboa: Associação de Comandos.
- Escola Prática de Engenharia, 1963. *Descrição e Elementos Técnicos de Alguns Trabalhos de Engenharia Militar*. Tancos: Escola Prática de Engenharia.
- Escola Prática de Infantaria, 1962. *Guerra de Minas. Artigo publicado em «Ordenance» em Maio-Junho-1961*. Mafra: s.n.
- Estado-Maior do Exército, 1955. *Regulamento para Instrução de Sapadores das Armas*. 1.ª ed. Lisboa: Ministério do Exército.
- Estado-Maior do Exército, 1959. *Regulamento Tático de Batalhão de Infantaria*. 1.ª ed. Lisboa: Ministério do Exército.
- Estado-Maior do Exército, 1960. *Instruções Provisórias para o Manuseamento de Armadilhas*. s.l.:EME.
- Estado-Maior do Exército, 1961. *O Exército na Guerra Subversiva: 1.ª Parte: Guião para o Emprego Tático das Pequenas Unidades na Contra-Guerrilha*. Lisboa: Exército Português.
- Estado-Maior do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: Exército Português.
- Estado-Maior do Exército, 1971. *Regulamento de Campanha - Operações, Volume 1*. Lisboa: Exército Português.
- Estado-Maior do Exército, 1993. *RC 47-1 Engenharia*. Lisboa: Exército Português.
- Exército Português, 1993. *Regulamento de Campanha Nº 47-1 Engenharia*. Lisboa: s.n.
- Exército Português, 2011. *PDE 3-64-00 Counter-IED*. Lisboa: Exército Português.
- Exército Português, 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Exército Português, 2013. *PDE 4-00 Logística*. Lisboa: Exército Português.
- Exército Português, 2014. *A Engenharia Militar na Guiné. O Batalhão de Engenharia*. Direção de Infraestruturas ed. Lisboa: Soartes - Artes gráficas limitada.
- Exército Português, 2015a. *PDE 3-01-00 Tática das Operações de Combate - Vol. I*. Lisboa: Exército Português.
- Exército Português, 2015b. *PDE 3-01-00 Tática das Operações de Combate - Vol. II (versão draft)*. Lisboa: s.n.
- Fernandes, D., 2017. *Plano Vacinação Força Reação Imediata EXE 2017*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior das Forças Armadas, Hospital das Forças Armadas.
- Gouveia, J., 2010. *Os Falcões - CArt1525*. [Em Linha] Disponível em: <<http://www.cart1525.com/gouveia/resposta.pdf>> [Consult. em 27 de abril de 2017].
- Graça, L., 2017. *Luís Graça & Camaradas da Guiné*. [Em Linha] Disponível em: <<https://blogueforanadaevautres.blogspot.pt/>> [Consult. em 27 de abril de 2017].
- Hespanhol, A., Couto, L. e Martins, C., 2008. *A Medicina Preventiva*. [Em Linha] Disponível em: <<http://rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/download/10462/10198>> [Consult. em 15 de Junho de 2017].

- Martins, J., 2012. *Luís Graça & Camaradas da Guiné*. [Em Linha] Disponível em: <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2012_06_10_archive.html> [Consult. em 11 de abril de 2017].
- Matos, J., 1998. *Estavamos lá e... foi assim - Monografia sobre a Companhia de Artilharia 731 Guiné 1964/66*. s.l.:s.n.
- Matos, J., 2015. A ameaça dos MiG na guerra da Guiné. *Revista Militar*, abril.
- Mendonça, T., 2009. *Luís Graça & Camaradas da Guiné*. [Em Linha] Disponível em: <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2010_05_01_archive.html> [Consult. em 11 de abril de 2017].
- Mota, C. J., 2014. *Companhia de Caçadores 2505. XX - Mina Anti-Carro na Picada*. [Em Linha] Disponível em: <<http://ccac2505.blogspot.pt/2014/04/>> [Consult. em 29 de junho de 2017].
- Mourão, P., 2001. *Guiné, Sempre!*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Nabeiro, C., 2012. *Rangers & Coisasdomr*. [Em Linha] Disponível em: <<http://coisasdomr.blogspot.pt/2012/08/m528-nocoos-sobre-minas-e-armadilhas.html>> [Consult. em 27 de abril de 2017].
- NATO, 2012. *AJP 3-15(B) Allied Joint Doctrine for Countering Improvised Explosive Devices*. s.l.:s.n.
- NATO, 2013. *AAP 06 North Atlantic Treaty Organization (NATO) Glossary of Terms and Definitions*. s.l.:s.n.
- NATO, 2015. *AJP 3-14 Allied Joint Doctrine for Force Protection Edition A Version 1*. s.l.:NATO Standardization Office.
- NATO, 2016a. *ATP 3.12.1 Allied Tactical Doctrine for Military Engineering*. s.l.:s.n.
- NATO, 2016b. *ATP 3.12.1.3 Allied Tactical Doctrine For Route Clearance*. s.l.:s.n.
- NATO, 2016c. *ATP 3.18.1(A) Explosive Ordenance Disposal on Combined Joint Operations (Ratification Draft)*. s.l.:s.n.
- Pinheiro, F., 1984. Divagações sobre um homem que pôs «a pata na poça». Em: *Memórias da Guerra Colonial N.º 2. Carne para Canhão*. s.l.:Andrômeda Publicações, pp. 27-35.
- Pinto, N., 1952. *Escola Prática de Engenharia. Armadilhas Explosivas, Incendiárias e Tóxicas. Apontamentos para os Cursos*. Lisboa: Tipografia da L. C. G. G..
- Pires, A., 2012. *Luís Graça & Camaradas da Guiné*. [Em Linha] Disponível em: <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2012/11/guine-6374-p10737-album-fotografico-do.html>> [Consult. em 11 de abril de 2017].
- Policarpo, F., 2006. *Batalhas da História de Portugal. Guerra de África - Guiné*. Matosinhos: QuidNovi.
- QG/CTIG, 1967a. *Treino Operacional das Unidades Vindas da Metrópole (NEP-Operações/Cap V-3)*. Lisboa: AHM.
- QG/CTIG, 1967b. *Minas e Armadilhas (NEP Operações/Cap VIII-2)*. Lisboa: AHM.
- Rebelo, J., 2010. *Batalhão de Caçadores 2863 - C.C.S. Companhias que estiveram com o Batalhão 2863 no Fingoé*. [Em Linha] Disponível em: <<http://batalhao2863.blogs.sapo.pt/11452.html>> [Consult. em 17 de junho de 2017].

- Reis, I., 2007. *Luís Graça & Camaradas da Guiné*. [Em Linha] Disponível em: <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2007/04/guin-6374-p1654-fotobiografia-da-cca.html>> [Consult. em 11 de abril de 2017].
- Santos, A., 2015. *Guiné - Abel Santos - CArt 1742 - 1967 a 1969*. [Em Linha] Disponível em: <http://ultramar.terraweb.biz/CTIG/CTIG_AbelSantos_Paludismo.htm> [Consult. em 11 de abril de 2017].
- Silva, F., 2015. *Guerra na Bolanha: De Estudante, a Militar e Diplomata*. Lisboa: Âncora.
- Talhadas, J., 2009. *Memórias de um guerreiro colonial*. Lisboa: Âncora Editora.
- Varanda, J., 2005. *Luís Graça & Camaradas da Guiné (I Série)*. [Em Linha] Disponível em: <<http://blogueforanada.blogspot.pt/2005/11/guine-6374-ccxc-ccac-2636-co-196971-1.html>> [Consult. em 11 de abril de 2017].

SECÇÃO VIII

O APOIO DE SERVIÇOS

O APOIO DE SERVIÇOS NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)

Autores

MAJ INF Nelson Filipe Neves Inácio
MAJ INF Xavier da Costa
MAJ ART António Joaquim Félix Almeida
MAJ CAV Eduardo Jorge Pereira Gomes
MAJ ADMIL Nuno R. da Gama V. F. de Castro

Orientador

MAJ MAT Tiago José Moura da Costa

A 4 de abril de 1949, Portugal aderiu à Organização do Tratado do Atlântico Norte, passando a adotar a doutrina preconizada por aquela organização, centrando-se essencialmente na sustentação de forças no âmbito de conflitos convencionais (Cann, 2005, p. 187).

Para dar resposta às necessidades das Unidades enviadas para os territórios coloniais, foi necessário adaptar a doutrina vigente à época em relação à realidade vivida no terreno, tendo a logística de campanha, vocacionada para a guerra convencional, sido relegada para segundo plano (Moreira, 1999, p. 9).

O tema do presente trabalho de investigação de grupo, “O Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações da Guiné-Bissau”, assume relevância já que a temática relativa às campanhas militares de Portugal nos territórios africanos no período de 1961-1974, incidem sobre aspetos de natureza operacional, sendo menos focadas as questões relativas ao apoio logístico (ApLog) e à área de pessoal.

De acordo com a doutrina atualmente em vigor, importa compreender o papel que o Apoio de Serviços (ApSvc), enquanto função de combate, teve na condução das operações no Teatro de Operações (TO) da Guiné. Neste sentido, o objeto da nossa investigação será analisar como se desenvolvia a função de combate ApSvc no TO da Guiné no período de 1963-74, procurando fazer uma associação entre as várias áreas em que se decompõe esta função de combate e as atividades que eram conduzidas no terreno de acordo com a doutrina de então.

Considera-se assim necessário delimitar o objeto de estudo: temporalmente ao hiato de tempo compreendido entre 1963 e 1974, período correspondente aos

anos de conflito armado no TO; e, especialmente, a todo o território da Guiné-Bissau onde teve lugar a condução da campanha militar. No tocante ao conteúdo, optámos por delimitar o trabalho a apenas cinco funções logísticas (Reabastecimento, Manutenção, Movimentos e Transporte (M&T), Apoio Sanitário e Infraestruturas), bem como às funções específicas de Pessoal: Assuntos Mortuários, Moral e Serviços de Pessoal e Efetivos. Para além disto, procurámos fazer a ligação entre estes conceitos e a doutrina vigente à época de modo a permitir uma perceção coerente da realidade vivida no TO, preocupação igualmente constante ao longo do trabalho para casos mais pontuais.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1. INTRODUÇÃO

Do conjunto das obras consultadas verificámos que a grande maioria aborda a Campanha Militar no TO da Guiné sob uma perspetiva fundamentalmente histórica, incidindo grande parte delas sobre operações militares, conduzidas ao longo do conflito, ou, inclusive, no relato de experiências vividas pelos próprios intervenientes.

Constata-se haver um incipiente trabalho de investigação acerca da organização e funcionamento do Exército durante os mais de dez anos de conflito naquele TO, sendo de salientar neste âmbito o enquadramento muito secundário e pouco desenvolvido que é dado às áreas ligadas ao Pessoal e à Logística nas obras que tratam sobre o conflito da Guiné durante a Guerra Colonial.

1.2. O CONCEITO DE APOIO DE PESSOAL – ATUAL E DURANTE A CAMPANHA

O atual conceito de Apoio de Pessoal (ApPess) constitui-se como um conjunto de atividades interdependentes que auxiliam a ação de comando, permitindo desenvolver e manter bons índices de moral das tropas. Engloba tarefas orientadas para o bem-estar, tais como, as necessidades e a qualidade de vida do pessoal (Exército Português; 2016, p. 1_1).

A gestão e administração dos recursos humanos à disposição de um Comando deve ser uma preocupação constante a todos os níveis e escalões, tendo sido ao nível da doutrina atual organizada num conjunto de funções elementares designadas por Funções Específicas, por sua vez agrupadas em Áreas Específicas, de acordo com afinidades existentes entre as mesmas (Tabela 1).

Em termos de orgânica e funcionamento, a área do Pessoal mantém algumas similaridades relativamente à existente no período em estudo. Na época em questão, no topo da hierarquia encontrava-se o Ajudante-General que acionava a 1.ª Repartição do Estado-Maior do Exército e a Direção do Serviço de Pessoal (DSP), entre outras. À DSP competia executar os assuntos relativos à administração do pessoal em serviço, designadamente: recrutamento; promoções; mudanças de situação; colocação e transferências; baixas de serviço; graduações e licenças (CECA, 1988, pp. 217-218), aspetos que nos dias de hoje se encontram integrados na área específica Administração do Pessoal.

Tabela 1 – Áreas de Atividade

Funções Específicas	Áreas
Efetivos	Manutenção do Efetivo
Recompletamentos	
Pessoal Militar	
Pessoal Civil	Administração do Pessoal
Prisioneiros de Guerra	
Pessoal Prisioneiro do Inimigo Recuperado	
Segurança do Pessoal	Desenvolvimento e Manutenção do Moral
Moral e Serviços de Pessoal	
Condecorações e Recompensas	
Relatórios de Baixas	
Assuntos Mortuários	Manutenção da Disciplina, Lei e Ordem
Manutenção da Disciplina, Lei e Ordem	
Administração Interna	Administração Interna
Administração do Potencial Humano	Administração do Potencial Humano

Fonte: Exército Português (2016, p. 1_4).

1.3. O CONCEITO DE LOGÍSTICA – ATUAL E DURANTE A CAMPANHA

De acordo com a PDE 4-00 Logística, a Logística é definida como a ciência do planeamento e da execução de movimentos e sustentação de forças, estando a ela associadas as seguintes atividades (2013, p. 2_3):

- Conceção e desenvolvimento, obtenção, receção, armazenagem, movimentos, distribuição, manutenção, evacuação e alienação de materiais, equipamentos e abastecimentos;

- Transporte de pessoal e material;
- Construção, conservação, operação e disposição de instalações;
- Sustentação e fornecimento de serviços;
- Apoio Sanitário (ApSan).

De igual modo, a finalidade da Logística nos termos da mesma publicação, “consiste em equipar e manter uma força em condições de ser empregue em operações militares, durante o tempo necessário, quer no Território Nacional (TN), quer num qualquer TO a uma distância considerável do primeiro.” (2013, p. 2_1).

Atualmente existem sete funções logísticas (Reabastecimento, M&T, Manutenção, ApSan, Infraestruturas, Aquisição, Contratação e Alienação, e Serviços), das quais apenas iremos abordar as abaixo indicadas devido ao facto de terem sido sobre estas que a revisão da literatura proporcionou dados quantitativa e qualitativamente adequados para análise (Exército Português, 2013, pp. 5_1-5):

- Reabastecimento: conjunto de atividades realizadas com vista à obtenção, receção, armazenagem e distribuição de abastecimentos, incluindo a determinação em qualquer altura do tipo e quantidade necessária, e a reafectação dos artigos a destinatários que não os originais; inclui todos os materiais usados no apoio e sustentação das forças militares.
- Manutenção: conjunto de atividades com a finalidade de manter os equipamentos em condições de operacionalidade e restaurar tal condição aos equipamentos que não se encontram operacionais.
- M&T: A missão no âmbito dos M&T comporta o planeamento, a direção e o controlo dos meios de transporte e necessidades a estes associados, com o objetivo de deslocar pessoal, material e abastecimentos para um determinado local, em tempo, nas quantidades desejadas, nas necessárias condições de operacionalidade e da forma mais económica, tendo em vista a satisfação operacional da missão.
- ApSan: conjunto de atividades de carácter sanitário que têm por finalidade o aprontamento, a prevenção dos efetivos e a recuperação dos indisponíveis¹. O ApSan deve estar em condições de contribuir para a proteção da força e garantir o seu moral através da prevenção de doenças, de evacuações rápidas e do melhor tratamento de doentes e feridos.
- Infraestruturas: conjunto de atividades exercidas no sentido de dotar todos os intervenientes com as instalações necessárias. Relaciona-se com a conceção, construção, remodelação, manutenção, operação e disposição

¹ Doentes e feridos, humanos ou animais.

de instalações para projeção, acomodação, instalação, sustentação e re-
tração das forças.

Todavia, durante as campanhas do Ultramar, encontravam-se estabelecidas cinco funções logísticas: abastecimento, evacuação e hospitalização, transporte, manutenção e serviços. Para materializarem o apoio às tropas no terreno estas organizavam-se nos seguintes serviços, com as respetivas missões (Afonso e Gomes, 2001, p. 342):

- Serviço de Engenharia (SEng): trabalhos de construção, reparação e manutenção de instalações e vias de comunicação, montagem e exploração de redes de distribuição elétrica, pesquisa e exploração de fontes de água e fornecimento de cartas topográficas;
- Serviço de Transmissões: comunicações entre Comandos e Unidades, fornecimento do respetivo material, sua manutenção e reparação;
- Serviço de Transportes (STransp): organização e execução de transportes marítimos, aéreos e terrestres;
- Serviço de Material (SMat): operações de carácter técnico, relativas a armamento, viaturas e munições;
- Serviço de Intendência (SInt): abastecimento de víveres, combustíveis e lubrificantes, de fardamento, calçado, equipamentos e material de aquartelamento;
- Serviço de Saúde (SS): preservação da saúde das tropas e recuperação dos feridos e doentes, produção e distribuição de medicamentos.

2. O APOIO DE PESSOAL

2.1. A MANUTENÇÃO DE EFETIVO

De acordo com o recenseamento geral da população em Portugal², a população residente era de: continente e ilhas³ - 8 889 392; Angola - 4 830 283; Guiné - 525 437; Moçambique - 6 603 653.

De acordo com a faixa etária para prestar serviço militar⁴ os números fixavam-se em: continente e ilhas - 336 672; Angola - 208 853, Guiné - 21 256; Moçambique - 250 000 (CECA, 1988, p. 214).

² Relativo a 15 de dezembro de 1960 (CECA, 1988).

³ Madeira e Açores.

⁴ Dos 20 aos 24 anos (CECA, 1988).

Numa breve análise aos números constata-se que nos três territórios africanos os efetivos incorporáveis, na sua totalidade excediam os efetivos da metrópole e ilhas. A possível utilização destes recursos era efetuada através da Administração de Pessoal.

Em 1960 estavam previstos três sistemas de obtenção de recursos para o Exército: a conscrição, o voluntariado e o misto⁵. No essencial, o sistema mais utilizado era o misto. O voluntariado era admissível, sobretudo aos indivíduos com idades inferiores a 20 anos, não contribuindo, no entanto, com um número de efetivos significativo para o recrutamento (CECA, 1988, p. 214).

Para o Ultramar, a Lei N.º 2060, de 03 de abril de 1953, regulava sobre o recrutamento e estabelecia que todos os cidadãos portugueses nascidos nas colónias poderiam ser obrigados a prestar serviço militar (SvcMil), enquadrados nas mesmas condições estabelecidas para o SvcMil no continente e ilhas. A legislação em vigor determinava também que todos os cidadãos portugueses, de origem ou naturalizados, eram obrigados a prestar SvcMil de acordo com a sua robustez física e aptidões intelectuais e profissionais⁶ e respeitando uma duração geral de SvcMil⁷ (CECA, 1988, p. 215).

Assim, os efetivos no TO em 1961 totalizavam 4 736 elementos e durante o período compreendido entre 1961 e 1964 cresceram de forma substancial, continuando a aumentar de modo intenso até 1973, atingindo a cifra de 32 035 efetivos (Quadro 1). No final de 1962 e até ao ano de 1966, os efetivos oriundos da metrópole, subiram de 4 070 para 17 760, sendo que em dezembro de 1969 rondavam os 22 866 efetivos, alcançando o seu máximo valor em 1974, com um efetivo a rondar os 26 000 elementos (Bacelar, 1999, p. 59).

⁵ Combinação de ambos os sistemas atrás referidos (CECA, 1988).

⁶ Lei do Recrutamento e SvcMil (Lei N.º 1961, s.d.) com as alterações da Lei N.º 2034, de 18 de julho de 1949 e (Decreto-Lei N.º 38 918, s.d.).

⁷ A prestação de serviço nas fileiras, dividia-se em três escalões: tropas ativas - oito anos; tropas licenciadas - doze anos; tropas territoriais - cinco anos. Como nos dias de hoje, os períodos de prestação de serviço, dividiam-se em efetividade de serviço e disponibilidade (CECA, 1988).

Quadro 1 – Quadro de Efetivos nos três Teatros (Referidos a 31 dezembro)

Anos \ TO	Angola	Moçambique	Guiné	Total
1960	—	—	—	—
1961	33 477	11 209	4 736	49 422
1962	44 925	11 852	5 070	61 847
1963	47 400	14 246	9 650	71 296
1964	52 493	18 049	15 195	85 737
1965	57 073	22 856	17 252	97 181
1966	55 816	30 588	20 801	107 205
1967	57 420	34 721	21 650	113 791
1968	58 230	36 615	22 839	117 684
1969	55 574	39 096	26 581	121 251
1970	55 233	38 712	26 775	120 720
1971	62 060	44 505	29 210	135 775
1972	60 317	46 723	29 957	136 997
1973	65 592	51 463	32 035	149 090

Fonte: CECA (1988, p. 159).

Nos três TO do Ultramar, incluindo a Guiné, os efetivos locais aumentaram de forma substancial num processo hoje conhecido como “africanização”⁸, permitindo ao Estado Português colmatar a crescente escassez de efetivos da metrópole e possibilitar o levantamento de Unidades menos dispendiosas, com enorme conhecimento e adaptação ao terreno, tendo sido também utilizados como fontes de informação e contrainformação (Afonso e Gomes, 2001, p. 551).

2.2. A ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL – PRISIONEIRO DE GUERRA

Tendo por base a Tabela 1, a Área de Atividade de Administração de Pessoal abrange a função específica de Prisioneiros de Guerra (PG), que relativamente ao conflito em análise, em 1961 e durante os treze anos de conflito, revelou que a experiência portuguesa no tratamento, administração e guarda de PG era inexistente.

Este facto poderá justificar-se pela dificuldade de tornar extensível aos territórios do Ultramar o regime jurídico do Estado Português, no reconhecimento da existência de um estado de beligerância contra as Forças Armadas (FFAA) de um outro Estado opositor, ficando vedado ao Exército Português agir de acordo com os princípios consignados na Convenção Relativa ao Tratamento dos PG (CECA, 1988, p. 230).

⁸ Sextuplicou de 1961 a 1973.

Por outro lado, as características do próprio conflito e perante um Inimigo de efetivo reduzido e que não fazia uso de uniformes⁹, não permitia a captura de elevados efetivos, tornando até a mesma extremamente difícil.

O objetivo fundamental das capturas visava a recolha de informações, pelo que, logo após a realização dos interrogatórios, os combatentes capturados eram entregues às autoridades civis da população para realizarem a respetiva reinserção na sociedade. Os elementos com maiores responsabilidades nas ações militares do inimigo e que detinham comando eram entregues às forças policiais – inclusive à Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) – para serem detidos (Pinto et al., 2008). Este procedimento originou que não fosse necessário constituir e administrar campos de PG por parte do Exército na Guiné (CECA, 1988, p. 248).

2.3. DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO MORAL

Durante o conflito, o Desenvolvimento e Manutenção do Moral, conhecido à data por “Serviços de Moral e Bem-Estar”, assentava essencialmente em três pilares: o Serviço de Assistência Religiosa, Serviços Sociais das FFAA e o Serviço Postal Militar (SPM).

Os primeiros dois Serviços obtiveram grande preponderância entre os militares, pelo que existia por cada Batalhão um Capelão militar. Este, além do respetivo apoio religioso às tropas, desempenhava um trabalho importante junto das populações civis (CECA, 1988, p. 248).

O SPM funcionava sob administração própria, independente da administração dos Correios de Portugal (CTT¹⁰), de modo a se conseguir maior mobilidade no TO e assegurar todas as necessidades militares, onde a relação institucional entre estes dois serviços se limitava à troca de correspondência (CECA, 1988, p. 249).

O SPM tinha chefia em Lisboa. Existia uma Estação Postal Principal no TO, a Estação Postal Militar 8 (indicativo da Guiné), que distribuía o correio pelas várias Estações Postais Secundárias que por sua vez distribuía pelos Postos Militares de Correio, cada um apoiando até 2 500 homens. No fim da cadeia havia em cada Unidade um Encarregado da Delegação Postal (normalmente um cabo escriturário), que recebia formação específica para essas funções.

De acordo com entrevista realizada ao Coronel de Administração Militar na Reforma Duran Clemente, que interveio ativamente no conflito, o serviço era efi-

⁹ Que permitissem uma clara identificação dos insurgentes e a distinção clara entre combatentes e população civil.

¹⁰ Significado: Correios, Telégrafos e Telefones.

ciente e notável e era efetuado por via aérea. Entregavam-se desde aerogramas, a cartas, encomendas, vales do correio e valores declarados. Os aerogramas¹¹ foram muito impulsionados pelo Movimento Nacional Feminino para apoio aos militares. Os seus impressos tinham tamanho A4 e no caso de servirem para envio de mensagens da metrópole para o TO possuíam cor Azul (“representando o Mar que os separava!”), no caso inverso, se fossem para enviar mensagens da Guiné para o continente, apresentavam cor amarela (“significado de otimismo, alegria, a prosperidade e felicidade”) (Clemente, 2017).

No âmbito dos assuntos relacionados com baixas, unicamente referindo-se aos mortos, o processo por si só era delicado, longo e moroso.

Nos primeiros anos do conflito a responsabilidade dos custos dos transportes dos militares falecidos em combate para a metrópole era das respetivas famílias. Outros casos existiram, em que os militares falecidos foram sepultados em cemitérios, construídos e organizados, nas localidades onde se situavam os aquartelamentos, e outros, foram sepultados nas matas por impossibilidade de transporte para os aquartelamentos. Estas baixas (mortos) não eram transportadas por via aérea por falta de meios e por estes estarem destinados ao transporte dos feridos para os postos de socorros (PS) ou enfermarias nos setores das Forças (Afonso e Gomes, 2001, p. 226).

Quadro 2 – Mortos na Guiné

Ano	Em combate		Por acidente com armas de fogo		Por acidente de viação		Por outras causas		Soma		Obs.
	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	
1961	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Até 25-4-74 Após 25-4-74
1962	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
1963	28	6	7	—	5	1	6	1	46	8	
1964	68	10	6	4	6	—	30	2	110	16	
1965	75	8	3	1	13	—	33	10	124	19	
1966	114	19	14	4	11	—	15	7	154	30	
1967	132	20	11	3	9	3	18	15	170	41	
1968	102	30	19	5	18	3	28	16	168	53	
1969	103	16	26	5	13	1	25	18	167	40	
1970	85	24	9	1	12	—	31	24	137	50	
1971	78	25	16	1	7	1	46	19	147	46	
1972	61	20	27	3	14	2	23	14	125	39	
1973	88	51	17	4	7	3	25	20	137	78	
1974	43	25	5	4	10	1	5	6	63	36	
	8	1	10	2	10	3	23	9	51	15	
SOMA	985	255	170	37	135	18	309	161	1 599	471	
TOTAIS	1 240		207		153		470		2 070		

Fonte: CECA (1988, p. 265).

¹¹ Carta que se envia por correio aéreo.

Tendo como referência o Quadro 2, constata-se que o período mais agudo quanto ao número de mortos, foi o de 1967-1969, tendo a média anual de baixas no TO nos onze anos de conflito rondado os 188 mortos.

2.4. SÍNTESE CONCLUSIVA

Ao longo deste capítulo caracterizámos de forma sucinta o ApPess no TO da Guiné. Deste modo, podemos concluir que os recursos humanos com idade de ingressar nas fileiras satisfizeram as necessidades para a campanha no TO, sem que fosse necessário recorrer aos elementos na disponibilidade de serviço, facilitando desta forma os recompletamentos quando necessários.

No que se refere ao processamento de PG, inferimos que o Exército não levantou quaisquer campos de PG, uma vez que os elementos capturados ao Inimigo eram entregues às autoridades policiais nos casos de detenção.

Por outro lado, em relação ao moral, o SPM assumiu um papel central durante a campanha, tendo funcionado de forma eficaz e cumprimento um importante crucial no âmbito do moral das tropas.

Por último, constatámos que o processamento dos mortos foi uma questão bastante delicada, nem sempre tendo havido um repatriamento dos militares falecidos no TO para as respetivas origens, tendo até nalguns casos o referido repatriamento sido feito a expensas das próprias famílias.

3. A LOGÍSTICA DURANTE A CAMPANHA

O sistema de ApLog adotado no TO da Guiné teve por base a experiência adquirida em Angola, sendo condicionado pela especificidade daquele território (Cann, 2005, p. 189). Face à pequena extensão territorial do TO, escassez de infraestruturas e inexistência de povoações, apenas Bissau se constituiu como base logística (CECA, 1990, p. 294). O ApLog foi organizado em apenas uma área de apoio, sendo a partir de Bissau que se processava todo o esforço com o recurso limitado a órgãos ou depósitos avançados. Bissau constituiu-se como a única porta de entrada dos abastecimentos, os quais, dadas as fracas possibilidades de obtenção de recursos locais, eram na sua esmagadora maioria oriundos da metrópole. Era também em Bissau que se encontravam centralizadas todas as Unidades de ApSvc e a partir de onde eram dirigidas todas as operações logísticas.

Por outro lado, embora a distância de Lisboa a Bissau¹² fosse mais reduzida, quando comparada com as distâncias entre Lisboa e Luanda ou Lourenço Marques¹³, os meios disponíveis para o transporte foram mais escassos do que para os outros dois territórios, levando à necessidade de constituir elevados níveis de abastecimentos. A economia local era de subsistência, sendo incapaz de suprir a esmagadora maioria das necessidades do Comando Territorial Independente da Guiné (CTIG), e levando a que praticamente todos os produtos fossem importados da metrópole (Cann, 2005, p. 189).

No que respeita à distribuição, a opção pela via fluvial demonstrou ser a mais eficaz, muito embora os horários das marés condicionassem o planeamento, a pequena dimensão do território, o corte provocado pelo vasto sistema fluvial e uma rede estradal precária e minada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), levaram a que 84% da carga fosse movimentada através desta via (CECA, 1990, p. 312).

Aos constrangimentos impostos pelo transporte intra-teatro¹⁴ juntava-se ainda a falta de instalações de base para armazenamento em condições adequadas dos abastecimentos idos da metrópole (Afonso e Gomes, 2001, p. 347).

Como fator adicional de dificuldade, havia ainda a considerar as condições climatéricas adversas, não só para a saúde das tropas, como para a manutenção e conservação dos diversos materiais, munições e víveres, obrigando estes últimos a uma cuidada organização dos meios de conservação.

3.1. A FUNÇÃO LOGÍSTICA REABASTECIMENTO

3.1.1. Organização e funcionamento

De acordo com a doutrina vigente à época, a função reabastecimento as-sentava fundamentalmente no SInt cuja organização no TO da Guiné era a que se apresenta no organograma seguinte (Figura 1).

¹² cerca de 3 100 km.

¹³ Atual Maputo, distando 8 400 km de Lisboa.

¹⁴ Compreende os deslocamentos com origem e destino dentro do TO (Exército Português, 2013, p. 7_9).

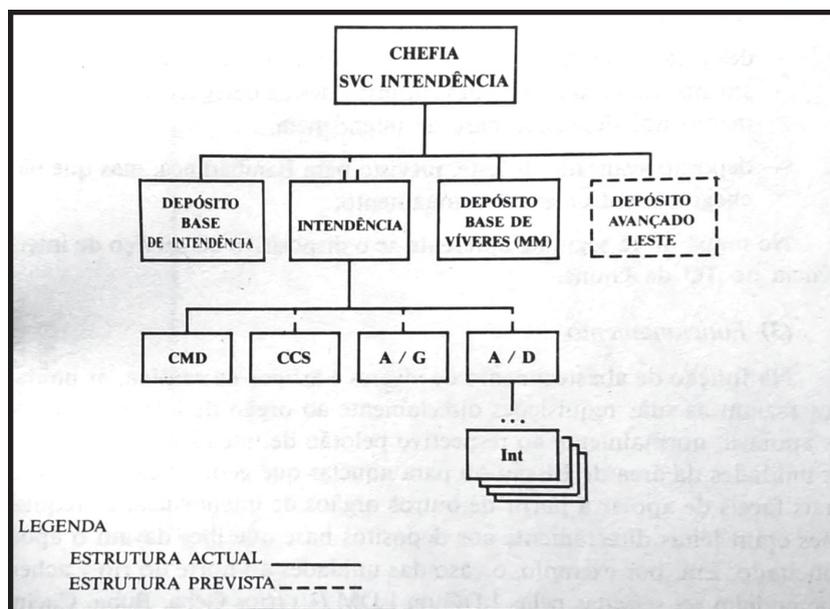


Figura 1 – Orgânica do SInt na Guiné

Fonte: CECA (1990, p. 303).

A estrutura do SInt abrangia um órgão de direção, a Chefia, sediada em Bissau e os respetivos órgãos de execução, nomeadamente:

- Batalhão de Intendência (BInt): a duas Companhias, Companhia de Apoio Direto¹⁵ (A/D) e Companhia de Apoio Geral¹⁶ (A/G), ambas com sede em Bissau. A Companhia de A/D compreendia quatro Pelotões de Intendência¹⁷ (PInt), não tendo até 1972 como função principal o apoio às Unidades da sua área, funcionando ao invés disso como depósitos de trânsito.
- Depósito Base de Intendência (DBI) e delegação das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE);
- Depósito Base de Víveres (DBV).

O Mapa que se segue, Figura 2, apresenta o dispositivo do SInt no TO da Guiné.

¹⁵ Apoio prestado às Unidades consumidoras ou utentes dos abastecimentos (Exército Português, 2013, p. 6_3).

¹⁶ Apoio prestado às Unidades de reabastecimento de A/D (Exército Português, 2013, p. 6_3).

¹⁷ Cada um com uma localização específica: Bissau, Farim, Bambadinca e Buba.

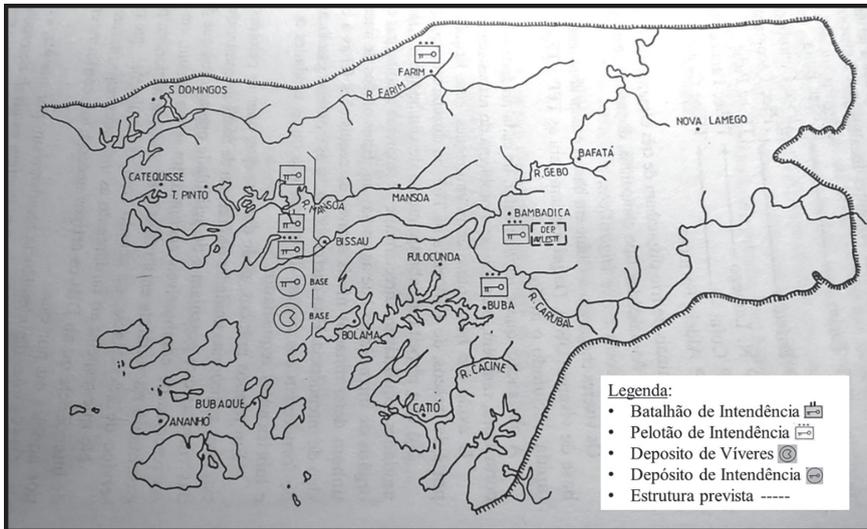


Figura 2 – Dispositivo do SInt no TO da Guiné

Fonte: CECA (1990, p. 305).

No entanto, de acordo com a entrevista realizada (Clemente, 2017), os PInt tinham uma localização ligeiramente diferente da indicada na bibliografia referenciada. Ou seja, dos quatro PInt indicados na Figura 2 (Bissau, Farim, Bambandinca e Buba), o de Bissau terá sido possivelmente realocado mais tarde em Cufar¹⁸ devido a necessidades operacionais.

3.1.2. O reabastecimento das Classes Logísticas

A nível de funcionamento, as tropas na Guiné dependiam fundamentalmente dos abastecimentos vindos da metrópole, inclusive os víveres, uma vez que as populações locais se dedicavam pouco à agricultura (CECA, 1990, p. 304).

O reabastecimento dos víveres (Classe I) e particularmente dos frescos constituiu-se sempre uma questão sensível do ApLog naquele TO, implicando um planeamento atempado e rigoroso. Obrigou há existência de uma cadeia de frio bastante alargada no território. A implantação deste sistema estava organizada com base numa unidade de frio de elevada capacidade instalada no DBV em Bissau e terminais de frio principais (TFP) ligados a terminais de frio secundários (TFSec) e distribuídos conforme a Tabela 2.

¹⁸ Junto a Catió.

Tabela 2 – Sistema de meios de frio implantados no TO da Guiné

TFP	TFSec
Farim	Binta
	Contuboeil
Bafatá	Cacomaro
	Piche
Nova Lamego	Paunca-Pirada
Cufar	Cacine
Aldeia Formosa	(sem correspondência)

Fonte: Adaptado de CECA (1990).

Cada terminal de frio dispunha de três câmaras frigoríficas e de duas de congelação, enquanto que as Unidades Escalão Companhia (UEC) dispunham geralmente de três frigoríficos e quatro arcas frigoríficas. Conquanto, a rede de frio instalada no TO não supria as necessidades, o que levou à obrigatoriedade das UEC criarem hortas, embora nem sempre os resultados tenham sido os esperados.

Quanto ao fluxo de abastecimentos, os víveres chegavam a Bissau por via marítima e eram armazenados no DBV, seguindo posteriormente para os TFP e TFSec, pela via mais rápida, incluindo o avião e o helicóptero. As Unidades efetuavam os seus pedidos aos respetivos órgãos de apoio e dispunham de elevados *stocks* para fazer face a períodos de isolamento. No entanto, muitas Unidades foram apoiadas diretamente através de Bissau. Era o caso daquelas que podiam ser reabastecidas por lanchas de desembarque grandes (LDG) ou lanchas de desembarque médias (LDM), as Unidades a norte do rio Cacheu, e ainda as que podiam ser reabastecidas por terra através de colunas logísticas organizadas pelo BInt. Por sua vez, as respetivas Unidades operacionais organizavam também colunas até às áreas dos PInt na dependência do BInt para se reabastecerem, sendo sobretudo sobre estas que o PAIGC executava emboscadas (Clemente, 2017).

Foram também utilizados, com alguma frequência, meios aéreos no transporte de frescos do DBV diretamente para as Unidades, em virtude das limitações e condicionamentos resultantes da utilização das vias terrestres ou marítimas.

O reabastecimento das Classes II¹⁹ e III²⁰ era também garantido pelo BInt, que em ligação com as delegações das OGFE e da Manutenção Militar (MM), sob a direção da Chefia do SInt, recebiam ordens de fornecimento com vista à satisfação das necessidades manifestadas previamente pelas Unidades operacionais (Clemente, 2017).

¹⁹ Vestuário, fardamento, equipamento individual, material de bivaque, etc. (Exército Português, 2013, p. 6_4).

²⁰ Combustíveis, óleos e lubrificantes (Exército Português, 2013, p. 6_4).

Quanto à Classe V²¹ as Unidades faziam as requisições diretamente à Chefia do SMat, a qual dava ordem de fornecimento ao depósito de base e que, por conseguinte, as enviava diretamente às mesmas. Neste âmbito, é ainda de realçar as dificuldades impostas pelo clima, pelo terreno e também pelo inimigo, que não raras vezes procurava afetar o fluxo logístico das nossas tropas (NT) flagelando colunas logísticas, com a finalidade de deteriorar o potencial de combate e baixar o moral. Para colmatar estes aspetos, eram fornecidas munições suplementares, além das orgânicas, as quais correspondiam a cerca de 30 dias de consumo normal de munições (CECA, 1990, p. 309), embora nalguns casos tenham chegado a níveis críticos, designadamente nos seguintes artigos: granadas de mão ofensivas; granadas de morteiro 60mm e 81mm; granadas foguete Anticarro; granadas de fumos de Artilharia (CFAG, 1971).

Quanto à Classe IX²², (atualmente integrada no âmbito da função logística Manutenção), o fornecimento era garantido pelo dispositivo do SMat implantado na Guiné, tendo as Unidades que requisitar à Companhia de Depósito de Material (CompDepMat) as quantidades necessárias. Porém, o reabastecimento desta Classe apresentou algumas deficiências, uma vez que o material chegado ao TO apenas permitia na maioria das vezes a satisfação dos pedidos urgentes (CFAG, 1971).

Relativamente aos artigos da Classe VII²³, devido ao facto de nesta época a logística do Exército se encontrar organizada por Serviços, o fornecimento destes abastecimentos era assegurado pelos próprios Serviços através dos Depósitos²⁴ na sua dependência. Na prática, às Unidades utentes competia a requisição dos artigos à Chefia, que após sancionamento davam ordem de fornecimento dos artigos necessários ao Depósito. Porém, muitas vezes os fornecimentos ficavam aquém daquilo que eram as necessidades, situação que ao nível do armamento era particularmente crítica “afetando largamente a atividade operacional” (CFAG, 1971).

No âmbito da Classe IV²⁵, era seguida a mesma regra, encontrando-se sediado em Bissau o Depósito Base de Material de Engenharia e em Bambandica o Depósito Avançado de Engenharia.

²¹ Munições de todos os tipos, bombas, explosivos, etc (Exército Português, 2013, p. 6_4).

²² Todos os sobressalentes e componentes necessários à manutenção dos equipamentos, incluindo coleções para reparação, conjuntos e subconjuntos (Exército Português, 2013, p. 6_5).

²³ Artigos completos principais (combinações finais de produtos acabados que se encontram prontos para utilização) (Exército Português, 2013, p. 6_4).

²⁴ Estando os Depósitos Base todos sediados em Bissau.

²⁵ Material de construção e materiais de organização do terreno e de fortificação (Exército Português, 2013, p. 6_4).

Finalmente, no tocante ao material sanitário e seus sobressalentes (Classe VIII), o reabastecimento constituía uma responsabilidade do SS, que à semelhança dos restantes Serviços, possuía órgãos com função de reabastecimento: Sucursal do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (para o fornecimento de medicamentos) e do Depósito de Material Sanitário (para todo o material desta tipologia). Neste âmbito, é de assinalar a existência de atrasos na satisfação de requisições feitas à metrópole (CFAG, 1971).

3.2. A FUNÇÃO LOGÍSTICA MANUTENÇÃO

A função logística Manutenção encontrava-se enquadrada pelo SMat, como nos dias de hoje. Ainda assim, a abordagem a esta função implica conhecer o funcionamento e organização do SMat no TO (CECA, 1990, pp. 307-308).

3.2.1. Estrutura

A estrutura deste serviço compreendia um órgão de direção, com a respetiva Chefia, instalada em Bissau e um órgão de execução, de escalão Batalhão, também instalado em Bissau (CECA, 1990, pp. 307-308).

3.2.2. Organização

O Batalhão de SMat tinha à sua disposição (Figura 3):

- Uma CompDepMat;
- Uma Companhia de Recuperação;
- Um Pelotão de A/D reforçado (CECA, 1990, pp. 307-308).

A Manutenção de 3.º escalão²⁶, a cargo do Pelotão acima referido, era manifestamente insuficiente, criando-se uma Companhia de A/D com mais dois Pelotões. Todavia, a dificuldade de obtenção de pessoal especializado, levou a que se tentasse obter elementos nos Pelotões dos Batalhões Operacionais, situação que acabou por não se concretizar em virtude ter ocorrido, entretanto, a independência da Guiné (CECA, 1990, pp. 307-308).

De acordo com o COR Clemente, não havia dificuldades ao nível da manutenção das viaturas, uma vez que as mesmas eram reparadas com militares especializados formados no continente. Ainda que, a substituição de peças fosse célere, de acordo com as circunstâncias e possibilidades da altura, incumbindo às Unida-

²⁶ De acordo com o PDE 4-00 Logística corresponde ao atual 2.º Nível – Manutenção Intermédia A/D – a qual é caracterizada pela alta mobilidade e a reparação à frente de artigos por substituição dos módulos avariados (2013, p. 8_14).

des a manutenção de 1.º escalão²⁷ e 2.º escalão²⁸, por vezes também se recorria à canibalização de viaturas que tendo sido alvo de emboscadas, tinham ficado praticamente destruídas e sem viabilidade de reparação (Clemente, 2017). No entanto, a realidade macro do TO, evidenciava alguns problemas ao nível desta função logística, como por exemplo a falta do elo A/D às Unidades em virtude da referida escassez de pessoal especializado (CECA, 1990, pp. 307-308).

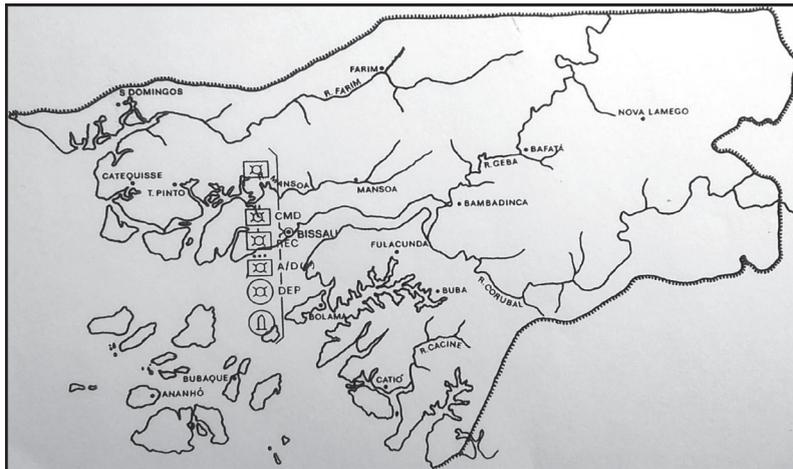


Figura 3 – Dispositivo do SMat no TO da Guiné

Fonte: CFAG (1971).

3.2.3. Funcionamento

O apoio de Manutenção estava praticamente todo sediado em Bissau e as Unidades requisitavam os sobressalentes que necessitavam, desde o 1.º ao 3.º escalão, diretamente ao Depósito²⁹ também localizado em Bissau. Deste modo, foi estabelecida a regra de que para o 1.º e 2.º escalão as reparações efetuavam-se nas Unidades de origem e para o 3.º e 4.º escalão³⁰ nas Unidades de SMat, para que o

²⁷ De acordo com o PDE 4-00 Logística corresponde ao atual 1.º Nível – Manutenção de Unidade da responsabilidade do Utilizador, a qual diz respeito às operações de manutenção preventiva realizadas pelo operador/utilizador (2013, p. 8_14).

²⁸ De acordo com o PDE 4-00 Logística, o 2.º Escalão corresponde ao atual 1.º Nível – Manutenção de Unidade – sendo que na época era feita a distinção entre a manutenção feita pelo próprio operador (1.º escalão) e aquela que era conduzida por elementos da Unidade à qual pertencia a viatura (2.º escalão) (2013, p. 8_16).

²⁹ Designado de Depósito Base.

³⁰ De acordo com o PDE 4-00 Logística, o 4.º escalão corresponde ao atual 2.º Nível – Manutenção Intermédia de A/G – caracterizando-se por estruturas semifixas sendo o seu objetivo fundamental apoiar o sistema de reabastecimento do TO através da reparação de equipamentos e componentes (2013, p. 8_18).

custo e o tempo de demora da resolução dos problemas de manutenção fossem reduzidos. Em último caso as Unidades de SMat poderiam dar ordem de evacuação para as Oficinas Gerais de Material de Engenharia (OGME) na Metrópole, uma vez ultrapassada a sua capacidade material e humana para realizar as intervenções necessárias. No entanto, as dificuldades de evacuação de material neste TO eram muito significativas, levando a que os Comandantes dos Batalhões Operacionais muitas vezes tivessem que intervir diretamente na resolução dos problemas para que as evacuações fossem efetivadas.

Todos estes aspetos contribuiriam para a degradação do Parque Automóvel no TO não se conseguindo, por um lado evacuar o material incapaz tornando-se desnecessário, e por outro, repor aquele de que se necessitava para o normal funcionamento das atividades no TO (CECA, 1990, p. 308).

3.3. A FUNÇÃO LOGÍSTICA MOVIMENTOS E TRANSPORTE

Entre as datas em estudo, a atual função logística M&T enquadrava-se no âmbito do STransp (CECA, 1990, p. 309).

3.3.1. Estrutura

No TO da Guiné, o STransp compreendia um Órgão de Direção, a Chefia do próprio Serviço e dois Órgãos de Execução, a Companhia de Transportes e a Companhia de Terminal, conforme Figura 4 (CECA, 1990, p. 309).

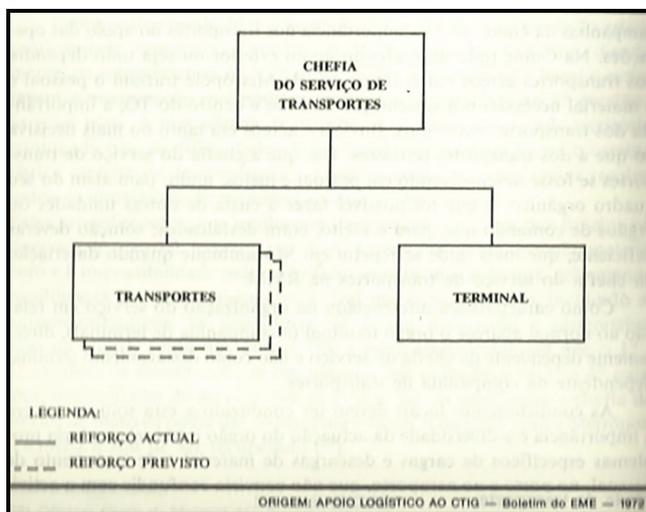


Figura 4 – Organograma da ChSvcTransp

Fonte: CECA (1990, p. 310).

3.3.2. Organização

A existência da Chefia do STransp (ChSvcTransp) no TO da Guiné foi inteiramente justificada, uma vez que os transportes eram deveras importantes para o desenrolar das operações. O transporte inter-teatro³¹ dependia dos meios marítimos e aéreos para sustentar a Campanha na Guiné, através do pessoal e material que era projetado da Metrópole (CECA, 1990, p. 309).

Neste TO em particular, os transportes fluviais e aéreos tinham maior peso relativamente aos terrestres. O transporte de pessoal e material para o desenrolar das operações era sobretudo feito por estas vias devido à fácil mobilidade no TO, assim como à dificuldade e perigosidade de utilização das poucas vias de comunicação terrestres. A principal dificuldade eram os deslocamentos pelas picadas e a ocorrência de emboscadas, que ocorriam com frequência (Clemente, 2017). A utilização das picadas tornava-se então imperativa sempre que os transportes fluviais não conseguiam colocar o pessoal e material nos locais necessários³² ou quando não havia aeródromos ou pistas improvisadas para que as aeronaves pudessem aterrar. Por estes motivos, a ChSvcTransp no TO foi-se desenvolvendo e aumentando ao longo da Campanha³³, para que os transportes pudessem satisfazer, praticamente todas as necessidades, sobretudo das operações (CECA, 1990, p. 309).

Em relação à Companhia de Terminal, criada em 1972 e nunca completada em termos de pessoal e material, teve inúmeras dificuldades de cargas e descargas de material e de tratamento de pessoal, quer ao nível do porto de Bissau, quer ao nível aeroportuário. Esta Companhia atuava apenas no porto e aeroporto de Bissau no âmbito das cargas e expedições, descargas e receções, triagem e armazenamento e controlo do material que chegava e partia da e para a Metrópole (Figura 5) (CECA, 1990, pp. 309-311).

³¹ Deslocamentos para dentro e fora do TO (Exército Português, 2013, p. 7_9).

³² Devido à inexistência de canais com profundidade suficiente para as embarcações utilizadas ou no caso de não haver ligação aos pontos de origem (CECA, 1990, p. 309).

³³ À custa de pessoal de outros comandos, ficando estes, mais desfalcados

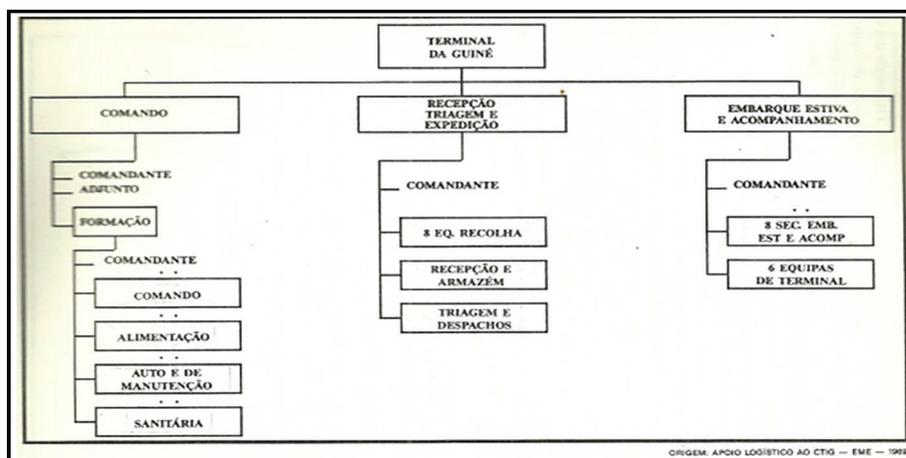


Figura 5 – Organograma do Terminal da Guiné

Fonte: CECA (1990, p. 311).

3.3.3. Funcionamento

O funcionamento do STransp esteve em constante mudança, atualização e coordenação, pois nem todos os meios de transporte pertenciam ao Exército³⁴, mas havendo também alguns contratados a entidades civis, embora ficassem sob responsabilidade deste Ramo a nível de planeamento e coordenação do transporte do pessoal, material e dos víveres em apoio das operações e das populações locais (CECA, 1990, pp. 312-313).

Os meios de transportes marítimos, quer da Marinha, quer os fretados a entidades civis, desempenharam um papel muito importante no transporte de pessoal e de carga. No entanto, o TO era servido por um único porto marítimo, situado em Bissau, cujas condições rudimentares tornavam muito difícil a condução das atividades portuárias e de armazenamento dos abastecimentos enviados pela Metrópole nas condições apropriadas (CECA, 1990, pp. 312-313).

Além disso, dadas as características geográficas da Guiné e as limitações das vias de comunicação terrestres, os transportes fluviais foram fulcrais durante toda a Campanha, uma vez que eram os meios mais solicitados, quer em operações, quer em atividades de ApLog³⁵. Porém, a dependência das comunicações fluviais, devido aos horários das marés, condicionava a maioria das operações, tendo em conta os condicionamentos impostos pela profundidade das águas, especialmente

³⁴ Caso das Lanchas da Marinha e das aeronaves da FAP (CECA, 1990, pp. 312-313).

³⁵ Representando cerca de 84% de toda a carga movimentada na Província (CECA, 1990, p. 474; DIE, 2014, p. 41; Cann, 2005, p. 189).

junto das margens, *versus* os respetivos calados das embarcações utilizadas, que maioritariamente eram alugadas, dado que o Comando da Defesa Marítima da Guiné apenas garantia 20% das necessidades (CECA, 1990, p. 474; DIE, 2014, p. 41; Cann, 2005, p. 189).

Não obstante, os meios de transporte terrestres terem aumentado de importância ao longo da campanha, recorreu-se muitas vezes ao aluguer. Todavia, segundo o COR Clemente a Guiné era muito pobre, não tendo tido conhecimento de tal aspeto, quer ao nível intra-teatro, quer em termos de contratos estabelecidos com os países fronteiriços³⁶, dado que estes inclusivamente apoiavam o PAIGC (Clemente, 2017).

O recurso à contratação externa acabou por ser uma necessidade, pois para além de faltarem viaturas militares, que prioritariamente eram empregues em operações táticas, faltavam instalações de base para armazenamento e distribuição. Do total de meios, apenas 30% eram viaturas militares (CFAG, 1971), sendo que do total de carga, apenas transportaram cerca de 14% das necessidades totais no TO (CECA, 1989, pp. 309-313; CECA, 1988, pp. 468-474; Cann, 2005, p. 189).

Por seu turno, o transporte aéreo, na totalidade garantido pela Força Aérea Portuguesa (FAP), apesar de ter movimentado apenas cerca de 2% de toda a carga transportada no TO, o seu precioso contributo permitiu assegurar com a rapidez e segurança que se impunham, a evacuação das baixas, o abastecimento de frescos e de materiais urgentes e ainda o serviço postal. Embora, o número de aeródromos e pistas, bem como as respetivas capacidades fossem inferiores em relação aos outros dois TO³⁷, o transporte aéreo não deixou de ter um papel de grande importância e influência na movimentação de pessoal e material em todo o território da Guiné (CECA, 1990, pp. 312-313; Cann, 2005, pp. 189-192).

Durante a Campanha estiverem na Zona de Operações da Guiné um total de cerca de 32 000 efetivos, sendo necessário satisfazer os pedidos de transporte, tanto inter como intra-teatro que eram solicitados à ChSvcTransp no TO que os coordenava e acionava através dos meios que tinha à disposição³⁸ com a agravante da distância à Zona do Interior³⁹, ou seja, da metrópole (CECA, 1990, pp. 312-313; DIE, 2014, p. 41).

³⁶ Guiné Conacry e Senegal.

³⁷ Um aeródromo para aviões B-707 / DC-8, de maior capacidade de transporte, e vinte pistas de menores dimensões.

³⁸ Marítimos, fluviais, terrestres e aéreos.

³⁹ Cerca de 3 200 km.

3.4. A FUNÇÃO LOGÍSTICA APOIO SANITÁRIO

A função logística que hoje em dia se conhece como ApSan mediante a doutrina nacional em vigor, no período retratado neste trabalho aproxima-se da então denominada função logística Evacuação e Hospitalização, sendo que, para a efetivar na prática existia o SS. Tal como fora referido anteriormente, o SS tinha como missão a preservação da saúde das tropas e recuperação dos feridos e doentes, e ainda, a produção e distribuição de medicamentos (Afonso e Gomes, 2001). Este encontrava-se organizado conforme dispositivo da Figura 6.

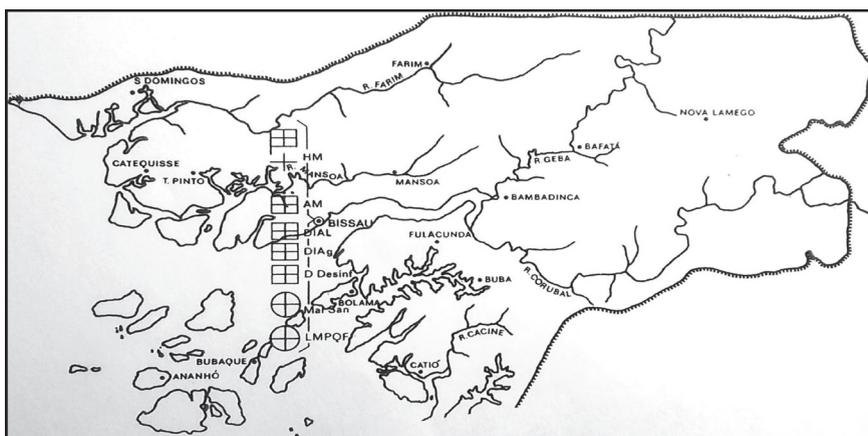


Figura 6 – Dispositivo do SS no TO da Guiné

Fonte: CFAG (1971).

3.4.1. A importância do Serviço de Saúde

O ambiente a que as FFAA portuguesas foram sujeitas no TO da Guiné fez com que este serviço tivesse uma importância decisiva, primordialmente devido à elevada violência dos confrontos e às condições climatéricas que se faziam sentir, bem como toda a envolvência de fauna⁴⁰ e flora densa que tornavam ainda mais difícil atuar neste TO.

Todos estes fatores provocavam elevado número de baixas por ferimentos e por doença, aos quais o SS pretendeu dar resposta através de um sistema de evacuação apoiado principalmente em meios da FAP. Na indisponibilidade de apoio dos meios da FAP ou no caso do tratamento não o justificar, os militares eram tratados nos próprios órgãos, através das enfermarias, postos avançados de sangue e de reanimação, ou eventualmente até no Hospital Militar 241 (HM241), sediado

⁴⁰ Nomeadamente animais e insetos potencialmente perigosos.

em Bissau. Porém, havia escassez de médicos especialistas no HM241, o único para todo o TO, e apesar dos pedidos efetuados pelo CTIG, com a agravante da precariedade das respetivas instalações.

Todavia, o SS revelou especial importância na assistência sanitária às populações, a qual, na medida do possível, era prestada com o fim último de desenvolver relações positivas com a população, por forma a contribuir para as ações psicossociais que eram parte integrante da estratégia portuguesa.

3.4.2. O processo de evacuação

Aquando da existência de um ferido, fosse devido a combate ou não-combate, os primeiros cuidados de saúde eram prestados por um socorrista ou enfermeiro, que acompanhava a respetiva Unidade. Nalguns casos, os militares que desempenhavam estas funções não tinham a formação profissional e material adequada, fazendo autênticos “milagres” (Pratas, 2014). Mediante a gravidade eram evacuados de helicóptero ou viatura para a Unidade de SS mais próxima, normalmente um PS ou uma enfermaria de setor, onde seriam vistos por um médico, recebendo tratamento mais adequado. Neste primeiro nível, o qual poderemos correlacionar ao atual *Role 1*⁴¹, o importante era estabilizar a vítima e manter o ferido vivo, por forma a garantir as condições para este ser evacuado para o HM241, podendo em última instância o ciclo da evacuação terminar no Hospital Militar Principal, em Lisboa, por via aérea (Clemente, 2017), sendo este conceito hoje conhecido como *Role IV*.

Os feridos que apresentassem necessidade de continuidade de tratamentos de recuperação eram transferidos para o Centro de Recuperação do Hospital da Parede, mais tarde para o de Alcoitão e ainda para o de Hamburgo (Afonso e Gomes, 2001, p. 526).

3.5. A FUNÇÃO LOGÍSTICA INFRAESTRUTURAS

Segundo o PDE Logística, a função logística Infraestruturas refere-se a todas as atividades relacionadas com os bens imóveis em utilização pelo Exército num determinado local, relacionados com: fortificações, edifícios, abastecimento de água, saneamento, fornecimento de energia, comunicações, segurança contra incêndio, vigilância, vias de comunicação, aeródromos, portos marítimos, portos fluviais e zonas de aterragem e lançamento (2013, p. 10_1).

⁴¹ Também designado Escalão 1: providencia cuidados primários de saúde, cuidados de primeiros socorros diferenciados, triagem, reanimação e estabilização. Este escalão prevê também a evacuação do indisponível desde o local onde sofreu a lesão, e a sua preparação para evacuação para uma Instalação Sanitária adequada (Exército Português, 2013, p. 9_6).

No período retratado neste trabalho, este conceito de função logística era inexistente, podendo-se, no entanto, retirar ilações com base em elementos relativos essencialmente aos Serviços de Engenharia e de Transmissões implantados no TO à época.

O SEng tinha como missão os trabalhos de construção, reparação e manutenção de instalações e vias de comunicação, montagem e exploração de redes de distribuição elétrica, pesquisa e exploração de fontes de água e fornecimento de cartas topográficas.

Por sua vez, o Serviço de Transmissões, tinha como missão as comunicações entre comandos e Unidades, fornecimento do respetivo material e sua manutenção e reparação (Afonso e Gomes, 2001, p. 400).

3.5.1. Infraestruturas existentes na Guiné

As infraestruturas existentes no TO eram quase inexistentes e muito pouco eficazes no apoio às FFAA. Apesar da costa da Guiné ser bastante recortada, a navegação de longo curso não dispunha de muitos locais acessíveis, sendo os principais portos abertos à navegação os de Bissau, Bolama e Binta, apesar de apenas o de Bissau permitisse o desembarque de navios de longo curso.

Quanto à rede estradal da Guiné, esta era muito fraca, tendo uma extensão total de 3 410 km, dos quais 370 km correspondiam a estradas pavimentadas, 1 200 km a estradas de terra e 1 840 km a picadas, agravando o facto do clima, que fazia com que só cerca de 2 000 km destas vias permitissem o trânsito durante todo o ano (DIE, 2014, p. 23).

Existia um aeroporto internacional em Bissalanca, com pista asfaltada e com condições para ser utilizado por aviões de longo curso, nove aeródromos principais, sendo algumas das pistas dos mesmos em terra batida e dezasseis aeródromos secundários, todos de terra batida.

Os serviços de saúde existentes no território distribuíam-se pelos concelhos de forma eficaz, de onde se destacavam 15 hospitais, 16 maternidades e 39 postos sanitários.

O sistema de telecomunicações implementado no TO permitia a ligação rádio e telefónica de Bissau com as sedes de concelho, das circunscrições, dos postos administrativos e destes entre si. Satisfaziam assim as necessidades de comunicações dos principais meios civis e militares.

Existiam centrais elétricas em todas as sedes de concelho e ainda em alguns postos administrativos mais importantes.

Nas centrais do interior o fornecimento de energia elétrica estava limitado ao período noturno. Alguns dos polos industriais tinham centrais privativas para a laboração da sua indústria e iluminação da parte residencial. Toda a energia elétrica produzida era de origem térmica.

3.5.2. Desenvolvimento das Infraestruturas

Com o objetivo de contribuir para o melhoramento das infraestruturas em apoio às forças na Guiné, entre outras missões atribuídas, foi destacada para o TO, a Companhia Mista de Engenharia N.º 447, sediada inicialmente em Bissau prestando Apoio Geral; posteriormente, foi instaurado o Batalhão de Engenharia da Guiné, com base na Companhia 447, dispondo ainda de uma delegação do Serviço de Fortificações e Obras Militares (DIE, 2014, p. 39).

Durante os dez anos de atuação da Engenharia Militar Portuguesa no território da Guiné, esta desenvolveu inúmeras obras e melhoramentos em apoio às tropas portuguesas e à população. Destaca-se a construção de obras de fortificações e redes de arame farpado, construção e reparação de aquartelamentos de carácter semipermanente e permanente, incluindo edifícios, redes de água e esgotos, rede elétrica e rede de segurança, construções hospitalares e oficinas; ficando a Guiné ao nível das melhores instalações militares existentes à data no território português.

No que diz respeito ao abastecimento de água, a Engenharia Portuguesa conseguiu garantir fornecimento de água potável até ao nível dos centros populacionais de dimensão média, através da execução de furos artesianos, montagem de depósitos, estações de tratamento de água e de esgotos, bem como da implementação de redes de água (DIE, 2014, p. 68).

A Engenharia Militar colaborou ainda, para a montagem de centrais geradoras de energia elétrica e na construção das respetivas redes de iluminação e redes de proteção, na execução de redes de saneamento, no desenvolvimento, construção e melhoria da rede estradal e pistas de aviação, servindo tanto as necessidades militares como civis (DIE, 2014, pp. 104-105).

3.6. SÍNTESE CONCLUSIVA

Conforme descrito neste capítulo, o TO da Guiné sob o ponto logístico esteve durante toda a campanha muito dependente do apoio proveniente da metrópole. Este facto, verificava-se não só por a Guiné ser a mais pobre e menos desenvolvida economicamente das colónias, mas também resultava da escassez de meios e de infraestruturas de base à disposição que permitissem um maior grau de autossustentação das Forças.

Da análise efetuada, podemos, então, inferir o seguinte:

- Ao nível da função logística Reabastecimento, praticamente todos os artigos vinham do continente⁴², inclusive os víveres. Tal situação levava a que por vezes as limitações relativamente ao fornecimento de frescos, fossem que em sua substituição fossem fornecidos enlatados com impacto desfavorável no moral das Tropas já severamente afetadas pelos ataques da insurgência e das características físicas do TO. Em relação a outras Classes de abastecimentos, eram também preocupantes as situações relativas a artigos da Classe V e VII.
- No âmbito da Manutenção, havia uma notória carência de pessoal repercutindo-se a mesma numa ausência quase total do elo A/D na cadeia de manutenção, obrigando com frequência as Unidades a ultrapassarem o escalão de manutenção que lhes incumbia com todos os problemas daí decorrentes.
- No âmbito do M&T, o transporte fluvial teve um papel preponderante através das LDM/G. Relativamente ao transporte terrestre, o número de viaturas ligeiras e pesadas era claramente insuficiente para o volume de cargas a movimentar no TO, situação ainda agravada por deficiências ao nível do reabastecimento de artigos da Classe IX (com repercussões ao nível da função logística manutenção) e pelo risco de emboscadas ou de rebentamento de minas nos itinerários. No tocante ao transporte aéreo, destaque para o papel terminante que teve ao nível do SPM e do reabastecimento de frescos (víveres), pese embora a sua insuficiência no suprimento completo das necessidades.
- O ApSan viu a sua missão dificultada pela precariedade das instalações do HM241, insuficiência de pessoal técnico, dispersão das tropas e fraca rede de comunicações.

No tocante às Infraestruturas, assistiu-se a uma melhoria contínua e muito relevante ao longo dos anos, graças sobretudo às obras desenvolvidas pelo SEng num claro esforço para melhorar toda a rede infraestrutural do território tanto ao nível das construções horizontais como das construções verticais. Neste particular, é sobretudo de salientar as atividades desenvolvidas no sentido de melhorar as condições de vida das populações autóctones, onde à semelhança do ApSan, se procurava que funcionassem como um fator facilitador para a aceitação das Forças, e em última análise, contribuir para a estratégia nacional que era conduzida naquele território.

⁴² Território português na Europa, correspondente ao que hoje designamos por Portugal Continental.

CONCLUSÕES

A presente investigação procurou desenvolver o tema, “O Apoio de Serviços na campanha militar no TO da Guiné (1963-1974)”, tendo sido definido como seu OG: Caracterizar o ApSvc na vertente atual de função de combate no quadro da campanha militar do TO da Guiné entre 1963-1974.

Deste modo, no primeiro capítulo foi efetuada uma revisão da literatura, onde procurámos evidenciar a evolução doutrinária e conceptual do emprego do ApSvc no sentido de poder compreender-se cabalmente as diferenças entre a atualidade e o período em análise.

No segundo capítulo, abordámos a temática do ApPess de forma limitada, tendo-nos focalizado apenas em algumas áreas específicas e dentro destas, em determinados aspetos essenciais, tais como: gestão de efetivos, baixas (mortos), processamento de PG e SPM.

No terceiro capítulo, analisámos a Logística incidindo sobre cinco funções logísticas, Reabastecimento, Manutenção, M&T, ApSan e Infraestruturas, com a finalidade de compreender como estas foram desenvolvidas, qual a sua organização no TO e quais os constrangimentos principais surgidos durante a campanha.

Neste contexto, entendemos que relativamente ao ApPess, a gestão dos efetivos, de forma geral, decorreu sem problemas significativos tendo sido satisfeitas adequadamente as necessidades de recursos humanos que a campanha militar da Guiné exigiu. Em relação ao processamento de PG, pudemos apurar que as FFAA não implementaram nenhum campo de PG, cabendo unicamente às Unidades a incumbência da realização dos interrogatórios preliminares aos capturados, após os quais, e se assim se justificasse, os mesmos eram entregues às forças policiais – inclusive à PIDE – para serem detidos. Relativamente ao tratamento dos mortos, constatámos que esta questão foi desde o início muito delicada, nem sempre tendo havido um repatriamento dos militares falecidos no TO para as respetivas origens, tendo inclusive nalguns casos o referido repatriamento sido feito a expensas das próprias famílias.

Relativamente à Logística, consideramos que as atividades logísticas procuraram, na medida do possível corresponder às necessidades operacionais do TO. Todavia, verificaram-se constrangimentos graves no apoio às tropas, especialmente no que se refere ao reabastecimento de frescos (víveres), munições, armamento, material sanitário e sobressalentes. Também ao nível da Manutenção existiam problemas significativos, donde se destaca a falta de pessoal especializado e do elo A/D de manutenção às forças dispersas pelo território. Quanto ao ApSan a situação

não era também a melhor, donde se destaca a carência de médicos em algumas especialidades e a precariedade das instalações do HM241.

No que respeita ao M&T, dadas as características do TO, houve um esforço notável de diversificação dos meios de transporte por forma a disponibilizar com celeridade e nas melhores condições possíveis os fornecimentos necessários às Unidades. Por fim, em relação às infraestruturas, destacamos as ações desenvolvidas com vista à melhoria das condições de vida das populações autóctones, que à semelhança do que foi feito ao nível do ApSan, tinha como fim último funcionar como fator potenciador da aceitação das Forças no TO, e facilitando assim a ação estratégica defendida pelo Estado à época para o território da Guiné.

Como corolário de todo o trabalho e na sequência do que atrás aludimos, consideramos que contribuímos para o aflorar de alguns aspetos que não estarão ainda suficientemente estudados.

Neste contexto, consideramos que dadas as limitações no que respeita à dimensão destes trabalhos, ainda existe margem para efetuar uma abordagem mais incisiva, focalizando o objeto de estudo apenas sobre determinadas áreas, quer no âmbito do ApPess, quer da Logística.

Não obstante, consideramos que demos o nosso contributo para um documento sintetizante sobre o papel da função de combate ApSvc no quadro da campanha militar no TO da Guiné no período entre 1963-1974.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. e Gomes, C., 2001. *Guerra Colonial*. 3.^a Edição ed. Lisboa: Editorial Notícias.
- Afonso, A. e Gomes, C., 2009. *1963 - Guiné, uma nova frente de combate*. Lisboa: QuidNovi.
- Bacelar, S., 1999. *As Estratégias Operacional, Estrutural e Genética adoptadas pelas FFAA nos TO de Angola, Guiné e Moçambique nas Campanhas de 1961/1974*. Lisboa: IAEM.
- Cann, J., 2005. *Contra-Subversão em África: Como os portugueses fizeram a guerra em África 1961-1974*. Lisboa: Prefácio.
- CFAG, 1971. *Relatório anual do Comando-Chefe*, Bissau: Comando-Chefe FAG.
- Clemente, M., 2017. [Entrevista] (15 Maio 2017).
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961 - 1974)*. 2.^a ed. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) 3.º Volume*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1990. *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Direção de Infraestruturas do Exército, 2014. *A Engenharia Militar na Guiné*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

- Estado-Maior do Exército, 1990. *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Pentaedro.
- Exército Português, 2013. *Publicação Doutrinária do Exército 4-00 Logística*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Exército Português, 2016. *Publicação Doutrinária do Exército 1-00 Pessoal*. Lisboa.: Estado-Maior do Exército.
- Gomes, A., 2000. *Guerra Colonial*. s.l.:Noticias Editorial.
- guerracolonial, s.d. *www.guerracolonial.org*. [Em linha] Disponível em: <www.guerracolonial.org/index.php?content=325> [Consult. em 06 de junho de 2017].
- Moreira, F., 1999. *Logística Funcional - Uma perspectiva abrangente*. Pedrouços: IAEM.
- Pinto, et al., 2008. *Caminhos da Memória*. [Em linha] Disponível em: <<https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/11/24/a-questao-mais-incomoda-da-guerra-colonial/>> [Consult. em 01 de junho de 2017].
- Pratas, J., 2014. [Em linha] Disponível em: <http://ultramar.terraweb.biz/06livros_JosePratas.htm> [Consult. em 27 de junho de 2017].
- Santos, et al., 2016. *Orientações metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação*. Porto: Fronteira do Caos.

SECÇÃO IX

A AÇÃO PSICOLÓGICA E OS ASSUNTOS CIVIS

A AÇÃO PSICOLÓGICA E OS ASSUNTOS CIVIS NO ÂMBITO DA FUNÇÃO DE COMBATE COMANDO-MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974).

Autores

MAJ INF Hélder Clemente Rosa de Brito
MAJ INF Miguel M. L. Fidalgo Pistola
MAJ INF Pedro Henrique Santos França
MAJ ART Carlos Jorge Cid Figueira
MAJ TM Sílvia Andrea Teixeira Gomes

Orientador

TCOR INF Telmo Lau Hing

1. ENQUADRAMENTO DOUTRINÁRIO

O ambiente operacional é fulcral em todos os conflitos, no qual as Forças Armadas (FFAA) se devem empenhar em analisar e compreender para atingir os objetivos propostos. As capacidades bélicas, a eficiência na decisão e a vontade humana são fatores que têm um forte impacto no desenrolar e resultado das operações que devem ser devidamente acautelados no processo de planeamento. No conflito em estudo, os comandantes das Forças Terrestres (FT) tiveram de ter em conta a tipologia das operações a desenvolver fruto do envolvimento da população e da guerrilha.

Neste Teatro de Operações (TO) é de realçar o impacto significativo na resolução do conflito que decorreu da integração e da aplicação da Ação Psicológica (APsic) e dos Assuntos Civis (AssCiv). A interação entre a componente civil e a componente militar (seja no âmbito do apoio civil ou através da APsic) permanece até hoje como uma necessidade básica que contribui para a resolução dos conflitos (Santo, 2014, p. 1).

De acordo com a biografia do General (GEN) Spínola, “a guerra travada na Guiné era um “conflito político e ideológico” e não uma “confrontação armada”. Era a própria “essência” de uma guerra contrasubversiva que determina que “jamais as forças da ordem a possam ganhar no campo militar”, sendo necessário por parte das FT presentes neste Teatro “garantir o espaço e o tempo necessário às

transformações estruturais impostas pela política socioeconómica promovida pelas autoridades constituídas” (Rodrigues, 2010, p. 117). Daqui inferimos que neste conflito existia uma forte componente de guerra ideológica e política, que implicou a introdução assertiva da APsic e de AssCiv, para apoiar a resolução dos conflitos contribuindo a prossecução dos objetivos militares.

Vamos apresentar sucintamente os conceitos em vigor à época, nomeadamente: Ação Psicossocial, APsic, e AssCiv e também o conceito de Comando-Missão com vista a analisar à luz da doutrina atual, a forma como este conceito era aplicado.

Importa salientar que no TO da Guiné, as populações foram fortemente visadas, sendo os habitantes muito pressionados pelas ações militares e psicológicas, quer de propaganda quer de contrapropaganda, de ambas as partes em confronto, vivendo num clima de insegurança permanente e passando grandes privações, entrando num estado de desequilíbrio psicológico.

A Ação Psicossocial foi uma das atividades levadas a cabo, que mais impacto teve nas operações durante este conflito, como forma de combater os movimentos subversivos, atuando psicologicamente sobre a população, de forma a conquistar o seu afeto e confiança, através da Ação Social (ASoc). Neste âmbito, podemos definir a Ação Psicossocial como “a ação a exercer sobre a população de um território onde se pretende levar a efeito uma luta contra a subversão, conduzida sob duas formas – APsic e ASoc (EME, 1966, pp. I-2).

A ASoc é a

ação que consiste na aplicação de um conjunto de medidas de carácter assistencial, devidamente coordenadas, que, melhorando as condições de vida da população e elevando o seu nível cultural, contribuem para ganhar confiança dessa população e conquistar-lhes os corações; tem por finalidade essencial sensibilizar a população, de forma a torná-la mais recetiva à ação psicológica.

EME (1963)

A ASoc era realizada através das equipas de AssCiv. A APsic é a

ação que consiste na aplicação de um conjunto de diversas medidas devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos, com a finalidade de fortificar a determinação e o espírito combativo dos meios amigos, atrair a simpatia ativa dos meios neutros, esclarecer a opinião de um e de outros, contrariar a influência adversa sobre eles e modificar a atividade dos meios adversos num sentido favorável aos objetivos a alcançar.

EME (1963)

Esta, pode ser exercida, sobre meios amigos, neutros e adversos e pode ter como alvos a população em geral, quer esta seja amiga, neutra ou simpatizante com o adversário, o adversário e as nossas forças (EME, 1963).

A APsic tinha por finalidade analisar e conter os métodos e sistemas de propaganda e contrapropaganda, recolher informações e moldar a opinião pública para que as tropas no terreno retirassem vantagem desta abordagem.

A APsic podia ser efetuada através de três formas: propaganda, contrapropaganda e informação. A propaganda é o meio mais poderoso de influenciar a opinião pública, pretendendo impor as suas ideias e doutrinas nos indivíduos ou nos grupos. A contrapropaganda é a propaganda efetuada com a finalidade de rebater e de neutralizar a propaganda adversa. A informação é uma comunicação de notícias, factos, comentários e explicações, com o intuito de esclarecer os indivíduos e fazê-los compreender o meio onde estão inseridos e quais os problemas reais para se poderem defender da propaganda do adversário (EME, 1963).

Quanto aos alvos da APsic, quando esta é exercida sobre o adversário, pretende-se fundamentalmente desmoralizá-lo, levando-o a capitular através da demonstração da sua impotência, insegurança e descrença no seu êxito, tanto na sua ação como na liderança e se possível levar a uma posterior colaboração ativa com as autoridades legais. Esta ação é conduzida essencialmente, sob a forma de propaganda e de contrapropaganda (EME, 1966, pp. II-13) (Figura 1).

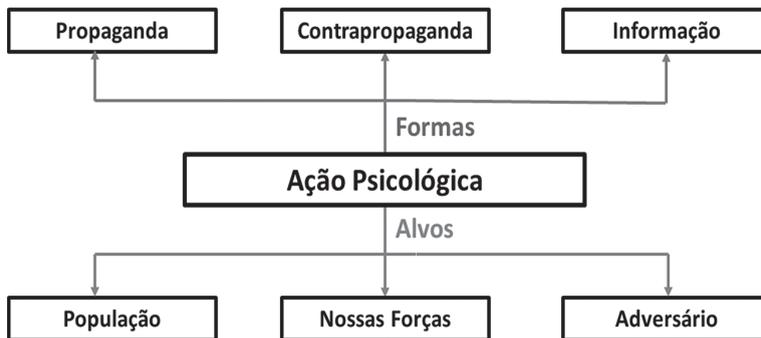


Figura 1 – Enquadramento conceptual da APsic

Fonte: EME (1966, pp. II-13).

A APsic “a exercer sobre a população pode distinguir-se em dois aspetos diferentes, embora na prática, todos eles se encontrem intimamente relacionados: a ação psicológica, a ação social” (EME, 1963, pp. II-3).

A implementação da APsic sobre as Nossas Forças (NF) visa “formar, manter e fortalecer o moral do pessoal e imunizá-lo contra os ataques psicológicos ad-

versos”, preparando-o “para colaborar na APsiC a exercer junto das populações e sobre o adversário” (EME, 1966, pp. 15-16).

Os AssCiv são outro conceito que importa esclarecer e analisar à luz da doutrina da época, já que estes tiveram um papel importante no desenrolar das operações no TO da Guiné.

Os AssCiv são definidos como o conjunto de atividades de comando que abrangiam as relações entre as forças militares, as autoridades civis e a população, num determinado país ou território (IAEM, 1976).

Dada a abrangência das atividades de AssCiv, cobrindo a “totalidade do espectro das relações civil-militares” e “em função da situação e da alteração de responsabilidades das Autoridades Civis”, o exercício destas atividades poderia ser desenvolvido num determinado território pertencente a um país amigo, ou em parte dele, bem como no nosso próprio território, quer em tempo de paz ou em tempo de guerra. Desta forma, as atividades de AssCiv poderiam ser empregues nas seguintes situações: num TO em situação de guerra, ou em Território Nacional (TN) em tempo de paz, em situação de emergência ou em situação normal (IAEM, 1976, pp. 1-3).

A ligação entre forças militares, autoridades civis e a população, foi a base e um fator de assinalada importância para autores como Espírito Santo (2009) e Rodrigues Coelho (2013), que advogaram a importância que este tipo de matérias teve no decurso das operações nos TO das províncias ultramarinas.

Para se analisar o emprego da ação APsiC e dos AssCiv à luz do Comando-Missão, importa definir antes os conceitos de Operações Psicológicas (PSYOPS) e de Cooperação Civil-Militar (CIMIC), para depois se apresentar o conceito de Comando-Missão.

À luz da doutrina atual, as Operações de Informação (INFOOPS), são uma função militar que integra as áreas de atividade PSYOPS e a CIMIC, visando influenciar os decisores e o processo de decisão do inimigo ou terceiros, em apoio dos nossos objetivos políticos e militares (Exército Português, 2012).

Designam-se por PSYOPS, as atividades psicológicas planeadas, que utilizam meios de comunicação e outros meios, dirigidas a Audiências Alvo aprovadas, destinadas a influenciar as perceções, atitudes e comportamentos, que contribuam para a realização de objetivos políticos e militares (NATO, 2015).

A CIMIC consiste na coordenação e cooperação, em apoio da missão, entre o Comandante NATO e os atores civis, incluindo a população e as autoridades locais, bem como as organizações e agências internacionais, nacionais e não-governamentais (NATO, 2013).

A função de combate Comando-Missão, “desenvolve e integra todas as atividades que proporcionam ao Comandante equilibrar a arte de comando e a ciência do controlo” (Exército Português, 2012, pp. 2-25).

O Comando-Missão assenta numa liderança descentralizada que estimula a iniciativa dos diversos escalões de comando para poderem influenciar diretamente os eventos no campo de batalha. Esta ideologia proveniente da cultura militar Prusiana, pressupõe uma relação de confiança dos Comandantes para com os seus subordinados, para que estes agissem de forma criativa, tendo liberdade de decisão na escolha de modalidades de ação relativas a situações imprevisíveis (Shamir, 2011).

O exercício do Comando-Missão refere-se a uma ideia abrangente que unifica o Comando-Missão enquanto função de combate e uma filosofia de comando. Assim, “para garantir o cumprimento da missão em todo o espectro das operações o Comandante dirige o processo operacional, compreende, visualiza, descreve, dirige, lidera e avalia as operações; desenvolve equipas configuradas em função das missões e tarefas a desempenhar; conduz as atividades de informação e influência [AII]” (Exército Português, 2012, pp. 3-3).

Para melhor compreender e efetuar um paralelismo entre a doutrina atual e a doutrina em vigor na época, importa realçar que, na década de 60 a estrutura orgânica do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, contemplavam uma Repartição (5.ª Rep) de APsic e AssCiv, que forneciam as orientações para o emprego da Ação Psicossocial sobre a população, o adversário e as próprias forças (EME, 1963, pp. II-1).

Com a evolução dos conceitos doutrinários, surgiram as INFOOPS, como função militar de apoio ao exercício da ação de comando a nível operacional e tático, sincronizando diversas atividades, das quais destacamos as PSYOPS e a CIMIC. A nível tático, atualmente o Comando-Missão sincroniza todas estas áreas do saber, nas quais o comandante tem de sincronizar e coordenar a execução destas atividades, apoiado por todas as funções de combate.

2. A AÇÃO PSICOLÓGICA

2.1. DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO

No que concerne à doutrina da APsic, nos dois primeiros anos de combate, no TO da Guiné, o Comandante e o seu Estado-Maior (EM) eram os principais responsáveis pela doutrina da sua unidade e da sua área de responsabilidade (EME, 1967, p. 1). À época, não existia nenhuma publicação doutrinária orientadora, existindo apenas um conjunto de relatórios de outros países e que requeriam uma pon-

derada adaptação para serem aplicáveis ao nosso caso particular (EME, 1963, p. 7). Verificava-se também, uma falta de legislação adequada, destinada, essencialmente a conseguir dois objetivos: a unidade de ação e o reforço da autoridade. O Comando-Chefe da Guiné no âmbito desta temática, através de diretivas ou ordens recebidas, era responsável por: providenciar para que os seus subordinados se compenstrassem na importância das questões psicológicas, manter-se permanentemente informado da situação das forças subordinadas, do ponto de vista psicológico, enviar aos escalões superiores todas as informações que possam interessar à condução da APsic e apresentar superiormente sugestões e pedidos de ações que julgassem de interesse para levar a efeito e que possam realizar com os meios de que dispunham (EME, 1967, p. 19).

No âmbito da doutrina, o Estado-Maior do Exército (EME), para fazer face à falta de documentação ao ensino, desenvolveu em 1968, um manual de APsic, que consistia num memorando das funções dos oficiais de APsic nas unidades do Ultramar (EME, 1968, p. 1). Este manual teve relativa importância na Guiné, uma vez que, estabelecia as responsabilidades de cada elemento, dentro dos altos escalões até aos mais baixos escalões, assim como, as atividades e tarefas do Oficial de APsic.

A 2.^a Repartição do EME, também em 1968, publicou o caderno “Instrução de Ação Psicológica na Escola de Recrutadas”, constituiu uma coleção completa de fichas de instrução acerca da APsic, de forma a facilitar a compreensão dos recrutadas sobre a temática (EME, 1968, p. 15).

No treino, foi criado o Centro de Instrução de Operações Especiais em Lamego, com o objetivo de treinar e preparar forças para a luta de contraguerrilha e operações especiais.

Verificou-se que a doutrina e o treino foram evoluindo durante a Guerra na Guiné, o que permitiu criar uma base doutrinária para atuar psicologicamente sobre as populações e sobre o inimigo.

2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da APsic na Guiné estava centralizada nos governos provinciais (EME, 1963, p. 17), os Quadros Orgânicos dos Quartéis-Generais e das Unidades não contemplavam, Repartições ou Seções de APsic. Essa responsabilidade recaía sobretudo no Comandante, ou nos departamentos do Estado que eram responsáveis sobretudo, pelos meios de comunicação de massa (imprensa, rádio, televisão, agências de informação, etc.).

No caso do Exército, esta ação era desenvolvida através do Chefe de Estado-Maior, ou do Comandante-Chefe da Guiné, que tinha a responsabilidade da execução das diretivas de APsic, no território sob a sua jurisdição. Por outro lado, era atribuído ao Comandante-Chefe todos os poderes sobre o território da Guiné (EME, 1963, p. 18). Em matéria de APsic os comandos militares tinham as seguintes missões: providenciar para que os seus subordinados se compenstrassem da importância das questões psicológicas; enviar aos escalões superiores todas as informações que pudessem interessar à condução da APsic; apresentar superiormente sugestões e pedidos relativos a ações julgadas de interesse levar a efeito e que não pudessem realizar com os meios disponíveis. Nesse sentido foram criadas no Exército repartições ou seções de APsic, oficiais de informação pública e unidades especializadas (EME, 1963, p. 79).

No Quartel-General (QG) da Guiné foi criada uma repartição individualizada, designada por 5.^a Repartição. Esta repartição tinha como missão:

- Coordenar com as repartições de informações e de pessoal a pesquisa e reunião de todas as informações e documentos necessários à sua ação;
- Efetuar estudos de situação e elaborar planos de APsic;
- Conduzir a APsic sobre a população, sobre as tropas e sobre o adversário, de acordo com as diretrizes recebidas e os planos aprovados;
- Levar efeito a informação pública;
- Propor a obtenção de meios e a constituição dos órgãos de execução destinados à APsic e superintender na aquisição;
- Propor certas normas de censura aos principais meios de comunicação com as massas (imprensa, rádio, espetáculos, etc.).

De acordo com o manual “O Exército na Guerra Subversiva III - Ação Psicológica”, refere que as Repartições na Guiné eram constituídas por quatro seções, além do Chefe e do Pessoal de Secretária: Secção de Documentação e Informações, Secção de Estudo e Planeamento, Secção de Operações e a Secção de Instrução. Para além destes elementos, compreendia elementos civis, especialistas de diversos assuntos, tais como Psicologia, Sociologia, Administração Civil, Imprensa, Rádio e Estatística.

Nas unidades de escalão Batalhão existia um Oficial de APsic, que era o principal conselheiro técnico do comando, o elemento responsável por organizar as operações psicológicas e ao mesmo tempo instruir e orientar os quadros no aspeto psicológico. Por outro lado, deveria elaborar um Plano de APsic – documento base para integração de todas as iniciativas de APsic da Unidade e o Plano de Pesquisa (EME, 1967, p. 5).

Por fim, estes Oficiais de APsic reuniam periodicamente com o comando de que dependiam, para que os Comandantes, ao seu nível, tivessem uma ideia concreta sobre a situação da sua área de responsabilidade e pudessem atuar de forma adequada.

2.3. ATIVIDADES DE AÇÃO PSICOLÓGICA

As atividades de APsic foram desenvolvidas no TO em três vertentes: propaganda



Figura 2 – Folheto de Propaganda.

Fonte: EME (1963, p. 71).

(Figura 2), contrapropaganda e informação. Estas atividades foram desenvolvidas sobretudo sobre a população, o adversário e as NF. A Propaganda centrava-se, na comunicação de notícias, factos, comentários, explicações, com a intenção de exercer uma influência sobre as opiniões, emoções, atitudes e comportamento de indivíduos ou de grupos, em benefício de quem os difunde. A propaganda não visava, portanto, o esclarecimento da opinião pública, mas a imposição a esta de certas doutrinas (EME, 1963, p. 43), como é ilustrado na Figura 2, em que se pretende através deste folheto ganhar a confiança da população. Na Guiné o objetivo

da propaganda era criar a ideia de que as autoridades portuguesas garantiam não só melhores condições de vida, como a defesa das tradições culturais de cada uma das tribos. As ações de propaganda tiveram o seu ponto alto com a campanha “Por uma Guiné Melhor” (Melo, 1998, p. 114).

As ações desenvolvidas eram sobretudo através da propaganda visual utilizando o lançamento de panfletos e de cartazes expostos nas aldeias. A propaganda auditiva era efetuada através de campanhas de informação radiofónica, exploração de motivações ligadas ao sobrenatural, às superstições e às tradições, em que eram repetidas citações, tais como “A tropa portuguesa luta por uma Guiné Melhor, onde todos tenham paz, progresso e bem-estar” ou “O Inimigo trouxe a guerra e quer a desgraça dos povos da Guiné” (Melo, 1998, p. 115), como é exemplo a Figura 3, cartaz que era colocado na Praça Principal das vilas e das Aldeias.



Figura 3 – Cartaz de Propaganda

Fonte: Pereira (2016).

A contrapropaganda regia-se pelos mesmos processos, princípios, técnicas que a propaganda, porém com a finalidade de rebater ou neutralizar a propaganda adversa. O objetivo da contrapropaganda era isolar o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na sua capacidade de influenciar as atitudes e comportamentos das populações.

A informação estava direcionada para uma comunicação de notícias, factos, comentários e explicações, mas se o propósito era sobretudo esclarecer os indivíduos, dando-lhes as bases para alicerçarem objetivamente a sua opinião e não impor ideias e doutrinas. Destinava-se, portanto, a consciencializar ou mentalizar

a população, fornecendo-lhe os elementos necessários à compreensão dos problemas em causa e levando-a a sentir e a viver a situação com um misto de realismo e de entusiasmo (EME, 1963, p. 54).

A instalação da Emissora Provincial da Guiné foi de extrema importância para que a informação chegasse às populações mais rapidamente, uma vez que, a grande maioria da população era analfabeta. Por outro lado, a realização de Congressos do Povo nas tabancas¹, onde as populações eram chamadas a discutir e a interessar-se pelos próprios problemas, foi uma das soluções mais interessantes na Guiné, fazendo com que a população aderisse à causa nacional e ao mesmo tempo pudesse vivenciar uma melhoria significativa das suas condições de vida.

Ao nível das NF, a APSic foi efetuada através da Emissora Provincial da Guiné e de programas dedicados à valentia dos militares portugueses, do “Boletim de Informações” a coleção de folhetos intitulado “Soldado! Coisas importantes que deves saber”, cartazes e fotografias.

Os temas de propaganda por: uma “Guiné Melhor”, “Força da Razão” e o “Real progresso económico e social da Guiné”, em especial na aldeia do “Chão Manjaco”, levou a que o inimigo, principalmente alguns membros do PAIGC, devido ao cansaço progressivo da mata e à APSic desenvolvida pelo GEN Spínola, aderissem à causa por uma “Guiné Melhor” (IAEM, 1999b, p. 330).

O GEN Spínola através da sua ação de comando conseguiu preservar as populações sob o nosso controle contra a campanha de propaganda, contra o aliciamento lançado pelo inimigo, em especial nas vilas do “Chão Manjaco”, “Chão Fula” e nos núcleos Balantas, captar as populações sob duplo controlo e dissociar a população do inimigo.

2.4. O PAPEL DO COMANDANTE NA CONDUÇÃO DA AÇÃO PSICOLÓGICA

Foi possível verificar que o Comandante era o principal responsável na sua área de ação pelo planeamento, condução e supervisão da APSic. Por outro lado, a doutrina era diminuta no início do conflito, tornando-se imperativo o contributo do Comandante para o sucesso da atividade. O GEN Spínola ao chegar à Guiné para exercer o cargo de Comandante-Chefe afirmava claramente que “a guerra que Portugal enfrentava naquele território não poderia ter um desfecho meramente militar” (Rodrigues, 2010, p. 117). Para tal, desenvolveu um plano intitulado “uma Guiné Melhor”, que consistia em satisfazer os anseios imediatos da população que

¹ Tabancas – Aldeias que foram construídas com o objetivo de reorganização e defesa do território.

tinham sido instigados pelo inimigo e que constavam da sua base de propaganda (Rodrigues, 2010, p. 117). Este plano foi apresentado em Lisboa pelo próprio Comandante-Chefe, conseguindo apoio financeiro para a sua implementação por parte das autoridades do Governo. Aos mais altos escalões, o Comandante-Chefe, efetuava a sua ação de comando através da produção de diretivas de APsic, como é o caso da diretiva “Alfa” de 29 de outubro de 1968, do Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, que orientava a 5.ª Repartição no sentido de conduzir APsic em determinadas áreas, com a finalidade de preservar as populações sob o nosso controlo (IAEM, 1999a, p. 11).

2.5. SÍNTESE CONCLUSIVA

Neste capítulo procurámos desenvolver as principais ações que nortearam as Ações Psicológicas das nossas forças no TO da Guiné Bissau. Verificou-se que a doutrina produzida e disponível à época era reduzida, o que levou a que grande parte da APsic fosse centralizada no Comandante do TO.

O GEN Spínola foi bem exemplo disso, ao centralizar toda a sua ação de comando na conquista da população, na melhoria das condições de vida através do desenvolvimento social, económico, educacional e industrial da colónia. De tal forma, conseguiu com a implementação destas medidas e das técnicas de APsic, o apoio à causa portuguesa e o repúdio da população às forças inimigas.

3. OS ASSUNTOS CIVIS

Nas últimas décadas, a população tem conquistado um lugar de relevo no desenrolar dos conflitos, obrigando as forças militares que ocupam o seu território a um relacionamento próximo e ao conhecimento das suas práticas, culturas e funcionamento em sociedade. Esta não foi uma situação nova para as forças militares portuguesas na guerra do Ultramar, onde o confronto e convivência com a população autóctone era uma realidade permanente, não sendo o TO da Guiné uma exceção. Segundo afirmava o GEN Spínola, “esta era uma guerra que não podia ser ganha pela força das armas”, “mas apenas pela força da razão” desenvolvendo uma “política de promoção social e cultural das populações” (Rodrigues, 2010).

Para alcançar este desiderato, foi desenvolvido um conjunto de atividades de apoio às populações com o intuito de ganhar a sua confiança e garantir que seriam capazes de resistir a novas investidas dos movimentos subversivos (Oliveira, 1966, p. 150). De seguida serão apresentadas essas mesmas atividades, designadas de AssCiv.

3.1. DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO

No que respeita à doutrina, os AssCiv poderiam ser divididos em três planos distintos, agrupados conforme as suas finalidades genéricas e objetivos a atingir: o apoio às operações militares, o apoio às autoridades civis e à população e o apoio ao Governo Militar (IAEM, 1976, pp. 4,5). Conforme o Manual Escolar 1500, do IAEM, o apoio às operações militares tinha como aspetos fundamentais evitar ou diminuir a interferência da população nas operações militares e o aproveitamento dos recursos locais em favor dessas mesmas operações. No que concerne ao apoio às autoridades civis e à população os aspetos fundamentais a alcançar seriam a execução, pelas forças militares, de certas funções ou exercício de autoridade normalmente da responsabilidade do Governo Civil, o apoio às autoridades civis, a seu pedido, a fim de assegurar o livre exercício das funções pelas autoridades civis, o funcionamento das instituições e dos serviços e a salvaguarda de pessoas e bens. Por fim, o terceiro elemento fundamental seria a assistência e apoio às autoridades civis e à população no âmbito do fomento, bem-estar e proteção civil.

Em termos doutrinários, as atividades de AssCiv foram enquadradas com as missões das FT. Como exemplo apresentamos na Figura 4, o esquema que é transcrito do Manual Escolar, no qual são identificadas as áreas com as quais os AssCiv poderiam estar associados.

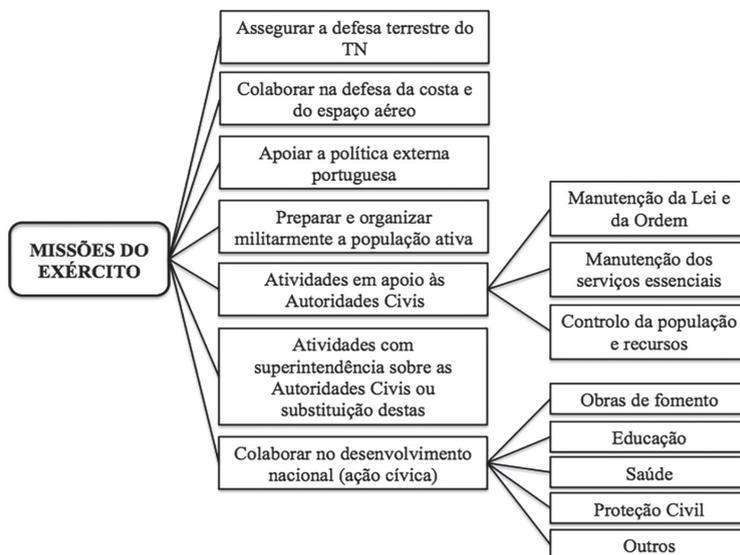


Figura 4 – Enquadramento das atividades de AssCiv com as missões do Exército

Fonte: IAEM (1976, p. 10).

Estas atividades podiam ser desenvolvidas aos vários escalões de comando. Assim, na Zona de Combate poderiam ser empregues unidades de escalão Brigada de AssCiv, a maior unidade atribuída ao Exército de Campanha, Batalhão de AssCiv, Companhia de AssCiv e Pelotão de AssCiv. Esta última foi “o comando mais pequeno utilizado em AssCiv” e podia “controlar um concelho” (IAEM, 1976). No entanto, raramente o pelotão atuava independente da Companhia e a sua atividade era normalmente desenvolvida na área de uma Brigada de Combate ou na retaguarda de uma Divisão.

3.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

No que respeita à estrutura organizacional, os AssCiv estavam integrados na 5.ª Repartição/ EM das FT. Esta Repartição tinha a “responsabilidade primária de estado-maior do planeamento, coordenação e supervisão das operações de AssCiv, o que inclui as relações entre as forças militares e a população civil, o seu governo, economia e instituições” (IAEM, 1976, p. 9), sendo que nos escalões de comando abaixo de Divisão a natureza das operações de AssCiv não obrigava à existência de uma seção de EM individualizada. Em termos de estrutura de comando, os AssCiv estavam organizados conforme é apresentado na Figura 5.

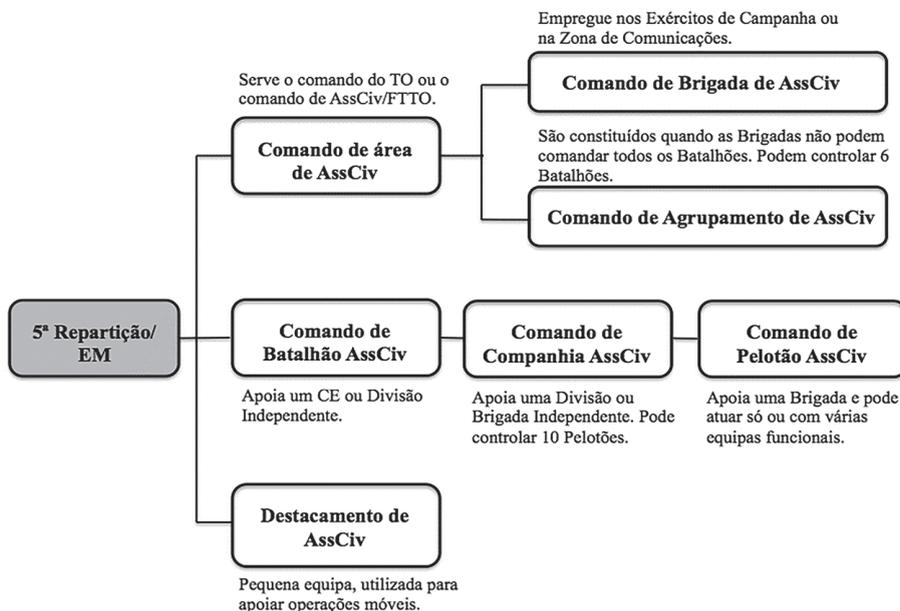


Figura 5 – Organização dos comandos e unidades de AssCiv

Fonte: IAEM (1976, p. 9-10).

No TO da Guiné, e na sequência da criação do QG do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné (Decreto-Lei N.º 49 107 de 07jul69), foi emanada a Diretiva 4/70 de 28jan, na qual estavam inseridas as responsabilidades, competências e atribuições do Chefe da Repartição de AssCiv e APsic. Destacam-se o “planear, coordenar e acionar a organização das populações em autodefesa” e “preparar, sempre que necessário, a fase de transição para o Governo Militar nas áreas em que seja prevista a sua instalação” (CECA, 2015, p. 526).

3.3. ATIVIDADES DE ASSUNTOS CIVIS

As principais atividades de AssCiv desenvolvidas são apresentadas na Figura 6. Estas atividades estavam doutrinariamente atribuídas ao Pelotão de AssCiv, mas eram, na sua maioria, desempenhadas pelos Destacamentos de AssCiv, constituídos por um pequeno grupo de militares (Rodrigues, 2010, p. 121).



Figura 6 – Atividades desenvolvidas pelo Pelotão de AssCiv

Fonte: IAEM (1976, p. 21).

Desde o primeiro momento, após a chegada do GEN Spínola ao TO, em 1968, foram implementadas medidas para a reordenação do território, a construção de estradas, escolas e infraestruturas de apoio e a promoção de uma mudança de atitude das FT para com a população, visando em última instância a conquista da confiança dos autóctones, “uma conquista de almas” (Rodrigues, 2010, p. 121).

O reordenamento e autodefesa consistia em “agrupar as populações nativas em aldeamentos ou tabancas controladas por tropas portuguesas” (Rodrigues, 2010, p. 119) com o objetivo de as manter separadas dos guerrilheiros e simultaneamente permitir uma melhor administração dos programas económicos e sociais. Com esta medida pretendia-se gerar um espírito comunitário de pertença, “uma vez que as populações eram o “objetivo e o meio” da guerra subversiva, “retirá-las ao inimigo é caminhar para a vitória” (Rodrigues, 2010, p. 119).

A defesa das populações e autodefesa revestia-se de tal importância que, conforme a Diretiva N.º 43/68 de 30set, do General Spínola, “a execução dos planos de reordenamento e autodefesa” era “da responsabilidade dos respetivos Comandantes, em colaboração com as autoridades Administrativas locais” (CECA, 2015, p. 195). Deste modo, cada Comandante tático, ao seu nível, fosse regional ou local, tinha um papel relevante na ligação com as autoridades administrativas para que estes planos fossem implementados.

Foram construídas casas simples, de madeira e barro, mas com telhados de zinco o que permitia a proteção no período das chuvas e a consequente permanência das populações. “Segundo os dados tratados por Jonh Cann, entre 1969 e 1974, as Forças Armadas portuguesas na Guiné construíram mais de oito mil dessas cabanas. Nos aldeamentos foram construídos e instalados poços para abastecimento de água, escolas e postos médicos” (Rodrigues, 2010, p. 120).

Paralelamente foi desenvolvido um grande esforço na construção e melhoramento das vias de comunicação e na construção de infraestruturas de apoio, “enquanto em 1968 havia na Guiné apenas 60 km de estrada alcatroada, cinco anos depois existiam já 550 quilómetros”. Esta melhoria significativa ficou devida em parte “ao Exército, com projetos de engenheiros militares e construção feita pelos soldados”. Por sua vez, na área escolar, o impacto teve ainda maior relevância. Para além da construção propriamente dita das escolas, as FT “assumiram um papel de grande relevo na prestação do ensino primário”. Nas localidades onde existiam unidades militares, a instrução primária foi assegurada por um professor militar. “Segundo dados publicados por Jonh Cann, no ano escolar de 1970/1971, os militares portugueses administravam 127 das 298 escolas primárias, correspondentes a 43 por cento do total” (Rodrigues, 2010, p. 123).

3.4. O PAPEL DO COMANDANTE NA CONDUÇÃO DOS ASSUNTOS CIVIS

O Comandante, aos vários escalões de comando, desempenhava um papel fulcral e preponderante na condução das atividades de AssCiv. Segundo o Manual Escolar 1500/I, do IAEM, o controlo das operações e atividades de AssCiv devia ser centralizado tanto quanto possível ao mais alto nível de comando. Conforme é apresentado em termos doutrinários “a natureza e a conduta das operações de AssCiv exigem uma supervisão e uma coordenação muito estreitas por parte dos Comandantes de cada escalão de comando” (IAEM, 1976, p. 4). Tal desiderato foi verificado após a chegada ao TO da Guiné, em 1968, do GEN Spínola. Desde logo, foi levada a cabo uma renovação da estrutura militar. Para o GEN Spínola “seria necessário exercer autoridade direta sobre os comandantes dos vários ramos das FT para melhor coordenar toda a atividade operacional” (Rodrigues, 2010, p. 102). Apesar de defender uma coordenação centralizada, o Comandante-Chefe permitia uma execução descentralizada das operações e atividades de AssCiv.

O GEN Spínola colocou um cunho próprio e pessoal na condução da Campanha Psicológica desenvolvida na Guiné. Desde logo porque acreditava que esta era uma guerra que não seria ganha “pela força das armas, mas sim no campo da promoção social e cultural das populações” (IAEM, 1999b, p. 152). Ao longo dos vários anos de guerra neste TO foram emitidas várias Diretivas que visavam a consecução do bem-estar social, a reconstrução moral e material da Província, a dignificação e promoção social do povo guineense.

Conforme se constata na Diretiva N.º 8/70 de 11abr, que definia as bases para a estruturação da APsic na Guiné, foi atribuída a missão “aos Comandos dos diferentes escalões das Forças Armadas” de “promover a execução, coordenação e fiscalização das ações determinadas através da Rep AssCiv e APsic”, cabendo-lhes especificamente, em termos de AssCiv, “promover, através da ação de presença das tropas, a elevação do nível civilizacional e a dignificação das populações autóctones” e “acionar a assistência sanitária e escolar” de acordo com as determinações superiores (CECA, 2015, p. 533).

No entanto, e apesar dos esforços para criar uma estrutura de comando com homens da sua confiança, o maior desafio foi a falta de abertura e de sensibilização para a situação vivida neste TO por parte do Governo da Metrópole. Estes factos, aliados à falta de financiamento para implementar os planos de desenvolvimento económico e social e à precariedade dos meios existentes em TO, criavam na população autóctone algum descrédito nas políticas a implementar. Apesar dessa precariedade, e correndo riscos inerentes ao enfraquecimento do dispositivo de

segurança “foi decidido exercer o esforço no plano da manobra económico-social em detrimento da manobra militar” (IAEM, 1999b, p. 161), que foi mantido até ao final da Guerra.

3.5. SÍNTESE CONCLUSIVA

Verificou-se, ao longo desta investigação, que grande parte das atividades de AssCiv eram desenvolvidas em prol da população, existindo normalmente, uma forte ação de presença de militares junto da mesma. Constatou-se que foram desenvolvidos esforços por parte do GEN Spínola, nomeadamente através das várias Diretivas emanadas, no sentido de garantir a ligação e proximidade entre os vários Comandantes táticos e as autoridades administrativas locais, sendo a sua própria conduta disso exemplo.

A grande maioria das atividades de AssCiv era desenvolvida por pequenas equipas destacadas das Unidades presentes em determinada região ou local, constituídas por militares que detinham conhecimentos ou formação específica, como fosse a construção de escolas ou a própria instrução escolar. Foi ainda possível verificar que ao longo dos anos foi incrementado o número de atividades de AssCiv, bem como a relevância que foi dada à manobra económico-social em detrimento da manobra militar.

4. A AÇÃO PSICOLÓGICA E OS ASSUNTOS CIVIS À LUZ DO COMANDO-MISSÃO

Neste capítulo pretende-se relacionar a APsic e os AssCiv, com base no modelo de análise (Quadro 1), e o Comando-Missão no TO da Guiné entre 1963 e 1974. Importa referir, que numa fase inicial da guerra, entre 1961 e 1963, a doutrina e estrutura organizacional era reduzida e ou pouco desenvolvida no que se refere à APsic e AssCiv, sendo estas matérias tratadas de acordo com o entendimento de cada Comandante e respetivo EM que atuavam no TO da Guiné, existindo apenas como referência alguns relatórios de países que já tinham tido semelhante tipo de guerra no seu território ou colónias. A partir de 1963 podemos falar numa segunda fase na abordagem deste tipo de matérias, com a elaboração de doutrina e a criação de uma estrutura organizacional que viria a ser implementada nos três TO de África.

Quadro 1 – Modelo de Análise

Conceito	Crítérios	Elementos
APsic	Doutrina, formação e treino	Regulamentos, Ordens, Normas, Diretivas
	Estrutura organizacional	QO
	Atividades da APsic	Tipos de Atividades
	O papel do Comandante na condução da APsic	Comando-Missão
AssCiv	Doutrina, formação e treino	Regulamentos, Ordens, Normas, Diretivas
	Estrutura organizacional	QO
	Atividades dos AssCiv	Tipos de Atividades
	O papel do Comandante na condução dos AssCiv	Comando-Missão

No que respeita à APsic, foi analisado que em termos de Doutrina, Formação e Treino existia o Manual Escolar 1500, do IAEM, que reunia os conceitos diretamente relacionados com APsic e AssCiv existentes até então, sendo posteriormente elaborados os manuais de guerra subversiva entre 1963 e 1966 pelo EME, que definiam os diferentes níveis a que se executava a APsic e os principais objetivos a atingir em cada um deles. Para implementar o treino de tropas responsáveis por efetuar as ações ao nível tático, foi criado o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) em Lamego. Em termos de estrutura organizacional, existia ao nível de EM de Teatro (QG), a 5.^a Repartição que integrava todos os assuntos relativos à APsic naquele TO, enquanto ao nível dos Batalhões, existia o Oficial de APsic, responsável pelas ações levadas a cabo na Área de Responsabilidade do respetivo Batalhão, e que garantia também a ligação ao QG do TO da Guiné, recebendo indicações e atualizações do estado de situação geral e que em simultâneo informava o Comando das FT sobre a situação particular da sua Área de Responsabilidade.

No que se refere a atividades de APsic, estas foram desenvolvidas em três vertentes (propaganda, contrapropaganda e informação) com vista a afetar três tipos de público-alvo (população, inimigo e nossas forças). De forma a influenciar a população e assim obter o seu apoio para a causa portuguesa, foram desenvolvidas diversas campanhas de propaganda, onde se destaca, devido à sua dimensão, a denominada “Por uma Guiné melhor”. Em termos de contrapropaganda, o objetivo era isolar o partido político que defendia a independência da Guiné, e apoiava as forças de guerrilha, mostrando à população que os ideais defendidos por este partido não eram benéficos e que não trariam melhorias às condições de vida das pessoas. No que respeita a informação, foi instalada a Emissora Providencial da

Guiné com o objetivo de fazer chegar as notícias, factos e explicações de uma forma mais célere quer à população quer às NF.

No desenvolvimento da APsic, o papel do Comandante do TO da Guiné foi fulcral, só com a chegada do GEN Spínola ao TO em 1968 e perante a sua ideologia de que as NF só obteriam sucesso se se obtivesse o apoio da população e ao mesmo tempo descredibilizasse os ideais defendidos pelas forças subversivas, e não apenas através da luta armada. O Comandante do TO, ou mesmo os de quadrícula, procuravam através da perceção da situação social, a preocupação com as pessoas e com o seu bem-estar obter a confiança da população, preocupando-se com todas as situações passíveis de influenciar a população em detrimento do combate direto às forças subversivas, que devido às circunstâncias do terreno, meios, localização e ajuda externa conseguiam obter vantagem sobre as NF, levando à sua desmotivação, pois não estavam a obter o sucesso desejado militarmente, que se materializaria no controlo do território.

Relativamente aos AssCiv, em termos de doutrina, a mesma assentava no mesmo Manual Escolar que tratava a APsic, coletânea de conceitos, e novamente nos manuais de guerra subversiva do EME, com a definição dos objetivos e atividades de AssCiv. As diretivas emanadas por parte do Comandante do TO da Guiné eram também uma referência para os mais baixos escalões. Embora o planeamento destas atividades estivesse concentrado aos mais altos escalões de comando, o aconselhamento e informação sobre a situação particular no terreno e em cada área de responsabilidade, e posteriormente a execução dos planos definidos pelo topo da chefia, eram executados, de forma descentralizada, pelas Unidades aos mais baixos escalões. Em termos de estrutura organizacional, os AssCiv estavam inseridos na 5.ª Repartição, sendo formadas unidades de AssCiv com diferentes escalões para apoio às operações. A unidade de menor dimensão empregue em TO era o Pelotão de AssCiv que apoiava uma Brigada, embora na sua maioria fossem constituídos Destacamentos de AssCiv, para apoio a operações móveis realizadas por pequenas unidades. As atividades dos AssCiv visavam essencialmente fazer a ligação das forças militares com a comunidade civil, procurando responder às necessidades das pessoas e contribuir para o desenvolvimento de uma determinada região ou da própria população. Todas as atividades desenvolvidas visavam, tal como a APsic, aumentar o apoio da população às NF e à causa portuguesa, neste caso através do suprimento de necessidades individuais bem como o desenvolvimento de infraestruturas de apoio e bem-estar da população ou sociedade como um todo. Neste campo, a influência do GEN Spínola enquanto Comandante do TO da Guiné foi muito importante, ao encorajar os mais baixos escalões a dar maior

importância ao relacionamento e apoio à população e entidades civis. Embora o planeamento estivesse centralizado no QG e na própria pessoa do GEN Spínola, foi inculcido à tropa no terreno para que desse mais atenção às atividades de AssCiv em detrimento do combate às forças subversivas, procurando assim conquistar a confiança e apoio da população para com as NF, reduzindo proporcionalmente esse mesmo apoio e confiança nas forças subversivas, que via assim o seu principal motivo de insurgência contestado, a melhoria de condições de vida se fossem independentes.

Comprovada a existência de doutrina, estrutura organizacional, atividades e da importância do Comandante na condução da APsic e dos AssCiv, importa agora esclarecer como se relaciona com o conceito Comando-Missão. A capacidade do GEN Spínola em ter visualizado que a guerra só poderia ser ganha através da conquista da população por meios não bélicos, retirando ao mesmo tempo a base fundamental das próprias forças subversivas, demonstra bem a perspicácia necessária de um Comandante em ter de tomar decisões conforme aquilo que lhe é apresentado no TO, e não só conforme o que estipulam os manuais. A percepção do GEN Spínola de que grandes planos ao nível de TO não surtiriam efeito a não ser que todos os escalões de comando percebessem a intenção do comandante, levou a que o Comandante-Chefe descentralizasse o planeamento e execução da APsic e dos AssCiv de forma a que cada Comandante, ao seu nível, tendo sempre presentes as particularidades inerentes à sua Área de Responsabilidade, pudesse desenvolver diferentes tipos de atividades neste âmbito, conforme a percepção que tinha no terreno acerca do que poderia influenciar positivamente a população, obtendo assim o seu apoio e aceitação das NF.

CONCLUSÕES

Para o desenvolvimento deste trabalho começamos por explorar a bibliografia existente sobre o tema da APsic e dos AssCiv, desde livros, relatórios, diretivas, ordens, manuais doutrinários, registos de atividades relacionados com a APsic e AssCiv centralizados no TO da Guiné. De seguida, e ainda numa fase exploratória, tentamos perceber de que forma é que os Comandantes tinham em consideração estas duas atividades em prol do seu planeamento e execução das operações de combate convencionais.

O modelo de análise foi definido com base nos conceitos de APsic e de AssCiv, em que para podermos direcionar a nossa pesquisa mais em concreto, procuramos confirmar os conceitos referidos, através dos critérios: doutrina, estrutura

organizacional, atividades e papel do Comandante. Para uma maior especificação e também como forma de manter a coerência na abordagem aos dois conceitos, especificamos os mesmos em diversos elementos, conforme apresentado no quadro 1.

Perceber o conceito que define a função de combate Comando-Missão e de que forma é que poderíamos relacionar um conceito atual com temas que também foram atualizados e alterados, tendo-se estes transformado inclusive numa função de combate (INFOOPS) foi o passo decisivo para que pudéssemos formular a seguinte Pergunta de Partida (PP): De que forma as FT empregaram a APsic e os AssCiv no TO da Guiné-Bissau, entre 1963 e 1974 no âmbito da função de combate Comando-Missão? Assim, dividimos o trabalho em quatro capítulos, onde no primeiro capítulo procedemos a um enquadramento conceptual, de forma a definir conceitos que seriam importantes para a aplicação do modelo de análise e consequentemente para a interpretação dos capítulos seguintes.

No segundo capítulo, dividido em cinco subcapítulos, abordamos o conceito de APsic com base no modelo de análise definido, onde em cada subcapítulo foi abordado cada um dos critérios com base nos diferentes elementos. Assim, quanto à doutrina existente no âmbito da APsic confirmámos que até 1963 não existia doutrina de base, onde estivesse devidamente definida a organização e objetivos para esta temática, e que apenas em 1963 a 1966 surgiram as primeiras referências à APsic em manuais do EME. Mesmo assim, só em 1968 com a chegada do GEN Spínola, é que se verificou uma viragem no modo de fazer a guerra, com a percepção do Comandante-Chefe de que o ponto decisivo para ganhar a guerra era a população, onde quem conseguisse influenciar e controlar as pessoas (civis) que se encontravam no TO, conseguiria controlar o território. A partir deste momento assistiu-se a um maior número de diretivas emanadas pelo Comandante-Chefe relacionadas com a APsic, bem como a um esforço para operacionalizar a estrutura organizacional definida nos manuais doutrinários, e consequentemente a um aumento significativo de APsic no TO da Guiné. Quanto ao papel do Comandante na condução de APsic, concluímos que ao nível do TO o papel desempenhado pelo GEN Spínola foi inequivocamente fundamental para que a APsic se desenvolvesse e fosse implementada com sucesso neste TO. Embora o GEN Spínola concentrasse em si todo o planeamento de APsic, descentralizava a sua execução, indo ao encontro do conceito Comando-Missão, em que se pretende dar liberdade aos mais baixos escalões de forma a que estes possam avaliar e decidir conforme a situação com que se deparam no terreno, podendo deste modo obter maior eficácia e eficiência dos recursos disponíveis, neste caso, na utilização da APsic. Ao mesmo tempo que obtêm sucesso com a aplicação da APsic na sua área de responsabilidade, os

mais baixos escalões contribuem para a concretização da intenção do Comandante (GEN Spínola) que havia elaborado um plano ao nível do TO.

No terceiro capítulo, também dividido em cinco subcapítulos, é abordado o conceito de AssCiv, em que apoiado no modelo de análise, através dos diferentes elementos definidos para cada um dos critérios, confirmámos de que forma as FT empregaram o conceito de AssCiv no TO da Guiné. Relativamente à doutrina de AssCiv, verificou-se que as FT a partir de 1963 dispunham de manuais doutrinários que abordavam parte desta temática, nomeadamente o apoio às autoridades civis, que se enquadra nas atividades de AssCiv. Estas atividades estavam, como descrito no próprio capítulo, doutrinariamente atribuídas ao Pelotão de AssCiv, mas eram na sua maioria desempenhadas pelos Destacamentos de AssCiv, constituídos por um pequeno grupo de militares que continham conhecimentos ou formação específica, como fosse a construção de escolas ou a própria instrução escolar o que, de certa forma, reforçou a ligação e proximidade entre os vários Comandantes táticos e as autoridades administrativas locais. De igual forma à APsic, também os AssCiv foram fortemente influenciados pelo GEN Spínola com o incremento da relação de apoio dos militares à própria população e demais entidades civis, reduzindo desta forma, o apoio e ligação ao PAIGC.

No quarto capítulo procurámos analisar a APsic e os AssCiv à luz do Comando-Missão, onde foi possível identificar que o emprego deste tipo de operações foi demorado, pois se no espaço de dois anos foi possível elaborar manuais doutrinários, onde já vinham definidos quer uma estrutura organizacional, quer os tipos de atividades de APsic e AssCiv que deveriam ser empregues, só em 1968 com a chegada do GEN Spínola ao TO da Guiné, foi evidente a preocupação em utilizar em larga escala a APsic e em dar maior relevância aos AssCiv. É com o novo Comandante-Chefe para o TO da Guiné que se verifica quer pressões ao nível político na Metrópole de forma a obter verbas para campanhas de APsic e de AssCiv, quer através de diretivas e planos ao nível de TO e para o nível tático, dando indicações aos comandantes aos diferentes escalões para se inteirarem e preocuparem com as APsic e AssCiv, para que cada unidade, independentemente do escalão tivesse a preocupação, e estivesse consciente, da intenção do Comandante-Chefe em relação a estes temas.

A limitação do fator tempo disponível para pesquisa e compilação de relatórios da época, bem como a descontextualização face à PP deste trabalho, não permitiu relacionar a eficácia e eficiência das APsic e dos AssCiv em relação às operações militares convencionais desenvolvidas no TO da Guiné, nem perceber em pormenor se os Comandantes aos mais baixos escalões, teriam realmente cons-

ciência da importância da APsic e dos AssCiv para o seu Comando e Controlo, à luz da doutrina da época, e se realmente dariam maior relevo à APsic e aos AssCiv em detrimento das Operações de Combate Convencionais conforme a intenção do Comandante-Chefe a partir de 1968.

Quanto às atividades de APsic, as FT deram privilégio, inicialmente, às que se enquadravam no âmbito da Ação Psicossocial, com vista a conquistar a confiança das populações. Como se verificou mais tarde, a Ação Psicossocial foi fundamental na contrassubversão, através do controlo da população.

Na condução da APsic como atividade de informação e influência, constatou-se importância do papel do Comandante. Assim, se a APsic fosse devidamente dirigida, tornava-se num importante contributo para a segurança das FT e apoio à população, exigindo uma liderança adequada à situação.

Acerca do emprego dos AssCiv, concluímos que estes tinham como principal objetivo a aplicação de uma estratégia que visava a diminuição da capacidade de influência dos movimentos subversivos sobre as populações, através da melhoria das condições de vida da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Coelho, A., 2013. A Guerra do Ultramar - O Mérito do Vetor Militar. *Revista Militar*, Junho/Julho, Volume 2537/2538, pp. 575-586.
- Comissão para Estudos das Campanhas de África, 2015. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 6.º Volume, Aspectos da Actividade Operacional, Tomo II, Guiné, Livro II*. 1.ª ed. Lisboa: CAVE.
- Estado-Maior do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva, III Acção Psicológica*. 1.ª ed. Lisboa: SPEME.
- Estado-Maior do Exército, 1966. *O Exército na Guerra Subversiva, I Generalidades*. 2.ª ed. Lisboa: SPEME.
- Estado-Maior do Exército, 1967. *Memorando das Funções dos Oficiais de Acção Psicológica nas Unidades do Ultramar*. Lisboa: SPEME.
- Estado-Maior do Exército, 1968. *Instrução de Acção Psicológica na Escola de Recrutados (IE)*. Lisboa: SPEME.
- Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Instituto de Altos Estudos Militares, 1976. *ME-1500/I: Técnica de Estado Maior, 5.ª Repartição, 1.ª Parte - Assuntos Cívicos*. Lisboa: s.n.
- Instituto de Altos Estudos Militares, 1999a. *Boletim N.º 49*. Lisboa: s.n.
- Instituto de Altos Estudos Militares, 1999b. *Estudos sobre as Campanhas de África 1961-1974*. Lisboa: Atena.

- Melo, J., 1998. *Os Anos da Guerra, Volume 1*. Lisboa: Resopal.
- NATO, 2013. *AJP 3.4.9 Allied Joint Doctrine For Civil-Military Cooperation*. Edition 1, Version A ed. s.l.:s.n.
- NATO, 2015. *AJP-3.10 Allied Joint Doctrine For Psychologic Operations*. Edition 1, Version A ed. s.l.:s.n.
- Oliveira, H., 1966. *A Batalha da Certeza (Acção Psicossocial)*. 3.^a ed. Lisboa: Gráfica de Leiria.
- Pereira, J., 2016. <http://ephemerajpp.pt>. [Em linha] Disponível em: <http://ephemerajpp.pt/2016/03/24/guine-propaganda-portuguesa-durante-a-guerra-colonial/guine_accao_psicologica_0001/> [Consult. em 6 de junho de 2016].
- Rodrigues, L., 2010. *Spinola de Luis Nunes Rdrigues*. s.l.:A esfera dos livros.
- Santo, G., 2009. Cooperação Civil-Militar na Contra-Insurreição: Leste de Angola, 1971-1973. *Revista Militar*, 61(4).
- Santo, G., 2014. *Da Arte da Guerra à Arte Militar*. 1.^a ed. Lisboa: Pincípia Editora.
- Shamir, E., 2011. *Transforming Command - The pursuit of Mission Command in the U.S., British, and Israeli Armies*. Standford, California: Standford University Press.

Anexo A

**A ATUAÇÃO DO MARECHAL SPÍNOLA NO TEATRO
DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU, ENTRE 1968 E 1973**

A ATUAÇÃO DO MARECHAL SPÍNOLA NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ- BISSAU, ENTRE 1968 E 1973, ENQUANTO COMANDANTE-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS E GOVERNADOR GERAL

Autores

MAJ INF Nuno Alexandre Ferrer Morgado
MAJ INF Marco André Reis Silva
MAJ INF Duarte Miguel Gouveia Martins
MAJ ART António Augusto da Silva de Almeida
MAJ ENG Luís Filipe Marques dos Santos Conceição

Orientador

TCOR ENG José Miguel Almeida Ramalho

1. O MARECHAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA

1.1. O HOMEM E O MILITAR

Sem tradição militar na família, e com apenas dez anos de idade, António de Spínola ingressa no Colégio Militar (CM). Faz um percurso “regular e sem grande brilhantismo”, do qual sobressaem algumas atitudes de indisciplina e desafio perante os seus superiores. Quando termina o curso é referido na sua caderneta que “Sabendo aceitar os conselhos [...] tornou-se um cadete altamente disciplinador [...]. Desempenhou os serviços com dedicação e de maneira a só merecer elogios. Enérgico, brioso e professando um grande culto pelos princípios de boa camaradagem” (Rezola, 2002, p. 18). Como o próprio refere [sobre o CM] “esta é uma escola ímpar de formação para a vida [...] onde me orgulho de ter temperado o meu carácter”¹.

Após terminar o CM, em 1928, António de Spínola decide seguir a vida militar. Aos dezoito anos de idade é promovido ao posto de primeiro-sargento cadete, sendo colocado no Regimento de Cavalaria N.º 4 (RC4) em Santarém (Rodrigues, 2010, p. 31). Dois anos mais tarde ingressa na Escola Militar (EM) na arma de cavalaria (Rezola, 2002, p. 18), que o próprio descreveu mais tarde como “uma

¹ António de Spínola em entrevista à Revista da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar em 1986 (Rezola, 2002, p.15).

Arma que sempre se caracterizou pelo desassombro e pela coragem física e moral” (1979, p. 134).

Entre 1933 e 1939, esteve colocado no Regimento de Cavalaria N.º 7 (RC7), inicialmente como Alferes, sendo promovido a Tenente quatro anos mais tarde (Rodrigues, 2010, p. 40). Durante este período evidenciou-se pelo “entusiasmo” demonstrado, e pelas sucessivas provas de determinação e sentido de dever (Rezola, 2002, p. 27). Este período termina com a nomeação do sogro para o cargo de Comandante-geral da Guarda Nacional Republicana (GNR), sendo escolhido por este para seu ajudante de campo, cargo que vai ocupar até 1943 (Rodrigues, 2010, p. 90), e que o vai ajudar a compreender que “é a competência do chefe que cria a confiança dos subordinados” (Spínola, 1940, p. 185). Dois anos mais tarde, participa numa missão de estudo do Exército Português à Alemanha, que previa a visita à Escola de Carros Combate do Exército Alemão, à Escola de Equitação e à frente germano-russa em Leninegrado (Rezola, 2002, p. 55), e que se constituiu num marco importante na sua formação, uma vez que, como o próprio afirma “no plano militar colhi ensinamentos que me foram úteis na guerra do ultramar. No plano político permitiram-me refletir sobre o papel das grandes potências na condução dos negócios do mundo” (Spínola, 1994, p. 26).

Colocado no Regimento de Lanceiros N.º 2 (RL2) após a morte do sogro, e depois de onze anos como subalterno, é promovido ao posto de Capitão em 1944, desempenhando funções de comando em vários esquadrões do Exército e da GNR (Rezola, 2002, p. 44).

Em 1955, ano de promoção a Major, entra para o pelouro do pessoal na administração da Siderurgia Nacional, mantendo-se em funções durante quase uma década acumulando com as que detinha a nível militar (Rezola, 2002, p. 34).

O ano de 1961 marca o início da Guerra de África e, de forma indelével, a vida e a carreira de António de Spínola. Com cinquenta e um anos de idade, o posto de Tenente-coronel, e colocação no RL2, decide oferecer-se como voluntário para a guerra (Rodrigues, 2010, p.57). De acordo com as palavras do próprio, “em termos militares [...] foi a partir de dezembro de 1961 que me realizei profissionalmente” (Rezola, 2002, p. 57). É então que recebe o comando do Grupo de Cavalaria 345 (GCav 345), com um total de 600 militares (Rodrigues, 2010, p. 59), para limpar uma das áreas com forte ação do inimigo na zona de Bessa Monteiro, no norte de Angola (Rezola, 2002, p. 57). As suas ações e postura criavam uma imagem carismática e um ambiente de enorme respeito para com António de Spínola (Rezola, 2002, p. 58). Este período, passado em África, permitiu-lhe alcançar enorme prestígio em Portugal, mas despertou em Spínola uma consciência política e a percepção

que um conflito com aquelas características não tem uma solução militar (Rezola, 2002, p. 216).

Três anos após o seu regresso, e já com o posto de Brigadeiro, assume a função de segundo-comandante da GNR. No entanto, em maio de 1968, recebe o convite de António de Oliveira Salazar, para desempenhar as funções de Governador-Geral e de Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Tendo aceitado prontamente o convite, porque “não era possível a qualquer português verdadeiramente português negar a sua contribuição à pátria na presente conjuntura da vida nacional em especial na fase crítica da guerra na Guiné” (Spínola, 1968), solicita uma reunião com o Presidente do Conselho, que vem a acontecer nesse mesmo mês (Rodrigues, 2010, p. 83), onde apresenta as suas já claras intenções e a sua forma de implementar uma política para vencer a guerra (Pires, 2014, p. 198).

1.2. A VISÃO PARA A GUINÉ-BISSAU

A marca distintiva de Spínola foi «pensar como o inimigo, sem ficar como ele», tendo ido mais longe do que qualquer outro político ou militar na busca da “compreensão das razões de quem estava do outro lado” (Afonso e Gomes, 2000, p. 482). Spínola entendia o sucesso militar no TO da Guiné como de crucial importância, sendo um ponto-chave na estratégia nacional, uma vez que o conjunto Guiné-Bissau e Cabo Verde, para além de se constituir como um “ponto de apoio de comunicações” para os outros teatros e de domínio do Atlântico, teria repercussões positivas a nível psicológico e da moral das tropas nos outros territórios ultramarinos².

Na reunião com Oliveira Salazar, a 02 de maio de 1968, Spínola apresentou um documento intitulado “Alguns Aspectos que Conditonam a Solução da Presente Situação na Guiné”³ e apresentou-lhe o seu plano de atuação na Guiné: “[...] era uma guerra pela conquista das populações e essa conquista teria de ser feita tanto no plano militar mas, sobretudo, no plano económico e social, através do desenvolvimento de programas que garantissem o seu progresso e bem-estar e que fizessem diminuir os fatores de subversão” (Bernardo, 1996, p. 236), “Às Forças Armadas apenas deveria competir garantir o espaço e tempo necessário para que este processo se realizasse” (Rodrigues, 2010, p. 90).

² António de Spínola, Notas para uma conversa com o Senhor Presidente do Conselho, maio de 1968.

³ Apontamento de António de Spínola in AOS/CP-261, pasta 7261-5, maio de 1968. O conjunto de condições que Spínola colocava à partida para aceitar o seu novo cargo era já do conhecimento do ministro do ultramar, Silva Cunha.

Spínola considerava que, na guerra da Guiné, a dimensão militar não era a mais importante, mas que, no entanto, tinha um papel fundamental. Portanto, a guerra não poderia ser ganha pela força das armas: “[...] aspetos de fundo de um plano geral de contrassubversão não se projeta [...] no campo da missão das Forças Armadas, mas sim no campo do desenvolvimento económico e da promoção social das populações.” Era necessário promover o desenvolvimento do território e demonstrar às populações que “as promessas de uma vida melhor, propaladas pela propaganda inimiga se enquadravam no nosso plano de ação, já como realidades inequívocas ou concretizáveis a curto prazo.” A dimensão militar era indissociável das restantes perspetivas, pelo que “[...], surge como condição *sine qua non* que as Forças Armadas reduzam a ameaça inimiga, numa evidente demonstração de força suscetível de as prestigiar perante as populações.”⁴

Conquistar as populações foi o objetivo principal de Spínola. Ele concebia o inimigo como um dos «dois partidos em presença» e como o elemento essencial da sua manobra «O terreno vale pela população que nele está implantada» (Afonso e Gomes, 2000, p. 482). “Acumulando os cargos de Governador e Comandante-Chefe, sem que ambos pudessem ser dissociados, conjugou a manobra militar com a psicossocial, mas subordinando aquela aos objetivos políticos de conquista da população” (Afonso e Gomes, 2000, p. 482). A primeira visava satisfazer os legítimos anseios da população, enquanto a segunda visava garantir tempo e espaço para a consecução dos objetivos da manobra económico-social.

Spínola acreditava que “em boa parte as injustiças e violências praticadas ao longo da História justificavam a revolta das populações africanas contra os Europeus” (Afonso e Gomes, 2000, p. 149). Em abril de 1970⁵, Spínola afirma que embora “aparentemente política” a guerra é “eminentemente psicológica e explora dois conflitos”, o conflito social e o conflito tribal. O primeiro, decorrente das expectativas goradas em relação aos padrões de vida, e o segundo, da “política indígena”, completamente desadequada face à realidade da época (Afonso e Gomes, 2000, p. 149).

De acordo com os autores de “A Descolonização Portuguesa – Aproximação a um Estudo” (1979, p. 96), Spínola considerava que a unidade nacional só poderia ser obtida conjugando: a perceção das partes dos benefícios e “oportunidades que, separadas, não gozariam”, a atribuição de responsabilidades repartidas na “construção de um bem-estar comum, através da adequada representatividade”,

⁴ António de Spínola, “Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. O Problema Militar da Guiné. Seu Estudo e Proposta de solução”, outubro de 1968.

⁵ Diretiva “Relações com a população” de 17 de abril de 1970.

a valorização das partes e a criação de um sentimento de pertença e utilidade, e a participação “ativa e solidária em clima de elevado civismo.”

O conceito de Spínola assentava na conjugação da manobra militar e da política de desenvolvimento e ação psicossocial na Guiné, a fim de criar, nos ciclos de poder, uma situação vantajosa para negociar uma solução política da guerra. A sua manobra era baseada na doutrina nacional de guerra subversiva⁶, num processo de africanização e criação da “Força Africana”⁷, bem como no estabelecimento de pontes com o PAIGC (Golias, 2016, p. 14).

Spínola defendia um “Estado plurinacional”, para que aos olhos da comunidade internacional a soberania nacional fosse intocável. Para isso era necessária “uma política global que tornasse as nações membros realmente solidárias, através dos indiscutíveis benefícios que lhes advêm da comunidade em que se mantêm integradas, com base nos princípios da igualdade plena dos vários elementos constitutivos, não podendo ser ignoradas as diferentes realidades sociais, económicas e geográficas que conferem a cada território características específicas”⁸.

2. SITUAÇÃO MILITAR E POLÍTICA NA GUINÉ EM 1968

A 26 de junho de 1968, sensivelmente um mês depois da sua chegada e cinco anos após o início do conflito naquele território, Spínola escreve ao Presidente do Conselho, afirmando que “os danos são mais profundos do que suponha e os reflexos locais dos erros humanos são mais graves do que pensava” (Rodrigues, 2010, p. 91). Para compreender a sua atuação é importante identificar alguns dos fatores que marcavam a realidade da Guiné-Bissau à data.

De acordo com a Comissão para Estudos das Campanhas de África⁹, o TO da Guiné tinha algumas características próprias, distinguindo-se, de uma genérica, as que criavam dificuldades às nossas tropas e favoreciam o combate de guerrilha e as que favoreciam as nossas tropas. Em relação primeiras, destaca-se “a grande densidade populacional e fraca estrutura administrativa enquadrante e grande

⁶ EME, 1963, *O Exército na Guerra Subversiva*, Volume I – Generalidades.

⁷ Designa o que, segundo a visão de Spínola, seria o grosso de um futuro exército de uma Guiné integrada num espaço de portugalidade (Golias, 2016, p.20).

⁸ António de Spínola “Algumas Ideias Sobre a Estruturação Política da Nação” de outubro de 1970, enviado para Marcello Caetano, a pedido deste, como contributo para a revisão constitucional que se estava a preparar (Moura, 2012, p.86).

⁹ Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África – 1961-1974, Vol. 1 - Enquadramento Geral*. Lisboa: EME.

variedade de grupos étnicos, e o território pequeno e extensa fronteira terrestre, que permitiam rápidas incursões e a fuga para países vizinhos.”. Relativamente às segundas, as que até apoiavam as nossas tropas, destaca-se “a ausência de ódios raciais e fácil convivência entre portugueses e os nativos, e o reconhecimento por parte destes do esforço que era desenvolvido para melhorar as suas condições de vida.”

Em termos militares, e até 1968, fruto das características não convencionais do conflito, existiu “a necessidade de dispor de um primeiro conjunto de forças dispersas por todo o território, destinadas a guarnecê-lo, a estabelecer e manter o contacto com a população – as forças de quadrícula”, fixas e permanentes (Afonso e Gomes, 2010, p. 148). Estas forças, com grandes limitações em termos de efetivos, organizavam-se segundo o designado sistema de operações e missões de quadrícula (Policarpo, 2010, pp. 61-62). A sua ação resumia-se a suportar os embates hostis, a distribuir novas Unidades e a atribuir missões de patrulhamento e vigilância, sem conferir, contudo, meios mínimos para a recolha de informação e o aliciamento da população (Policarpo, 2010, p. 60), ou, como consideraram Afonso e Gomes (2000, p. 102) e Rodrigues (2010, p. 95) “uma guerra defensiva [...] inclinada para a manutenção no terreno, limitando-se [...] a reagir às ações do PAIGC”.

Com o apoio de Dacar e da Guiné Conacri, o PAIGC constituía-se, em 1968, como a principal força opositora¹⁰ (Garcia, 2000, p. 101), sendo evidente a articulação entre as ações políticas e militares que desenvolviam (Afonso e Gomes, 2000, p. 158). Externamente, os apoios recebidos garantiram “auxílio político e material, promoção de reuniões, conferências e encontros, patrocínio na impressão de artigos, publicações periódicas” (Garcia, 2000, p. 113). Com uma estrutura militar flexível e grande poder de fogo, estavam mais adaptados às características do conflito e organizados em comandos de frente (Vaz, 2003, p. 16).

Em relação às estruturas políticas e administrativas, a Guiné tinha um governo simples e estava dividida em nove concelhos e três circunscrições. Bissau era o centro económico da província, e lá estavam concentradas a sede do Governo, os comandos militares, os estabelecimentos de ensino, o porto e o aeroporto (Afonso e Gomes, 2000, pp. 90-92).

Em 1964, face ao agravamento da situação, é determinada a substituição do Governador da Província e do Comandante-Chefe, e nomeado o Brigadeiro Arnaldo Schultz, que passa a concentrar as duas funções (Policarpo, 2010, p. 57).

¹⁰ Os outros dois movimentos com maior significado seriam a Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING) e o Movimento de Libertação da Guiné (MLG).

3. MEDIDAS IMPLEMENTADAS NA GUINÉ APÓS 1968

3.1. REORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

“O meu primeiro objetivo foi reduzir drasticamente a capacidade militar do PAIGC, fazendo pender a balança da guerra a nosso favor”¹¹. Em outubro de 1968, pouco tempo após a sua chegada à Guiné, é elaborado e enviado para a Metrópole um documento¹² onde são identificadas as principais necessidades e é solicitada autorização para adoção de algumas medidas. De acordo com Afonso e Gomes (2000, p. 486), a manobra militar de Spínola foi desenvolvida segundo três vetores, designadamente: eliminar os eixos de reabastecimento e apoio aos guerrilheiros “cortando os «corredores» que vinham de países vizinhos”; “subtrair ao controlo do PAIGC as populações”, movimentando-as para áreas sob controlo das nossas forças, garantindo melhores condições de vida; “atacar a guerrilha nas suas zonas libertadas”, recorrendo à aviação, à artilharia e a forças de intervenção. Tendo por base os três vetores supramencionados, foram assim adotadas várias medidas, que materializaram a sua manobra militar, das quais se destacam as de seguida apresentadas e analisadas.

Em primeiro lugar destaca-se a criação de “um verdadeiro Comando Operacional Único, com capacidade de acionar as forças terrestres, navais e aéreas à sua disposição”¹³. Esta reorganização da estrutura militar iria permitir melhorar a coordenação de toda a atividade operacional, visto que “a legislação em vigor, não permitia que o comandante-chefe dispusesse de autoridade para coordenar operações militares conjuntas e dirigir, de forma centralizada, todos os recursos disponíveis” (Rodrigues, 2010, p. 102). “Os comandos dos Ramos, especialmente o do Exército, foram praticamente reduzidos a aspetos logísticos” (Afonso e Gomes, 2000, p. 487).

Um dos fatores, considerado por alguns autores único e catalisador da sua ação, foi a escolha da sua própria equipa (Pires, 2014, pp. 197-200). Ainda na Metrópole e depois na Guiné, ele procurou rodear-se dos homens que eram da sua confiança, dispensando os militares e os civis cuja conduta não estava alinhada com a sua (Rodrigues, 2010, p. 100). Carlos Fabião, no seminário da Fundação Gulbenkian

¹¹ Entrevista a António de Spínola pela Revista Expresso. 30 de abril de 1994, p. 20.

¹² António de Spínola, “Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. O Problema Militar da Guiné. Seu Estudo e Proposta de solução” outubro de 1968.

¹³ António de Spínola, “Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. O Problema Militar da Guiné. Seu Estudo e Proposta de solução” outubro de 1968.

– “25 de abril 10 anos Depois”, relata a entrada de Spínola como “[...] fulgurante e espetacular, com altos comandos militares e civis «despedidos» para a Metrópole.” O escritor Jorge Golias considera que “talvez nunca se tenham reunido tantos Oficiais, dos três Ramos das Forças Armadas, da mais alta craveira militar como no TO da Guiné. O prestígio do General Spínola era de tal ordem que quando foi nomeado para a Guiné, cuja situação era a mais difícil, levou com ele quem quis, ou quase. Essa entourage ficou conhecida pelos spinolistas¹⁴, e aos militares juntaram-se também quadros civis [...]”.

A alteração do dispositivo das forças terrestres e o estabelecimento de Comandos de Agrupamento Operacional (CAOP) e de Comandos Operacionais (COP), materializou a adoção de um conceito de centralização, contrário ao que até à data acontecia¹⁵. Nas regiões com escassa população, as guarnições foram abandonadas, com o objetivo de concentrar meios humanos e materiais em pontos considerados importantes, a fim de “cortar eixos dos reabastecimentos do inimigo, subtrair-lhe a população e as áreas economicamente mais ricas [...]” (Antunes, 1995, p. 348). Quanto aos CAOP e COP, de organização variável e transitória, a sua finalidade era melhorar o controlo e operacionalidade das forças, mantendo-as nas suas quadrículas. Os primeiros correspondiam aos sectores, e os segundos às zonas de ação dos batalhões, distinguindo-se por: “estarem situados em áreas críticas, por disporem de uma estrutura de comando mais leve e flexível, e poderem assumir responsabilidades territoriais controlando quer as unidades de quadrícula quer as de intervenção” (Afonso e Gomes, 2000, p. 483).

Ainda neste contexto, foram criadas as Zonas de Intervenção do Comando-Chefe (ZICC), que congregava as áreas libertadas, até à data à responsabilidade das Unidades (Golias, 2016, p. 83). Estas áreas de grande influência do PAIGC, passaram a ser operadas apenas por unidades de forças especiais com o apoio da Artilharia e da Força Aérea (Lousada, Escorrega e Menezes, 2011, p. 227), unidades que realizavam operações de curta duração e grande violência, sob o comando direto de Spínola, destinadas a destruir forças inimigas e a demonstrar a superioridade militar às populações (Afonso e Gomes, 2000, p. 485). Para além dos aspetos referidos, promoveu-se a reorganização das unidades, dando primazia a pequenas unidades de escalão pelotão ou companhia, “muito mais móveis do que um batalhão e assim, capazes de concentrar o seu poder de fogo no inimigo com maior

¹⁴ “Esse núcleo teve origem no Batalhão 345, que Spínola comandou em Angola, e a ele se foram progressivamente juntando outros.” (Afonso e Gomes, 2000, p. 489).

¹⁵ Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989. *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África – 1961-1974, Vol. 3 - Dispositivo das Nossas Forças – Guiné*. Lisboa: EME.

eficácia do que as unidades maiores e mais pesadas, dadas as limitações do terreno de combate” (Cann, 1998, p. 113).

Spínola criou também a Repartição de Assuntos Cívicos e Ação Psicológica (RepACAP) e a Repartição para Assuntos de População (RepPop) no estado-maior do seu quartel-general, fugindo à organização clássica, colocando a chefia-las Oficiais da sua confiança. A primeira tinha como principais tarefas: “desenvolver e implementar uma estação de rádio, com emissões em português e línguas nativas¹⁶, e o jornal *A Voz da Guiné*” e como objetivos, entre outros, difundir notícias “sobre si [Spínola] e sobre a Guiné, no país e no estrangeiro, visando credibilizar a sua solução e ganhar espaço de manobra” (Afonso e Gomes, 2000, p. 483). A segunda, a RepPop, promoveu os programas de construção de infraestruturas básicas e o melhoramento das povoações (Afonso e Gomes, 2000, p. 490). Spínola promoveu ainda a integração de elementos da Direção Geral de Segurança (DGS) no seu Estado-Maior (Afonso e Gomes, 2000, p. 490).

Na área da instrução, Spínola procurou melhorar a instrução das Forças Armadas. Dado o défice de instrução que se verificava, foram dadas instruções no sentido de aproveitar os intervalos da atividade operacional, para melhorar a instrução individual e coletiva dos combatentes¹⁷. Salienta-se o desenvolvimento de um centro de treino para militares envolvidos em operações, onde a formação ministrada se designava Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO). O objetivo era, fazendo face ao sistema de rendições e rotações existente à altura no TO, garantir a continuidade operacional das unidades (Spínola, 1973, p. 303). Segundo John Cann, a IAO foi de grande importância pois para além de permitir que a rendição das unidades fosse efetuada de forma progressiva, permitia a adaptação física, psíquica e operacional dos militares e a sua familiarização a um povo, cultura e geografia de teatro.

Em termos operacionais¹⁸, destaca-se o incremento do uso de helicópteros, uma maior relevância do papel da Marinha e a redefinição da tipologia de ações a desenvolver pelas FFAA. Assim, no que concerne aos helicópteros, estes deveriam ser utilizados não só para a evacuação de feridos, mas como método mais eficiente de movimentar tropas naquele território, devendo a sua utilização ser conjugada com tropas comandos e pára-quedistas, no lançamento de ataques a bases do PAI-

¹⁶ Programa de Informação das Forças Armadas (PIFAS), que emitia em português, crioulo e nas línguas dos grupos étnicos. Este programa tinha como público-alvo as forças armadas portuguesas, a população, e o inimigo (Afonso e Gomes, 2000, p.490).

¹⁷ Diretiva N.º 47/69. *Melhoria da Instrução*», do Comandante-Chefe da Guiné, 16 de junho de 1968.

¹⁸ «Diretiva N.º 46/69. *Reajustamento de Conceitos, Processos e Métodos de Ação*», 17 de junho de 1969, AHM, 2.ª Div., 4.ª Secção, caixa N.º 226, N.º 2.

GC. Em relação ao papel da Marinha, a sua ação passa a ter especial incidência no policiamento do tráfego fluvial, a fim de controlar os fluxos de abastecimento e o transporte de pessoal do PAIGC. No âmbito operacional é ainda fundamental referir a manobra desenvolvida para a conquista de toda a população de Manjaca¹⁹. O esforço da manobra deveria então concentrar-se inicialmente na área considerada fulcral na luta contra a subversão, denominada “Chão de Manjaco”²⁰, uma vez que teria maior probabilidade de sucesso caso fosse inicialmente implementado numa área restrita, para depois passar a outras regiões.

Outro aspeto fundamental da ação militar do General Spínola, foi o alargamento do processo de recrutamento de africanos para as Forças Armadas da Guiné. Este processo permitiu duplicar os efetivos recrutados localmente entre 1968 e 1973²¹, e obter duas vantagens significativas: resolvia a situação da falta de efetivos com soldados africanos, que naturalmente tinham maior facilidade de adaptação ao terreno e mais facilmente recolhiam informação junto das populações, e reduzia os custos e tempo associados ao transporte e treino (Spínola, 1973, p. 250). De realçar, neste contexto, o papel da Força de Comandos Africanos. Oriundos do recrutamento local, estes militares deram origem ao Batalhão de Comandos Africano, tendo sido empregues fora das fronteiras da Guiné. Estas forças indígenas poderiam vir a constituir-se como o “embrião de futuras Forças Armadas da Guiné independente, mas integradas no espaço português” (Afonso e Gomes, 2000, p. 204).

No que diz respeito à comunicação e informação, foi implementada a Emissora Oficial da Guiné, procedeu-se à reorganização da estrutura de transmissões na Guiné e ao incremento dos meios de transmissões e das atividades de apoio de som. Ficou à responsabilidade da RepACAP gerir os meios de radiodifusão no âmbito da política «Por uma Guiné Melhor» promovida por Spínola. A reorganização da estrutura de transmissões visou acompanhar aquela que foi desenvolvida para as unidades de manobra. Foi criado um Centro Escuta, que elaborava relatórios bi-diários ao Comandante-Chefe com informações consideradas relevantes e relatos dos noticiários. Salienta-se ainda o facto de Spínola, nas suas deslocações, se fazer acompanhar sempre de uma equipa de apoio de som, e a preocupação permanente

¹⁹ «Diretiva N.º 65/69. Manobra socioeconómica. Esforço no Chão de Manjaco», 13 de agosto de 1969, AHM, 2.ª Div., 4.ª Secção, caixa N.º 226, N.º 2.

²⁰ Nome dado à região no Noroeste da Guiné onde a população é maioritariamente de etnia manjaco. Esta era considerada uma “área fulcral da luta contra a subversão” (Diretiva N.º 65/69 de 13 de agosto de 1969).

²¹ Números citados por João Coelho, «African Troops in the Portuguese Colonial Army», p. 121.

da estrutura militar com as “instalações e funcionamento das Transmissões das unidades de quadrícula.”²²

Ainda de âmbito militar, mas pelo seu significado político, devem ser referenciados três momentos fundamentais da ação do General Spínola. São eles: a “Operação Mar Verde”, a pausa operacional efetuada na sequência das negociações com o PAIGC, e, já em 1972, a “Operação Cantanhez”.

Em junho de 1969, Spínola dá indicações para que comecem a ser previstas, no planeamento militar, ações fora das fronteiras da Guiné-Bissau, com especial incidência no Senegal e na Guiné-Conacri, uma vez que o Senegal “apoiava de uma forma discreta o PAIGC” e, o segundo, “era o santuário da guerrilha”, ponto de receção dos apoios externos e de localização de alguns dos principais equipamentos do PAIGC (Castro, 2012, p. 81). Neste contexto, em setembro de 1969, dá-se início à preparação de uma operação na Guiné-Conacri, durante a qual o movimento Front de Libération National Guinéen (FNLG)²³ solicitou apoio para derrubar Sékou Touré²⁴, presidente da Guiné-Conacri. (Cann, 2009, p. 289). É assim que, no início de 1970, e após obtenção da autorização de Marcello Caetano, é lançada a “Operação Mar Verde”, que visava o ataque à capital da Guiné-Conacri, país que, como referido anteriormente, servia de santuário aos rebeldes do PAIGC.

Em abril de 1970 as nossas forças no terreno adotaram uma postura essencialmente defensiva, aguardando desenvolvimentos das negociações que decorriam com o PAIGC. No entanto, a 27 de abril do mesmo ano, e na sequência do assassinato dos representantes do CAOP, é considerado “conveniente recativar o esforço militar na área, em ordem a impedir, a todo o custo, a anulação de objetivos psicológicos antigos”²⁵ e pretende-se “a continuação da captação e consolidação da adesão das populações à causa portuguesa.”²⁶

Em finais de 1972 foi lançada uma ofensiva na região Sul do território, a “Operação Cantanhez”, que tinha como objetivo colocar forças portuguesas em Cadique e Jemberem e fazer face a uma possível queda das guarnições de Guilege, Gadamael e Cacine (no Sul, junto à fronteira com Guiné-Conacri) (Afonso e Gomes, 2000, 489). Segundo Golias (2016, p. 73) esta ação “constituiu um esforço de guerra

²² Revista Militar N.º 2513/2514 - junho/julho de 2011, Comissão da História das Transmissões “As Transmissões Militares na Guerra Colonial” (Artigo N.º 676), consultado em <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/676>>, em 14 de abril de 2017.

²³ Constituído maioritariamente por exilados do Senegal (Cann, 2009, p.289).

²⁴ Primeiro presidente da Guiné-Conacri após obtenção da independência da França (André Lewin, 2009).

²⁵ Diretiva N.º 10/70 de 27 de abril de 1970 do Comando-Chefe (Rodrigues, 2010, p. 138).

²⁶ Diretiva N.º 11/70 de 30 de abril de 1970 do Comando-Chefe (Garcia, 2000, p. 212).

que se sentia em todas as áreas operacionais e logísticas, e que foi talvez a última tentativa de Spínola ganhar vantagens no terreno sobre o PAIGC.” Acima de tudo, a intenção da operação passava por manter a imagem das forças portuguesas, o prestígio do general e por afastar o fantasma da derrota militar (Afonso e Gomes, 2000, p. 489).

3.2. REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO

“Nesta área o General Spínola vai procurar desenvolver as áreas social, económica e cultural das populações, na tentativa de fazer ascender todos os grupos étnicos, paralela e simultaneamente numa mesma direção” (Golias, 2016, p. 83).

A peça fundamental da estratégia política de Spínola era o programa de desenvolvimento económico e social da colónia, que tinha o *slogan* “Por Uma Guiné Melhor.”²⁷ Para o efeito, e de acordo com Spínola (1970, p. 41-44) foi fundamental o apoio financeiro solicitado ao Governo central a fim de desenvolver as infraestruturas de comunicações (a rede rodoviária e portos no interior) e desenvolver a integração das economias de província com impacto na promoção social das populações, através da melhoria do seu nível de vida, da educação e da assistência sanitária. Neste âmbito foram ainda implementadas as seguintes medidas: construção de cerca de oito mil cabanas e a instalação em diversos aldeamentos de poços de água, escolas e postos médicos (Cann, 1988, p. 207). Tendo a população como principal objeto da sua manobra, desde cedo difunde indicações para se desenvolver “a guerra com inteligência e sem ódio, sendo profundamente humano e justo” (Spínola *apud* Afonso e Gomes, 2000, p. 483), e estabelece normas²⁸ sobre a “nova” forma de relacionamento com a população: “é preferível não obter declarações úteis, a obtê-las por métodos que [...] anulem e destruam a confiança que conseguimos inspirar nas populações” (Spínola *apud* Afonso e Gomes, 2000, pp. 483 e 484). Assim, deveria ser “evitado qualquer ato de violência injustificado contra a população autóctone”²⁹ e todos os comandos deveriam “orientar as suas ações junto da população de forma a gerar um clima psicológico novo onde não haja lugar para ressentimentos nem para complexos de culpa.”³⁰

²⁷ Diretiva N.º 360/68 “Campanha Psicológica de Recuperação” de 17 de dezembro de 1968, AHM 2ª Div, 4.ª Secção, caixa 226 N.º 1.

²⁸ Diretiva «Apresentação de População e Elementos do IN» e «Tratamento de Capturados».

²⁹ Diretiva N.º 360/68 “Campanha Psicológica de Recuperação” de 17 de dezembro de 1968, AHM, 2.ª Div, 4.ª Secção, caixa 226 N.º 1.

³⁰ Directiva N.º 44/69 “Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné” de 8 de junho de 1969, AHM, 2.ª Div, 4.ª Secção, caixa 226 N.º 2.

A implementação dos “Congressos do Povo” foi, segundo Otelo Saraiva de Carvalho (1977, pp. 86-88), o “acontecimento político de maior relevância” ocorrido durante a governação de Spínola. Organizados com base nas diversas etnias, representadas por “estratos dominantes da sociedade tradicional” abrangendo todos os habitantes de um determinado conselho ou circunscrição administrativa, permitiram o diálogo com as populações através dos seus representantes mais legítimos (Carvalho, 1977, pp. 86-88). Os congressos do povo, segundo o próprio Spínola, constituíam-se como elemento fundamental da sua política social para a Guiné e previam a “completa igualdade de todos”, independentemente da “origem de cada um”, o “respeito pelas instituições tradicionais resultantes de culturas”, o desenvolvimento económico “em benefício de todos” e a participação ativa das gentes das Guiné num “grau progressivamente mais elevado na administração dos seus próprios interesses”, procurando, desta forma, a reconciliação sob “a bandeira Verde-Rubra da Fraternidade, da Liberdade e da Paz”.³¹ Os “Congressos do Povo” decorriam em duas fases: uma regional (designadas por reuniões) e outra global (designadas por «cimeiras»), esta realizada em Bissau. Das primeiras, realizadas ao nível dos concelhos e circunscrições, saíam as representações³² para as «cimeiras». Estas realizavam-se com número de presenças fixado anualmente pelo Governador, em função das etnias existentes, que presidia à sessão de plenário de encerramento (Afonso e Gomes, 2000, p.4 92).

O ano de 1970, sensivelmente dois anos após a chegada de Spínola à Guiné, entre outros aspetos é profundamente marcado pelas alterações na forma como se desenvolveram as movimentações políticas do Governador da Guiné-Bissau. O facto de o inimigo contar com o apoio internacional, direto ou indireto, e a possibilidade de este poder contar com infraestruturas e território dos países limítrofes impossibilitaria uma vitória.³³ O Governo da Guiné estabelece assim os primeiros contactos com o PAIGC e os países vizinhos, em busca da solução política do conflito (Rodrigues, 2010, p. 136). Com efeito, no início do ano de 1970 são estabelecidos os primeiros contactos, com o PAIGC, no “Chão Manjaco” (Rodrigues, 2010, p. 136). Para Spínola, esta situação constituía uma oportunidade excepcional para afetar de forma decisiva a coesão e o equilíbrio do inimigo, e colocar em marcha

³¹ Discurso do Governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, General Spínola, na sessão plenário de encerramento do 1.º Congresso das Etnias da Guiné Portuguesa, em Bissau a 03 de agosto de 1970.

³² “Constituídas por elementos de todas as etnias proporcionalmente aos quantitativos demográficos” (Afonso e Gomes, 2000, p.494).

³³ António de Spínola, “Acta da Reunião de Comandos Extraordinária” realizada em 01 de novembro de 1970.

“a transformação das forças de guerrilha do PAIGC em Unidades Africanas das Forças Armadas portuguesas” (Spínola *apud* Garcia, 2000, p. 211). No entanto, a 20 de abril de 1970, dia marcado para a rendição, e quando nada o fazia prever, ocorreu uma emboscada atribuída ao PAIGC, aos representantes do CAOP³⁴, que “são chacinados” na região perto de Jolmete” (Monge, 2010, p. 184). Tudo indica que “a direção central do PAIGC decidiu pôr termo aos contactos que os militares portugueses tinham estabelecido com os comandantes locais guineenses, interpretados pela direção do partido como uma manobra de aliciamento, compra e suborno” (Rodrigues, 2010, p. 138).

Ainda na sequência da “Operação Mar Verde”, é aprovada, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma resolução³⁵ que condena Portugal pela invasão. Esta Operação marca “o aprofundar da agonia militar portuguesa na Guiné [...] e uma chuva negativa de consequências diplomáticas e geoestratégicas” (Cann, 2009, p. 303).

Após a tentativa falhada de aproximação direta ao PAIGC, Spínola voltou-se para Leopold Senghor, à data presidente do Senegal, com o intuito de, através dele, chegar a um entendimento com Amílcar Cabral. A 18 de maio de 1972 ocorre o primeiro encontro com Senghor, e surge aquele que veio a ficar conhecido como o “Plano Senghor”, proposto por iniciativa do presidente do Senegal. Estava estruturado em três pontos: i) decreto de um cessar-fogo seguido de negociações sem condições; ii) implementação de um período de autonomia interna na Guiné com limites e prazos a discutir em conferência entre o Governo português e os partidos políticos guineenses; iii) concessão da independência numa perspetiva de integração numa comunidade luso-africana (Golias, 2016, p. 84). De acordo com Garcia (2000, p.213) Marcello Caetano recusou este plano por considerar que este poderia abrir um precedente. Fruto da intransigência de Marcello Caetano face à solução negociada, Leopold Senghor volta-se para o PAIGC, passando a conceder-lhe liberdade de movimentos e autorização para ocupação de bases na região Sul do Senegal. Este apoio culminou no ataque em maio de 1973 a Guidane (Afonso e Gomes, 2000, p. 488).

Ainda no decurso do ano de 1972, e continuando a haver interesse por parte de Spínola na procura de uma solução negociada para o conflito, o PAIGC “mostra interesse em desenvolver conversações” (Rodrigues, 2010, p. 172). Estes contactos foram-se intensificando e, em outubro desse ano, Spínola recebe a informação que

³⁴ Major Passos Ramos, Major Magalhães Osório, Major Pereira da Silva e Alferes Joaquim Mosca.

³⁵ Resolução 290 do Conselho de Segurança da ONU.

Amílcar Cabral estava na disposição de ir a Bissau conferenciar com Marcello Caetano (Rodrigues, 2010, p. 173). Em resposta o Presidente do Conselho fez saber que “não iria, nem autorizava a continuação dos contactos, esclarecendo que se fosse apenas um problema da Guiné ainda aceitaria. Mas que os reflexos em Angola e Moçambique eram de tal ordem que ele não podia aceitar” (Bernardo apud Rodrigues, 2010, p. 173).

O ambiente de crispação e distanciamento entre o Governador e Comandante-Chefe da Guiné, Spínola, e Marcello Caetano foi-se acentuando ao longo do ano de 1973. A 26 de maio de 1973 numa carta dirigida ao General Spínola, em sequência de algumas declarações deste ao jornal “República”, Marcello refere que não aceita que “um colaborador político investido em funções de confiança e acumulando as responsabilidades do Governo [...] não acate a orientação que decorre da lei e está nos costumes” e ordena a interrupção definitiva das conversações com Senghor dizendo que “Prefiro um desastre militar na Guiné a negociar seja com quem for” (Carta de Marcello Caetano a António Spínola, 26 de fevereiro de 1973 apud Rodrigues, 2010, p. 176). Essa carta obteve resposta a 6 de março de 1973 e na qual Spínola afirma novamente que “a solução de fundo do nosso problema ultramarino não se situa no campo militar, mas sim no político” (Carta de António Spínola a Marcello Caetano, 06 de março de 1973 apud Rodrigues, 2010, p. 177).

Para Spínola estava perdida “a última oportunidade de se resolver com honra e dignidade o problema da Guiné” (Spínola apud Rodrigues, 2010, p. 174). Esta recusa de Marcello Caetano marca a derrota política da “solução Spínola” (Afonso e Gomes, 2000, p. 487).

3.3. IMPACTO DAS ALTERAÇÕES IMPLEMENTADAS

“Na década de setenta, os serviços de ação psicológica e as estruturas militares e civis criadas começaram a dar resultados” (Lopes, 2015, pag.41). Para além deste aspeto, a campanha de ação social desenvolvida estava a produzir os seus efeitos, e começara a provocar algum descontentamento e frustração entre os combatentes do PAIGC (Garcia, 2000, p. 211).

Em 1972, passados quatro anos da sua chegada à Guiné, Spínola considera ter efetuado uma profunda revolução social na Guiné e afetado de forma determinante o PAIGC, uma vez que julga ter afetado os “objetivos de motivação do inimigo e, por essa via, do substrato humano em que a subversão se apoiava (...)” (Spínola, 1973, p. 113)

Relativamente aos efetivos e à sua organização entre 1968 e 1973³⁶, verificou-se que, na generalidade, duplicou o número de unidades operacionais, triplicou o número de Grupos Especiais, o dispositivo operacional passou a estar concentrado a Norte, Noroeste e Sudeste do território. Em Bissau, entre 1970 e 1971 o recrutamento local foi a principal fonte de efetivos com um aumento significativo quando comparado com anos anteriores, e que o recrutamento oriundo da metrópole sofreu um incremento a partir de 1971.

De acordo com a Ata da Reunião de Comandos³⁷, de 15 de maio de 1973, a última presidida por Spínola, realizada três meses antes de deixar definitivamente a Guiné-Bissau, o território estava na sua maioria sob influência do PAIGC e verificara-se um substancial agravamento da situação militar em consequência: do crescente número e intensidades das ações, da posse de meios aéreos, carros de combate, mísseis de defesa aérea e outros novos equipamentos pelo PAIGC, e da presença de unidades combatentes não africanas em ações de combate. Em termos políticos, a população ainda era na sua generalidade favorável às forças portuguesas, não sendo, contudo, fácil manter a situação, fruto da dificuldade sentida em continuar o desenvolvimento económico, e em garantir a proteção e segurança pelas forças militares. Ao nível externo foi identificada a crescente pressão para uma intervenção militar na Guiné pela Organização da Unidade Africana (OUA), com o apoio do presidente da Guiné-Conacri, mas ainda sem o apoio de Senghor.

Até 1972, a manobra geral adotada por Spínola, entre sucessos e fracassos, permitiu alcançar os objetivos definidos. Nesse mesmo ano, a perda da supremacia aérea³⁸ e o desencadear dos ataques em força pelo PAIGC às guarnições de Guidage (Norte da Guiné) e Guilege (Sul da Guiné), materializam no terreno a derrota da «solução Spínola» (Afonso e Gomes, 2000, 487 e 488). Cinco anos depois da sua chegada, e apesar do sucesso alcançado em algumas áreas, a situação militar no terreno era de tal forma gravosa que colocava em causa a solução adotada (Golias, 2016, p. 14).

George Andrews, da embaixada dos EUA em Dakar, em janeiro de 1969³⁹, salienta alguns aspetos que mudaram com a chegada de Spínola à Guiné. A atitude e o “vigoroso comando” de António de Spínola na Guiné impressionaram pela

³⁶ Ver Apêndice 2 – Evolução dos Efetivos das Forças Armadas da Guiné.

³⁷ Ver Apêndice 1 – Extrato do anexo “A” à Acta da Reunião de Comandos de 15 de maio de 1973 – Análise da Situação do Inimigo.

³⁸ Na sequência da introdução no TO dos mísseis terra-ar SAM-7 (STRELA) pelas forças do PAIGC (Golias, 2016, p.74).

³⁹ “Portuguese Guine: The War”, aerograma da embaixada dos EUA em Dakar, para o Departamento de Estado, a 3 de janeiro de 1969, NA CFPPF, 1967-1969, caixa 2440.

forma como quebrou com algum conformismo e passividade existente, e, ao nível operacional, as operações de busca e destruição com recurso a tropas especiais e helicópteros, e a presença assídua do próprio Spínola em operações militares e “viagens de inspeção ao mato”, funcionavam como fator motivacional para os seus homens.

O Marechal Spínola deixou a Guiné em 6 de agosto de 1973. As políticas “Por Uma Guiné Melhor” e “Congressos dos Povos da Guiné” materializaram uma visão única em África, que acima de tudo reconhecia a existência de uma sociedade tribal, e marcam uma extraordinária iniciativa para captar o apoio das populações (Golias, 2016, p.90).

Os autores Afonso e Gomes (2000, p.490) reconhecem que Spínola não teve receio de “jogar todas as cartas”, e identificam duas possíveis causas para o insucesso da sua solução: “a capacidade política interna e externa do PAIGC”, e “o Governo de Marcello Caetano que lhe negou a condição essencial para a solução ter êxito – a admissão de um compromisso político para resolver a guerra”.

CONCLUSÕES

Na elaboração do presente trabalho e tendo em conta os objetivos propostos, a estratégia de investigação utilizada teve por base uma abordagem metodológica de índole qualitativa, em que a recolha de dados efetuada assentou essencialmente no recurso à análise documental e a entrevistas.

A análise documental incidiu em analisar fontes primárias e secundárias, apoiando a pesquisa de informação em documentação bibliográfica publicada oficialmente e em documentos relativos a operações. Este processo revelou-se exigente quer pela diversidade da informação existente, quer pelo distanciamento entre o acontecimento e os discentes.

No que concerne às entrevistas efetuadas e atendendo aos entrevistados em questão, foram realizadas uma entrevista não estruturada e uma entrevista estruturada, onde se procurou obter dados que confirmassem ou completassem a informação obtida através da análise documental, previamente efetuada.

Tendo em conta a análise efetuada, podemos responder à QD N.º 1 – “Qual a visão do Marechal Spínola sobre o Teatro de Operações da Guiné-Bissau?” – salientando a sua marca de “pensar como o inimigo, sem ficar como ele”. Para o Marechal Spínola era essencial uma compreensão e abordagem holística do TO da Guiné-Bissau, englobando o interesse Nacional, as forças nacionais e opositoras e a população local. Spínola considerava que o sucesso no TO da Guiné-Bissau

era conseguido por quem conquistasse a população local. Neste sentido, tomava especial destaque o plano económico e social, assente em programas de desenvolvimento que providenciassem progresso, aumento do bem-estar e qualidade de vida, ficando o plano militar como secundário, todavia fundamental para garantir condições de segurança, espaço e tempo, para que os programas de desenvolvimento fossem aplicados.

No que diz respeito à QD N.º 2, “Quais as medidas Políticas e Militares implementadas?”, de acordo com os autores estudados ao longo deste trabalho, podemos concluir que o Marechal Spínola procurou conjugar a sua ação política e militar, de acordo com a sua visão da questão ultramarina.

Relativamente à sua ação política, consideramos cinco campos de atuação fundamentais: a política “Por uma Guiné Melhor”, expressão máxima da tentativa de promoção do desenvolvimento económico e social dos povos indígenas, em respeito pela cultura e dignidade dos mesmo; os “Congressos do Povo” que materializaram a participação política por parte da população em completa igualdade entre todos; a atuação ao nível da política interna e externa, na tentativa de estabelecer diálogo com o PAIGC de Amílcar Cabral; a atuação ao nível da política externa com Leopold Senghor, como forma de servir de mediador com o PAIGC; e a ligação e subordinação ao poder político central na Metrópole.

Ao nível militar, e tendo por base a doutrina nacional para a guerra subversiva da época, a sua atuação procurou: acelerar a tomada de decisão através da simplificação da estrutura hierarquizada das FFAA e da centralização do poder de decisão; adequação das unidades e da sua forma de atuação às reais condições do TO; otimização dos recursos (materiais e humanos) existentes na Guiné-Bissau; implementação de órgãos e estruturas centrais para apoiar a tomada de decisão, planear e desenvolver ações militares e políticas, e supervisão das mesmas; e desenvolvimento de uma guerra psicológica que integrava a componente militar e política.

No que concerne à QD N.º 3 – “Qual o impacto das medidas implementadas no Teatro de Operações da Guiné-Bissau? – podemos concluir que o Marechal Spínola, nos cinco anos em que desempenhou funções, teve um papel fundamental. Salientam-se os resultados obtidos pelas estruturas militares e civis criadas, bem como, pelas campanhas de propaganda desenvolvidas, que tiveram um elevado impacto social na Guiné.

No que concerne aos efetivos e à sua organização, a aposta no recrutamento local foi crucial. Com o aumento de efetivos foi possível duplicar o número de unidades operacionais, triplicar o número de Grupos Especiais e implementar um

dispositivo concentrado nas regiões Norte, Noroeste, Sudeste do território e em Bissau. Segundo o próprio, considera ter afetado de forma determinante o PAIGC, uma vez que considera ter afetado os “objetivos de motivação do inimigo e, por essa via, do substrato humano em que a subversão se apoiava [...]” (Spínola, 1973, p. 113).

Assim, com base no aduzido anteriormente, podemos então concluir que foi possível responder à QC “Em que medida a forma de atuação do Marechal Spínola, enquanto Comandante-Chefe das Forças Armadas e Governador-geral da Guiné-Bissau, através das medidas adotadas, influenciou o TO da Guiné-Bissau”.

Segundo os autores do livro “A descolonização Portuguesa – aproximação a um estudo”, existiram três grandes motivos que levaram o General Spínola a apresentar a sua exoneração: as obstruções a que foi sujeito pelo Governo Central, a proibição do contacto que procurara com Leopold Senghor para através deste chegar ao PAIGC, e a rejeição de alguns pontos fundamentais da sua proposta de Estatuto Político-Administrativo da Guiné (1979, p. 96).

A 06 de agosto de 1973, e na impossibilidade de alcançar uma solução política, António de Spínola chega a Lisboa, comunicando a Marcelo Caetano: “Senhor Presidente do Conselho, venho dizer-lhe que regresssei de vez” (Bernardo *apud* Rodrigues, 2010, p. 186). Por despacho de 24 de setembro de 1973, é exonerado, a seu pedido, das funções de Governador e Comandante-Chefe da província ultramarina da Guiné.

Durante os cinco anos em que desempenhou as funções de Governador-Geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné-Bissau deparou-se com inúmeras dificuldades, e a todas elas tentou fazer face de forma construtiva e criativa, sem esquecer as suas responsabilidades e a visão que o movia. As mais difíceis de ultrapassar foram porventura as de âmbito político, resultantes das limitações impostas por Marcelo Caetano.

Da sua atuação como Governador-Geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné-Bissau, ressalta o militar. A sua atuação fica marcada pelo seu carisma, integridade e inegável capacidade de comando, e pela sobriedade e coerência das suas opções militares, na tentativa de promover uma solução política para a guerra do ultramar. Spínola pensava e agia como militar, e foi o militar que prevaleceu sobre o político.

A sua educação, formação militar e carreira militar como Oficial de Cavalaria, influenciaram de forma decisiva as suas perceções e permitiram-lhe construir uma base sólida, alicerçada em valores, que conjugada com o conhecimento obtido, de onde se destaca a visita à Escola de Carros Combate do Exército Alemão, à

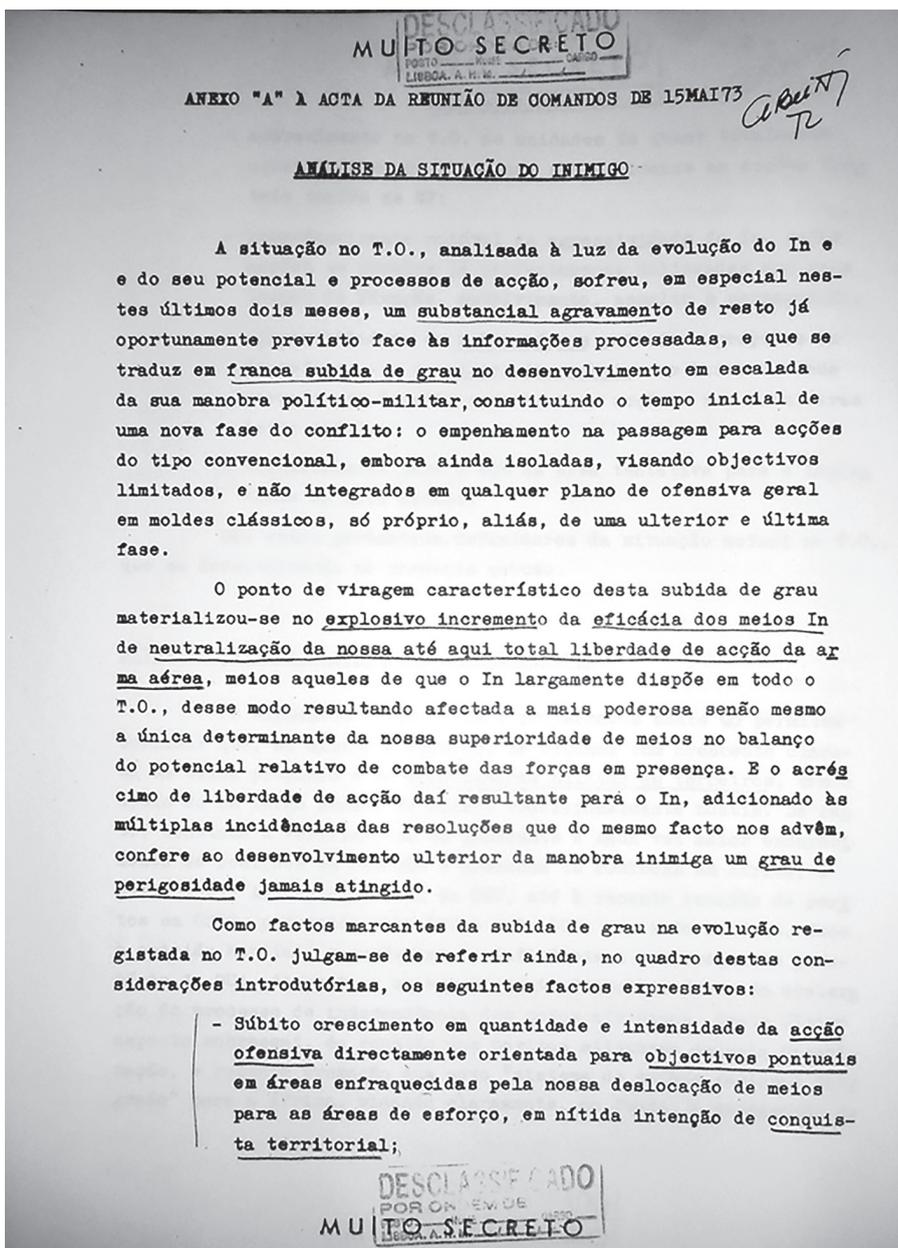
Escola de Equitação e à frente germano-russa em Leninegrado (Rezola, 2002, p. 55), se constituíram num marco importante na sua formação, uma vez que, como o próprio afirma “no plano militar colhi ensinamentos que me foram úteis na guerra do ultramar. No plano político permitiram-me refletir sobre o papel das grandes potências na condução dos negócios do mundo” (Spínola, 1994, p. 26). Salienta-se ainda que serviu em África, norte de Angola, entre 1961 e 1963, e que em maio de 1968, ao receber um convite de António de Oliveira Salazar, para desempenhar funções de Comandante-chefe e Governador-geral da Guiné-Bissau, aceitou prontamente o convite, porque “não era possível a qualquer português verdadeiramente português negar a sua contribuição à pátria na presente conjuntura da vida nacional em especial na fase crítica da guerra na Guiné” (Spínola, 1968), o que demonstra a sua sólida formação militar, moral e cívica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. e Gomes, C., 2000. *Guerra Colonial*. Notícias, Lisboa.
- Antunes, J., 1995. *A Guerra de África 1961-1974 – Volume I e II*. Círculo de Leitores, Lisboa.
- Bernardo, M., 1996. *Marcello e Spínola: A Rutura*. Lisboa, Ed. Estampa
- Cann, J., 1998. *Contra-Insurreição em África. O Modo Português de Fazer a Guerra, 1961-1974*. Lisboa: Edições Atena.
- Carvalho, O., 1977. *Alvorada em abril*. Lisboa, Ed. Divina Comédia.
- Castro, N., 2012. *Os Heróis do Ultramar*. Lisboa, Ed. Oficina do Livro.
- Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1973. *Directiva N.º 13/73 de 30 de março*. Lisboa: AHM.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África – 1961-1974, Vol. 1 - Enquadramento Geral*. Lisboa: EME.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989. *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África – 1961-1974, Vol. 3 - Dispositivo das Nossas Forças – Guiné*. Lisboa: EME.
- Comissão da História das Transmissões, 2011. As Transmissões Militares na Guerra Colonial (Artigo N.º 676), *Revista Militar N.º 2513/2514 - junho/julho de 2011*, [Em Linha]. Disponível em. <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/676>> [Consult. em 14 de abril de 2017].
- Ferreira, J., 2002. *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português – Da Conferência de Berlin à Descolonização*. Lisboa, Hugin Editores
- Garcia, F., 2000. *Os Movimentos Independentistas, o Islão e o Poder Português (Guiné 1963-1974)*. Dissertação de mestrado em relações internacionais na Universidade Portuguesa Infante D. Henrique. Lisboa: Lemos & Moutinho – Artes Gráficas, Lda.
- Golias, J., 2016. *A Descolonização da Guiné-Bissau e o Movimento dos Capitães*. Lisboa, Edições Colibri.

- Lewin, A., 2009. *Ahmed Sékou Touré (1922-1984) Presidente da Guiné*. Paris, Edições L'Harmattan.
- Lopes, A., 2015. *Os Media na Guiné-Bissau, Guiné-Bissau*. Financiado pela União Europeia através do Programa UE-PAANE – Programa de Apoio aos Actores Não Estatais “No Pintcha Pa Dizinvovimentu”, Edições Corubal.
- Lousada, A., Escorrega, L., e Menezes, A., 2011. *Fernando Cavaleiro e a Operação Tridente*. *Jornal do Exército*, pp. 217-228.
- Monge, M., 2010. *A Academia Militar e a Guerra de África, Capítulo – “O Teatro de Operações da Guiné”*. Lisboa, Ed. Prefácio.
- Moura, P., 2012. *Otelo (Biografia) – O revolucionário*. Lisboa, Ed. Dom Quixote.
- Oliveira, M., et al, 1979. *A Descolonização Portuguesa – Aproximação ao seu estudo, Volume I*. Lisboa, Instituto Democracia e Liberdade.
- Pires, N., 2014. *Wellington, Spínola e Petraeus. O Comando Holístico da Guerra*. Alcochete: Nexo.
- Policarpo, F., 2010. *A Guerra da Guiné 1963-1974*. Lisboa: Quidnovi – Edição e Conteúdos, S.A. Portal da Guerra Colonial, s.d. *Guerra Colonial*. [Em Linha] Disponível em: <<http://www.guer-racolonial.org/index.php?&&content=742>> [Consult. em 15 de Abril de 2017].
- Rezola, M. I., 2002. *Fotografias Século XX, António de Spínola*. Circulo de Leitores, Rio.
- Rodrigues, L., 2010. *Spínola*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Spínola, A., 1940. *O mordente do cavaleiro*. *Revista da Cavalaria*.
- Spínola, A. de, 1973. *Por uma Portugalidade Renovada*. Agência-Geral do Ultramar. Lisboa.
- Spínola, A., 1976. *Ao Serviço de Portugal*. Lisboa. Ed. Ática/Bertrand
- Spínola, A., 1994. *Entrevista a António de Spínola*. *Expresso Revista*, 26.
- Vaz, N., 2003. *Guiné: 1968 e 1973 – Soldados uma vez, sempre soldados!* Lisboa.

Apêndice 1 – Extrato do anexo “A” à Acta da Reunião de Comandos de 15 de Maio de 1973 – Análise da Situação do Inimigo



MUITO SECRETO

- 2 -

Albino
T21

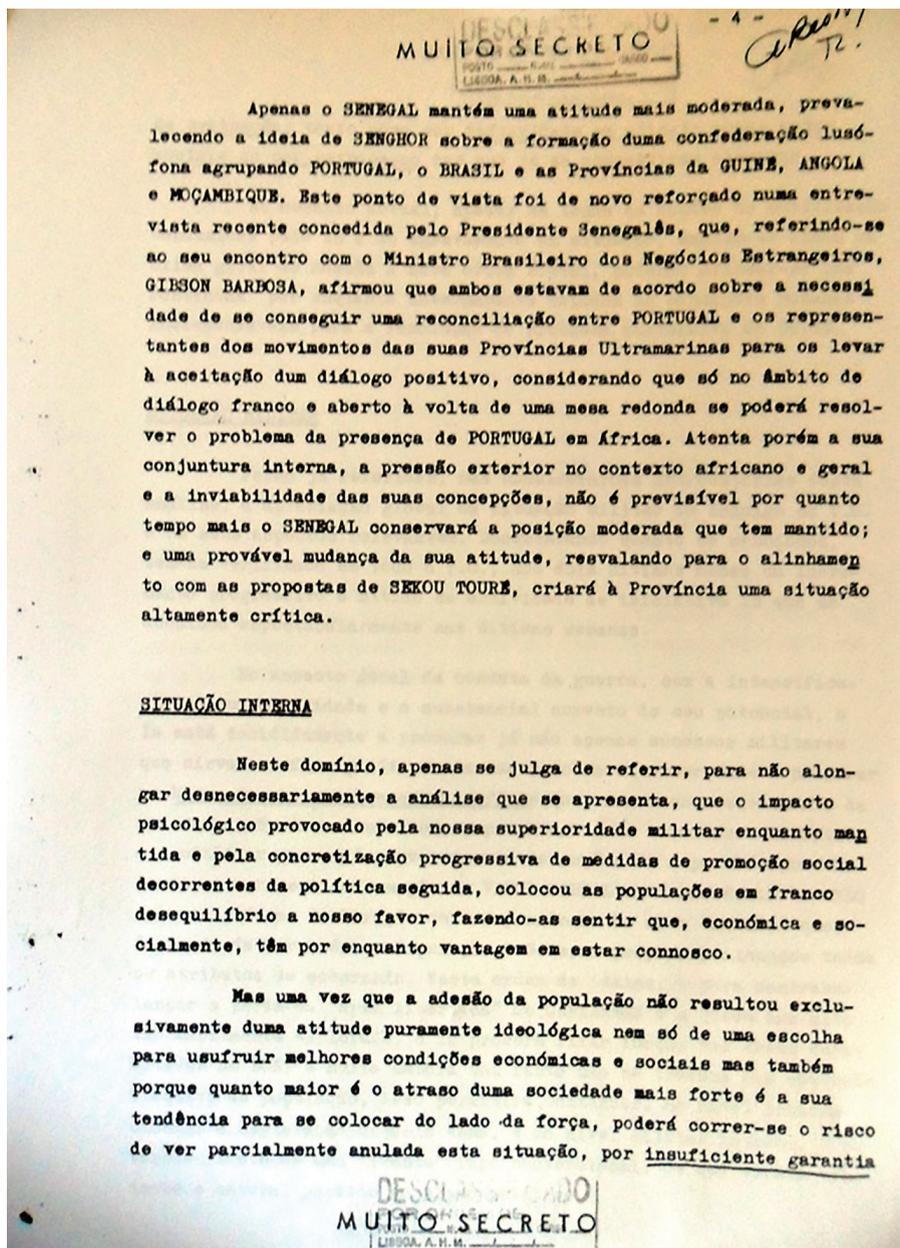
- aparecimento no T.O. de unidades In quase totalmente constituídas por elementos não-africanos em acções frontais contra as NP;
- recrudescimento notável da agressividade do In, cujas acções se revelam já perfeitamente delineadas nos seus tempos de fixação, envolvimento, assalto e perseguição;
- disponibilidade de meios aéreos pelo In - próprios ou de reforço - e de carros de combate nas bases de onde normalmente irradia para as suas acções nas fronteiras Leste e Sul;
- transferência para o BOE da área tentativa para a implantação do novo estado.

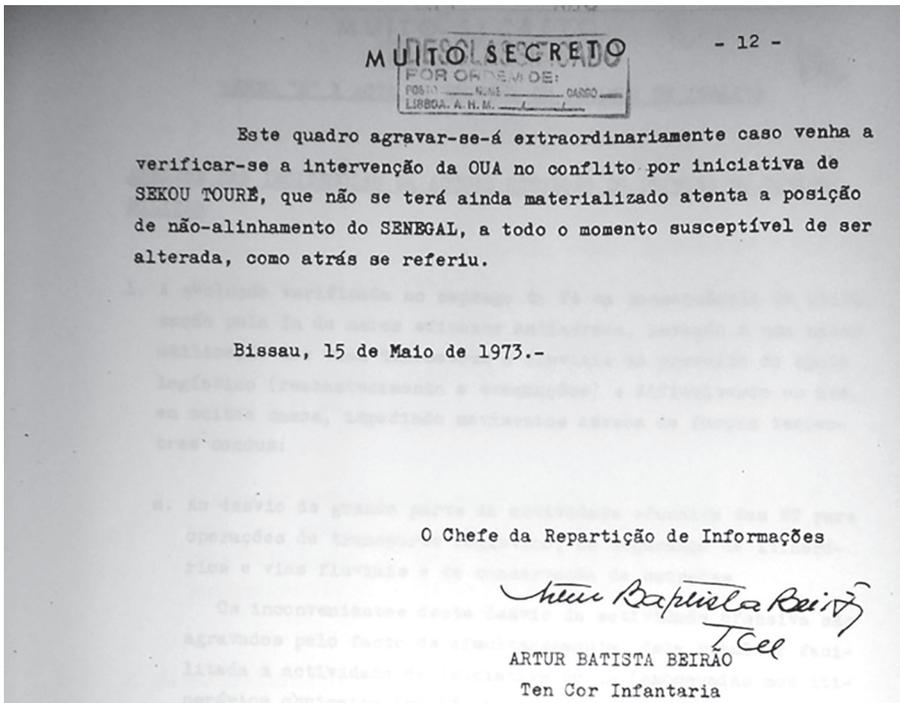
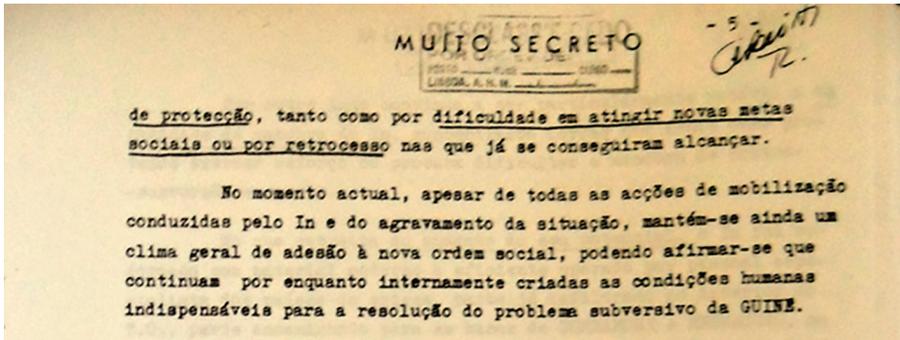
São estes parâmetros, definidores da situação actual no T.O., que se desenvolverão no presente estudo.

SITUAÇÃO EXTERNA E ACTIVIDADE INTERNACIONAL

Os elementos disponíveis e processados neste QG permitem concluir que, no ambiente externo, se desenha com crescente clareza um clima propício a um empenhamento militar de terceiros, com o apoio de um largo número de países tradicionalmente hostis. De facto, continua a verificar-se um constante e cada vez maior endurecimento de posições em relação à presença de PORTUGAL em África; e desde a 27ª Assembleia-Geral da ONU, até à recente reunião de peritos em OSLO, promovida pela ONU e pela OUA, tem sido notório, face à opinião Mundial, o acréscimo de influência e o consequente prestígio da OUA, disposta a um empenhamento directo a favor da aceleração do processo de independência dos povos africanos. Neste último aspecto sobressai, da reunião dos peritos militares daquela Organização, a recente promoção dum novo "sistema de defesa regional integrado" para a África, visando claramente, no fundo, a preparação de

DESCLASSIFICADO
POR OR 15/09/01
MUITO SECRETO





Fonte: Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné (1973). Acta da Reunião de Comandos, realizada em 15 de maio de 1973. Bissau. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

Apêndice 2 – Evolução dos efetivos das Forças Armadas na Guiné

Quadro 1 - Quadro de efetivos nos três TO – Angola, Moçambique e Guiné

Anos / TO	Angola	Moçambique	Guiné	Total	Obs.
1960	--	--	--	--	(a)
1961	33 447	11 209	4 736	49 422	(b)
1962	44 925	11 852	5 070	61 847	(c)
1963	47 400	14 246	9 650	71 296	(d)
1964	52 493	18 049	15 195	85 737	
1965	57 073	22 856	17 252	97 181	
1966	55 816	30 588	20 801	107 205	
1967	57 420	34 721	21 650	113 791	
1968	58 230	36 615	22 839	117 684	
1969	55 574	39 096	26 581	121 251	(e)
1970	55 233	38 712	26 775	120 720	
1971	62 060	44 505	29 210	135 775	(f)
1972	60 317	46 723	29 957	136 997	
1973	65 592	51 463	32 035	149 090	(g)

Fonte: CECA (1988, p. 259).

- (a) Em dezembro de 1960, havia em Angola cerca de 6 500 militares (dos quais 1 500 metropolitanos).
- (b) Valores obtidos através do número exacto oficial dos militares metropolitanos e do arbítrio do recrutamento local para Angola, Moçambique e Guiné de 5 000, 3 000 e 1 000 respectivamente.
- (c) O valor de Angola foi extraído do relatório periódico de comando da região Militar de Angola de 31-12-62. Para Moçambique e Guiné os valores são estimados, mas, face a outros dados oficiais, estão muito aproximados. Mantêm-se como valores arbitrários de recrutamento local os mesmos de 1961.
- (d) Valores estimados face a dados oficiais para Angola e Moçambique. Para a Guiné o valor foi extraído do relatório de comando do Comando Territorial Independente da Guiné N.º 5/1966.
- (e) Dados referidos a 31-3-70.
- (f) Dados referidos a 31-3-72.
- (g) Dados referidos a 30-9-73.

Quadro 2 - Quadro de efetivos metropolitanos em reforços dos três TO – Angola, Moçambique e Guiné

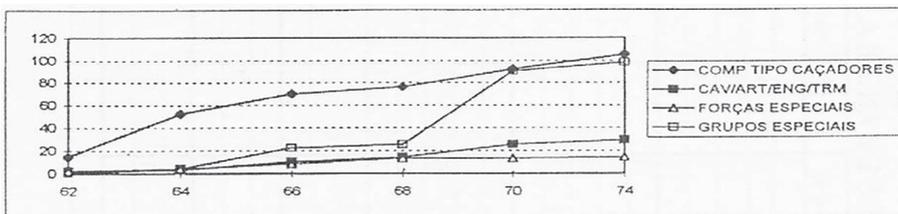
Anos / TO	Angola	Moçambique	Guiné	Total	Obs.
1960	--	--	--	--	(a)
1961	28 447	8 209	3 736	40 422	
1962	33 760	8 852	4 070	46 682	
1963	34 530	9 243	8 344	52 117	
1964	37 418	10 132	12 874	60 424	
1965	41 625	13 155	14 640	69 420	
1966	38 519	19 550	17 760	75 829	
1967	43 051	23 164	18 421	84 636	
1968	37 547	22 717	19 559	79 823	
1969	36 911	22 286	22 866	83 063	(b)
1970	36 174	22 633	22 507	81 314	
1971	36 127	21 795	23 402	81 324	(c)
1972	34 856	22 657	24 036	81 549	
1973	37 773	23 891	25 610	87 274	(d)

Fonte: CECA (1988, p. 260).

- (a) O efetivo de Angola em tropas metropolitanas, em 31 de dezembro de 1960, estima-se em 1 500.
- (b) Elementos relativos a 31-3-70.
- (c) Elementos relativos a 31-3-72.
- (d) Elementos relativos a 30-9-73.

Quadro 3 - Quadro de efetivos por tipos de unidades operacionais

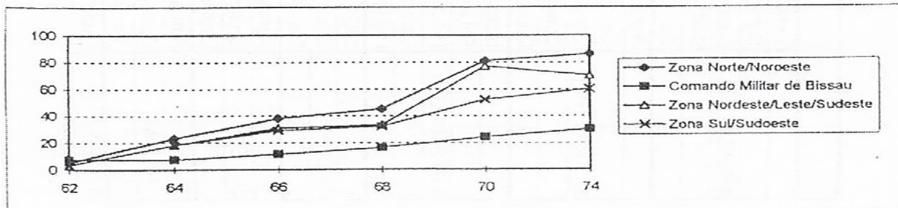
Tipo de Un	62	64	66	68	70	72
Comp Tipo Caçadores	14	52	70	76	92	105
Cav/Art/Eng/Irm	2	3	10	14	25	29
Forças Especiais	2	3	8	13	13	14
Grupos Especiais	0	4	22	25	90	98
Total	18	63	110	126	220	246



Fonte: Ferreira (2002, p. 698).

Quadro 4 - Quadro de efetivos por dispositivo operacional

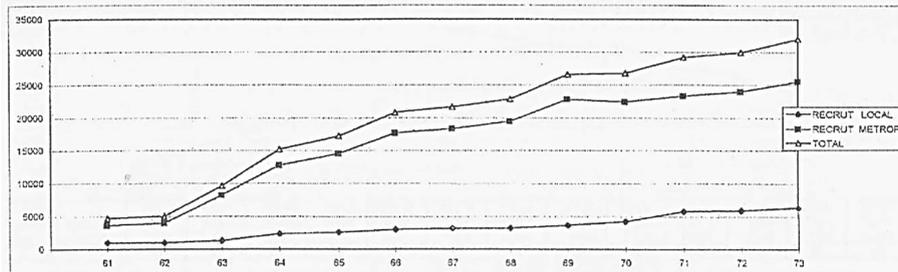
Zona	62	64	66	68	70	72
Norte/Noroeste	5	23	38	45	81	86
Comando Militar de Bissau	7	7	11	15	24	30
Nordeste/Sudeste	3	18	31	33	77	70
Sul/Sudoeste	2	18	29	32	52	60
Total	18	63	109	126	234	246



Fonte: Ferreira (2002, p. 698).

Quadro 5 - Quadro de efetivos com recrutamento local (Guiné) e da metrópole

PESSOAL NA GUINE													
	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73
RECRUT LOCAL	1000	1000	1306	2321	2812	3041	3229	3280	3715	4268	5808	5921	6425
RECRUT METROP	3736	4070	8344	12874	14640	17760	18421	19559	22856	22507	23402	24036	25610
TOTAL	4736	5070	9650	15195	17252	20801	21650	22839	25561	26775	28210	29957	32035



Fonte: Ferreira (2002, p. 698).

Quadro 6 - Cronologia de Eventos na Guiné entre maio de 1968 e agosto 1973

Ano	Mês	Dia	Evento
1968	Mai	-	Convite dirigido pelo primeiro-ministro Professor Oliveira Salazar a António de Spínola para novo Governador-geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné-Bissau
		02	Reunião entre Oliveira Salazar e Spínola a pedido deste, onde foi apresentado o documento “Alguns Aspetos que Condicionam a Solução da Presente Situação na Guiné”
		20	Chegada do novo Governador-geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné-Bissau, António de Spínola, que rende Schultz
	Jun	16	Diretiva N.º 47/69 – “Melhoria da Instrução”, do Comandante-Chefe da Guiné
		19	Diretiva “Defesa da Ilha de Bissau”, do Comandante-Chefe da Guiné
		26	Spínola escreve ao Presidente do Conselho afirmando que “os danos são mais profundos do que suponha e os reflexos locais dos erros humanos são mais graves do que pensava”
	Aug	5	O primeiro-ministro Professor Oliveira Salazar sofre uma queda no Forte de Santo António em São João no Estoril
	Set	16	Recaída irreversível do primeiro-ministro Professor Oliveira Salazar. O Presidente da República adota medidas necessárias à sua substituição
		27	Tomada de posse de Marcello Caetano como Presidente do Conselho de Ministros
	Out	01	Spínola escreve “Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. O Problema Militar da Guiné. Seu Estudo e Proposta de solução”
		01	O Presidente do Senegal, Leopold Senghor dificulta a permanência de elementos do PAIGC no seu território
	Nov	01	Condenação pela ONU da política colonial portuguesa
		08	Spínola escreve ao Conselho Superior de Defesa Nacional solicitando que seja definida concretamente a missão a cumprir pelas Forças Armadas e que para tal lhe sejam conferidos os “meios mínimos”
17		Diretiva N.º 360/68 - “Campanha Psicológica de Recuperação” do Comandante-Chefe (início campanha “Uma Guiné Melhor)	
1969	Jan	-	George Andrews, da embaixada dos EUA em Dakar, salienta alguns aspetos de nível Operacional que mudaram com a chegada de Spínola à Guiné
	Abr	08	Marcello Caetano inicia uma viagem pelas províncias ultramarinas
	Jun	-	Spínola dá indicações para que comecem a ser previstas no planeamento militar ações fora das fronteiras da Guiné-Bissau com especial incidência no Senegal e na Guiné-Conacri
08		Diretiva N.º 44/69 - “Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné”, do Comandante-Chefe da Guiné	

**Quadro 6 - Cronologia de Eventos na Guiné entre maio de 1968 e agosto 1973
(cont.)**

Ano	Mês	Dia	Evento
1969	Jun	16	Diretiva N.º 47/69 – “Melhoria da Instrução”, do Comandante-Chefe da Guiné
		17	Diretiva N.º 46/69 – “Reajustamento de Conceitos, Processos e Métodos de Ação” do Comandante-Chefe da Guiné
		25	O DL 49106 determina que o Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN) seja remodelado de modo a constituir o Estado-maior General das Forças Armadas (EMGFA) e o órgão de serviços destinado à administração conjunta das Forças Armadas
		25	O DL 49107 determina a reorganização da estrutura das Forças Armadas nas Províncias Ultramarinas
	Aug	02	Libertação de 92 ex-combatentes do PAIGC pelas autoridades portuguesas
		13	Diretiva N.º 65/69 – “Manobra socioeconómica. Esforço no Chão de Manjaco” do Comandante-Chefe da Guiné
		18	Apresentação de cinco desertores portugueses, feita por Amílcar Cabral em Argel
Dec	09	Condenação da ONU a Portugal pela violação do território do Senegal	
1970	Jan	-	Estabelecidos os primeiros contactos, com o PAIGC no “Chão Manjaco”
	Abr	-	Spínola afirma que “embora aparentemente política a guerra é eminentemente psicológica e explora dois conflitos: o conflito social e o conflito tribal”
		-	Aguardando desenvolvimentos das negociações que decorriam com o PAIGC as forças no terreno adotam postura essencialmente defensiva
		27	Assassinato dos representantes do CAOP
	Mai	01	Leopold Senghor, em visita à Suécia, afirmou que “tinha proposto um plano de paz aceite por Amílcar Cabral, residindo a dificuldade da sua aplicação na obtenção do acordo dos portugueses”
	Jun	-	Spínola recebeu em Bissau o João Bernardo Vieira (“Nino Vieira”)
		01	Papa Paulo VI recebe os três movimentos de Libertação
	Jul	27	Óbito do Professor Oliveira Salazar
		03	1º “Congressos do Povo” em Bissau
	Aug	03	1º “Congressos do Povo” em Bissau
	Out	-	Spínola envia a Marcello Caetano uma carta com “Algumas Ideias Sobre a Estruturação Política da Nação”
	Nov	01	Reunião de Comandos Extraordinária em Bissau. Na sua sequência são estabelecidos os primeiros contactos com países vizinhos na busca da solução política
		11	Spínola solicita autorização para efetuar a “Operação Mar Verde”
22		“Operação Mar Verde” na Guiné Conacri	
Dec	08	O Conselho de Segurança das ONU condena a intervenção militar portuguesa na Guiné-Conacri	

Quadro 6 - Cronologia de Eventos na Guiné entre maio de 1968 e agosto 1973 (cont.)

Ano	Mês	Dia	Evento
1971	04	30	O DL 176/71 promulga o Estatuto do Oficial do Exército, com base no Estatuto do Oficial das Forças Armadas (EOFA) de 1965
	06	09	Primeiro ataque do PAIGC a Bissau
	10	01	Em visita a Inglaterra a convite do Presidente do Partido Trabalhista, Amílcar Cabral afirmou “o seu desejo de solucionar a guerra por meio de negociações com Portugal, sem condições prévias”
1972	01	-	Publicada a “Prospetiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné”, pela Junta de Investigações do Ultramar
	02	22	Amílcar Cabral discursa na ONU
	03	27	O Governo da Noruega concede um subsídio ao PAIGC
	04	02	Comité Especial de Descolonização das Nações Unidas, a convite do PAIGC, enviou uma delegação para visitar a Guiné-Bissau
		27	Encontro em Cap Skirring no Senegal, entre o General Spínola e Ousmane Camara
05	18	Encontro em Cap Skirring no Senegal, entre o General Spínola e Leopold Senghor	
1972	06	27	Encontro falhado entre Spínola e Senghor, ao qual compareceu em sua representação o Ministro Ousmane Camara
	09	15	O General Costa Gomes é nomeado CEMGFA
	10	-	Amílcar Cabral mostra disponibilidade para ir a Bissau conferenciar com Marcelo Caetano
	11	-	Lançada a “Operação Cantanhez”
1973	01	20	Assassinato de Amílcar Cabral, que viria a ser substituído na liderança do PAIGC por Aristides Pereira
	02	26	Marcelo Caetano escreve uma carta dirigida ao General Spínola, em sequência de algumas declarações deste ao jornal “República”
	03	06	Spínola escreve uma carta a Marcelo Caetano em que enfatiza a necessidade de efetuar reformas políticas a fim de garantir maior autonomia das colónias
		25	Abate da 1ª aeronave da Força Aérea Portuguesa no TO da Guiné com misseis “Strella”
	05	15	Decorreu no Forte da Amura, uma Reunião dos Altos Comandos, presidida pelo General Spínola
		06	Marcelo Caetano ordena a interrupção definitiva das conversações com Senghor e com PAIGC
	06	-	Cerco de Guidaje
	08	08	Spínola deixa a Guiné-Bissau, ao fim de cinco anos no exercício das funções de Governador-geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas
09	24	Spínola é exonerado, a seu pedido, das funções de Governador e Comandante-Chefe da província ultramarina da Guiné	

Fonte: Adaptado de Ferreira (2002, p.673), Golias (2016, p. 367) e de <<http://www.guerracolonial.org/index.php?content=18&category=&dateBegin=1968&dateEnd=1973>> [Consult. em 15 de abril de 2017]

